



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

VILMA NONATO DE BRÍCIO

**PRÁTICAS DE GOVERNAMENTALIDADE DA SEXUALIDADE NO PROGRAMA
VALE JUVENTUDE**

**Belém
2016**

VILMA NONATO DE BRÍCIO

**PRÁTICAS DE GOVERNAMENTALIDADE DA SEXUALIDADE NO PROGRAMA
VALE JUVENTUDE**

Tese de Doutorado apresentada na Linha de Pesquisa Educação: Currículo, Epistemologia e História do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Cristina Silveira Lemos.
Co-orientadora: Profa. Dra. Dolores Cristina Gomes Galindo

**Belém
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Brício, Vilma Nonato de, 1978 -

Práticas de governamentalidade da sexualidade no Programa Vale Juventude / Vilma Nonato de Brício. - 2016.

Orientadora: Flávia Cristina Silveira Lemos;

Coorientadora: Dolores Cristina Gomes Galindo.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2016.

1. Educação sexual para a juventude - Pará. 2. Jovens - Comportamento sexual. 3. Adolescentes - Comportamento sexual. 4. Projeto Vale Juventude (Pará). I. Título.

CDD 22. ed. 306.77

VILMA NONATO DE BRÍCIO

PRÁTICAS DE GOVERNAMENTALIDADE DA SEXUALIDADE NO PROGRAMA VALE JUVENTUDE

Tese apresentada na Linha de Pesquisa Educação: Currículo, Epistemologia e História do Doutorado Acadêmico em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Defesa: Belém (PA), 31 de maio de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Flávia Cristina Silveira Lemos
Orientadora, PPGED/UFPA

Profª Drª Dolores Cristina Gomes Galindo
Co-orientadora, ECCO/UFMT

Prof. Dr. Anderson Ferrari
Membro Externo, PPGED/UFJF

Profª Drª Estela Sheinvar
Membro Externo, PPFH/UERJ

Profª Drª Gilcilene Dias da Costa
Membro Interno, PPGED/UFPA

Prof. Dr. Paulo Sérgio de Almeida Corrêa
Membro Interno, PPGED/UFPA

Dedicatória

Aos meus Avós Maternos

Joana dos Santos (*in memoriam*)

Raimundo Nonato (*in memoriam*)

Aos meus Pais

Maximiano Brício (*in memoriam*)

Valéria Brício

À minha filha

Valéria Brício.

Pelo amor que nos une!!

Agradecimentos

Chegar ao final deste percurso não foi fácil, sobretudo pela perda de meu Pai e adoecimentos... Nunca imaginei que fosse agradecer *In memoriam* a ele, que junto à minha Mãe sempre incentivaram os filhos a estudarem. Uma conquista impossível sem eles!!!

Reconheço que ao longo desse percurso pude contar com contribuições e apoio de diversas pessoas, seja no campo acadêmico ou no campo pessoal. Alguns colaboraram com amor, amizade, compreensão e paciência. Outros, estimulando novos questionamentos, participando de debates, indicando livros, cobrando, de várias formas!!!

À minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Flávia Lemos, agradeço pela confiança, incentivo, amizade, cobranças necessárias, pelas discussões nas disciplinas no PPGED, no PPGP, no Grupo de Pesquisa Transversalizando, eventos, em muitos momentos. Pelo intenso diálogo que travamos. Agradeço a compreensão nos momentos difíceis de perda e adoecimentos.

À minha co-orientadora Prof^ª. Dr^ª. Dolores Galindo, agradeço por aceitar a co-orientação, pelos momentos de formação nos eventos, pelas importantes contribuições na qualificação da Tese, por contribuir com a construção da Tese.

Ao Prof. Dr. Anderson Ferrari por aceitar fazer parte da banca de defesa, sem ter participado da banca de qualificação.

À Prof^ª Dr^ª. Estela Sheinvar, ao Prof. Dr. Paulo Sérgio de Almeida Corrêa e à Prof^ª. Dr^ª. Gilcilene Dias da Costa por aceitarem participar de minha banca de qualificação e defesa, pelas valiosas contribuições no momento da qualificação.

Aos docentes do PPGED, da Linha de Pesquisa Educação: Currículo, Epistemologia e História, Profs: Josenilda Maués, Flávia Lemos, Wilma Baía, Genylton Rocha, Paulo Corrêa pelas contribuições nas disciplinas durante o curso, bem como nas orientações das atividades relacionadas aos Seminários de Pesquisa.

Ao Transversalizando, grupo de pesquisa, ensino e extensão Coordenado pela Prof^ª Dr^ª Flávia Lemos. Agradeço pelas trocas de experiências que o grupo nos possibilita nos encontros de terça-feira, nos eventos, nas publicações, nos debates sobre várias temáticas transversalizadas com a perspectiva teórico-metodológica foucaultiana.

Ao Grupo de Pesquisa Diferença e Educação (DIFERE), à Prof^ª. Dr^ª. Josenilda Maués por generosamente ceder a sala do DIFERE para estudos, pelo apoio e incentivo constantes.

À atual Direção da FAECS, os professores Jadson Gonçalves e Alexandre Augusto por entenderem as ausências desse momento final de conclusão da Tese.

Agradeço à Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Abaetetuba pela liberação das minhas atividades docentes para cursar o Doutorado.

Agradeço ainda à família e aos amigos/as - afetos que retornam....

À minha filha Valéria Brício, amor incondicional, razão da minha vida, Vidamor!! Com Você compartilho uma vida de lutas, conquistas e sonhos. Obrigada por entender a “presença-ausente” quando estudo em casa. Pela cumplicidade que construímos nas nossas diferenças geracionais.

À minha Mãe Valéria Brício e meu Pai Maximiano Brício (*in memoriam*), por terem me dado vida e amor sem os quais nada seria possível. Pelo apoio constante em minha vida acadêmica e profissional, pelo exemplo de ética e respeito ao outro, por me incentivarem a lutar pelos meus sonhos, me ensinarem a valorizar a educação e o trabalho. Agradeço o apoio constante da minha Mãe em todos os momentos para a finalização desta Tese.

Aos meus avós maternos, Joana dos Santos e Raimundo Nonato (*in memoriam*), pela acolhida afetiva e material para estudar em Igarapé-Miri. Minha Avó com seu amor, carinho e simplicidade me educou para a vida e me incentivou a lutar pelos meus sonhos.

Às minhas tias Antônia, Conceição e Joana pelo carinho e pelo incentivo durante toda a minha vida acadêmica e profissional. Aos meus tios e tias, primos e primas pelo incentivo constante.

Aos meus irmãos, que sempre me ajudaram direta ou indiretamente: Max, Jacó, Joel, Isac, Isafas, Raquel e Gabriel. A minha irmã Raquel e ao meu irmão Gabriel que junto com Valéria formam minha família em Belém! Às minhas sobrinhas que sempre me alegram com sorrisos e brincadeiras: Jaqueline, Juliana e Juliene, Camila e Caila; Izabela e ao Kauã, por ter nos dado alegrias, após a perda de nosso Pai. Às minhas cunhadas Juciléia, Luana, Josiane e Rosicleide pelo apoio e carinho comigo e com a Valéria.

Ao Israel Araújo pela amizade, carinho e em razão dos apoios contínuos. Obrigada por ter incentivado o meu retorno à vida acadêmica, pela poesia de vida e as revisões de textos!

Às amigas Roseane, Edilene, Crisolita, Josimere, Joyce, Márcia, Samai, Geise, Karina, Sônia, Carla, Fernanda e Sandy pela amizade, carinho, apoio, escuta, compreensão, pelas conversas e cobranças, alegrias. Agradeço pelas presenças afetivas em minha vida, presencialmente e virtualmente, constantes e eventuais por causa das distâncias.

Ao nosso *Quarteto fantástico*, da Linha de Pesquisa Educação: Currículo, Epistemologia e História, Sandra Karina, Marilene, Cristiano, pelos momentos de discussão acadêmica, alegrias e amizades construídas ao longo desse percurso.

Aos queridos Franco e Flávio pelos debates no Grupo Transversalizando, pelas conversas, por compartilharmos a formação na Universidade, em suas possibilidades e desafios.

Ao Sérgio Bandeira, pela amizade, compreensão, carinho e compartilhadas acadêmicas no andamento desse doutorado.

Ao Antonino Lobato pelo carinho e apoio à sua maneira.

E umas das coisas que aprendi é que se deve viver apesar de. Apesar de, se deve comer. Apesar de, se deve amar. Apesar de, se deve morrer. Inclusive muitas vezes é o próprio apesar de que nos empurra para frente. Foi o apesar de que me deu uma angústia que insatisfeita foi criadora de minha própria vida.

[Clarice Lispector]

RESUMO

Esta pesquisa emergiu a partir da preocupação com a constituição do dispositivo da sexualidade como elemento estratégico de governo da juventude na contemporaneidade e sua articulação às mais variadas táticas de parcerias entre o público e o privado diagramados no Programa Vale Juventude (PVJ), que se constitui como uma das ações da Fundação Vale, vinculada à empresa Vale. A Vale é uma das maiores mineradoras do mundo, uma empresa privada, de capital aberto, com sede no Brasil e presente em cerca de 30 países ao redor do mundo e mantém a Fundação Vale, uma fundação corporativa, que atua nos âmbitos econômico, ambiental e social nos territórios onde a Vale opera. A Fundação Vale desenvolveu o Programa Vale Juventude no período de 2007-2012. O objeto de pesquisa está circunscrito na produção de governamentalidade da sexualidade da juventude no currículo do Programa Vale Juventude (PVJ): Como se dá a produção da governamentalidade da sexualidade da juventude no currículo do Programa Vale Juventude (PVJ)? Como desdobramento dessa questão, foram elaboradas três questões norteadoras: Quais as condições históricas de surgimento da Empresa Vale e da Fundação Vale como “agente social” voltado para a juventude? Em que momento a juventude se apresenta como “problema” e alvo de interesse/regulação do PVJ? Como se constitui o dispositivo da sexualidade no currículo do PVJ e da própria juventude permeadas pelas relações saber-poder-subjetividade? Como aporte teórico-metodológico foram utilizados alguns conceitos de Michel Foucault para operacionalizar a analítica proposta, tais como: genealogia, relações de poder, governamentalidade, dispositivo de sexualidade Foucault (2004, 2005, 2006) e outros autores como Candiotti (2010), Gadelha (2009), Fonseca (2003), além de Louro (2007), Altman (2006). Para circunscrever o objeto utilizamos os aportes teóricos sobre educação e currículo: Silva (2006), Veiga-Neto (2003), Larrosa (1994), Popkewitz (1994); sobre juventude: Batista (2012), Scheinvar e Cordeiro (2006), Abramovay (2004) e sobre história e pesquisa documental, O’Brien (1995), Le Goff (1996), Veyne (1998), Rago (1995). Os principais documentos analisados são os materiais (cadernos de textos e cartilhas) construídos pela Fundação Vale e Instituto Aliança para serem utilizados pelo Programa Vale Juventude na formação dos jovens no que tange as questões de sexualidade. A partir da analítica dos documentos a tese proposta nesse estudo é que a Fundação como um tentáculo da Empresa Vale atua como “agente social” voltada para a juventude considerada como “problema”, transformando-a em alvo de governamentalidades e regulações por meio do Programa Vale Juventude. Este efetivamente atua num jogo de poder que constitui o dispositivo de sexualidade da juventude em que há um governo das condutas visibilizado como um “negócio do social” na Amazônia paraense no tempo presente.

Palavras-chave: Programa Vale Juventude. Governamentalidade. Sexualidade. Juventude. Currículo.

RÉSUMÉ

Cette recherche a émergé de la préoccupation avec la mise en place du dispositif de la sexualité comme un élément stratégique du gouvernement de la jeunesse dans la société contemporaine et sa relation avec diverses tactiques de partenariats entre le schématisé public et privé dans la vallée de la jeunesse Programme (JVP), qui est comme l'une des actions de la Fondation Vale, liée à la société Vale. Vale est l'une des plus grandes sociétés minières du monde, une société privée, cotée en bourse, basée au Brésil et présent dans environ 30 pays à travers le monde et maintient la Fondation Vale, une fondation d'entreprise, qui opère dans les domaines économique, environnemental et l'instabilité sociale dans les régions où Vale opère. Fondation Vale a développé le programme Youth Vale en 2007-2012. L'objet de la recherche est limitée dans la production de la jeunesse sexualité gouvernementalité dans le programme Youth Program Valley (JVP), cherchant à la question: Comment la production de la jeunesse sexualité gouvernementalité dans le programme Youth Program Valley (JVP)? Un résultat de cette question, trois questions d'orientation ont été élaborés: Quelles sont les conditions historiques d'émergence de la société Vale et la Fondation Vale comme un «travailleur social» face à la jeunesse? Dans cette époque, la jeunesse est présentée comme «problème» et cible d'intérêt / régulation du JVP? Quel est le jeu de capture / disjonctions de dispositif de la sexualité dans les programmes PVJ et propre jeunesse imprégné les relations savent-power-subjectivité? Comme support théorique et méthodologique ont été utilisés certains concepts de Michel Foucault pour opérationnaliser la proposition d'analyse, comme la généalogie, les relations de pouvoir, gouvernementalité, dispositif de sexualité Foucault (2004, 2005, 2006) et d'autres auteurs Candiotto (2010), Gadelha (2009), Fonseca (2003), et de la baie (2007), Altman (2006). Pour circonscrire l'objet, nous utilisons les contributions théoriques sur l'éducation et le curriculum: Silva (2006), Veiga-Neto (2003), Larrosa (1994), Popkewitz (1994); sur la jeunesse: Batista (2012), Scheinvar et Lamb (2006), Abramovay (2004) et sur la recherche de l'histoire et le documentaire, O'brien (1995), Le Goff (1996), Veyne (1998), Rago (1995). Les principaux documents analysés sont les matériaux (livres de textes et livres) construits par la Fondation Vale et Alliance Institut pour l'utilisation par le Programme des jeunes Vale dans la formation des jeunes en termes de questions de sexualité. D'après les documents d'analyse de la thèse proposée dans cette étude est que la Fondation comme un tentacule de la Société Vale fonctionne comme un «agent social» axé sur les jeunes, comme un «problème», en le transformant en gouvernementalidades cible et des règlements par le biais du programme Vale jeunesse. Cela agit efficacement dans un jeu de catch et séditions du dispositif de la sexualité des jeunes constitués par des relations de savoir-pouvoir-subjectivité dans lequel il y a un gouvernement de conduite visualisés comme une «entreprise sociale» dans le Pará Amazon en ce moment.

Mots-clés: Programme Vale jeunesse. Gouvernementalité. Sexualité. Jeunesse. Curriculum.

ABSTRACT

This research emerged from the concern with the establishment of the sexuality device as a strategic element of the youth government in contemporary society and its relationship to various tactics of partnerships between the public and private diagrammed in the Programme Valley Youth (JVP), which is as one of the shares of Vale Foundation, linked to the company Vale. Vale is one of the largest mining companies in the world, a private company, publicly traded, based in Brazil and present in about 30 countries around the world and keeps the Vale Foundation, a corporate foundation, which operates in the economic, environmental and social instability in the regions where Vale operates. Vale Foundation developed the Vale Youth Program in 2007-2012. The research object is limited in the production of youth sexuality governmentality in the Valley Youth Program curriculum (JVP), seeking to question: How does the production of youth sexuality governmentality in the Valley Youth Program curriculum (JVP)? An outcome of this issue, three guiding questions were elaborated: What are the historical conditions of emergence of the Company Vale and Vale Foundation as a "social worker" facing the youth? In that time the youth is presented as "problem" and target of interest / regulation of the JVP? What is the game of capture / disjunctions of sexuality device in PVJ curriculum and own youth permeated the relations know-power-subjectivity? As theoretical and methodological support were used some concepts of Michel Foucault to operationalize the analytical proposal, such as genealogy, power relations, governmentality, sexuality device Foucault (2004, 2005, 2006) and other authors as Candiotta (2010), Gadelha (2009), Fonseca (2003), and Bay (2007), Altman (2006). To circumscribe the object we use the theoretical contributions on education and curriculum: Silva (2006), Veiga-Neto (2003), Larrosa (1994), Popkewitz (1994); on youth: Batista (2012), Scheinvar and Lamb (2006), Abramovay (2004) and on history and documentary research, O'Brien (1995), Le Goff (1996), Veyne (1998), Rago (1995). The main documents analyzed are the materials (books of texts and books) built by Vale Foundation and Alliance Institute for use by Vale Youth Program in training young people in terms of sexuality issues. From the analytical documents the thesis proposed in this study is that the Foundation as a tentacle of the Company Vale operates as a "social agent" focused on youth, as a "problem", turning it into governamentalidades target and regulations through the Program Vale Youth. This effectively acts in a game of catch and seditions of youth sexuality device constituted by relations know-power-subjectivity in which there is a government of conduct visualized as a "social business" in Pará Amazon at this time.

Keywords: Program Vale Youth. Governmentality. Sexuality. Youth. Curriculum.

LISTA DE SIGLAS

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
ALBRÁS - Alumínio do Brasil
ALUNORTE - Alumínio do Norte Alunorte
ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APA - Área de Proteção Ambiental
BASA - Banco da Amazônia
CETEM - Centro de Tecnologia Mineral
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DIFERE - Grupo de Pesquisa Diferença e Educação
DST - Doença Sexualmente Transmissível
EFVM - Estrada de Ferro Vitória-Minas
ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino
EPEPE - Encontro Paraense dos Estudantes de Pedagogia
FIDAM - Fundo para Investimentos no Desenvolvimento da Amazônia
FLONA - Floresta Nacional
GEPEGE - Grupo de Estudos de Gênero e Educação
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHU - Instituto Humanitas Unisinos
IIRSA - Intervenção da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MME - Ministério de Minas e Energia
MRN - Mineração Rio do Norte S/A
NEPEC - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Currículo
ONGs - Organizações não governamentais
PDA'S - Planos de Desenvolvimento da Amazônia
PAC - Plano de Aceleração do Crescimento
PGC - Programa Grande Carajás
PND - Plano nacional de desenvolvimento
POeMAS - Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade
PPGED - Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGP - Programa de Pós-Graduação em Psicologia
PVJ - Programa Vale Juventude
PUC - Pontifícia universidade católica
RCC - Rio Capim Caulim
RDS - Reserva de desenvolvimento sustentável
REBIO - Reserva Biológica
SEDUC - Secretaria Estadual de Educação do Pará
SEPLAN - Secretaria de Planejamento da Presidência da República
UFPA - Universidade Federal do Pará
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 OS FLUXOS DA PESQUISA: A CONSTITUIÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA, OS OPERADORES METODOLÓGICOS E O CORPUS EMPÍRICO	26
1.1 Percurso da constituição do objeto de pesquisa e as formas de problematização	24
1.2 “Precauções metodológicas”: alguns elementos arqueológicos e genealógicos	33
1.2.1 Alguns dispositivos operantes da pesquisa documental	47
1.2.2 Os documentos selecionados: a materialidade que circunscreve o objeto de pesquisa .	58
2 SEXUALIDADE, JUVENTUDE E CURRÍCULO	64
2.1 A emergência do dispositivo de sexualidade: do controle individual à gestão coletiva....	65
2.2 A produção histórica da juventude como objeto de intervenção política.....	72
2.3 A sexualidade da juventude em políticas públicas: alguns apontamentos	78
2.4 Educação e currículo como práticas de controle	83
3 A EMPRESA VALE E SUA INSERÇÃO NA AMAZÔNIA: DOS GRANDES PROJETOS AOS MÚLTIPLOS IMPACTOS	94
3.1 Companhia Vale do Rio Doce (CVRD): de Itabira para o mundo	96
3.2 Vale. Não vale! O caso do “desastre tecnológico da Samarco/Vale/BHP”	104
3.3 “O rio? É doce. A Vale? Amarga?” alguns impactos da mineração	116
3.4 A Empresa Vale na Amazônia: fronteira, integração e desenvolvimento	122
3.5 A Vale e sua relação com a juventude	135
4 A FUNDAÇÃO VALE E O PROGRAMA VALE JUVENTUDE: PRÁTICAS DE GOVERNAMENTALIDADE DA SEXUALIDADE DA JUVENTUDE	138
4.1 A Fundação Vale e o “negócio do social”	138
4.2 Programa Vale Juventude: jovens como objeto de investimentos e como investidores..	143
4.3 A educação afetivo-sexual no Programa Vale Juventude: práticas de governamentalidade da sexualidade juvenil.....	154
4.4 Oficinas Educativas programando a vida dos jovens: “sexualidade, saúde e convivência”	164
INTERROMPENDO O PERCURSO: “A VIDA NÃO CABE EM UM PROGRAMA”	178
REFERÊNCIAS	173

INTRODUÇÃO

O presente texto se constitui no Relatório de Defesa de Doutorado Acadêmico em Educação, Linha de Pesquisa Educação: Currículo, Epistemologia e História do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Esta pesquisa emergiu a partir da preocupação com a constituição do dispositivo da sexualidade como elemento estratégico de governo da juventude na contemporaneidade, a partir da articulação às mais variadas táticas entre o público e o privado diagramados no Programa Vale Juventude (PVJ)¹.

O itinerário desta pesquisa começou a se delinear na finalização da pesquisa de campo para o Mestrado, em 2010, cujo tema era gênero, sexualidade e educação em uma escola conveniada entre a SEDUC e a Diocese de Abaetetuba. Como realizei entrevistas com os docentes da escola, estava com frequência na escola marcando e realizando entrevistas. Em uma dessas visitas, uma professora-pedagoga que eu já havia entrevistado me abordou e fez a seguinte “confissão”: “Agora que era para Você me entrevistar, pois agora sei tudo sobre sexualidade”. Eu, curiosa perguntei por que, no que ela respondeu: “Porque eu fiz um Curso de formação continuada do Programa Vale Juventude”.

Essa pista me instigou a buscar informações do referido Programa. E então decidi que ele seria o objeto de problematização em um futuro processo de doutoramento. Desde os momentos iniciais de levantamento de documentos sobre o Programa para a construção do Projeto, percebi a amplitude do empreendimento devido ser um Programa de uma Fundação Cooperativa de uma Empresa Privada articulado com institutos e prefeituras e outras instituições municipais, como secretarias municipais e escolas.

O Programa Vale Juventude faz parte das ações de “Apoio à gestão pública” da “Fundação Vale”, uma fundação da empresa privada Vale. O PVJ tem o objetivo “[...] de promover o desenvolvimento pessoal e social dos jovens das comunidades onde a Vale atua, trabalhando a participação juvenil, a cidadania e a *educação afetivo-sexual*”² (grifos nossos).

¹ Quando nos referirmos ao Programa Vale Juventude utilizaremos o nome completo do Programa, a Sigla PVJ ou apenas Programa, com inicial maiúscula.

² <http://www.fundacaovale.org/pt-br/a-fundacao-vale/quem-somos/paginas/default.aspx> Acesso em 01 de Outubro de 2011. A maioria dos documentos utilizados nesta pesquisa foi capturada da internet. Deste modo, indicamos em nota de rodapé o *site* e a data de acesso das informações. Esses documentos foram salvos e impressos para facilitar a utilização dos mesmos. Também porque houve mudanças no *site*, atualizações, inclusão de novos programas e extinção de outros. No primeiro capítulo apresentamos os documentos da pesquisa e faremos uma discussão sobre o material empírico e seus dispositivos operantes: história, arquivo, fonte e “suporte de memória” e os documentos selecionados e analisados.

Para alcançar seus objetivos o Programa “[...] desenvolve a formação básica e continuada de profissionais das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social de modo a prepará-los para realizarem ações sistemáticas”³. O Programa Vale Juventude teve início em 2007, fruto de uma parceria da Fundação Vale com o Instituto Aliança. No Estado do Pará, as prefeituras de Abaetetuba, Barcarena, Tomé-Açu, Marabá e Parauapebas, fizeram parceria com a Fundação Vale para desenvolver o PVJ que tem como público prioritário pré-adolescentes, adolescentes e jovens de 10 a 20 anos⁴.

As incursões teórico-metodológicas em torno das questões sobre currículo, sexualidade, juventude e governamentalidade e o cotejamento dos documentos do Programa Vale Juventude me possibilitou a construção do objeto dessa tese, circunscrito na **produção de governamentalidade da sexualidade da juventude no currículo do Programa Vale Juventude (PVJ)**⁵.

No campo do problema de pesquisa para dar conta do objeto construído propus como questão geral: Como se dá a produção da governamentalidade da sexualidade da juventude no currículo do Programa Vale Juventude (PVJ)? Como desdobramento dessa questão, elaborei três questões norteadoras: Quais as condições históricas de surgimento da Empresa Vale e da Fundação Vale como “agente social” voltado para a juventude? Em que momento a juventude se apresenta como “problema” e alvo de interesse/regulação do PVJ? Como se constitui o dispositivo da sexualidade no currículo do PVJ e a própria juventude permeadas pelas relações saber-poder-subjetividade?

A partir dessa problematização a tese proposta nesse estudo é que a Empresa Vale e a Fundação Vale atuam como “agentes sociais” voltados para a juventude como “problema”, transformando-a em alvo de governamentalidades, interesse e regulação por meio do Programa Vale Juventude. Este Programa atua na constituição do dispositivo de sexualidade da juventude permeadas pelas relações saber-poder-subjetividade em que há um governo das condutas e que essa governamentalidade é da ordem de um negócio social, na história do presente da Amazônia paraense.

A construção do objeto de pesquisa, das formas de problematização e da tese proposta foi marcada por continuidades e descontinuidades que assinalam os limiares de uma

³ <http://www.fundacaovale.org/pt-br/gestao-publica/vale-juventude/metodologia/paginas/default.aspx>. Acesso em 01 de Outubro de 2011.

⁴ Assim está descrito a faixa etária nos documentos do PVJ.

⁵No capítulo I descrevemos “os fluxos da pesquisa” que nos ajudou a construir o objeto de pesquisa, as interrogações e ainda a definir o percurso metodológico e a escolha dos documentos. As noções de currículo, sexualidade e juventude serão discutidas em outro capítulo. Assim como faremos uma descrição da Empresa Vale, da Fundação Vale e descreveremos algumas das condições de possibilidade do Programa Vale Juventude.

formação em processo de construção e reconstrução, assinalado por rupturas, cortes, mutações, transformações, pois não podemos pensar os processos formativos como “grandes unidades ininterruptas” (FOUCAULT, 2007) que seguem ordens cronológicas, sequenciais, evolutivas. Para Foucault (2007, p. 09), “A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história”, pois a continuidade é a busca incessante do historiador/pesquisador para definir a “sucessão linear de acontecimentos”, para traçar a “linha contínua de uma evolução” (FOUCAULT, 2007, p. 159). Destaco alguns “eventos” que marcaram esse processo formativo, que embora sejam apresentados em “ordem cronológica”, tento marcar as rupturas e dispersões neles implicados.

Inicialmente destaco que esse objeto e questionamentos foram construídos a partir do que me move diante das questões referentes ao currículo, juventude e sexualidade: desassossegos, suspeitas, interrogações. Entretanto, outra questão associada ao objeto de estudo suscitou outras inquietações e um deslocamento se tornou fundamental para analisar o objeto proposto. O movimento provocado por esse objeto de estudo, ao descrever o lugar institucional do Programa Vale Juventude no Pará, se refere a necessidade que senti de fazer algumas reflexões sobre a Amazônia, pois nessa região a Empresa Vale tem desenvolvido vários projetos de exploração mineral e de infraestrutura. Tais projetos têm causado inúmeros impactos sociais, econômicos, territoriais, ambientais e a partir de diagnósticos de tais problemas a Empresa Vale passa a atuar como “agente social” por meio da Fundação Vale e de vários programas. A Amazônia é apenas um eco em nossas pesquisas, pois não construímos nossos objetos de estudos visando interrogar a realidade amazônica e esta parece uma “miragem”, tão perto e tão longe⁶. A Amazônia tem sido estudada a partir de diferentes formações discursivas: “integracionista”, “desenvolvimentista”, “ambientalista” entre outras, construídas, sobretudo no âmbito do planejamento e ordenamento territorial. Essa preocupação não se fizera presente nas pesquisas anteriores.

Sem querer encontrar fios lineares, os atravessamentos das questões de gênero e sexualidade em minha formação acadêmica emergiram como que uma “imposição” às questões que se mostravam como inquietantes, seja por ser professora, aluna, mulher, filha, mãe. Inquietações que emergiram no plano da vida cotidiana (ainda na adolescência, no Curso de Magistério (antigo 2º Grau - 1993-1995), na Formação em Pedagogia (UFPA - 1996-2000) e na experiência docente concomitante à formação), pois ainda vivenciamos experiências de

⁶Guimarães e Castro (2011, p. 419) no artigo “Benedito Nunes e reflexões sobre a Amazônia” afirmam: “Benedito é intérprete da Amazônia e interrogador da realidade amazônica - papel que desempenha com sentimento de pertença e a desenvoltura de quem conhece filosofia e literatura, áreas do conhecimento nas quais é autoridade respeitada”.

sexismo, misoginia, homofobia nos diferentes espaços institucionais, em especial nas escolas, o que junto com Louro (2007) situo no campo do intolerável. “É intolerável conviver com um sistema de leis, de normas e de preceitos jurídicos, religiosos, morais ou educacionais que discriminam sujeitos porque seu modo de ser homem ou de ser mulher, suas formas de expressar seus desejos e prazeres não correspondem àquelas nomeadas como ‘normais’” (LOURO, 2007, p. 201).

Ao entender que esse intolerável em relação a gênero e sexualidade precisava ser analisado, ser questionado e ser reinventado em nossas existências, elegi tal temática como objeto de pesquisa. Ao longo desse período (1997-2010), as constituições dos tópicos de pesquisas foram se transformando, atendendo também às exigências das mesmas. No início tinha a ideia de que ia avançando no domínio do tema, numa escala progressiva. Mas a partir da leitura em 2000, de um texto de Microfísica do poder, comecei a problematizar gênero e sexualidade a partir das relações saber-poder, nas quais também estava em exercício. As construções dos objetos de pesquisas que analisei em alguns projetos, se entrecruzavam e foram marcadas por continuidades e descontinuidades, permanências e rupturas.

Os atravessamentos dessa temática em minhas inquietações de pesquisa remontam ao ano de 1997, após participação do Minicurso: “Gênero: Homem ou mulher, quem mete a colher?” durante o EPEPE (Encontro Paraense dos Estudantes de Pedagogia) na UFPA, no qual foi problematizada a oposição binária construída em relação às questões de gênero. O interesse em relação à temática foi imediato, pois além de aluna de Pedagogia onde vivenciava essa questão pela turma ser formada majoritariamente por mulheres, eu atuava como professora do Ensino Fundamental no Município de Moju e presenciava cotidianamente os embates entre as crianças e adolescentes atravessados pelas discussões de gênero.

De tal modo, que na conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia (2001), problematizei as relações de gênero em sala de aula, a partir das diferenças, especificidades e embates entre meninas e meninos na ambiência escolar. As inquietações naquele momento emergiram a partir de experiências com o trabalho em sala de aula no Ensino Fundamental (1ª à 4ª séries). Esta apontou para acomodações e resistências nas construções das identidades de gênero, pois nela estavam envolvidas relações de poder. As fronteiras eram atravessadas por meninos e meninas em diferentes momentos, ora consideradas “inocentes”, ora preocupantes,

pois ocorria o que Britzman (1996) chama de “correção identitária”, um investimento para que o/a “transgressor” assumisse o gênero considerado correto⁷.

No estudo de especialização novamente discuti gênero em sua interconexão com a questão da Coordenação Pedagógica, a partir das contribuições dos Estudos culturais de inspiração “pós-estruturalista”. Essa pesquisa se delineou a partir de um estudo exploratório/teórico sobre a possibilidade de a Coordenação Pedagógica desenvolver seu trabalho como uma política cultural, no qual as relações de gênero fossem problematizadas como construções discursivas envolvidas em relações de poder-saber⁸.

Durante esse Curso a Profª Joyce Ribeiro criou o Grupo de Estudos de Gênero e Educação (GEPEGE - 2003 - atual), do a qual participei desde sua criação até julho de 2012 cujas discussões possibilitaram a inclusão do debate sobre gênero nas disciplinas que ministrei no Curso de Pedagogia a partir de 2004, onde esses debates eram incipientes⁹. A primeira pesquisa desenvolvida pelo GEPEGE foi sobre “Os significados de Gênero no Currículo do Ensino Normal” (PROINT/2005). De acordo com Ribeiro (2007), na docência do Curso Normal homens e mulheres vivem o gênero a partir de significados de masculinidade e feminilidade hegemônicos, mas é possível antever a circulação de significados produzidos por uma política cultural pós-moderna que altera as condutas e os sentimentos, ou seja, as subjetividades.

A partir das indicações provenientes desta pesquisa, que deixaram entreaberta a questão da construção das identidades de gênero na Juventude - Ensino Médio - nos lançamos, a Profª. Joyce Ribeiro e eu, à outra empreitada investigativa (2006/2007): “A construção da identidade de Gênero dos Jovens no Ensino Médio”. Seu objetivo foi compreender como os jovens vêm construindo suas identidades de gênero num tempo/espaço marcado por contradições, a juventude, compreendida como uma identidade sociocultural construída na interconexão com outras identidades e temporalidades. As leituras e discussões provenientes dessa pesquisa me lançaram ao questionamento da política identitária, principalmente após a declaração de um jovem homossexual ao ser perguntado sobre que identidade de gênero assume, homem ou mulher, ele respondeu: “nem um dos dois”.

⁷ Trabalho elaborado com a orientação inicial do Prof. Dr. Antônio Otaviano Vieira Júnior e finalizado sob orientação da Profª Drª Josenilda Maués.

⁸ A Coordenação Pedagógica era o eixo do curso e função assumida em Escola pública no Município de Igarapé-Miri (5ª a 8ª séries), na qual as questões de gênero se mostraram novamente de forma intrigante e persistente, mas agora com tênues marcas de valorização das fronteiras, que incomodavam os ansiosos por lugares fixos, determinados. Trabalho elaborado com a orientação da Profª Drª Joyce Otânia Seixas Ribeiro.

⁹ O GEPEGE foi um dos primeiros grupos de pesquisa criado no Campus de Abaetetuba a partir do incentivo do Prof. Dr. Antônio Otaviano Vieira Júnior, coordenador do Núcleo de Pesquisa (NUPE) do Campus de Abaetetuba/UFPA.

Essa pesquisa suscitou os questionamentos para propor para o mestrado uma investigação sobre os discursos envolvendo gênero e sexualidade produzidos por um componente curricular de uma escola que funciona em regime de convênio entre a Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC) e a Diocese de Abaetetuba. Esse viés investigativo me possibilitou a ampliação das discussões que se ocupam das questões de currículo, gênero e sexualidade para problematizar as composições de forças, as relações de saber-poder engendradas na construção de tais discursos.

Na pesquisa do mestrado, “Entre o laico e o religioso: as injunções do discurso sobre gênero e sexualidade em um dispositivo curricular de normalização para Aspectos da Vida Cidadã”, problematizei os discursos sobre gênero e sexualidade no currículo escolar, na qual o eixo central de análise foi a articulação entre a Igreja Católica (Diocese de Abaetetuba) e o Estado (Secretaria de Estado de Educação) para a constituição de um Componente Curricular (Aspecto da Vida Cidadã) que trabalha as questões socioculturais, entre elas, gênero e sexualidade. As análises apontaram para diferentes atravessamentos nos discursos sobre gênero e sexualidade no currículo, desde os saberes religiosos, biológicos, psicológicos, assim como para a objetivação do aluno cidadão-cristão como modelo para a formação dos jovens na escola¹⁰. Nesta pesquisa, pude desenvolver uma analítica histórico-documental operando com os conceitos foucaultianos de saber-poder, verdade e governamentalidade, para analisar os discursos sobre gênero e sexualidade a partir de enunciados que reverberavam justificativas, orientações, prescrições sobre o tratamento da temática em um colégio que segue as matrizes da religião Católica.

Os discursos sobre gênero e sexualidade foram analisados em suas possibilidades de existência, sem tentar encontrar suas origens, continuidades, pois, ao serem construídos, articulam saber-poder que constituem verdades em formações sociais específicas e formas de governamentalidade. Assim, foi preciso analisá-los em sua descontinuidade histórica, produzida discursivamente e produtora de discursos e saberes (VEYNE, 2008). Esta pesquisa deixou entreaberta a discussão sobre outras parcerias entre escolas/sistemas de ensino e ONGs ou Fundações para tratar das questões referentes a gênero, sexualidade e juventude, que será questionada na pesquisa atual.

Foi no terreno multifacetado da educação e da Pedagogia que fui me constituindo como professora e pesquisadora preocupada com as questões que transversalizam nossas

¹⁰ BRÍCIO, Vilma Nonato de. Entre o laico e o religioso: as injunções do discurso sobre gênero e sexualidade em um dispositivo curricular de normalização para Aspectos da Vida Cidadã. Orientadora Prof^a Dr^a Josenilda M^a Maués da Silva. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2010. <http://www.ppged.belemvirtual.com.br/arquivos/File/dissertvilmanonato.pdf>

práticas, nas quais também sou enredada nas relações de saber-poder-subjetivação de determinados temas, entre eles, currículo, gênero, sexualidade, juventude.

Essa trajetória de pesquisa antes do início do doutorado e durante o curso contou com muitos intercessores e dispositivos de coletividade. Diversos encontros com pessoas, em disciplinas, grupos de pesquisas, eventos, lembranças me fizeram (re)pensar sobre esse percurso, as opções teórico-metodológicas, os modos de ler, de escrever, a vida na universidade, as práticas de pesquisas, a constituição de nossas existências. No processo de doutoramento alguns docentes/intercessores nos impulsionam a ativar o pensamento e o exercício da crítica (DELEUZE, 1992), nos instigando a problematizar o tema de pesquisa, para desta forma reelaborarmos o Projeto de Pesquisa em todos os seus elementos e dar continuidade as etapas da pesquisa. É difícil falar de todos, por isso, me atenho a expor alguns desses encontros institucionais que produziram ressonâncias significativas na realização desta pesquisa.

Destaco inicialmente o encontro com a Prof^a Flávia Lemos, que iniciou em 2008 e se fortaleceu nas práticas de orientação. Suas orientações me possibilitou pensar e repensar o objeto em sua historicidade, considerando as multiplicidades e singularidades que envolvem a constituição da pesquisa assim como sua cobrança em relação ao rigor teórico-metodológico necessário na construção de uma tese. Suas orientações me colocavam questões sobre a própria prática de pesquisa na atualidade, que não pode ser pensada apenas como atividade pessoal e individual, mas também social e coletiva envolvendo dimensões políticas, éticas e estéticas. As reuniões de orientações individuais e coletivas, presenciais e virtuais, engendraram interrogações sobre os desdobramentos da pesquisa, as leituras, o tratamento do *corpus* de análise da pesquisa, seja ao destacar um ponto específico da pesquisa, na sua multiplicidade e singularidade, seja ao indicar um novo livro, um novo conceito ou mesmo um documento que demonstrava potencialidade para o prosseguimento da pesquisa.

Outro tempo-espaco de interlocução com a orientadora, Prof^a Flávia Lemos, foram as aulas das disciplinas ministradas no PPGED e PPGP da UFPA, em que por meio de um “gesto pedagógico” crítico, transversal e problematizador debate temáticas diversas, questiona noções consideradas fixas, aponta pistas teóricas e metodológicas. Destaco duas disciplinas cursadas sob sua coordenação: “Processos de subjetivação, história e política” e “Modos de produção e dispositivos institucionais na educação”.

A primeira disciplina ao articular a análise dos processos de subjetivação, história e política a partir das contribuições de Foucault, Deleuze e Guattari me provocou o

questionamento dos modos de produção dos dispositivos institucionais na sociedade contemporânea, entre os quais podemos incluir as Fundações, as ONG's, as escolas e seus efeitos na constituição da subjetividade, na articulação de dispositivos de saber-poder. A Fundação Vale por meio do Programa Vale Juventude pode ser pensada como um dispositivo institucional que produz modos de subjetivação juvenis.

A disciplina “Modos de produção e dispositivos institucionais na educação” centralizou os debates em torno da educação e do currículo como dispositivos institucionais de produção de modos de subjetivação, constituídas por relações de saber-poder. Neste debate, a noção de currículo como prática de saber-poder me impulsionou a delimitar o objeto de pesquisa aos discursos de juventude, gênero e sexualidade no currículo do Programa Vale Juventude.

Outro espaço-tempo de conversações e diálogos com a Prof^a. Flávia Lemos foi no Grupo Transversalizando do qual faço parte e no qual discutimos as temáticas de nossas investigações, os referenciais teórico-metodológicos de nossas pesquisas, assim como os projetos em andamentos e os concluídos. As reuniões de fim de tarde das terças-feiras nos possibilitam encontros de “partilha de pensamento” para provocar debates sobre o instrumental teórico-metodológico utilizado em nossas pesquisas, sobretudo as orientadas pela perspectiva foucaultiana a partir de conceitos que funcionam como operadores analíticos de objetos e práticas múltiplas e transversais¹¹. A opção por uma perspectiva histórica arqueogenealógica¹² de pesquisas permite aos integrantes do Grupo Transversalizando problematizar múltiplas e transversais questões e analisá-las em sua descontinuidade histórica, sua produção discursiva e como produtora de discursos e saberes (VEYNE, 2008).

No primeiro semestre de 2012 a disciplina “Seminário de Tese I”, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Wilma Baía, possibilitou a discussão da problematização e dos objetivos das pesquisas acadêmicas em educação por meio do exame de teses. Essa atividade me fez analisar que meus objetivos e as formas de problematização eram muito ambiciosos para torná-la exequível no tempo previsto para a realização da pesquisa, além de me mostrar a necessidade de entrar em contato com os documentos do Programa para poder delimitar o objeto da tese.

¹¹ Judith Revel afirma que Foucault desenvolveu um trabalho filosófico durante 30 anos de escrita, de pesquisa, de ensino e de partilha do pensamento.

¹² O termo arqueogenealogia não foi desenvolvido por Foucault, mas faz referência a uma articulação da metodologia utilizada no conjunto de suas pesquisas que envolvem a arqueologia, a genealogia e a ética a partir dos domínios do saber, poder e subjetivação (VEIGA-NETO, 2003).

Na disciplina “Seminário de Tese II”, no segundo semestre de 2012, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Josenilda Maués, realizamos o levantamento bibliográfico de tese para construir um artigo. Tal atividade me mostrou a incipiência de trabalhos na perspectiva foucaultiana que problematizam as políticas para a juventude sob a angulação de gênero e sexualidade, de modo que as possibilidades para fazer uma tese original foram entreabertas.

Durante a disciplina “Epistemologia e práticas investigativas nos campos do currículo e da história da educação”, no segundo semestre de 2012, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Flávia Lemos e pelo Prof. Dr. Genylton Rocha, realizamos debates voltados para a construção epistemológica do conhecimento da área da educação e currículo e também realizamos análises de teses visando problematizar a construção epistemológica das mesmas.

A disciplina “Seminário de Tese III”, ministrada pelo Prof. Dr. Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, no primeiro semestre de 2013, foi produtiva e provocativa no sentido de possibilitar o redimensionamento da pesquisa em seus detalhes minuciosos. Nossas pesquisas foram analisadas em suas singularidades do ponto de vista teórico e metodológico de modo a permitir uma problematização de nossas próprias construções a partir de um referencial teórico sobre pesquisa educacional e produção do conhecimento científico na pós-graduação no Brasil. Deste modo, esta disciplina me permitiu analisar os atravessamentos da pesquisa, os vestígios de fontes que poderíamos utilizar na mesma, os modos de organização do pensamento na tese de modo que o objeto da tese seja enredado na sua própria escrita.

Na disciplina “Seminário de Tese IV”, ministrada pelo Prof. Dr. Genylton Rocha, no segundo semestre de 2013, realizamos a análise coletiva do nosso projeto de pesquisa, o que me ajudou a reelaborar elementos do projeto para melhor delimitar o objeto de pesquisa.

Outras interlocuções na realização desta pesquisa foram proporcionadas pelos debates e atividades nos grupos de pesquisa nos quais sou cadastrada no CNPq. Os Grupos de pesquisa funcionam como dispositivos de agenciamentos coletivos, de encontros, diálogos, conversações, debates, amizades, alegrias, tensões, que produzem ressonâncias e atravessamentos diversos em minha vida como estudante, professora, pesquisadora, mulher.

Destaco que participei (2012-2015) efetivamente das reuniões semanais do Grupo de Pesquisa Transversalizando, que tem como líder a Prof^a. Dr^a. Flávia Lemos. Neste grupo, nos debates semanais, nos finais de tarde de terças-feiras, fazemos leituras, discussões de livros e artigos que contribuem com a problematização de temáticas adjacentes aos objetos de pesquisa dos integrantes do grupo, assim como o aprofundamento dos debates em torno do

aporte teórico-metodológico foucaultiano, utilizando conceitos que funcionam como operadores analíticos de práticas múltiplas e transversais.

Do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Currículo (NEPEC), grupo de pesquisa no qual sou cadastrada desde o mestrado (2008), liderado pelo Prof. Dr. Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, destaco a experiência de fazer levantamento em base de dados sobre determinados temas para apresentar ao grupo e circunstanciar nossas pesquisas. Em 2009 realizei o levantamento de artigos na ANPED e no ENDIPE que subsidiam meu trabalho até hoje, pois vou apenas atualizando o levantamento e fazendo a análise dos mesmos do ponto de vista teórico e metodológico. Mesmo estando cadastrada no Grupo, não tenho participado efetivamente das reuniões configuradas em sua instigante Agenda Científica do NEPEC.

O DIFERE - grupo de Pesquisa “Diferença e Educação” - é o grupo de pesquisa que participo desde o mestrado (2008), é liderado pela Prof^a. Dr^a. Josenilda Maués. Esse grupo me possibilita o diálogo com a filosofia da diferença, com o aporte teórico-metodológico foucaultiano por meio das pesquisas dos integrantes do grupo e com as publicações da Revista Artíficos. O DIFERE mobiliza estudos voltados para a constituição de sínteses disjuntivas apoiadas nas virtualidades e multiplicidades de abordagens teórico-metodológicas de inspiração pós-estruturalista, mais especificamente das chamadas filosofias da diferença, para o campo do currículo e da formação de professores.

Mesmo não participando mais do GEPEGE - Grupo de Estudos de Gênero e Educação - gostaria de destacar as ressonâncias que este grupo produziu em minha vida. O GEPEGE foi criado no final de 2003, pela Prof^a. Dr^a. Joyce Otânia Seixas Ribeiro a partir do incentivo do Prof. Dr. Antônio Otaviano Vieira Júnior, então coordenador do Núcleo de Pesquisa (NUPE) do Campus de Abaetetuba/UFPA. Em 2004, passou a ser denominado Grupo de Pesquisa em Gênero e Educação (GEPEGE), sendo cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em janeiro de 2006. As discussões do grupo possibilitaram a inclusão do tratamento de gênero nos componentes curriculares que trabalhei como professora do curso de Pedagogia a partir de 2004, onde percebi a insipiência dos debates nessa direção. A partir dessas discussões no GEPEGE e nas salas de aula foram surgindo alguns interesses investigativos sobre essa temática por parte dos/as estudantes do curso de Pedagogia e da própria especialização em Coordenação Pedagógica. Fiz parte do GEPEGE até julho de 2012.

Outras conversações foram proporcionadas pelos eventos dos quais temos participado, como ouvinte e/ou apresentadora de comunicação oral ou palestrante ou

debatedora em mesa-redonda ou organizadora, sobretudo aqueles que ocorreram em Belém-Pa. Os eventos funcionam como dispositivos de interlocução, como disparadores de ideias, de críticas, como possibilidade de encontrar com os intercessores, de fazer parcerias potentes, de promover intercâmbios entre diferentes instituições e grupos de pesquisa constituindo redes acadêmicas e de afetos. Nos eventos também apresentei trabalhos concluídos ou em andamento (parte da tese), o que permite colocar em discurso a própria produção de nossas experiências científicas para as críticas e contestações necessárias.

Apesar do trabalho de escrita de uma Tese ser muito solitário, encontramos nos intercessores e nos “dispositivos de grupo” possibilidades de agenciamento de novas formas de pensar a pesquisa acadêmica, que hoje se constitui também nas coletividades, sejam em Grupos de Pesquisas, intergrupos ou mesmo interinstitucionais.

Após evidenciar os movimentos de construção dos temas de pesquisas anteriores e desta tese, destaco que a relevância desta pesquisa pode ser enfatizada em quatro âmbitos que se entrecruzam na constituição do objeto: pessoal, social, institucional e acadêmica. Do ponto de vista pessoal, os debates sobre as relações de gênero e sexualidade me são caros já algum tempo, desde as primeiras experiências de pesquisa acadêmica na graduação, nos idos de 1997, quando me instigava a leitura de alguns/as autores/as que problematizam as relações de gênero (SCOTT, 1995; LOURO, 1997) e me desafiava a tentar desnaturalizar as relações entre meninos e meninas na sala de aula.

Ao articular as discussões desta pesquisa busco não só a realização pessoal e coletiva por me inquietar com a colocação em discurso da sexualidade da juventude num projeto de uma empresa privada, como também instigar a sociedade a desconfiar dos arranjos naturalizantes que prometem formação, conscientização, esclarecimento, “oportunidade” para a juventude por meio de oficinas educativas.

Dessa forma, a relevância científica da tese se assenta na possibilidade de construir um conhecimento mesmo que provisório sobre *a produção de governamentalidade da sexualidade da juventude no currículo do Programa Vale Juventude*, contribuindo para a ampliação da análise de políticas que versam sobre currículo, sexualidade e juventude. Tal construção destaca a singularidade do objeto de pesquisa ao inquirir um programa da fundação de uma empresa privada que se propõe em trabalhar as questões de sexualidade com jovens na escola e fora dela. No levantamento bibliográfico constatei que o tratamento das questões de sexualidade da juventude por Ong’s, fundações, empresas privadas, ainda é pouco

visibilizada nas pesquisas e não encontrei nenhum trabalho nas bases de dados acadêmicas que analisam o Programa Vale Juventude até 2015.

Para tanto, esse trabalho foi estruturado em quatro capítulos:

No primeiro capítulo “Os fluxos da pesquisa: a constituição do objeto de pesquisa, os operadores metodológicos e o corpus empírico”, apresento os movimentos da pesquisa, para situar os caminhos investigativos percorridos para a construção de todo o texto. Exponho desde o percurso para a constituição do objeto de pesquisa e as formas de problematização, as “precauções metodológicas” a partir de alguns elementos arqueológicos e genealógicos de Michel Foucault, alguns dispositivos operantes da análise documental até a materialidade que circunscreve o objeto de pesquisa nos documentos selecionados.

No segundo capítulo “Sexualidade, juventude e currículo” analiso: a emergência do dispositivo de sexualidade: do controle individual à gestão coletiva; a produção histórica da juventude como objeto de intervenção política; a sexualidade da juventude em políticas públicas: alguns apontamentos; Educação e currículo como práticas de controle.

No capítulo seguinte “a Empresa Vale e sua inserção na Amazônia: dos grandes projetos aos múltiplos impactos”, trago inicialmente um breve panorama sobre a Empresa Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em seguida discorro sobre o “desastre tecnológico da Samarco/Vale/BHP” no qual a Vale estava envolvida, depois descrevo alguns impactos da mineração atividade principal da Empresa. No que segue, discorro sobre a inserção da Empresa Vale na Amazônia em meio aos discursos de fronteira, integração e desenvolvimento e finalizamos o capítulo levantando um panorama sobre a relação da Empresa Vale com a juventude.

No quarto capítulo “A Fundação Vale, o Programa Vale Juventude e o “negócio do social”: práticas de governamentalidade da sexualidade da juventude” registro as análises do objeto de pesquisa. Para tal dividi em alguns tópicos: A Fundação Vale e o “negócio do social”; o Programa Vale Juventude: jovens como objeto de investimentos e como investidores; A educação afetivo-sexual no Programa Vale Juventude: práticas de governamentalidade da sexualidade juvenil; Oficinas educativas programando a vida dos jovens: “sexualidade, saúde e convivência”. Nesses tópicos tento dar conta de analisar os documentos propostos e confirmar a hipótese inicial proposta.

As considerações finais intitulei “interrompendo o percurso: “a vida não cabe em um programa””. Nela retomo as perguntas da pesquisa e fazemos algumas ponderações relacionadas as lacunas da pesquisa, deixando entreaberto novas possibilidades de pesquisas.

1. OS FLUXOS DA PESQUISA: A CONSTITUIÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA, OS OPERADORES METODOLÓGICOS E O *CORPUS* EMPÍRICO

A proposição deste capítulo consiste em apresentar o percurso da constituição do objeto de pesquisa e as formas de problematização, itinerário este que não é linear, mas sinuoso e implicado em movimentos constantes. Inicialmente explico as ferramentas metodológicas a partir das quais selecionei alguns elementos arqueológicos e genealógicos, em seguida discuto ainda a utilização da pesquisa documental na análise da sexualidade e finalizo o capítulo delineando o material empírico da pesquisa e seus dispositivos operantes: história, arquivo, fonte e “suporte de memória” e os documentos selecionados e analisados.

1.1 Percurso da constituição do objeto de pesquisa e as formas de problematização

Na realidade, o que quero fazer, e aí reside a dificuldade da tentativa, consiste em operar uma interpretação, uma leitura de um certo real, de tal modo que, de um lado, essa interpretação possa produzir efeitos de verdade e que, do outro, esses efeitos de verdade possam tornar-se instrumentos no seio de lutas possíveis. Dizer a verdade para que ela seja atacável. Decifrar uma camada de realidade de maneira tal que dela surjam as linhas de força e de fragilidade, os pontos de resistência e os pontos de ataque possíveis, as vias traçadas e os atalhos. É uma realidade de lutas possíveis que tento fazer aparecer (FOUCAULT, 2006, p. 278).

No percurso desta pesquisa de doutoramento me deparei com três noções fundamentais para delimitar a pesquisa: currículo, sexualidade e juventude. A emergência desses elementos históricos será situada para analisar o objeto de pesquisa: *a produção de governamentalidade da sexualidade da juventude no currículo do Programa Vale Juventude (PVJ)*.

Para a constituição deste objeto de pesquisa parti do pressuposto de que estes conceitos/objetos possuem uma história, produzida a partir de condições históricas de aparecimento, o que exige que sejam problematizados, desnaturalizados, estranhando suas obviedades, para interrogar as “evidências e postulados”, dissipar as “familiaridades aceitas”

sobre determinado objeto de pesquisa (FOUCAULT, 2006b, p. 242)¹³. Esse recorte do objeto de pesquisa me permitiu seguir uma das “precauções de método” indicadas por Foucault (2010), que seria não analisar uma “racionalização geral da sociedade ou da cultura”, como a “sexualidade no ocidente”, por exemplo, mas racionalidades específicas como a sexualidade em determinada cultura, com uma construção a partir das experiências dessa cultura e de suas singularidades, tal qual proposto na analítica das práticas de governamentalidade da sexualidade da juventude em um programa específico.

Para problematizar as práticas curriculares dirigidas aos jovens desenvolvidas no PVJ a partir do eixo temático sexualidade, acionei a noção de governamentalidade desenvolvida pelo filósofo francês Michel Foucault no curso “Segurança, Território, População” em 1978. Para Foucault (2008, p. 476), “Sociedade, economia, população, segurança, liberdade: são os elementos da nova governamentalidade, cujas formas, parece-me, ainda conhecemos em suas modificações contemporâneas”. Esses elementos se articulam nos modos contemporâneos de governamentalidade, que ao apresentar a população como objeto de controle, institui o “social” como estratégia de segurança e liberdade que se constituem no componente discursivo da economia neoliberal. Concordo com Deleuze (1986, p. 02), quando afirma que o social se constitui como “um domínio híbrido, sobretudo nas relações entre o público e o privado”.

No Brasil, a ascensão do “social” se dá especialmente a partir da segunda metade do século XIX “[...] entendido tanto como campo de intervenção de biopoderes quanto como rede de práticas, saberes e instituições que formam como que um dispositivo biopolítico de segurança, responsável pela gestão, policiamento e regulamentação da vida das populações pobres” (GADELHA, 2013, p. 225). O campo “do social”, particularmente ligado às crianças, aos adolescentes e aos jovens se tornam objetos de governamentalização do social.

A governamentalidade “tem na população seu objeto, na economia seu saber mais importante e nos dispositivos de segurança seus mecanismos básicos” (MACHADO, 1979, p. XXIII). Deste modo, considero que o PVJ ao tomar como objeto de intervenção a população jovem, utiliza os atuais mecanismos de governamentalidade ligadas aos dispositivos de segurança, gestão de territórios e de populações. Para tal o PVJ produz uma articulação entre currículo, sexualidade e juventude tendo como objetivo investir na juventude e na sua

¹³ Para desenvolver a análise deste objeto, utilizaremos algumas “precauções” teórico-metodológicas foucaultianas, mais especificamente alguns elementos históricos da arqueologia e da genealogia, que são apontados desde o início, mas serão explicitados mais detalhadamente em outro tópico desta seção.

educação afetivo-sexual e funcionava por meio de parceria entre instituições governamentais e Organizações não governamentais (ONGs)¹⁴.

Sob a insígnia da formação, da prevenção, da proteção, da orientação, do cuidado as técnicas de governamentalidade articulam formas de controle e gestão da sexualidade dos jovens associados a questões econômicas, sociais, educacionais. Não só por ser um Programa de uma empresa privada, mas por deixar claro em seus documentos a necessidade de investir em “capital humano” no desenvolvimento dos territórios onde a Vale atua e por integrar as relações público-privado para além das dimensões institucionais, Vale, ONGs e escolas, alcançando o dispositivo da sexualidade pelo PVJ¹⁵.

O PVJ ao se definir como um programa educativo produz a distribuição de diversos discursos, constituídos por saberes e poderes, que participam de lutas sociais a partir das quais algumas maneiras como se dá a apropriação dos discursos podem ser modificadas ou mantidas (FOUCAULT, 2004). A educação escolarizada inventada na modernidade como parte do dispositivo de governamentalidade liberal é um dos elementos de investimento desses setores sociais e tem sido consagrada como um dos principais espaços-tempos para a formação dos indivíduos e da população do estado moderno reformado para atender as demandas sociais, culturais e econômicas da burguesia vitoriosa que precisaria estabelecer normas de uma democracia industrial para todos os grupos sociais (POPKEWITZ, 1997).

Entre os objetos/temas colocados na ordem do discurso educacional, a sexualidade se constitui como foco de preocupação no nível da organização curricular, das práticas pedagógicas, das práticas de governo das crianças e jovens. A sexualidade é um campo minado, alvo de preocupação de vários campos de saber, entre eles a educação, que em determinada cultura produz diferentes tipos de normatividades e formas de subjetividade, a partir da qual se constitui uma relação entre sujeito e verdade, articulando elementos da ética e da política (FOUCAULT, 2007). A eloquência com que se fala sobre sexualidade é pautada em saberes construídos por diferentes campos, entre eles a biologia, medicina, pedagogia, psiquiatria, os quais produzem efeitos normativos e subjetivos na constituição dos sujeitos e que se articulam de diferentes formas. No Programa Vale Juventude, a sexualidade é um dos focos principais das práticas ali desenvolvidas, pois nele “são tratados temas como adolescência, sexualidade, equidade de gênero, promoção da saúde, prevenção ao uso abusivo

¹⁴ <http://www.fundacaovale.org/pt-br/a-fundacao-vale/quem-somos/paginas/default.aspx> Acesso em 01 de Outubro de 2011.

¹⁵ <http://www.fundacaovale.org/pt-br/a-fundacao-vale/quem-somos/paginas/default.aspx> Acesso em 01 de Outubro de 2011.

de drogas, prevenção das violências, participação juvenil e direito e cidadania, junto aos adolescentes e seus familiares”¹⁶.

A juventude muitas vezes é tratada como fase da vida que teria uma essência, cuja linearidade e evolução marcariam a passagem de uma fase a outra. Scheinvar e Cordeiro (2007, p. 02) enfatizam que “podemos afirmar que a juventude configura-se como um terreno movediço de conceituação. A dificuldade na tematização da juventude seria uma situação paradoxal de difícil resolução”, pois implica analisá-la enquanto “problema social” e de “investigação sociológica” para autores da “sociologia da juventude” como Pais, Foracchi, Abramo, Dayrell, entre outros¹⁷. Entretanto, o próprio José Machado Pais (1990, p. 164-165), teórico da “sociologia da juventude” afirma que “no fluir destas duas correntes [geracional e classista] tem avançado a sociologia da juventude”, mas destaca também que os estudos sobre juventude pode “avançar no refluxo delas, em movimentos de contracorrente. É que andar “ao sabor das correntes” envolve, não raras vezes, um grave perigo: o perigo de nos deixarmos arrastar por elas, de a elas nos “acorrentarmos”, como naufragos à deriva”.

Nessa “contracorrente” alguns estudos a partir da chave analítica foucaultiana tem problematizado a juventude como um dispositivo biopolítico de governamentalidade, para marcar a historicidade da noção de juventude, que já sofreu várias transformações em decorrência dos atravessamentos de redes de saberes e de relações de poder¹⁸. Coimbra, Bocco, Nascimento (2005, p. 04) afirmam a importância de utilizar a noção de juventude como forma de subverter o conceito de adolescência, ligado a práticas da psicologia, pois “a figura do adolescente costuma remeter a uma tendência ditada pelos *teens* estadunidenses - modelo de todo um estilo de vida a ser consumido pelo restante do mundo -, tendência essa presente em anúncios, conversas e notícias”.

Ao utilizar o conceito de juventude em nossas práticas de pesquisas, pois este é “constituído e atravessado por fluxos, devires, multiplicidades e diferenças” (COIMBRA, BOCCO, NASCIMENTO, 2005, p. 08), podemos analisar as relações de saber-poder

¹⁶ <http://www.fundacaovale.org/pt-br/educacao/vale-juventude/metodologia/paginas/default.aspx> Acesso em 28 de junho de 2013.

¹⁷ A Sociologia da Juventude segundo José Machado Pais (1990) é formada pelas correntes teóricas, geracional e classista, utilizadas na análise das culturas juvenis e os paradoxos da juventude. Mas também poderá avançar no refluxo delas, em movimentos de contracorrente. É que andar “ao sabor das correntes” envolve, não raras vezes, um grave perigo: o perigo de nos deixarmos arrastar por elas, de a elas nos “acorrentarmos”, como naufragos à deriva.

¹⁸ Cf. Pesquisas desenvolvidas e orientadas por Nair Silveira: DIAS, Ana Lucélia Silva. As políticas públicas de juventude em discontinuidades: uma análise das práticas de evasão no ProJovem Urbano de Porto Alegre. **Dissertação de mestrado.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012; GOULART, Marcos Vinicius da Silva Incursões biopolíticas: o poder jovem nas tramas da arena pública. **Dissertação de mestrado.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

implicados nos modos de gestão da juventude e de sua sexualidade. Desse modo, a juventude também emerge como forma de normalização dos indivíduos e gestão da população, como “alvo preferencial de todas as governamentalidades” (BATISTA, 2012, p. 01), seja no campo das políticas públicas em educação, seja no campo da saúde, trabalho ou segurança.

Algumas noções teórico-metodológicas foucaultianas foram acionadas para constituir o objeto de pesquisa, assim como as questões e objetivos da pesquisa e a forma de análise do *corpus* da pesquisa. A própria constituição do objeto de pesquisa foi problematizada no percurso desta investigação, pois estes, não existem lá fora, esperando para serem explorados, eles são arquitetados na história, no tempo, no espaço nos quais nos movimentamos, no terreno de nossas vidas.

Foucault (2006a), ao analisar a constituição de seus objetos de pesquisa afirma que estes são produzidos, a partir dos deslocamentos e descontinuidades que marcam seus interesses investigativos. “É o que somos – os conflitos, as tensões, as angústias que nos atravessam – que, finalmente, é o solo, não ousou dizer sólido, pois por definição ele é minado, perigoso, o solo sobre o qual eu me desloco” (FOUCAULT, 2006a, p. 230). As experiências que construímos no campo educacional sejam a partir da formação ou da prática profissional, são atravessadas por práticas constitutivas de relações de poder e saberes em torno das questões referentes à sexualidade e juventude. Tanto a sexualidade quanto a juventude habitam esse solo tenso, arenoso, em que suas constituições nunca são sólidas, pois são marcadas por transformações e deslocamentos.

Para a fabricação desse objeto cotejei inicialmente uma preocupação de partir da imersão teórica dos estudos sobre currículo, sexualidade e juventude me inquietando a respeito de como eles se tornam objetivados para o pensamento e para a realização de uma analítica da existência enquanto ontologia do presente, ou seja, como eles são transformados por nós de objeto denso, amplo, em um objeto de investigação particular, específico, delimitado.

Um objeto de pesquisa não existe “[...] pairando numa exterioridade, inertes num grande depósito à sombra, à espera de serem, antes, encontrados pela luz que lançamos sobre eles e, depois, solucionados pela razão” (VEIGA-NETO, 2002, p. 30). Para Corazza (2008, p. 364), o objeto “[...] ‘bruto’, que é o de todos. Que todos, ou muitos, podem escolher para investigar, estudar, discutir, analisar”, e ao delimitarmos construímos “[...] ‘o nosso objeto de pesquisa’, que, afinal, é aquele que questionamos e desfiguramos, relemos e reescrevemos, desde a conceptualização escolhida”. Estes só são transformados em tópicos de pesquisa

singulares (CORAZZA, 2006) quando utilizamos “novos óculos” (novas ferramentas teórico-analíticas como a foucaultiana, por exemplo) (COSTA, 2000), pois teremos elementos teórico-conceituais para problematizar práticas, que parecem ser estáveis, ancoradas em concepções teóricas universalizantes, mas que se bem estranhadas podem nos oferecer pistas para novas investigações, instigando suspeitas, dúvidas.

Foucault (2006, p. 229) descreve a construção de seus objetos de pesquisa afirmando: “Eu tateio, fabrico, como posso, instrumentos que são destinados a fazer aparecer objetos”, ou seja, estes não existem *a priori*, lá fora esperando para serem ostentados numa investigação, eles são nomeados e objetivados, construídos a partir de práticas heterogêneas e complexas e da formação social, dos saberes e dos poderes de determinada época. “O objeto não é senão o correlato da prática; não existe antes dela” (VEYNE, 2008, p. 250), ou seja, nossa prática o determina a partir das mudanças históricas. Nesse sentido, os nossos objetos de pensamento são sempre correspondentes de práticas históricas e são objetivados de determinadas formas e por isso precisam ser descritos em sua multiplicidade de forma meticulosa. Dessa forma, o objeto desta pesquisa é *a produção de governamentalidade da sexualidade da juventude no currículo do Programa Vale Juventude*.

Essa forma de pensar a delimitação do objeto de pesquisa me permitiu problematizá-lo em sua constituição e desenvolver uma analítica que visa “[...] exercer a suspeita como atitude ética e postura política” (PRADO FILHO, 2012, p. 73) que pretende desnaturalizar tal construção. Contudo, não basta só o desassossego causado por uma teorização nem apenas dominar um conjunto de conceitos, “[...] trata-se aí basicamente de repertório, de experiência, de sensibilidade, de atualidade, de atenção àquilo que se repete, àquilo que mobiliza a sociedade” (FISCHER, 2002b, p. 61).

Essas exigências para a delimitação da pesquisa são reforçadas pela necessidade de considerar as implicações éticas e políticas envolvidas em nossas investigações, pois “[...] nossas escolhas de pesquisa são éticas, são sempre de algum modo políticas” (FISCHER, 2002, p. 52). Não para responder demandas sociais, mas por inventar novas formas de interrogar as questões sociais e educacionais duvidando das visões cristalizadas que nos prometem redenção, empreendendo um esforço de pensar diferente do que se pensa. Esse pensar diferente exige colocar em suspenso nossas certezas para enveredarmos por caminhos tortuosos, incertos, o que se torna um risco, mas este risco não é de todo negativo, não pode nos tornar cautelosos demais, nem impedir que mergulhemos em aventuras investigativas perigosas, arriscadas, que não promete nada de universal, certo, pleno.

A construção do objeto de estudo configurado nesta pesquisa permite pensar o presente, de modo que ao inquirir o Programa Vale Juventude questiono não só a constituição da juventude na contemporaneidade, como também as estratégias de governamentalidade da sexualidade postas em práticas por instituições governamentais e não governamentais. Assim sendo, é preciso um pensar interrogante em relação à tais práticas para problematizá-las em termos de suas condições de possibilidade, sua emergência e proveniência, que permitem pensar como estas foram objetivadas e tomadas como objetos de pensamento e como formas de analisar o presente.

A perspectiva foucaultiana exige um pensar diferente sobre determinado objeto, não para contemplá-lo, para não antecipar resultados ou responder a demandas sociais, mas para provocar inquietações, estranhamentos que coloquem em suspenso visões cristalizadas, atormentando nossas certezas. Para Foucault (2005), o exercício permanente de problematização precisa considerar que os discursos que formam os objetos, as práticas que objetivam os sujeitos, suas ações, modos de vida envolvem relações de saber-poder e práticas de subjetivação que precisam ser questionadas em suas condições de existência, em sua complexidade, em sua historicidade.

Desse modo, interessou-nos analisar no Programa Vale Juventude as composições de forças e de interconexões entre as relações discursivas, sociais, culturais, políticas, econômicas que constituem as práticas de governamentalidade da sexualidade. O Programa mobiliza estratégias e técnicas para constituir um determinado tipo de discurso sobre a sexualidade juvenil. Assim sendo, não é possível buscar as origens ou os fins desses discursos, mas seus emaranhamentos, seus deslocamentos e descontinuidades.

A partir da constituição do objeto de pesquisa e dos primeiros cotejamentos entre os documentos que formam o *corpus* de análise, construí as questões que orientaram a sua realização. A questão geral foi assim constituída: Como se dá a produção da governamentalidade da sexualidade da juventude no currículo do Programa Vale Juventude (PVJ)? Como desdobramento dessa questão, elaboramos três questões norteadoras: Quais as condições históricas de surgimento da Empresa Vale e da Fundação Vale como “agente social” voltado para a juventude? Em que momento a juventude se apresenta como “problema” e alvo de interesse/regulação do PVJ? Como se constitui o dispositivo da sexualidade no currículo do PVJ e a própria juventude permeadas pelas relações saber-poder-subjetividade?

Para trabalhar essas problematizações foram produzidos os seguintes objetivos. Objetivo geral: Analisar a produção da governamentalidade da sexualidade da juventude no currículo do Programa Vale Juventude (PVJ). Objetivos específicos: Analisar as condições históricas de surgimento da Empresa Vale como “agente social” voltado para a juventude; Descrever o momento em que juventude se apresenta como “problema” e alvo de interesse/regulação do PVJ; Analisar a constituição do dispositivo da sexualidade no currículo do PVJ e da própria juventude permeadas pelas relações saber-poder-subjetividade.

Para trabalhar a análise dessas indagações a partir das contribuições de alguns conceitos de Michael Foucault, formulei a tese de que a Empresa Vale e a Fundação Vale se constituem em “agentes sociais” voltados para a juventude como “problema”, transformando-a em alvo de governamentalidades, interesse e regulação por meio do Programa Vale Juventude. Este Programa atua num jogo de poder que constitui o dispositivo de sexualidade da juventude permeadas pelas relações saber-poder-subjetividade em que há um governo das condutas e que essa governamentalidade é da ordem de um “negócio do social”, na história do presente da Amazônia paraense.

Para analisar essas questões utilizei um referencial teórico-metodológico pautado na perspectiva foucaultiana que instiga a fazer uma investigação das condições históricas que tornaram possível *a produção de governamentalidade da sexualidade da juventude no currículo do Programa Vale Juventude*. A seguir apresento alguns elementos das ferramentas teóricas e metodológicas utilizadas para empreender a análise do objeto desta pesquisa.

1.2 “Precauções metodológicas”: alguns elementos arqueológicos e genealógicos¹⁹

[...] a perspectiva “genealógica”, que põe em ação os outros três princípios: como é que se formaram as séries de discurso, se por intermédio, ou com o apoio, ou apesar dos sistemas de exclusão; qual foi a norma específica de cada série e quais foram as suas condições de aparecimento, de crescimento, de variação (FOUCAULT, 2004, p. 60-61).

Para descrever de um ponto de vista teórico algumas “precauções metodológicas” apontadas por Foucault que serão balizadoras da análise da *produção de governamentalidade da sexualidade da juventude no currículo do Programa Vale Juventude*, aponto inicialmente

¹⁹ Neste tópico, descrevemos de um ponto de vista teórico algumas “precauções metodológicas” apontadas por Foucault, tanto na análise arqueológica quanto genealógica.

algumas informações sobre a “recepção” de Foucault no Brasil, nas intersecções entre o campo da educação e da história.

No Brasil, segundo Aquino (2013), os textos pioneiros sobre o pensamento de Michel Foucault foram da área filosófica: João P. Monteiro (1973), Roberto Machado (1974), José A. Giannotti (1979) e Laura Vergueiro (1979), na década em que foram traduzidos no Brasil *Arqueologia do saber* (1972) e *Doença mental e psicologia* (1975) assim como *Vigiar e punir* (1977) e *Microfísica do poder* (1979), sendo estes últimos os que tiveram maior repercussão no campo educacional.

Conforme Chaves (2010), a recepção de Foucault na área da educação se deve ao trabalho pioneiro de Muchail (1981), a qual ministrava cursos sobre Foucault nos Programas de Pós-Graduação em Filosofia e em Educação, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo desde o início da década de 1980, quando no Brasil o momento histórico esteve marcado pela ditadura militar, no qual “ao mesmo tempo em que a “abertura política” também significava uma abertura em direção a outras posições teóricas, a perspectiva marxista se apresentava como a única possibilidade de crítica e, nesta circunstância, Foucault era ainda um herege” (2010, p. 192).

Rodrigues (2011, p. 19) também destaca a recepção das ideias de Foucault no Brasil, considerando, sobretudo os anos em que Foucault esteve no país, 1965, 1973, 1974, 1975 e 1976, no período histórico das décadas de 1960, 1970, 1980, marcado pela ditadura militar, o que gerava “[...] tentativa de gestão da palavra mediante dispositivos sintetizáveis pela expressão “Estado ditatorial”²⁰. Entre os filósofos que acompanharam Foucault nas conferências e cursos Brasil estão: Roberto Machado e particularmente, no ambiente amazônico e na UFPA Benedito Nunes.

Aquino (2013) apresenta um percurso dessa divulgação no artigo “A difusão do pensamento de Michel Foucault na educação brasileira: um itinerário bibliográfico”, em que destaca a apropriação do pensamento foucaultiano na área da educação conta com uma vasta produção teórica e editorial de vários pesquisadores, entre eles: Tomaz Tadeu da Silva, Sandra Mara Corazza, Alfredo Veiga-Neto, Maria Rita de Assis, Rosa Maria Bueno Fischer, Silvio Gallo, Sylvio Gadelha, Julio Groppa Aquino entre outros.

Os/as pesquisadores/as brasileiros/as em educação têm utilizado alguns operadores teórico-metodológicos foucaultianos em suas investigações, focalizando diferentes objetos de pesquisa: escola, currículo, planejamento, avaliação, (in)disciplina, (VEIGA-NETO, 2003,

²⁰ Heliana de Barros Conde Rodrigues (2012) desenvolveu a pesquisa que tem por título *Michel Foucault no Brasil: presença, efeitos e ressonâncias* com o apoio da UERJ, FAPERJ e CNPq.

2008; FISCHER 2001, 2003, 2007, 2012; AQUINO, 2011, 2013; CORAZZA, 2001, 2002; GALLO, 2012). No livro “Foucault e a educação”, Veiga-Neto (2003) apresenta um panorama geral da teorização foucaultiana assim como descreve algumas pesquisas que utilizam os procedimentos foucaultianos na análise de vários dispositivos pedagógicos. Para Aquino (2013), na educação houve e há apropriações múltiplas e heterogêneas do legado foucaultiano.

Algumas destas pesquisas apontam que Foucault não realizou nenhuma pesquisa específica na área de educação, muito menos de currículo, mas “o efeito-Foucault” como nomeia Rago (1995), na área da educação ainda está em vias de atualização, visto que inicialmente as pesquisas dedicavam-se a problematizar as relações de poder nas instituições e a constituição dos saberes que constituem o discurso educacional (AQUINO, 2013). E com a tradução dos Cursos de Foucault no *Collège de France* e da coleção Ditos e Escritos o tema da arte e estética da existência relacionada à educação começa a entrar na agenda de pesquisa na área de educação.

No rastro desses estudos, me propus a fazer esse percurso de pesquisa sobre a sexualidade da juventude no currículo do Programa Vale Juventude utilizando algumas noções desenvolvidas por Foucault e seguindo algumas de suas “precauções metodológicas” explicitadas em vários livros que nos “servem” como instrumentos analíticos para problematizar nossos objetos de pesquisa na área de educação.

Para Fischer (2003, p. 385) “talvez Michel Foucault seja um autor que possa revolucionar a pesquisa em educação na medida em que fizemos dos conceitos desenvolvidos em sua obra ferramentas efetivamente produtivas na construção de nossos objetos de investigação” e acrescenta: “pesquisar nessa perspectiva é fugir das explicações de ordem ideológica, das teorias conspiratórias da história, de explicações mecanicistas de todo tipo”. Entretanto, a autora adverte que, isso “exige trabalho, dedicação, estudo pormenorizado de práticas, apropriação criativa do referencial teórico escolhido” (p. 386)²¹. Ponderando essa advertência de Fischer (2003), considero que operar uma análise de algumas práticas educativas e curriculares desenvolvidas por uma “Fundação” de uma empresa privada me permite problematizar a produção dos modos de pensar, de ser, de agir, de estar no mundo fazendo a regulação e gestão da sexualidade da juventude.

²¹ Esse artigo de Fischer (2003), “Foucault revoluciona a pesquisa em educação?”, faz uma referência ao importante texto de Paul Veyne “Foucault revoluciona a história”, parte final do Livro “Como se escreve a história” (2008) do mesmo autor.

Gallo (2004) aborda a possibilidade de repensar a educação a partir da fecundidade da produção foucaultiana em um debate sobre a problemática da Epistemologia e da Pedagogia; na analítica do poder e suas implicações nas relações pedagógicas; as relações saber-poder no terreno educacional e a produção em torno da ética do “cuidado de si”. Por meio da filosofia Foucault faz um “diagnóstico do presente” nos mostrando como a Educação e a escola se constituíram na modernidade. Gallo (2006, p. 254) destaca que “Foucault exercitou um pensamento transversal” o que nos possibilita transgredir as compartimentalizações do saberes, para “com Foucault” repensar a educação, abandonando “as certezas prontas dos dogmatismos de toda ordem” e “as certezas prontas das “novidades” que são anunciadas a cada ano”, que também se transformam em dogmas.

As reflexões teórico-metodológicas de Foucault não podem ser utilizadas para “uma nova colonização do pensamento”, criando novas certezas, impondo à Foucault o rótulo de novidade (GALLO, 2006) e utilizados de forma instrumental. A opção teórico-metodológica nesta pesquisa não foi aleatória, uma vez que os eixos envolvidos no objeto desta pesquisa foram problematizados por Foucault, com maior ou menos intensidade, como educação e sexualidade.

Essa perspectiva teórico-metodológica pensa que teoria e empiria não se separam, mas se articulam, se complementando e marcando sua indissociabilidade, de modo que ao descrever teoricamente o objeto de pesquisa, já estou tentando fazê-lo seguindo as propostas de Foucault de assumir uma “atitude metodológica” que faz funcionar seus conceitos e ao utilizar seus “operadores metodológicos” articulo com as noções que problematizam o objeto de pesquisa, tais como: saber, poder, subjetivação, governamentalidade entre outros.

A teoria que me permite fazer a análise das práticas também nos indica um “caminho investigativo” a trilhar, um percurso que nos aponta possibilidades, mas também riscos, pois implica uma analítica que vai se construindo ao longo da trajetória, à medida que vou empreendendo a problematização dos documentos do Programa Vale Juventude. Segundo Corazza (2002), é preciso considerar que não é por um “método” que optamos, mas por uma prática de pesquisa que seja significativa; uma prática que também constitui um discurso, que está implicado em nossa própria vida e que pode ajudar a produzir abalos, provocar mudanças na capacidade de ver e dizer, nas formas de problematizar nossos objetos de pesquisa, de pensar e de estar no mundo.

O pensamento foucaultiano opera por deslocamentos, o que impossibilita pensá-lo a partir de parâmetros cronológicos lineares. Entretanto, é possível pensar os seus trabalhos a

partir de alguns eixos que não se excluem, pois são marcados por continuidades e descontinuidades e se articulam nas suas investigações preocupadas em fazer um diagnóstico do presente a partir das práticas que historicamente organizam nossas vidas. Trata-se da arqueologia, da genealogia e da ética que possibilitam efetuar uma análise de relações e práticas em termos de saber-poder-subjetivação.

Em uma entrevista a Dreyfus e Rabinow (1995) o próprio Foucault enfatizou a articulação entre os elementos que constituem seu pensamento ao afirmar que tratou de três modos de objetivação que transformaram o ser humano em sujeito:

Primeiro, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação à verdade através da qual nos constituímos como sujeitos de saber; segundo, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação a um campo de poder através do qual nos constituímos como sujeitos de ação sobre os outros; terceiro, uma ontologia histórica em relação à ética através da qual nos constituímos como agentes morais (FOUCAULT, 1995, p. 262).

Conforme Lemos (2007, p. 16), esses três domínios do pensamento de Foucault podem ser descritos em termos teórico-metodológicos. No primeiro momento do seu pensamento, “[...] Foucault utilizava o método arqueológico se preocupando com as regras que regiam as práticas discursivas e enfatizando uma prevalência teórica sobre a prática e as instituições”. No âmbito seguinte, “[...] Foucault passa a priorizar as práticas sobre as teorias, saindo de uma posição contemplativa de discursos, ao introduzir a genealogia como um modo de problematizar as práticas sociais de dentro” (p. 16). E no último domínio não há prioridade de teoria ou das práticas, pois este seria marcado por uma imanência de saber-poder e, simultaneamente, pela produção de subjetividade (LEMOS, 2007). Entretanto, embora haja um consenso nas divisões temáticas e dos períodos das obras de Foucault, Dreyfus e Rabinow (1995), Lemos (2007), Veiga-Neto (2002) destacam que o pensamento foucaultiano não pode ser fatiado em etapas sucessivas, como se evoluísse, pois as diferentes “fases” das pesquisas foucaultianas são marcadas por continuidades e descontinuidades que não se sobrepõem, mas se inter cruzam na análise de seus objetos de pesquisa.

Para Foucault (2006), a realização de uma pesquisa é um exercício do pensamento que exige um movimento não linear, que se desdobra na construção do objeto, nas formas de problematização, na tomada de decisão por uma “atitude metodológica”. Ao falar em “atitude metodológica” Foucault recusa a concepção de método linear, fixo e universal, pensando em perspectivas metodológicas, em um método transitório e singular.

No Livro “História da Sexualidade I, a vontade de saber” (1976, p. 77) que integra o projeto de Michel Foucault de realizar uma arqueologia dos saberes e uma genealogia dos

poderes da contemporaneidade, Foucault situa sua série de estudos sobre sexualidade iniciado por este volume indicando “[...] algumas proposições gerais a respeito do que está em jogo, do método, do domínio a percorrer e das periodizações que se podem admitir provisoriamente”. Deste modo, ele afirma que para “analisar a formação de um certo tipo de saber sobre o sexo [...] em termos de poder” (p, 88) ele destaca algumas regras, mas afirma que “[...] não são, realmente, imperativos metodológicos; no máximo, prescrições da prudência” (p. 93). Essa “prudência metodológica”, sobretudo no que concerne à analítica do “poder”, é ressaltado por Foucault em muitos de seus livros e cursos.

No Curso “Em defesa da sociedade”, na 2ª aula de 14 de janeiro de 1976, Foucault (2008) volta a expor no tópico da aula “Analítica do poder: questões de método” as “precauções de método” que adotou para fazer a analítica das relações de poder em termos de disciplina e biopoder para estabelecer a genealogia da biopolítica e do racismo de estado²². Foucault (2008) destaca alguns “imperativos e precauções metodológicas” que adotou para lhe guiar como princípio geral no percurso de suas pesquisas sobre as relações entre direito e poder. Foucault lança mão de cinco precauções metodológicas para enfatizar as formas de analítica do poder e escapar do sentido do edifício jurídico da soberania, dos aparelhos de Estado e das ideologias que o acompanham, mas “[...] se deve orientar a análise do poder para o âmbito da dominação, [...] dos operadores materiais, [...] das formas de sujeição, [...] das conexões e utilizações dos sistemas locais dessa sujeição e [...] dos dispositivos estratégicos” (FOUCAULT, 2008, p. 40). Tal “linha metodológica” norteou Foucault em várias pesquisas a propósito do poder psiquiátrico, da sexualidade, dos sistemas políticos, etc.

Seguindo essas noções de “precauções metodológicas” apontadas por Foucault em várias pesquisas articulando alguns elementos da arqueologia e da genealogia, me propus a ensaiar uma análise da temática considerada para efeito da produção desta pesquisa, o que permitirá a problematização da singularidade dos acontecimentos que os compõem longe de toda intenção simétrica.

Os procedimentos teóricos e metodológicos criados por Foucault, inicialmente nos possibilitam problematizar a própria noção de “método” cartesiano cientificista, em que “a ideia de um método imutável, sistemático e universalmente aplicável” (MACHADO, 1990, p.

²² No Livro “Microfísica do poder”, uma coletânea de textos (artigos, cursos, entrevistas, debates) de Foucault organizado no Brasil em 1979 por Roberto Machado que tematiza o poder em sua capilaridade difusa no corpo social, nas instituições, o texto “Soberania e disciplina” (1976) traz parte do Curso do *Collège de France*, “Em defesa da sociedade”, na 2ª aula de 14 de janeiro de 1976.

28) se sustenta²³. Conforme Veiga-Neto (2009, pp. 88-9), Foucault descarta esse modelo de método, pois para ele “[...] o método não é o caminho seguro como queriam Descartes e Ramus, até porque nada mais é seguro, previsível: nem os pontos de saída, nem o percurso, nem os pontos de chegada”. Foucault (2006b, p. 229) afirma, não ter criado um método que aplicaria aos diferentes domínios de sua pesquisa e do mesmo modo, mas utiliza instrumentos forjados por si mesmo, para um mesmo campo ou domínios de objetos, “mas sem privilegiar de modo algum o problema do método. [...] Não tenho uma teoria geral e tampouco tenho um instrumento certo” (FOUCAULT, 2006b, p. 229).

Deste modo, a partir de Foucault, precisamos problematizar e articular quatro questões na analítica de nosso objeto de pesquisa: questão metodológica, epistemológica, histórica e ético-filosófica.

A primeira se refere a uma *questão metodológica* (PRADO FILHO, 2012), que implica uma “atitude operativa” para estranhar a naturalidade do objeto e desnaturalizar as obviedades inquestionáveis relacionadas à educação, sexualidade e juventude, o que exige questionar as práticas de pensamento que buscam as origens dos objetos e suas gêneses naturalizantes. Nesta pesquisa, a escolha pelo aporte teórico-metodológico balizado em Michel Foucault foi realizada a partir da definição do objeto de pesquisa, suas formas de problematização, objetivos e documentos selecionados. A potencialidade da noção de governamentalidade e dispositivo de sexualidade se mostraram produtivos para analisar a produção de governamentalidade da sexualidade da juventude no currículo do Programa Vale Juventude.

A preocupação com a *questão epistemológica* (PRADO FILHO, 2012) pressupõe uma recusa da lógica evolutiva dos objetos, para analisar suas constituições históricas, a partir de domínios de práticas sociais, relações de poder e jogos de verdade. As ferramentas arqueológicas possibilitam mostrar a história dos objetos, das construções referentes à currículo, sexualidade e juventude no Programa Vale Juventude, apontando sua emergência no pensamento moderno, como enunciados que à vezes seguem a lógica fundante do pensamento moderno.

A inquietação com a *questão histórica* nos permite “Usar a história como recurso metodológico” (PRADO FILHO, 2012, p. 125), ao problematizarmos como currículo, sexualidade e juventude se tornaram questões problemáticas para o pensamento, mais especificamente para a educação e nos permitirá inquirir a história de tais objetos, marcada

²³ Não é objetivo desta pesquisa, problematizar questões epistemológicas, mas tão somente apontar tais questões. Para tal Cf. Portocarrero (1994).

por descontinuidade, dispersão, multiplicidade, acomodações e resistências, o que os desnatura. A partir da perspectiva histórica pode problematizar a Empresa Vale e a Fundação Vale como “agentes sociais” que transformam a juventude e sua sexualidade em objeto de intervenção e regulação. Para isso é preciso “Expor a historicidade dos acontecimentos, objetos e relações de forma crítica, analisar descontinuidades e diferenças entre experiências históricas, assinalando rupturas, desvio de trajeto, bifurcações, encobrimentos” (PRADO FILHO, 2012, p. 125).

E por último a preocupação em nossa pesquisa com uma *questão ético-filosófica* que implica uma atitude crítica e uma postura ética na análise de nossos objetos de pesquisa. Esta questão exige um “exercício crítico de pensamento objetivando traçar histórias do presente compostas por ontologias históricas de nós mesmos [...] que tratam da constituição de sujeitos concretos em diferentes experiências históricas, numa crítica à tradição das modernas ontologias do ser – abstrato, genérico, a priori – possibilitando ainda, a crítica daquilo que somos” (PRADO FILHO, 2012, p. 125).

Dessa forma, tais exercícios nos possibilitam construir uma história do presente ao inquirir as práticas de governamentalidade dirigidas à sexualidade e juventude no Programa Vale Juventude, de modo que situo tal história “[...] no ponto de confluência entre a perspectiva de história e a filosofia de Michel Foucault, sugerindo uma original articulação que se utiliza da história como método para pensar e criticar o presente” (KLEBER; LEMOS, 2012, p. 23). O PVJ atualiza práticas de governamentalidades da juventude, considerada contemporaneamente um “problema” que precisa ser administrado por diferentes instituições, públicas ou privadas e em parcerias múltiplas. A partir de uma perspectiva ético-filosófica precisamos analisar as relações saber-poder-subjetividade no jogo que constituem o dispositivo de sexualidade da juventude no PVJ.

Estas quatro questões apontadas por Prado Filho (2012) se articulam nas dimensões das práticas de saber, poder e subjetivação constitutivas das perspectivas teórico-metodológicas construídas por Foucault.

A arqueologia marca o domínio do saber, no qual Foucault realiza uma pesquisa histórica para explicitar a noção de práticas discursivas, referida no contraponto discurso e não discurso. No Livro *A arqueologia do saber* (1969), Foucault define a “história arqueológica”, evidenciando a importância do discurso, do enunciado e do saber para fazer esse tipo de história (MACHADO, 2001) assim como define o método arqueológico a partir desses objetos. “Como uma técnica a arqueologia serve para isolar discursos-objetos, ela

serve para distanciar e desfamiliarizar os discursos sérios das ciências humanas” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. XXI).

A arqueologia realiza uma descrição que questiona a existência concreta do já dito; do exercício da função enunciativa, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. “A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo” (FOUCAULT, 2007a, p. 149). Para Machado (2001), a arqueologia foucaultiana se singulariza pela história dos discursos que faz, criticando a ideia de racionalidade e operando um deslocamento da *ciência para o saber*, ao pensar as ciências do homem como saberes, “investigando suas condições de existência através da análise do que dizem, como dizem e por que dizem – neutralizando a questão de sua cientificidade e escapando assim ao desafio impossível da recorrência” (MACHADO, 2001, p. 11).

Machado (2006a) argumenta que a arqueologia é pensada por Foucault menos como um método ortodoxo e mais como um procedimento exigente de crítica dos saberes que tem por objetivo

[...] descrever conceitualmente a formação dos saberes, sejam eles científicos ou não, para estabelecer suas condições de existência, e não de validade, considerando a verdade como uma produção histórica cuja análise remete a suas regras de aparecimento, organização e transformação ao nível do saber (MACHADO, 2006a, p. 185).

N’A *arqueologia do saber* Foucault define a tarefa da arqueologia na analítica dos discursos, visando examinar o aparecimento e a transformação dos saberes, para diferenciar-se do trabalho do campo da pesquisa da história das ideias, situando quatro distinções. A primeira tarefa, “a propósito da determinação da novidade a arqueologia” é “[...] busca definir [...] os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa, [...]; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento” (FOUCAULT, 2007a, p. 157), mas sem buscar um “outro discurso” mais oculto.

A segunda distinção se refere “à análise das descrições a arqueologia”, pois esta busca “[...] definir os discursos em sua especificidade; mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irreduzível a qualquer outro” (FOUCAULT, 2007a, p. 157), sem que para isso seja necessário procurar linearidade entre os discursos que o antecede.

Em relação “às descrições normativas a arqueologia” a diferença está em que a arqueologia “[...] não é ordenada pela figura soberana da obra, [...] Não quer reencontrar o ponto enigmático em que o individual e o social se convertem um no outro. [...] A instância o

sujeito criador [...] lhe é estranha” (FOUCAULT, 2007a, p. 158), o que prescinde de definições em termos de identificação autor-obra.

No que tange “à demarcação das transformações a arqueologia”, esta “[...] não procura reconstituir o que pôde ser pensado, visado, experimentado, almejado pelos homens no próprio instante em que proferiram o discurso [...]” (FOUCAULT, 2007a, p. 158), pois não se busca a origem do discurso, mas os contornos de suas modificações.

Foucault (2007a) distingue a análise arqueológica da história das ideias, ao fazer uma crítica ao modelo de história global, marcada por grandes períodos, por continuidades e situa em Marx a emergência dessas transformações na epistemologia da história, assumida tardiamente pelos historiadores, pois a história contínua

[...] é o correlato indispensável à função fundadora do sujeito: a garantia de que tudo que lhe escapou poderá ser devolvido; a certeza de que o tempo nada dispersará sem reconstituí-lo em uma unidade recomposta; a promessa de que o sujeito poderá, um dia - sob a forma da consciência histórica -, se apropriar, novamente, de todas essas coisas mantidas à distância pela diferença, restaurar seu domínio sobre elas e encontrar o que se pode chamar sua morada (FOUCAULT, 2007a, p. 14).

Em *A arqueologia do saber* Foucault (2007a, p. 55) afirma que os discursos são como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”, de modo que é preciso descrevê-los no nível de sua existência, em sua complexidade, nos enunciados e nas relações que os próprios discursos põem em funcionamento. “O discurso, considerado como materialidade ou como prática, é um conjunto de enunciados, isto é, uma pura dispersão” (MACHADO, 2001, p. 118).

Essa noção de discurso permite colocar o objeto, ou melhor, a prática correlata a esse objeto que estudo em perspectiva, analisando a emergência como preocupação histórica. Rago (1995, p. 74), exemplifica essa maneira de pensar o objeto utilizando um dos temas de pesquisa de Foucault, a sexualidade, não mais partir do objeto sexualidade “para mostrar através de que formas havia se manifestado e diferenciado ao longo da História, mas chegar ao objeto a partir do estudo das práticas e perceber como e quando a sexualidade havia emergido como tema, como discurso e como preocupação histórica”. Deste modo, nos cabe descrever e analisar as redes complexas de constituição e naturalização do objeto, observando suas transformações históricas, discursivas. A emergência da sexualidade da juventude como preocupação de empresas privadas é relativamente nova, pois “no Brasil, a escola e a empresa iniciaram movimentos de aproximação mais expressivos nas primeiras décadas do século XX, quando houve a necessidade de se investir em capital humano por meio da Educação” (RECH, 2015, p. 214). Para a Fundação Vale investir na juventude se faz necessário pela

“importância demográfica” e “estratégica da juventude”, por causa da “vulnerabilidade pessoal, social e institucional”, item no qual se destaca que a juventude é a “faixa populacional mais atingida por agravos da saúde como: uso indevido de drogas, DST, Aids, gravidez não planejada e aborto”²⁴.

A crítica à história das ideias realizadas por Foucault ao colocar os objetos no campo da história leva a um duplo movimento dos historiadores de profissão, que se preocupavam em compreender o passado de um lado e se recusam a aceitar que um filósofo “faça história”, “cortando-a” analisando suas descontinuidades, e de outro, historiadores que “não puderam prescindir das noções de discurso, poder disciplinar, genealogia e, sobretudo da contundente crítica à idéia da transparência da linguagem” (RAGO, 1995, p. 70). Paul Veyne (2008) destaca que Foucault, ao contrário do movimento entre os historiadores dos anos 1970, valoriza alguns conceitos, tais como: raridade, descontinuidade, dispersão que possibilitam fazer uma história crítica.

A historiadora brasileira Margareth Rago em dois artigos, “As marcas da pantera: Foucault para historiadores” (1993) e o “O efeito-Foucault na historiografia brasileira” (1995), analisa a “recepção” de Foucault entre os historiadores brasileiros. No primeiro Rago (1993) destaca que Foucault marcou a produção historiográfica brasileira em três momentos: concepção de poder enquanto positividade; a questão do sujeito e modos de subjetivação e seus processos diferenciados e também faz uma estimativa da produção historiográfica brasileira de inspiração foucaultiana. No artigo seguinte, Rago (1995), inicia se reportando ao texto de Veyne como “polêmico e instigante” ao afirmar que “Foucault revoluciona a história” e analisa as mudanças nas concepções de história a partir das elaborações conceituais de Foucault, sobretudo a partir das noções de discurso, relações de poder, verdade, documento-monumento. Para Rago (1995, p. 69), “de um lado ou de outro, os historiadores não puderam passar incólumes ao “furacão Foucault””, pois este, mesmo não se assumindo como historiador causou grande impacto na história pela forma que a interroga e pelos temas que focaliza.

Outro historiador que destaca a “renovação da história” possibilitada por Foucault é Jacques Le Goff (1990, p. 103) ao citar três razões que confirmariam o lugar de excepcionalidade que ele ocupa na história. Primeiro, porque ao evidenciar a segregação dos desviados, loucos, presos promoveu uma virada na história ocidental; segundo, porque fez

²⁴ Slides de apresentação do PVJ elaborado por Vanda Pereira da Martins Pereira Consultoria Educacional. Acessado em 31 de outubro de 2010. Foi o primeiro documento do PVJ que tivemos acesso pela internet após informação sobre o Programa dada por uma docente do Colégio onde realizamos pesquisa de mestrado

uma análise astuciosa sobre esta renovação da história, ao criticar o documento, ao desenvolver a noção de descontinuidade, ao pensar em uma história geral e não global e ao se preocupar com a discussão metodológica na história; terceiro, porque segundo Le Goff (1990, p. 104) “Foucault propõe uma filosofia original da história, estritamente ligada à prática e à metodologia da disciplina histórica”. Le Goff (1990, p. 104) faz uma longa citação de Veyne que caracterizaria melhor a contribuição da filosofia de Foucault para a história:

Para Foucault, o interesse da história não está na elaboração de invariantes, quer filosóficas, quer organizadas nas ciências humanas consiste em utilizar todo e qualquer tipo de invariantes para dissolver os racionalismos constantemente renascentes. A história é uma genealogia nietzschiana. Por isso, a história, segundo Foucault, passa por ser filosofia (o que não é verdadeiro, nem falso); está, no entanto, muito longe da vocação empirista tradicionalmente atribuída à história. “Que ninguém entre aqui, se não, é, nem passar a ser filósofo”. História escrita em palavras abstratas, mais do que numa semântica ocasional, ainda carregada da cor local; história que parece reencontrar por toda a parte analogias parciais, esboçar tipologias, pois uma história escrita numa rede de palavras abstratas tem menos diversidade pitoresca que uma narração anedótica (LE GOFF, 1990, p. 104-105).

Analisando a história cultural, a historiadora Patrícia O’Brien (1995, p. 34), considera os trabalhos de Foucault como “um modelo para a escrita da história da cultura”, ao analisar as tecnologias de poder pelas construções discursivas. Essa nova forma de “fazer história” foi constituído por que Foucault “[...] insistia na idéia nietzscheana de que “tudo é histórico” e, portanto de que nada do que é humano deve escapar ao campo de visão e de expressão do historiador” (RAGO, 1995, p. 70).

Essa forma de pensar que tudo é história articula a história arqueológica com a genealogia enquanto forma de fazer investigações históricas delimitadas, a análise de singularidades. Para Rabinow e Dreyfus (1995, p. 114-115), “[...] a tarefa do arqueólogo é descrever, em termos teóricos, as regras que regem as práticas discursivas”, enquanto que Foucault introduz a genealogia “como um método de diagnosticar e compreender o significado das práticas sociais a partir do seu próprio interior”.

Ao privilegiar a análise genealógica, Foucault não abandona os princípios da arqueologia, pois esta serve para analisar a constituição dos saberes a partir das práticas discursivas e na análise genealógica predomina a circunscrição das relações de poder nelas implicadas. As pesquisas genealógicas de Foucault foram forjadas por suas experiências na atmosfera intelectual e política agitada do final da década de 1960, na qual sua analítica do poder que se contrapõe a noção de poder como universal, centrado no Estado e passa a ser

pensado em termos de relações, de exercício, tanto no domínio teórico como no prático (GADELHA, 2009).

Para Machado (2006, p. X), a análise arqueológica procurava “[...] estabelecer a constituição dos saberes privilegiando as inter-relações discursivas e suas articulações com as instituições, respondia a *como* os saberes apareciam e se transformavam”, o que deixava sem problematização o *porquê* dos saberes, de sua existência e transformações. “É essa análise dos saberes, que pretende explicar sua existência e suas transformações situando-os como peças de formação de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo político, que utilizando um termo nietzschiano Foucault chama “genealogia”” (MACHADO, 2006a, p. 167). A genealogia aparece nas pesquisas de Foucault em *Vigiar e punir* e na *História da sexualidade I: A vontade de saber*, em alguns cursos do Collège de France (MACHADO, 2006a), mas já em 1970, em sua aula inaugural no Collège de France, intitulada *A ordem do discurso*, Foucault já destaca a articulação analítica entre a arqueologia e a genealogia, ao observar que:

Quanto ao aspecto genealógico, este concerne à formação efetiva dos discursos, quer no interior dos limites do controle, quer no exterior, quer, a maior parte das vezes, de um lado e de outro da delimitação. A crítica analisa os processos de rarefação, mas também de reagrupamento e de unificação dos discursos; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular. Na verdade, estas duas tarefas não são nunca inteiramente separáveis; não há, de um lado, as formas da rejeição, da exclusão, do reagrupamento ou da atribuição; e, de outro, em nível mais profundo, o surgimento espontâneo dos discursos que, logo antes ou depois de sua manifestação, são submetidos à seleção e ao controle [...] Assim, as descrições críticas e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e se completarem (FOUCAULT, 2004, p. 65, 67, 69).

Ao apoiar-se e se complementarem a genealogia e a arqueologia permitem analisar “como” “o saber circula e funciona, suas relações com o poder” (FOUCAULT, 1995, p. 235). Em *Vigiar e punir*, publicado em 1975, Foucault define nesses termos a genealogia, ao especificar o objetivo do livro nestes termos: “uma história correlativa da alma moderna e de um novo poder de julgar; uma genealogia do atual complexo científico-judiciário onde o poder de punir se apóia, recebe suas justificações e suas regras, estende seus efeitos e mascara sua exorbitante singularidade” (FOUCAULT, 2005b, p. 23). Tal perspectiva de análise situa historicamente o objeto, descrevendo os saberes, as técnicas, os discursos científicos que se formam e se entrelaçam com a prática do poder (FOUCAULT, 2005b).

O genealogista deveria, portanto, descrever as práticas datadas historicamente. O trabalho do historiador consistiria em historicizar as racionalizações para que elas desapareçam. Os acontecimentos são raros e não há uma constante que os relacione, totalizando-os em uma unidade em

função de supostas semelhanças entre categorias agrupadas (LEMOS, CARDOSO JR., 2009, p. 355).

A tarefa do genealogista seria recusar a pesquisa da origem para considerar a ideia de invenção. Foucault (2008a), no Livro *A verdade e as formas jurídicas*, resultado de cinco conferências proferidas na PUC - Rio em 1973, argumenta a necessidade de privilegiar a noção de invenção para fazer a crítica a ideia de origem como em Nietzsche: “A invenção – *Erfindung* – para Nietzsche é, por um lado, uma ruptura, por outro, algo que possui um pequeno começo, baixo, mesquinho, inconfessável. Este é o ponto crucial da *Erfindung*” (FOUCAULT, 2008a, p. 15). Os saberes sobre determinados objetos, como a sexualidade, são inventados, fabricados por rupturas sucessivas, por descontinuidades que não têm um ponto de origem. Dessa forma,

Se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há 'algo inteiramente diferente': não seu segredo sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas (FOUCAULT, 2006a, p. 17-18).

Nesta pesquisa, a ideia é escutar a história das práticas constitutivas do objeto sexualidade, para dissipar as posições naturalizantes que o envolvem, para localizar e descrever a emergência de tais práticas na história do presente, no nosso caso na sociedade brasileira, em que se articula escola e instituições não governamentais para produzir práticas de governamentalidade da sexualidade no Programa Vale Juventude. Para tal procederemos a inquirição dos documentos do referido Programa, de forma cuidadosa e crítica.

A genealogia ao diagnosticar o presente nos possibilita uma atitude crítica para fazer uma “análise da verdade” em sua emergência nos documentos do Programa Vale Juventude, pois a história do presente

[...] é uma modalidade de análise praticada por Foucault que consiste no emprego da história como recurso para criticar o presente, expondo sua estratégia de utilizar a história como método para o exercício filosófico. A história do presente possibilita em última instância a crítica e recusa daquilo que somos: nossa subjetividade, nossos modos de vida e de ser, nossas relações, nosso mundo (KLEBER, LOBO, LEMOS, 2014, p. 41).

A análise das práticas constitutivas do objeto foco desta Tese nos possibilitará operar uma crítica daquilo que somos, em termos do que pensamos, como nos relacionamos com os jovens e as questões de sexualidade e educação. Esses elementos conceituais são

importantes para empreender uma análise a partir da perspectiva foucaultiana como será detalhada a seguir.

1.2.1 Os dispositivos operantes da pesquisa documental

A delimitação do objeto de pesquisa me levou a selecionar a analítica histórico-genealógica de perspectiva foucaultiana, que tem mostrado potencialidades em pesquisas visando analisar documentos em sua materialidade enunciativa, nas relações de saber-poder que os constituem e nas composições de forças que possibilitam sua emergência como forma de legitimar determinadas questões. No caso desta pesquisa, se trata de documentos que enfatizam a necessidade de se preocupar com as questões de currículo, sexualidade e juventude em um Programa organizado por meio da parceria público-privado.

Mas antes discuto, ao menos sumariamente, a noção de história, arquivo (da sua produção à sua consulta), fonte e “suporte de memória” a partir da perspectiva foucaultiana para em seguida descrever os documentos selecionados e analisados nesta pesquisa.

Ao desenvolver suas pesquisas, Foucault problematiza e promove uma estrita relação entre história e filosofia, sobretudo por que ele faz uma reflexão sobre a relação com a verdade e a atitude ética dessa relação, como ele afirma em uma entrevista que concedeu ao *Le Monde* em 1980:

O que é a filosofia senão uma maneira de refletir, não exatamente sobre o que é verdadeiro e o que é falso, mas sobre nossa relação com a verdade? [...] É filosofia o movimento pelo qual, não sem esforços, hesitações, sonhos e ilusões nos separamos daquilo que é adquirido como verdadeiro, e buscamos outras regras de jogo. É filosofia o deslocamento e a transformação dos parâmetros de pensamento, a modificação dos valores recebidos e todo o trabalho que se faz para pensar de outra maneira, para fazer outra coisa, para tornar-se diferente do que se é (FOUCAULT, 2000b, p. 305).

Ao colocar a questão do caráter ético em relação à reflexão sobre a verdade elaborada pela filosofia, Foucault define que “a tarefa da filosofia é dizer o que é a atualidade” (FOUCAULT, 2000b, p. 305), mas sem ajuizamento moral para definir o que somos ou se o tempo vivenciado é bom ou mau, mas para questionar as virtualidades, ou seja, aquilo em que estamos em vias de nos tornar.

Essa forma de pensar a filosofia questionando o estatuto de verdade, só é possível quando o filósofo não padece da falta de sentido histórico, fazendo uma referência a

Nietzsche. Sentido histórico que está presente nos trabalhos desenvolvidos por Foucault, como aponta Rago (1995, p. 70):

É bom lembrar que Foucault não se pretendeu historiador, embora poucos tenham demonstrado um sentido histórico tão forte quanto ele. Afinal, muito antes do sucesso da “história cultural”, o filósofo insistia na idéia nietzscheana de que “tudo é histórico” e, portanto de que nada do que é humano deve escapar ao campo de visão e de expressão do historiador.

Ao defender a necessidade de sentido histórico para desenvolver a atividade filosófica, Foucault evidencia reconhecendo o caráter das “coisas feitas”, que é possível desfazê-las, pois os objetos possuem uma história, por isso a análise histórica precisa mostrar os efeitos de verdades por eles produzidos. Esse tipo de análise histórica para Foucault possibilita pensar na tarefa do intelectual

A história tem por função mostrar que o que é, jamais foi, ou seja, é sempre na confluência dos encontros, acasos, ao longo de uma história frágil, precária que se formaram as coisas que nos dão a impressão de serem mais evidentes. O que a razão experimenta como necessidade, ou melhor, aquilo que as diferentes formas de racionalidade apresentam como lhes foi sendo necessário, podemos fazer perfeitamente sua história e encontrar as redes de contingências de onde isso emergiu (FOUCAULT, 2005b, p. 325).

Nesse sentido, o PVJ precisa ser pensado como “coisa feita” que foi constituído a partir de um “sentido histórico” engendrando redes discursivas de poder-saber-subjetivação e efeitos de verdades e por isso pode ser problematizado, desfeito no fluxo de sua própria construção histórica.

Ao relacionar a tarefa da filosofia e a função da história a partir da questão do “diagnóstico do presente”, Foucault pretende mostrar que é possível desestruturar esse presente, marcado pela contingência. E para tal, é preciso pensar na constituição dos saberes e nas relações de poder que tornam possível a existência dos objetos dos quais nos ocupamos.

Os estudos que se seguem, assim como outros que anteriormente empreendi, são estudos de “história” pelos campos que tratam e pelas referências que assumem; mas não são trabalhos de “historiador”. [...] eles são - se quisermos encará-los do ponto de vista de sua “pragmática” - o protocolo de um exercício que foi longo, hesitante, e que frequentemente precisou se retomar e se corrigir. Um exercício filosófico: sua articulação foi a de saber em que medida o trabalho de pensar sua própria história pode liberar o pensamento daquilo que ele pensa silenciosamente, e permitir-lhe pensar diferentemente (FOUCAULT, 2005, p. 13-14).

Nesse exercício histórico-filosófico empreendido por Foucault na *História da Sexualidade* e em outras pesquisas, a questão da possibilidade de “separar-se de si mesmo” do próprio filósofo-historiador nos jogos que se joga consigo mesmo, no sentido de que o

exercício de uma “curiosidade filosófica”, de desconfiança que exige a prática da “problematização” como exercício crítico do pensamento sobre o próprio pensamento.

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir (FOUCAULT, 2007, p. 13).

Esse trabalho crítico possibilita a análise do presente por meio da “ascese”, fazendo da filosofia um “corpo vivo” que por meio do pensamento pode produzir transformações, abalos nas formas de pensar a atualidade e “nossa relação com as coisas, com os outros e conosco” (FOUCAULT, 2008, p. 351).

Com certeza a história faz parte de seu método. Mas Foucault nunca virou historiador. Foucault é um filósofo que inventa com a história uma relação inteiramente diferente que a dos filósofos da história. A história, segundo Foucault, nos cerca e nos delimita; não diz o que somos, mas aquilo em que estamos em vias de diferir; não estabelece nossa identidade, mas a dissipa em proveito do outro que somos (DELEUZE, 1992, p. 119).

É essa concepção de “atividade filosófica” articulada com a história que permite Veyne (2008, p. 239) nessa mesma direção afirmar: “Esse filósofo é um dos grandes historiadores de nossa época, e ninguém duvida disso, mas poderia, também, ser o autor da revolução científica atrás da qual andavam todos os historiadores”. Para Veyne (2008), “Foucault revoluciona a história”, pois este trabalha para se afastar da “história factual” ao problematizar os discursos e práticas que constituem os fatos, analisando a “realidade histórica” como um todo, o que contribui para uma “revolução” na concepção de história e “desloca as fronteiras da filosofia e da história, porque transforma o conteúdo de uma e de outra” (p. 268).

Tal transformação é possibilitada pela reflexão crítica em relação à verdade produzida a partir da crítica às “origens”, onde se encontra as composições de forças, a “emergência” que constitui os objetos dos quais nos ocupamos. “Para Foucault, a história é resultado de jogos múltiplos, de inúmeros afrontamentos entre forças e saberes, é fruto da emergência de uma dispersão de acontecimentos que são consequência de embates, que emergem em meio a forças litigantes” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2004, p. 82).

Foucault ao realizar trabalhos históricos assumiu uma “postura historiográfica” delineada ao longo da problematização de seus objetos de pesquisa, pois ele “[...] se filiou aos *Annales* e, apesar das diferenças em relação a vários procedimentos desta escola, defendeu uma história-problema” (RAGO, 1995, p. 70), questionando a história humanista-tradicional,

para construir uma história por meio da problematização utilizando “momentos estratégicos”: “a crítica ao essencialismo, a desnaturalização do objeto, o privilegiamento do descontínuo e a proposta de história genealógica” (1995, p.74). Esses momentos estratégicos se articulados na analítica dos objetos possibilitam uma transformação na produção do conhecimento histórico a partir da “crítica foucaultiana da ciência e da noção de verdade [...]” (RAGO, 1995, p. 74), que problematizam o documento em suas condições de possibilidade, estrategicamente analisadas por Foucault.

Para empreender esse deslocamento fundamental para o procedimento histórico conforme Rago (1995, p. 74) Foucault faz uma referência a Nietzsche, ao pensar que “as coisas estão na superfície, e que atrás de uma máscara há outra máscara e não essências [...] propondo que se parta das práticas para os objetos e não o inverso, como fazíamos”. Esse modo de fazer história segundo Veyne (2008) se constitui num dos principais recursos da análise arqueológica dos discursos desenvolvida por Foucault. A história arqueológica analisa os objetos ditos naturais como práticas datadas e raras que os objetivizam, e “em explicar essas práticas não a partir de uma causa única, mas a partir de todas as práticas vizinhas nas quais se ancoram” (VEYNE, 2008, p. 280).

Ao promover essa relação entre filosofia e história Foucault possibilita pensar de outra forma o arquivo, o documento e a fonte, transformação engendrada à medida que os próprios historiadores da chamada história nova ampliaram o que consideram pesquisa histórica, documento, arquivo.

A constituição de arquivos é tarefa antiga e tem fornecido muitos materiais para os historiadores, mas a partir da história nova houve uma transformação e ampliação no que se consideram documentos históricos antes restritos aos documentos escritos. A forma de pensar o documento começa a se transformar à medida que os próprios historiadores da história nova ampliaram o que consideram documento histórico.

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem (LE GOFF, 2005, p. 22).

Essas transformações levam Le Goff (1990, p. 469) a afirmar que a história viveu uma verdadeira “revolução documental - aliás, o computador também aqui não é mais que um elemento e a memória arquivista foi revolucionada pelo aparecimento de um novo tipo de

memória: o banco de dados”. A constituição de arquivos tornou-se um imperativo tão forte, que arquivamos até a nossa própria vida, “Para responder a uma injunção social. Temos assim que manter nossas vidas bem organizadas” (ARTIÈRES, 1998, p. 10), utilizando diferentes dispositivos e suporte de registros, de armazenamento de informações, de imagens, seja em arquivos domésticos ou institucionais.

Deleuze (1992, p. 13) apresenta Foucault como um novo “arquivista” e como aquele que utiliza diferentes documentos: de vidas infames, perdidos, esquecidos, de vidas inglórias. Em alguns de seus trabalhos históricos, como o livro *Os anormais* (cf. FOUCAULT, 2001), curso ministrado no *Collège de France*, Foucault utiliza arquivos jurídicos, médicos ou policiais a partir dos quais apresenta resultados teórico-metodológicos das pesquisas feitas junto com sua equipe, tendo por preocupação central a construção de uma genealogia da anormalidade.

Em *A Arqueologia do Saber* Foucault (2004, p. 148-149) explica o que considera ser um arquivo:

[...] a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas [...].

Dessa forma, o arquivo precisa ser analisado a partir de suas regras de formação e de utilização de uma formação discursiva dada, indicando seus propósitos. Para Foucault (2008, p. 72), os arquivos são pensados como a “existência acumulada de discursos”, por isso ele esclarece que seu objeto de pesquisa não é a linguagem, mas o arquivo, afirma que este se torna objeto da arqueologia que é “[...] a análise do discurso na sua modalidade de arquivo” (FOUCAULT, 2008b, p. 72). Dessa forma, precisamos definir em termos dos arquivos selecionados, quais discursos [práticas], quais enunciados dos arquivos-documentos serão efetivamente analisados.

Ao acessar um arquivo é preciso entender que estamos “lidando com um conjunto de documentos selecionados como relevante por alguém, organizado e preservado segundo determinada lógica, e disponibilizado de acordo com alguns critérios” (CASTRO, 2009, p. 08). As condições de produção do arquivo estão relacionadas às concepções de história, cultura e patrimônio cultural, memória e processos seletivos de documentos para armazenamento.

Quando os pesquisadores examinam os documentos de um arquivo, esse conjunto concreto e particular de itens é o resultado final de uma longa seleção. O que resta em um arquivo resulta, diretamente, de pessoas que definem certos materiais – e não outros – como aqueles que valem a pena guardar. O documento, portanto, não preexiste ao arquivo: um determinado artefato se constitui em documento na medida em que é associado, por diferentes pessoas, a uma série de concepções de valor, memória e passado que o levam a ser preservado (CASTRO, 2008, p. 29).

Ao considerar a constituição dos arquivos, faz-se necessário lembrar ainda que as formas de criar arquivos se transformaram. Para Le Goff (1990), o computador permitiu a construção da noção de “memória eletrônica”, que não substitui a memória humana, mas multiplica as possibilidades de armazenamento, se tornando quase ilimitada, como a memória de Funes, o Memorioso²⁵.

A “revolução documental” produz uma “memória progressiva” que constitui uma nova unidade de informação e substitui o fato que conduz ao acontecimento e a uma história linear, a uma memória que privilegia o dado, que leva à série e a uma história descontínua. A internet constitui novos arquivos e os novos documentos são armazenados e manejados nos bancos de dados o que exige a crítica da sua implicação sobre a memória coletiva (LE GOFF, 1990)²⁶.

Mas além do arquivamento de documentos, o acesso às informações se transforma com a emergência da internet, que forma a rede mundial de computadores, pois os arquivos digitais armazenam uma diversidade e uma quantidade quase infinita de documentos. Na contemporaneidade essa “revolução documental” se redimensionou, pois com o desenvolvimento da informática, a disseminação da internet e das mídias digitais ampliaram os tipos de “suportes da memória” e são cada vez mais acessíveis a diferentes grupos sociais (CASTRO, 2008). O arquivamento de informações e dados em arquivos digitais nos possibilita o acesso público via internet. Estes podem ser de instituições públicas e privadas, individuais e coletivas, institucionais e não institucionais, de acesso público, o que facilita a consulta dos documentos e a seleção dos mesmos.

As novas tecnologias viabilizam o sonho da existência de uma grande memória virtual que, à semelhança da utópica ENCICLOPÉDIA, retêm os conhecimentos e informações, produzidos pelo espírito humano em todas as

²⁵ Funes, o memorioso, personagem de Jorge Luís Borges do conto “Funes ou a Memória” no Livro Ficcões, que tinha uma “memória prodigiosa”, um excesso de memória que o condenava a imobilidade.

²⁶ A historiadora Mariana Flores da Cunha Thompson Flores (2015) no artigo “Os bancos de dados, os arquivos digitais e o papel do historiador” analisa a construção de arquivos digitais, o interesse dos historiadores por estes, a construção de bancos de dados, digitalização de documentos e concepções a respeito de como devem ser encaminhadas a organização e o armazenamento dos documentos digitais.

épocas acessíveis através dos programas de busca nas redes (KENSKI, 1998, p. 761). (Grifos da autora).

Essa proliferação de documentos possibilitada pelas novas tecnologias nos oferece certa “comodidade” para acessar vários arquivos digitais, pois prescinde a necessidade de solicitar autorização para fazer trabalho de campo, pois os documentos estão disponibilizados na rede mundial de computadores. A internet acrescentou à história do presente uma nova fonte fundamental de informações, de dados, de documentos, como fonte de memória, coletiva, individual, pessoal, social, pois “A intervenção do computador comporta uma nova periodização na memória histórica: produz-se, a partir de então, um corte fundamental no momento em que se podem constituir séries” (LE GOFF, 1990, p. 542).

Considerando que os documentos não são matérias inertes, como problematizados por Foucault, precisamos transformar esses documentos em monumentos, em fontes históricas, descrevendo suas condições de possibilidade e as relações de saber-poder que os constituem, considerando que “o documento deve ser submetido a uma crítica mais radical” (LE GOFF, 1990, p. 543). “Os documentos só passam a ser fontes históricas depois de estarem sujeitos a tratamentos destinados a transformar a sua função de mentira em confissão de verdade” (LE GOFF, 1990, p. 110), pois

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1990, p. 545).

Questionar o documento é uma das premissas fundamentais de Foucault na análise histórica, pois este “não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa” (FOUCAULT, 2007a, p. 08). Ao problematizar a massa documental produzida pelo Programa Vale Juventude não pretendo restituir uma memória considerada representação da história, mas tratá-las como práticas que obedecem a regras, pois

[...] para Foucault, nada há por trás das cortinas, nem sob o chão que pisamos. Há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento. Analisar o discurso seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão “vivas” nos discursos (FISCHER, 2001, p. 198).

A partir dessa perspectiva analiso os documentos e uso como referencial para a análise do objeto de pesquisa a literatura sobre os temas de sua abrangência: currículo, sexualidade e juventude. Tanto o aporte teórico-metodológico como a literatura sobre o objeto é formado por livros, capítulos de livros, artigos de revistas científicas impressas e *on-line* além de teses, dissertações, artigos capturados de bases de dados na internet.

Considerando as formas históricas de constituição de um arquivo, a tarefa do pesquisador é trabalhar no interior do documento: organizar, recortar, distribuir, ordenar e repartir em níveis, estabelecer séries, distinguir “o que é pertinente do que não é”, identificar elementos, definir unidades, descrever relações (FOUCAULT, 2004, p. 7).

A analítica de documentos nessa perspectiva problematiza a noção tradicional de documento, que possuiria uma matéria inerte e teria o *status* de objeto último de investigação. Foucault (2007, p. 07) apresenta uma definição ampla de documento: “livros, textos, narrações, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes etc.”.

Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações (FOUCAULT, 2007, p. 7).

Nessa perspectiva, é preciso analisar os documentos em suas produções arbitrárias de “unidades, conjuntos, séries, relações”, descrevendo as relações que os transformam em monumentos, e não buscar neles a tradição, o desenvolvimento e a evolução como princípios de classificação dos objetos em análise. Foucault (2007), ao analisar a arqueologia como uma história das condições históricas de possibilidade do saber, trata da transformação dos “documentos em monumentos”.

[...] a história, em sua forma tradicional, se dispunha a ‘memorizar’ os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos (FOUCAULT, 2007, p. 08).

Essa forma de ver o documento possibilita fazer a “crítica da origem” em decorrência da descontinuidade histórica, da dispersão, da multiplicidade, que tem como uma de suas

características a recusa ao primado do sujeito e à ideia de origem metafísica²⁷. Para selecionar os documentos, os discursos que serão objetos de análise é preciso adentrar os arquivos, “Ler os arquivos para desenhar o mapa dos deslocamentos” (ARTIÈRES, 2006, p. 24) do objeto que constitui, sem considerá-los relíquias ou tesouros, mas como a possibilidade de entender como tais documentos são construídos, que noções de currículo, sexualidade e juventude constroem.

Os documentos selecionados para esta pesquisa foram analisados em sua materialidade enunciativa, por meio de alguns elementos da arqueologia do saber e da genealogia do poder sobre os modos de colocar em discurso as questões de currículo, sexualidade e juventude no “Programa Vale Juventude”.

Ao nível do discurso, a materialidade enunciativa se refere ao efetivamente dito, ao enunciado, ao discurso em sua existência material, ao que Foucault chama de práticas discursivas para diferenciar das práticas não discursivas, que seriam as práticas sociais, econômicas, políticas, institucionais (GONÇALVES, 2005, p. 108).

É a materialidade enunciativa que garante o *status* do discurso como uma prática e um acontecimento inscrito em relações de saber-poder e verdade postas em funcionamento em sua produção. Esse caráter factual, material do discurso, é enfatizado por Foucault, para quem “os discursos são efetivamente acontecimentos, os discursos têm uma materialidade” (FOUCAULT, 2008, p. 141). As formas de materialidade do discurso, do enunciado, são múltiplas: um texto, uma imagem, uma iconografia, um programa midiático, um monumento, dentre outras. Ao se constituir como uma prática o discurso “[...] tem sua eficácia, seus resultados, que produz alguma coisa na sociedade, destinado a ter um efeito, obedecendo conseqüentemente, a uma estratégia [...] no interior das práticas sociais” (FOUCAULT, 2008, p. 145) ou ainda, “discurso como conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais” (FOUCAULT, 2008, p. 11). Deste modo, na analítica dos documentos do PVJ considere as formas de governamentalidade produzidas pelo currículo no que tange as questões de sexualidade e juventude.

Na materialização dos discursos sobre currículo, sexualidade e juventude nos documentos selecionados foi possível questionar a política de verdade que os constitui. Portanto, é imperativo “[...] estudar o discurso, mesmo o discurso de verdade, como procedimentos retóricos, maneiras de vencer, de produzir acontecimentos, de produzir

²⁷ Foucault (2006a) em *Nietzsche, a genealogia e a história*, ensaio redigido em 1971 e publicado no livro *Microfísica do poder* faz uma crítica a pesquisa que busca a origem metafísica, que se propõe a procurar algo atrás das coisas.

decisões, de produzir batalhas, de produzir vitórias” (FOUCAULT, 2008, p. 142). É necessário deste modo, “[...] situar os discursos como conjuntos táticos e polivalentes de acontecimentos, implicando situá-los em suas relações, em uma dimensão histórica para analisá-los como estratos em arquivos, que são efeito do entrecruzamento de forças heterogêneas” (LEMOS et al. 2010, p. 107), pois a produção do discurso envolve jogos de verdade e exercício de poder. É preciso analisar os discursos sobre educação, sexualidade e juventude a partir dos acontecimentos que produzem e das relações de saber-poder envolvidas nos embates. Louro (2008) enfatiza os jogos discursivos, de saber e poder que constituem currículo, sexualidade e juventude em diferentes práticas, em diversas instituições e os efeitos que produzem na sociedade.

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas, [discursivas e não-discursivas] insinua-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. Por muito tempo, suas orientações e ensinamentos pareceram absolutos, quase soberanos (LOURO, 2008, p. 18).

Para analisar os jogos discursivos sobre currículo, sexualidade e juventude produzidos nos documentos do PVJ faz-se necessário analisar o currículo no seu sentido amplo através da noção de discurso e poder e analisar como se articulam. Foucault (2007) delinea algumas definições de discurso, que precisam ser analisadas de forma articulada: “Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados que se apoiem na mesma formação discursiva [...] [e] é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 2007, p. 132-133). Ele admite que em suas análises do enunciado nas pesquisas arqueológicas multiplicou os sentidos da palavra “discurso” ao pensá-lo ora como “[...] domínio geral de todos os enunciados, ora como grupo individualizável de enunciados, ora como prática regulamentada dando conta de um certo número de enunciados” (FOUCAULT, 2007, p. 90).

Para analisar o discurso na perspectiva foucaultiana é preciso se deter no nível de existência dos discursos, em sua complexidade, nos enunciados e nas relações que o próprio discurso põe em funcionamento. Para Foucault (2007) o discurso precisa ser compreendido como *acontecimento e como prática* que assume um caráter histórico e que por isso não descreve simplesmente os objetos que lhe são exteriores, mas os “fabrica” num processo que envolve saberes, relações de poder e produção de subjetividades.

Diante de tais debates e questões, considero que o Programa Vale Juventude constrói práticas em seu currículo que pretende formar determinado tipo de juventude, pois esta tem sido alvo de múltiplas formas de governmentação sob a insígnia de proteção, de educação, de protagonismo social, de garantia de direitos, de orientação sexual, entre outras. A juventude, juntamente com a infância passa a ser tutelada por um dispositivo institucional que inclui: a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares, Conselhos de Direito das crianças, políticas públicas entre outros (LEMOS, 2007).

Deste modo, o Programa Vale Juventude para constituir determinado tipo de Juventude, articula os discursos sobre currículo, sexualidade e juventude para formar sujeitos produtivos e sujeitos de direitos. Considerando isto, busco saber como estes discursos são construídos e mobilizados. Estes não são naturais, nem possuem essências universais e muito menos partem de sujeitos autoconscientes, mas são engendradas no entrecruzamento com discursos vizinhos relacionados ao currículo, sexualidade e juventude, tais como: os discursos médicos, religiosos, psicológicos. Vê-los como naturais nos impossibilitaria, segundo Veyne (2008), de analisar o que realmente é dito e atualizado a partir de virtualidades históricas.

Ao contrário, historicizá-las, permitiria conhecer as suas condições de emergência e as relações de saber-poder a partir das quais são colocadas em funcionamento. Esses discursos analisados nas multiplicidades históricas que as produzem pelos múltiplos saberes poderes de uma determinada época possibilitam a descrição dos enunciados que nesse tempo e lugar se tornam verdade, a partir do dito, do feito, de modo que podemos contar e problematizar a história do nosso presente.

Para empreender tal análise selecionei os documentos produzidos pelo Programa Vale Juventude em parceria com o Instituto Aliança²⁸ e em seguida os organizei em séries variadas, para esquadrihar os discursos sobre currículo, sexualidade e juventude e questionar sua aparente neutralidade, sua suposta intencionalidade qualificada para constituir jovens produtivos e sujeitos de direitos. Entre os documentos construídos pelo Programa destaco os acervos técnicos abrangendo livros, vídeos, folhetos, álbuns seriados e outros materiais educativos sobre os temas abordados pelo programa. Comecei a acessar os documentos do PVJ em 2010 até a finalização da pesquisa.

²⁸ “O Instituto Aliança, sediado em Salvador - Bahia e fundado em 2002, é uma associação sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que tem como missão “educar jovens, organizações e comunidades para o desenvolvimento humano sustentável” em âmbito nacional, prioritariamente no nordeste brasileiro”. Instituto Aliança. Relatório Narrativo, 2008. http://www.institutoalianca.org.br/pdfdoc/relatorio_2008.pdf

Na análise dos documentos é preciso atentar para os discursos, “em suas condições, seu jogo e seus efeitos [...] é preciso optar por três decisões [...] questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante” (FOUCAULT, 2004, p. 51). A seguir descrevo os documentos selecionados e os critérios utilizados para a seleção.

1.2.2 Os documentos selecionados: a materialidade que circunscreve o objeto de pesquisa

A seleção dos documentos para a pesquisa me permitiu engendrar a história do objeto de pesquisa, que toma como ponto de partida a atenção ao presente, ao que se diz em determinado campo de saber, aos murmúrios de nossa época nos documentos selecionados (FISCHER, 2001). Deste modo, para analisar os documentos que compõem o *corpus* empírico, é preciso operar sobre o documento, fazendo funcionar uma análise crítica e “Multiplicar relações [que] significa situar as coisas ditas em campos discursivos, extrair delas alguns enunciados e colocá-los em relação a outros, do mesmo campo ou de campos distintos” (FISCHER, 2001, p. 205).

Os operadores analíticos construídos para fazer a crítica dos documentos não se esgotam nessa descrição, porque à medida que fui lendo os documentos, outras pistas foram o aparecendo e se constituindo potenciais de análise, pois “Cada documento consultado é, portanto, resultante de um conjunto de intencionalidades: de quem o produziu, de quem o guardou, de quem o organizou e permitiu que fosse consultado” (CASTRO, 2008, p. 35). Neste caso específico, como se trata de documentos disponibilizados na internet, material disponível de domínio público, o acesso prescindiu a autorização dos organizadores dos sites.

Os documentos selecionados foram capturados de arquivos digitais, que na contemporaneidade, se constituem como um dos principais suportes de arquivamento de documentos. Os principais sites acessados e dos quais selecionei os documentos foram: da Empresa Vale²⁹, da Fundação Vale³⁰, do Instituto Aliança³¹, da Martins Pereira Consultoria Educacional³², das Prefeituras e Secretarias de Educação de alguns Municípios do Estado do

²⁹ Vale Brasil. <http://www.vale.com/brasil/pt/Paginas/default.aspx> Acesso em 11 de outubro de 2011.

³⁰ Fundação Vale. <http://www.fundacaovale.org/pt-br/a-fundacao-vale/paginas/default.aspx> Acesso em 11 de outubro de 2011.

³¹ Instituto Aliança. <http://www.institutoalianca.org.br/> Acesso em 30 de março de 2012.

³² Martins Pereira Consultoria Educacional <http://www.martinspereira.com.br/#parcerias> Acesso em 30 de março de 2012.

Pará onde o Programa é desenvolvido³³. Outros sites foram acessados para obter informações sobre a empresa Vale, a Fundação Vale, o Programa Vale Juventude, as parcerias com outras Fundações, instituições e indico os endereços eletrônicos em nota de rodapé³⁴.

Entre os documentos acessados de arquivos digitais estão livros, relatórios, boletins eletrônicos, notícias, históricos do Programa que serão considerados fontes secundárias para situar a emergência da Fundação Vale e do Programa Vale Juventude. Devido ao as mudanças constantemente feitas pelas/os administradores/os nos conteúdos, nos documentos, nos arquivos dos sites foi necessário acessar os materiais e (re)arquivá-los em um “arquivo pessoal” armazenado em meu computador pessoal formado pelos documentos selecionado para a análise. Desde 2010, acessei esses sites e gravei [salvei] em computador pessoal os documentos do Programa Vale Juventude ou relacionados a ele. Alguns documentos foram impressos para melhor manuseio³⁵.

Os documentos foram divididos em 03 grupos, sendo que os documentos que compõem os 02 primeiros grupos utilizei para situar o PVJ e a análise do objeto de pesquisa, por isso os considero como documentos secundários, à medida que foram pouco explorados do ponto de vista analítico e muito mais descritos, sobretudo para extrair informações pontuais.

Os documentos do primeiro grupo são: Livro Vale: Nossa História (2012), Relatórios de Sustentabilidade da Vale (2009, 2010, 2011, 2012), Relatórios de Movimentos Sociais: POeMAS, Rede Justiça nos Trilhos; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Rede Brasileira de Justiça Ambiental e informações contidas no site da Empresa Vale que foram utilizados para descrever a empresa, sua inserção na Amazônia juntamente com a literatura sobre as mesmas (Teses, Dissertações, livros e Artigos). O critério de seleção destes documentos foi a relevância dos mesmos para circunscrever a história da Vale, sua inserção na Amazônia e os impactos causados por seus projetos na região amazônica.

O segundo grupo foi formado por documentos da Fundação Vale (Estatuto Social da Fundação Vale, Relatórios de Atividades, informações do site), do Programa Vale Juventude (site da Fundação vale), do Instituto Aliança, que atua no Pará como assessoria da Fundação

³³ No Pará o Programa é desenvolvido em Abaetetuba, Barcarena, Marabá, Parauapebas e Tomé-Açu. <http://www.fundacaovale.org/pt-br/a-fundacao-vale/paginas/default.aspx> Acesso em 30 de março de 2012. As escolas onde o Programa é desenvolvido não são alvos dessa investigação, pois nos propomos a analisar somente os documentos base construídos pelo PVJ.

³⁴ As informações selecionadas de sites serão indicados ao longo do texto, informando o endereço eletrônico e a data de acesso.

³⁵ Tive conhecimento da existência do Programa Vale Juventude durante pesquisa de campo para o Mestrado em Educação em 2010, cujo tema era gênero, sexualidade e educação em uma escola conveniada entre a SEDUC e a Diocese de Abaetetuba. Desde esse momento, comecei a levantar documentos sobre o referido Programa.

Vale no Programa Vale Juventude: Informações da Página do Instituto Aliança, Boletins Informativos e Relatórios Narrativos (2008, 2009, 2010, 2011, 2012), da Martins Pereira Consultoria Educacional assessora da Fundação Vale no Programa Vale Juventude em outros Estados articulados com a literatura sobre “a questão social” e as parcerias público-privadas. Tais documentos foram escolhidos por permitirem situar a configuração da Fundação Vale e do Programa Vale Juventude.

Os documentos que fizeram parte do terceiro grupo foram: 02 Conjuntos de Textos para Formação Básica dos Docentes e outros profissionais (Assistentes Sociais, Psicólogos, Conselheiros Tutelares) e 01 Caderno de Leituras Complementares (2009) formados por 22 artigos sobre os temas “sexualidade, corpo, relações de gênero, adolescência, anticoncepção, drogas, saúde, direitos humanos”; e o Livro Principal de trabalho com os Jovens: “Oficinas Educativas II – Sexualidade, saúde e convivência” (2006) elaborado pela Fundação Vale em parceria com o Instituto Aliança e com profissionais dos municípios de abrangência da Vale no Pará, Abaetetuba, Barcarena, Marabá, Parauapebas e Tomé-Açu. O Livro II das Oficinas Educativas foi o único documento que só teve acesso à versão impressa, emprestado para tirar cópia, de uma professora de uma Escola Municipal da Vila Arapari, Município de Barcarena.

Esses documentos se destacam por várias questões que serão analisadas posteriormente, mas aqui evidencio algumas: 1) Os 02 Conjuntos de textos e o Cadernos de leituras complementares são formados por artigos capturados da Internet, alguns de Revistas Acadêmicas Eletrônicas, alguns de autoria de pesquisadores conhecidos da área da educação e da psicologia; 2) O Caderno de Oficinas II foi construído pelos Assessores do Instituto Aliança em parceria com os profissionais das Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social dos Municípios do Estado do Pará, Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente e ONG locais; 3) O Caderno de Oficinas II ainda se destaca pela organização técnica-instrumental das atividades propostas, com todas as etapas muito bem definidas e pela metodologia pautada no trabalho em grupo em que os jovens são “treinados” a “aprender a aprender” e a desenvolver a “formação entre pares”. O Caderno de Oficinas II se constituiu como fonte primária da pesquisa, uma vez que se trata do documento base para o desenvolvimento do PVJ, no qual consta todas as atividades direcionadas aos jovens no que tange a formação em sexualidade. O Caderno define o trabalho docente no PVJ e as práticas de governamentalidade da sexualidade da juventude.

Os documentos selecionados como parte do terceiro grupo foram distribuídos pela Fundação Vale as escolas e aos professores que fazem parte da região de abrangência da Vale

no Estado do Pará, nos Municípios de Abaetetuba, Barcarena, Marabá, Parauapebas e Tomé-Açu. Esses Municípios assinaram termos de parcerias para desenvolver o Programa nas escolas dos municípios. A Fundação Vale “capacitou” os educadores e outros profissionais e “formou” os agentes multiplicadores, os jovens das escolas, que devem estar preparados para abordar qualquer tema relativo à sexualidade com as turmas sempre que houver necessidade. Os cursos oferecidos eram de 80 horas e os workshops anuais que deveriam ser frequentados por todos os professores da rede municipal do município parceiro.

As escolas do Pará receberam uma caixa-baú de plástico transparente com tampa, identificadas com adesivos da Fundação Vale e do Instituto Aliança, com um kit que compõe os “Materiais educativos do acervo técnico” distribuídos pela Fundação Vale em parceria com o Instituto Aliança às escolas para trabalhar com os jovens das escolas. O Kit é formado por 25 itens, sendo 10 DVDs, 05 livros e 10 tipos de materiais educativos, sendo: 01 álbum Seriado Anticoncepção, 01 Coleções de cartilhas sobre Métodos Contraceptivos (09 volumes), 01 folder “Como evitar a gravidez”, 15 Cartilhas “Que bicho é esse?”, 27 Folderes sobre “Direitos Sexuais e Reprodutivos”, 01 Pôster sobre “Direitos Sexuais e Reprodutivos,” 10 Livreto “Prevenção à Violência”, 01 pênis Moreno com Escroto 12cm, 01 kit de planejamento familiar (composto por 02 preservativos masculinos, 01 diafragma, 01 cartela de 02 contraceptivos de emergência, 01 preservativo feminino, 01 ampola injetável, 01 cartela de anticoncepcional oral, 01 dispositivo intrauterino) e 01 Modelo Pélvico de Acrílico. Os fornecedores desses materiais são os parceiros da Fundação Vale: Ecos, Instituto Promundo, Instituto Aliança, Canal Futura, Fundação Odebrecht, FTD, Casa Amarela, Reprolatina e Semina³⁶. Tive acesso a esse material em uma escola do Município de Abaetetuba, porém esses materiais não fizeram parte da análise porque, de acordo com informação da diretora, não poderiam sair da escola, nem poderiam ser emprestados. Esse acesso ao Kit serviu para conferir os materiais descritos online no site do Programa. Em uma rápida visualização e manuseio dos materiais que compõem o kit pude perceber que a maioria relaciona sexualidade à reprodução, destacando a necessidade de “cuidado e prevenção” de DST’s, AIDS, gravidez na adolescência.

Os documentos selecionados para esta pesquisa foram construídos por diferentes “agentes sociais”, como empresas privadas, fundações privadas, secretarias de educação, escolas entre outros, que tem interesses diferentes, mas que se cruzam em pontos específicos, como a educação, a juventude e a sexualidade que precisam de regulação.

³⁶ Esses parceiros são Ongs ou Fundações que atuam na interface educação, juventude e sexualidade.

A pesquisa se centrará na contemporaneidade, compreendendo o período de 2007-2012. O ano de 2007 marca a criação do Programa Vale Juventude pela Fundação Vale e 2012, ano em que esse Programa foi encerrado. Conforme Relatório Narrativo do Instituto Aliança (2012, p. 12), “Em 2012, o Vale Juventude completou seis anos, tendo como prioridade a passagem para a gestão autônoma dos municípios de Abaetetuba, Barcarena e Marabá”. No Relatório é destacado que “O papel da equipe do Instituto foi o de supervisionar e realizar o suporte técnico a distância para facilitadores e formadores, organizados em grupos de referência locais, nas diversas oficinas e ações educativas” (2012, p. 12).

No ano de 2013, a Fundação Vale alterou suas funções devido a necessidade de “atualizar o embasamento dos investimentos sociais da Fundação Vale frente a esses desafios, considerando ainda que, devido às próprias características do modelo de negócio da Vale, sua atuação está intrinsecamente ligada à lógica do desenvolvimento territorial”³⁷. As parcerias da Fundação foram redefinidas, assim como seus principais Programas, um dos novos Programas, é o Programa Mobilizando a Juventude que substitui o Programa Vale Juventude e foca mais na questão do protagonismo juvenil.

Partindo de uma análise dos documentos que constituem o currículo do Programa Vale Juventude e formam do *corpus* de análise da pesquisa inquiri os saberes transversalizados nas formas de objetivação da juventude e da sexualidade no currículo do PVJ concomitante com a análise das práticas de governamentalidade em exercício nesses discursos. Nessas relações de saber-poder nos discursos ainda me interessa problematizar as formas de governamentalidade em atravessamentos com as noções de capital humano, empreendedorismo de si na definição do interesse pelas questões de sexualidade da juventude, descritas nos documentos em análise. Nesses discursos, busco os documentos que formam o currículo do PVJ, em suas condições de possibilidade, em sua historicidade e em suas relações de saber-poder.

Desse modo, o cotejamento dos documentos selecionados com a literatura sobre o objeto de pesquisa, me permitiu decompor as séries discursivas que funcionaram como recorte, para problematizar “as formas singulares de permanência, os tipos possíveis de relação” entre as séries, constituindo ainda “séries de séries” (FOUCAULT, 2007a, p. 11). As séries foram construídas a partir da organização, do recorte, da distribuição, da ordenação dos enunciados que constituem os documentos. A partir do cotejamento dos documentos selecionados pude mapear as modalidades enunciativas sobre as práticas constitutivas do

³⁷ **Parcerias intersetoriais:** Perspectivas e desafios. Fundação Vale. 2013.

objeto educação, juventude e sexualidade no currículo do Programa Vale Juventude e construir as séries analíticas. O documento, pois, não é mais, para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações (FOUCAULT, 2007a).

Para a constituição das séries discursivas foi preciso problematizar a montagem dos documentos e fazer uma desmontagem, pois conforme Le Goff, “todo documento é mentira. Cabe ao historiador (ou ao artista, diríamos nós) não fazer o papel de ingênuo”, e “começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” (LE GOFF, 1990, p. 472-473). Tal tarefa não é fácil quando analisamos documentos construídos na confluência de diferentes saberes atravessados por relações de poder múltiplas e cambiantes.

Ao analisar a construção de séries discursivas Gomes (2011) sintetiza a forma de Foucault pensar a construção de séries para a análise de documentos.

Segundo Foucault (2008h), a noção de série implica um problema teórico e metodológico, uma vez que, não buscando a continuidade que supostamente ligaria os fios de uma cronologia evolutiva em um acontecimento, mas entendendo o acontecimento como sendo formado por cesuras, dispersão, regularidades descontínuas que emergem ao acaso das forças e combinam-se em relações que dão materialidade ao acontecimento. As séries seriam elementos de práticas discursivas ou de práticas não-discursivas que possuem algumas regularidades de aparição (GOMES, 2011, p. 37).

As regularidades descontínuas de aparição das séries nos documentos e a dispersão dos acontecimentos só podem ser mapeadas a partir da leitura minuciosa dos documentos, articuladas a analítica do referencial teórico-metodológico da pesquisa.

Registrar os fluxos da pesquisa me ajudou a perceber não só os deslocamentos da constituição do objeto de pesquisa, como também a me situar nos limiares das noções foucaultianas selecionadas para operar a analítica dos documentos e ainda decidir por um modo de organização da análise que se traduz na apresentação do presente texto. Desse modo, no capítulo seguinte optei em fazer uma discussão teórica sobre os eixos que fundamentam a pesquisa: sexualidade, juventude e currículo.

2 SEXUALIDADE, JUVENTUDE E CURRÍCULO

O Programa Vale Juventude, alvo de análise nesta pesquisa, opera governamentalidades da sexualidade da juventude em práticas curriculares. Para empreender a análise de tal Programa, neste capítulo apresento de um ponto de vista teórico algumas elementos sobre sexualidade, juventude e currículo que a partir de uma perspectiva foucaultiana são pensados como construções históricas envolvidas em relações de saber-poder, práticas de subjetivação.

2.1 A emergência do dispositivo de sexualidade: do controle individual à gestão coletiva

As pesquisas sobre sexualidade têm sido realizadas a partir de operadores teórico-metodológicos de Michel Foucault, formados pelos domínios da genealogia, da arqueologia e da ética, que atravessam o programa de pesquisa do filósofo, ao longo de suas investigações³⁸. A analítica produzida por Foucault nos oferece pistas para problematizarmos a relação entre sexualidade e verdade na contemporaneidade, situando-a na história, estranhando sua aparente naturalidade e contornando sua evidência familiar.

A sexualidade é um campo minado, alvo de preocupação desde a antiguidade grega até os dias atuais, em que se constitui uma relação entre sexualidade e verdade, articulando elementos da ética e da política na constituição do sujeito. Entretanto, essa relação entre sexualidade e verdade precisa ser analisada em seu sentido histórico, pois cada momento histórico constrói de uma forma essa relação.

Foi considerando essa perspectiva que o filósofo Michel Foucault desenvolveu um projeto genealógico de análise da sexualidade, temática a que Foucault dedicou um importante espaço e tempo em sua agenda de pesquisa para construir uma “História da sexualidade” na modernidade, como parte do projeto que objetivava fazer uma “[...] arqueologia dos saberes e uma genealogia dos poderes na sociedade contemporânea” (MACHADO, 2005)³⁹.

Ao analisar os saberes sobre sexualidade, as relações de poder e os modos de subjetivações que os constitui Foucault faz uma distinção entre “sexo” e “sexualidade”: o “sexo”, constituído no século XVIII, estava ligado à família, controlado por meio do

³⁸ Foucault, em uma entrevista a Dreyfus e Rabinow (1995), enfatizou que seu pensamento tratou de três modos de objetivação que transformaram o ser humano em sujeito: as práticas discursivas (domínio do saber), as práticas disciplinares (domínio do poder) e as confessionais (domínio da ética).

³⁹ Nota de apresentação da “História da sexualidade I: A vontade de saber” de Foucault (2005).

“dispositivo da aliança” centrado nas obrigações religiosas e legais do casamento como seu modo de produção discursiva e na “transmissão da riqueza, da propriedade e do poder” sua articulação política e a sexualidade, como dispositivo inventado no século XIX, como forma de dominar o corpo e o desejo, como uma outra forma histórica de discurso relativo ao sexo; nasce de uma separação entre o sexo e o dispositivo de aliança.

Ao se dedicar a construção da história da sexualidade, Foucault pretende analisar as relações que se estabelecem entre a sexualidade, a procura da verdade, e o poder nas sociedades modernas ocidentais. No primeiro volume de sua História da Sexualidade, Foucault define a cultura ocidental como “sexo-cêntrica”, pois somos os únicos que inventamos a *scientia sexualis*, fazendo da sexualidade o lugar de constituição da verdade sobre si mesmo e lugar de auto-revelação.

Foucault (2006a, p. 229), ao falar da história da sexualidade no texto “Não ao sexo do rei”, afirma: “não quero fazer a crônica dos comportamentos sexuais através das épocas e civilizações. Quero seguir um fio muito mais tênue: o fio que, em nossas sociedades, durante tantos séculos ligou sexo e a procura da verdade” (FOUCAULT, 2006a, p. 229).

Ao fazer uma arqueologia dos saberes sobre sexualidade, Foucault observa que alguns saberes se sobressaíram na luta pela verdade sobre a sexualidade: o médico, o jurídico e o religioso. Ao analisar textos religiosos, filosóficos, literários Foucault também problematizou a produção de discursos no interior das instituições, tais como os hospitais, os manicômios, as escolas, os conventos etc. em que toda uma organização regimentária, arquitetural, espaço-temporal produz saberes sobre a sexualidade. Ao pretender alojar no sexo a “verdade” do sujeito humano, a sociedade ocidental produziu saberes que não cessam de falar e fazer falar sobre o sexo.

Entre cada um de nós e nosso sexo, o Ocidente lançou uma incessante demanda de verdade: cabe-nos extrair-lhe a sua, já que lhe escapa; e a ele cabe dizer-nos a nossa, já que a detém nas sombras. Escondido, o sexo? Escamoteado por novos pudores, mantido sob o alqueire pelas mornas exigências da sociedade burguesa? Incandescente, ao contrário. Foi colocado, já há várias centenas de anos, no centro de uma formidável petição de saber. Dupla petição, pois somos forçados a saber a quantas anda o sexo, enquanto que ele é suspeito de saber a quantas andamos nós (FOUCAULT, 1988, p. 87, 88).

A produção de saberes sobre o sexo supõe nos revelar e desvelar o próprio sexo, o que possibilita Foucault refutar a hipótese repressiva, colocando a sexualidade, o desejo e o sujeito do desejo na história. Dessa forma,

A partir do fim do século XVI, “a colocação do sexo em discurso” [...] foi submetida a um mecanismo de crescente incitação; que as técnicas de poder

exercidas sobre o sexo [...] obedeceram a um princípio [...] de disseminação e implantação das sexualidades polimorfos e que a vontade de saber [...] se obstinou – sem dúvida através de muitos erros - em constituir uma ciência da sexualidade (FOUCAULT, 2005, p. 17-18).

Essa explosão de discursos sobre o sexo se dá no campo de exercício do poder, em que as instituições são incitadas a falar e ouvir falar sobre o sexo (FOUCAULT, 2005). Esse imperativo discursivo sobre sexo produz saberes em imanência com relações de poder, em variações contínuas, produz relações de “poder-saber” diretamente implicadas, pois “temos que admitir que o poder produz saber [...]; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha nem constitua ao mesmo tempo relações de poder” (FOUCAULT, 2005a, p. 27). Foucault (2005) não pensa o poder como propriedade, domínio ou dualidade, o poder “[...] não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2006a, p. 08), por isso faz-se necessário renunciar a noção negativa de poder como impedimento de saber.

Esse controle exacerbado da sexualidade leva Foucault (2005) a afirmar que estamos vivendo em uma “sociedade de sexualidade” onde os mecanismos de poder são utilizados para controlar o corpo individual e o corpo social, além de controlá-la e geri-la, pois “[...] o poder fala *da* sexualidade e *para* a sexualidade [...]” (FOUCAULT, 2005, p. 138). A prolixidade do poder que fala sobre a sexualidade não permite que ela escape, por isso ela é “provocada e temida”. O poder produz saberes sobre a sexualidade e a regula, tornando-a “[...] *um efeito com valor de sentido*” (grifos do autor). Assim, a sexualidade tem uma importância a partir da definição do tipo de prática sexual que ela veicula. A sexualidade infantil, da mulher histórica entre outras é nomeada, classificada, catalogada, mas não é valorizada como a sexualidade adulta considerada a norma.

Para Foucault (2007a) invenção da sexualidade no século XIX assinala algo diferente de um remanejamento de vocabulário e foi estabelecido em relação a outros fenômenos: “o desenvolvimento de campos de conhecimentos diversos; [...] a instauração de um conjunto de regras e de normas; [...] mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor a sua conduta, desejos, prazeres, sentimento, sensações e sonhos” (FOUCAULT, 2007a, p. 09). A sexualidade não deve ser concebida como “[...] uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar”, pois ele afirma que “a sexualidade é o nome que se pode

dar a um dispositivo histórico” (FOUCAULT, 2005, p. 100). O dispositivo tem um sentido e função metodológica e é compreendido por Foucault como,

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2006, p. 244).

Esse dispositivo histórico permite que sejam construídos saberes, como os da igreja, da moral e da lei, sobre a sexualidade. Esses saberes são atravessados por redes de poder que se inscrevem não na negação ou na proibição do discurso sobre o sexo, mas através da incitação ao mesmo, sendo, portanto, produtivo, conferindo a possibilidade de construir “o poder disciplinar” e o “biopolítica”, dispositivos que fazem um investimento sobre o corpo para construir o que chamou de “corpos dóceis” (FOUCAULT, 2006).

Como um dispositivo histórico, a sexualidade é construída historicamente por diferentes elementos que se articulam em uma rede múltipla que envolve saberes, instituições, legislação, diversas formas de medicalização e moralização de sexualidades específicas que são alvo de mais preocupação por parte da família e da educação por exemplo. Foucault afirma:

Não somente assistimos a uma explosão visível das sexualidades heréticas mas, sobretudo – e é esse o ponto importante – a um dispositivo bem diferente da lei: mesmo que se apóie localmente em procedimentos de interdição, ele assegura, através de uma rede de mecanismos entrecruzados, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas (FOUCAULT, 2005, p. 48).

O dispositivo da sexualidade aciona diversos mecanismos para propagar e intensificar uma multiplicidade de prazeres particulares e sexualidades não-convencionais, pois a sociedade moderna construiu inúmeras e complexas instrumentações, técnicas, teorias e discursos sobre a sexualidade.

Essa explosão discursiva da sexualidade é produzida a partir de uma trama que envolve vários elementos encadeados uns aos outros por meio de táticas de saber e poder: “[...] a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências” (FOUCAULT, 2005, p. 100). Essas estratégias são articuladas de numerosas e sutis formas pelo dispositivo de sexualidade que tem como *razão de ser* “[...] o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 2005, p. 101). Esse investimento sobre o corpo liga a sexualidade

à economia, pois este produz e consome, exigindo um controle tanto de sua produção como de seu consumo.

A articulação do dispositivo de sexualidade com o “dispositivo disciplinar” e o “dispositivo da biopolítica” possibilitou o disciplinamento dos corpos e das vidas sexuais dos indivíduos e das populações (FOUCAULT, 2005). A grande preocupação desses poderes é com a vida, a vida do corpo e a vida da espécie; é geri-las em sua função individualizante e especificante.

O dispositivo disciplinar como um mecanismo de poder investe o poder sobre o corpo que é tomado como objeto e sobre ele também se investe esse poder, para conhecê-lo, detalhá-lo e otimizá-lo para melhor entender, controlar e regular o comportamento sexual.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (FOUCAULT, 2005a, p. 119).

A arte do corpo humano é potencializada pelos conhecimentos produzidos nas ciências biológicas, sobretudo na medicina e na nutrição que articulam discursos de vigor físico, beleza e saúde para reforçar a necessidade de cuidado com o corpo, o que exige seu controle, dominação e constante transformação.

A disciplina age como uma maquinaria de poder para fazer uma “anatomia política” do corpo que é esquadrihado, para ser cada vez mais adestrado, docilizado, sobretudo, para intensificar e alastrar suas forças, ajustar e administrar suas energias. O corpo disciplinado se transforma numa máquina útil e obediente. Para tal, a disciplina utiliza técnicas minuciosas, ínfimas, que definem uma “microfísica do poder” sobre o corpo e justamente por isso tem grande poder de decisão, pelo detalhe, pela não ostentação das coerções, mas pela sua sutileza (FOUCAULT, 2005a). Esse poder

[...] centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano (FOUCAULT, 2005, p. 131).

O corpo como um todo passa a ser controlado, gerido, individualizando-o para que sendo objetificado como máquina seja potencializado em suas capacidades produtivas que depende de suas condições físicas, da usurpação de suas forças. O dispositivo de poder disciplinar para adestrar o corpo age não pela proibição ou negação do corpo, mas pela

incitação dos discursos sobre o mesmo, discursos que são construídos a partir dos saberes da medicina, da pedagogia, da economia, da psicologia, que servem para realizar vigilâncias infinitesimais, controles constantes, ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos (FOUCAULT, 2005).

Entretanto, apenas o controle da vida do corpo individual não era suficiente, uma vez que o corpo social, o corpo-espécie, a população também precisava ser regulada, saneada frente a dois fatos históricos: a explosão demográfica que era preciso fixar e o crescimento do aparelho produtivo que era preciso tornar rentável. Constitui-se então um polo de poder que Foucault (2005) denominou de biopolítica, um processo de regulação das populações, através de medidas maciças, estimativas estatísticas, intervenções que abrangem todo o corpo social. Dessa forma, o poder

[...] centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, [...] tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *contrôles reguladores uma bio-política da população* (FOUCAULT, 2005, p. 137, grifos do autor).

Essa tecnologia de poder especificante toma a biologia como fundamento para suas medidas estratégicas de gestão da vida, que regula e controla a população, o corpo-espécie, submetendo-o a rigidez das medidas estatísticas, da demografia.

A sexualidade está no cruzamento da vida do corpo e da vida da espécie, sofrendo assim um duplo investimento de poder. Os dois polos de poder que controlam a vida vão gerir o corpo e sua vida individual e coletiva para controlar o sexo. Por isso,

[...] no século XIX, a sexualidade foi esmiuçada em cada existência, nos seus mínimos detalhes; foi desencavada nas condutas, perseguida nos sonhos, suspeitadas por trás das mínimas loucuras, seguida até os primeiros anos de infância; tornou-se a chave da individualidade: ao mesmo tempo, o que permite analisá-la e o que o torna possível constituí-la (FOUCAULT, 2005, p. 137).

A especificação pormenorizada da sexualidade possibilita que os recônditos mais escondidos de suas manifestações sejam nomeados e estudados, para serem mapeados, regulados. O poder disciplinar produziu a particularização do sexo e permitiu as disciplinas dos corpos e as biopolíticas possibilitaram os controles das populações, a sua regulação tendo em vista a preocupação com a espécie, a descendência, a saúde coletiva. Para obter efeitos disciplinares os alvos eram específicos: a sexualização da criança, a histerização das mulheres (FOUCAULT, 2005). Os corpos das crianças e das mulheres eram administrados nos mínimos detalhes, em toda sua anatomia para a que “anormalidade” não o acometesse.

Essa nova “tecnologia do sexo” descrita por Foucault se transformaria a partir do século XVIII em “como negócio de Estado” (FOUCAULT, 2005, p. 109), se tornando

[...] uma questão em que, todo o corpo social e quase cada um de seus indivíduos eram convocados a porem-se em vigilância. Nova, também, porque se desenvolvia ao longo de três eixos: o da pedagogia, tendo como objetivo a sexualidade específica da criança; o da medicina, com a fisiologia sexual própria das mulheres como objetivo; e, enfim, o da demografia, com o objetivo da regulação espontânea ou planejada dos nascimentos (FOUCAULT, 2005, p. 109).

A partir desse investimento de poder em relação à sexualidade, esta se transforma em interesse do estado e de outras instituições que produzem políticas de controle e regulação da sexualidade ativando saberes diversos como da pedagogia, da medicina, da demografia e relações de poder múltiplas e cambiantes, como educação, que produz alianças entre diferentes instituições públicas e privadas que vigiam e gerenciam a sexualidade de jovens, adolescentes e crianças. Assim, em torno do sexo se constitui relações de forças, lutas entre o Estado e os cidadãos, em que “o Estado saiba o que se passa com o sexo dos cidadãos e o uso que dele fazem e, também, que cada um seja capaz de controlar sua prática. Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram” (FOUCAULT, 2005, p. 109).

Essa entrada da sexualidade como interesse social e estatal possibilita que instituições como a Vale produzam dispositivos de “controle da sexualidade” de crianças e jovens, torna-a alvo de disputa pública entre instituições públicas e privadas, num jogo que envolve relações de saber-poder. Para Foucault (2005), a sexualidade das crianças e jovens não foram silenciadas pelas instituições pedagógicas, mas foi colocada em discurso, se tornou eloquente.

Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Falar do sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos, os administradores e os pais. Ou então, falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirigem a elas, ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa - tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso (FOUCAULT, 2005, p. 31).

As instituições pedagógicas se obstinaram a construir “controles pedagógicos” da sexualidade infantil e juvenil, adotando estratégias para falar e fazer falar sobre sexualidade, mas de determinadas formas, seguindo certas regras de prudência, instalando novos “mecanismos de vigilância”.

A partir do século XVIII, o sexo das crianças e dos adolescentes passou a ser um importante foco em torno do qual se dispuseram inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas. É possível que se tenha escamoteado, aos próprios adultos e crianças, uma certa maneira de falar do sexo, desqualificada como sendo direta, crua, grosseira. Mas, isso não passou da contrapartida e, talvez da condição para funcionarem outros discursos, múltiplos, entrecruzados, sutilmente hierarquizados e todos estreitamente articulados em torno de um feixe de relações de poder (FOUCAULT, 2005, p. 31).

Os controles sociais constituídos “filtram” a sexualidade dos jovens visando “proteger, separar e prevenir, assinalando perigos em toda parte, despertando as atenções, solicitando diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas” (FOUCAULT, 2005, p. 31). Toda uma incitação política, econômica, técnica para falar da sexualidade emergiu por volta do século XVIII, constituindo um discurso racional sobre o sexo investido em técnicas de poder. Assim,

cumpra falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos (FOUCAULT, 2005, p. 26).

Como objeto de gestão por parte do poder público, o sexo passa a ser normatizado por discursos constituídos por relações de saber-poder múltiplas, impregnados sobretudo em conceitos ditos científicos que se impõem como verdades no controle individual e coletivo.

Desde o século XVIII o sexo não cessou de provocar uma espécie de erotismo discursivo generalizado. E tais discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, porém lá onde ele se exercia e como meio para seu exercício; criaram-se em todo canto incitações a falar; em toda parte, dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular. Desenfurnam-no e obrigam-no a uma existência discursiva. Do singular imperativo, que impõe a cada um fazer de sua sexualidade um discurso permanente, aos múltiplos mecanismos que, na ordem da economia, da pedagogia, da medicina e da justiça incitam, extraem, organizam e institucionalizam o discurso do sexo, foi imensa a prolixidade que nossa civilização exigiu e organizou (FOUCAULT, 2005, p. 33).

Em nossa sociedade se engendra uma multiplicidade de discursos sobre o sexo, “produzidos por toda uma série de mecanismos que funcionam em diferentes instituições” (FOUCAULT, 2005, p. 34). Na atualidade, os discursos sobre o sexo são produzidos pela pedagogia, pela família, pela medicina, pelas empresas, entrecruzando-se em planos, programas e projetos, políticas públicas, intervenções múltiplas focadas em grupos específicos, tais como o sexo das crianças, das mulheres, dos deficientes, dos idosos, dos

jovens entre outros grupos populacionais que sofrem investimentos sociais na área da sexualidade. “No decorrer dos séculos recentes, essa relativa unidade [dos discursos sobre o sexo] foi decomposta, dispersada, reduzida a uma explosão de discursividades distintas, que tomaram forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na crítica política” (FOUCAULT, 2005, p. 33).

Entre as instituições que na atualidade se “preocupam” com o sexo, especialmente dos jovens, estão as fundações, ongs, institutos entre outras que produzem discursividades sobre o sexo no âmbito de planos, programas e projetos. Aqui destaco a preocupação da Empresa Vale, da Fundação Vale e seus parceiros com a sexualidade dos jovens. Para tal criaram um Programa específico para tal fim, o Programa Vale Juventude, cujo eixo principal para o desenvolvimento dos jovens é a “educação afetivo-sexual”.

Os elementos teóricos discutidos nesse tópico sobre sexualidade norteará a análise do Programa Vale Juventude, que tem como objetivo orientar os jovens em temáticas relacionadas à sexualidade, tais como prevenção de DST, AIDS, gravidez, aborto entre outros. Essas noções me ajudam a pensar a sexualidade em termos de produção de saberes e relações de poder, não como categorias de análises fixas, que possuem essência, mas a partir de sua constituição histórica e das condições de possibilidade, no campo do entrecruzamento das práticas de poder e de saber.

No que segue, apresento uma discussão sobre juventude, pois este grupo tem se tornado alvo preferencial de políticas voltadas para o controle individual e coletivo da sexualidade.

2.2 A produção histórica da juventude como objeto de intervenção política

Entre os indivíduos que tem a sexualidade mais investidas em tecnologias de poder e controle estão os jovens. Como grupo populacional, a juventude passa a ser vista como problema e por isso se torna “alvo preferencial de todas as governamentalidades” (BATISTA, 2010, p. 01), incluindo a gestão de sua sexualidade. A sexualidade dos jovens é colocada no centro de Projetos, como o Vale Juventude, que articula campos de saber, tipos de normatividades e modos de subjetivação.

A literatura sobre juventude se fundamenta em diferentes perspectivas teórico-meotodológicas, tais como na sociologia e na história, destacando-se a sociologia da

juventude (Pais, Abramo, Sposito), a história da infância e da família (Donzelot, Ariès), juventude operária (Perrot), juventude e educação (Soares, Noguera-Ramirez), violência (Feltran, Lima), juventude e participação (Vannuchi, Novaes), políticas públicas para a juventude (Carrano, Rua), juventude e cultura (Hobsbawm, Castro) entre outros. Algumas pesquisas contemporâneas sobre juventude utilizam o referencial foucaultiano de análise, demarcando a juventude como dispositivo histórico, biopolítico, de governamentalidade (Rafael Rodrigues, Fávio Candotti, Vera Batista, Estela Scheinvar, Nair Silveira, Acácio Augusto, Edson Passetti, entre outros autores/as).

A juventude muitas vezes é tratada como uma essência, cuja linearidade e evolução marcariam a passagem de uma fase da vida a outra. Aqui trabalho com a ideia de juventude como um dispositivo biopolítico de governamentalidade, para marcar a historicidade da noção de juventude, que já sofreu várias transformações em decorrência dos atravessamentos de redes de saberes e de relações de poder.

A emergência da juventude como dispositivo de governamentalidade de uma parte da população se dá conforme Phillippe Ariès (1981) a partir do desenvolvimento da sociedade moderna, e com a emergência das três novas instituições burguesas, a escola, a família e a infância. Ariès (1981) analisa a construção social da criança e da família na modernidade, focalizando a crítica da infância da burguesia e da aristocracia da Europa Ocidental, entre os séculos XV e XVIII. A história da criança e da família contada por Ariès (1981) ressalta a ausência do que ele chamou de um sentimento de infância, que seria constituído por dois momentos, a paparicação e o apego, mas que surge somente no século XVII, pois as crianças eram vistas e tratadas como adultas em miniaturas tão logo garantissem certa independência dos adultos, sendo que não havia uma preocupação com a divisão etária das fases de vida. Ao lançar um olhar histórico sobre a infância por meio do estudo das mentalidades relacionadas às crianças Ariès (1981) a transforma em objeto historicizável, o que amplia as possibilidades de análise.

Esta tese de Ariès (1981) é contestada por Kuhlmann Jr. (1998) que afirma já haver uma preocupação com as crianças antes do século XVII, apontando as fontes de Ariès como as responsáveis pela não observação do sentimento de infância nas classes populares, já que analisou apenas as famílias abastadas onde teria ocorrido o aparecimento do sentimento de infância. Dessa forma Kuhlmann Jr. destaca que é preciso,

[...] pensar a criança na história significa considerá-la como sujeito histórico, e isso requer compreender o que se entende por sujeito histórico. Para tanto, é importante perceber que as crianças concretas, na sua materialidade, no seu nascer, no seu viver ou morrer, expressam a inevitabilidade da história e nela

se fazem presentes, nos seus mais diferentes momentos (KUHLMANN JR, 1998, p. 33).

A infância se constitui por múltiplos discursos que formam regimes de verdade a partir dos saberes e das relações de poder que os constroem. Narodowski (1994) explica que

[...] a infância parece ter gerado um amplo leque de discursos que a contextualizam axiologicamente, a perfilam eticamente, a explicam cientificamente, a predizem de acordo com esses cânones. A infância é a chave óbvia da existência da psicologia da criança e da pediatria: um recorte específico do ciclo vital humano que justifica a elaboração de um sem número de premissas e afirmações igualmente específicas, particulares dessa etapa da vida do homem, exclusivas da infância (p. 24).

Os diferentes campos de saberes constituem discursos sobre a infância que compõem forças para controlar a conduta das crianças. De acordo com Foucault (2008a), a noção de conduta, surge como um problema fundamental na sociedade ocidental para que a infância seja apontada como o principal alvo de conduta, que compreende a maneira como uma pessoa se conduz e se deixa conduzir:

[...] E vocês compreendem por que há um problema que, nessa época, adquiriu uma intensidade maior ainda que os outros, provavelmente porque estava exatamente no ponto de cruzamento dessas diferentes formas de condução: condução de si e da família, condução religiosa, condução pública aos cuidados ou sob o controle do governo. É o problema da instituição das crianças. O problema pedagógico: como conduzir as crianças, como conduzi-las até o ponto em que sejam úteis à cidade, conduzi-las até o ponto em que poderão construir sua salvação, conduzi-las até o ponto em que saberão se conduzir por conta própria – é esse problema que foi provavelmente sobrecarregado e sobredeterminado por toda essa explosão de problemas das condutas no século XVI (FOUCAULT, 2008a, p. 310)

Juntamente com a infância a juventude também pode ser historicizada, pois não existe uma essência jovem ou uma juventude universal. A juventude foi produzida como uma fase da vida cujos discursos evidenciam a ideia de falta e necessidade de um controle da conduta. Mesmo que já existisse um discurso sobre a juventude antes do início do século XX, Áries (1981) aponta este século, como o de sua valorização, pois vários campos de saberes se põem a falar o que vem a ser a juventude. O discurso historiográfico de Ariès (1981) enfatiza a construção sócio-histórica da juventude pautada na ideia de divisão das fases da vida.

A consciência da juventude tornou-se um fenômeno geral e banal após a guerra de 1914, em que os combatentes da frente de batalha se opuseram em massa às velhas gerações da retaguarda. A consciência da juventude começou como um sentimento comum dos ex-combatentes, e esse sentimento podia ser encontrado em todos os países beligerantes [...]. Daí em diante, a adolescência se expandirá, empurrando a infância para trás e a maturidade para a frente (ARIÈS, 1978, p.47).

A concepção de juventude como uma construção social e histórica possibilita a análise dos investimentos de diferentes instituições e campos de saberes nos diferentes momentos históricos em tona da definição e controle da juventude.

A juventude é construída, do século XIX ao início do século XX, através de instituições preocupadas com a proteção dos indivíduos ainda não maduros e diagnosticados em suas fragilidades ou através de instituições interessadas na potencialização das capacidades desses indivíduos, entre os quais as instituições escolares, as ciências modernas, o direito, o Estado e mundo do trabalho industrial (GROPPO, 2000, p.).

Essa concepção de juventude pautada em noção de falta, de fragilidade, a coloca como alvo de políticas públicas de proteção e cuidado. Lemos (2007) analisando os novos dispositivos de proteção das crianças e adolescentes no cenário brasileiro, afirma que

um conjunto de dispositivos de assistência que foi potencializado com a abertura do país ao mercado internacional e com a redução do papel do Estado como: financiador, planejador e executor das políticas sociais em contraposição à ampliação da intervenção de ONGs e de organismos internacionais, que elegeram as crianças e os adolescentes [jovens] objeto prioritário de seus projetos de assessoria e de governo com objetivos de disciplinar, normalizar, controlar e gerir riscos (LEMOS, 2007, p. 14).

As políticas direcionadas à juventude são construídas a partir de diferentes demandas nacionais e internacionais, públicas e privadas. Scheinvar e Cordeiro (2007), analisam as políticas públicas para a juventude construídas na década de 1990 sob a égide do conceito de “risco social”, tomando o jovem como problema social e por isso as políticas assumem uma perspectiva salvacionista, que visa promover adequação dos mesmos à ordem.

A década de 90 carregou novas perspectivas sobre o olhar dirigido à condição juvenil. Ao mesmo tempo em que os jovens são alvo da mídia, da opinião pública e de esparsas ações de governo no campo da assistência e dos serviços, passam também a serem vistos também como perigosos e produtores do risco, tornando-se alvo privilegiado das políticas coercitivas de segurança pública. De vítimas a algozes o pêndulo perde em equilíbrio e dificulta o exercício ponderado do olhar. Dessa miopia produzida emana a ênfase do olhar oblíquo, desconfiado, sobre o jovem e exige atenção maior em torno das políticas públicas a eles dirigidas, um debate intenso sobre a noção de risco social e ir além, problematizando a condição de sujeito de direitos do jovem e sua possibilidade de participação social (SCHEINVAR; CORDEIRO, 2007, p. 01).

A concepção de “risco social” ou “problema social” que pauta as políticas para juventude são colocadas no plano do ideal, visando controlar virtualidades da vida dos jovens, produzindo determinados tipos de subjetividades, sobretudo aquelas que colocam o modelo do êxito, buscando integrar os jovens visando uma mudança de comportamento. Para Cordeiro (2008, p. 78) “quando as políticas públicas consideram o jovem como objeto de

atenção o fazem em uma perspectiva salvacionista, tomando-o como problema social, visando a sua “adequação à ordem”. As políticas públicas buscam promover um “melhoramento” dos jovens, por meio de vigilâncias de condutas morais, normalização, como instrumentos de governamentalidades.

As condições de possibilidade de valorização da juventude se constituíram historicamente, de modo que a juventude se tornou objeto de intervenção política, objeto traçado em um campo de forças em que vários saberes formulam formas de governamentalidade das condutas e das próprias experiências juvenis. Assim, a sociologia, a história, psicologia, a medicina, o direito, a psiquiatria, a pedagogia constroem discursos sobre a juventude que são atravessados por diferentes composições de forças que corroboram com a governamentalidade da juventude. “Governamentalidade” é um conceito que Michel Foucault forjou, no final da década de 70, para descrever:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa, de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. [...] E esse Estado de governo que se apóia essencialmente sobre a população e que se refere e utiliza a instrumentação do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2006b, p. 303-305).

De acordo com Foucault (2006a), vivemos a “era da governamentalidade” em que táticas contemporâneas de governo são utilizadas para “conduzir as condutas” dos sujeitos individuais e coletivos, nesse caso, de adolescentes e jovens em processo de escolarização. Esse processo de governamentalidade visa transformar os indivíduos em cidadãos, num processo de regulação moral de si próprios e dos outros, pois “os cidadãos moldam suas vidas através das escolhas que fazem sobre a vida familiar, o trabalho, o lazer, o estilo de vida, bem como a personalidade e sua expressão” (ROSE, 1998, p. 43).

A juventude emerge como um dispositivo de governamentalidade na sociedade moderna, juntamente com o dispositivo da infantilidade como as técnicas que operam para garantir um certo modo de ser infantil (CORAZZA, 2002). Os investimentos políticos realizados pelo Estado e por diferentes instituições como a escola, a família, a igreja, por meio de políticas públicas de juventude, articulam diferentes mecanismos de poder e redes de saberes que exigem uma análise minuciosa da história das mesmas, o que demanda um outro esforço para historicizá-las. No caso do Brasil, a emergência da juventude e das políticas

públicas de juventude guarda suas singularidades devidos as tramas de saber e poder que as constituem. Atualmente,

no campo da construção social da juventude, como categoria a mobilizar a ação pública, fica evidente o seu conteúdo normativo. De algum modo as iniciativas tomam por pressuposto o que seria desejável para os jovens em função de certa concepção de suas necessidades, que poderão ser, eventualmente, transformadas em acesso a programas, equipamentos e serviços e consolidar uma esfera própria de direitos (CARRANO; SPOSITO, 2003, p. 04).

Essa concepção de políticas públicas para a juventude se constitui a partir do momento em que a juventude se transforma em problema político e social, sendo alvo de governamentalidades que atuam no campo individual e coletivo, administrando a vida dos jovens em diferentes âmbitos, entre eles a sexualidade.

A juventude entra na ordem do “social”, que segundo Deleuze (2001, p. 01) “tem por referência um setor particular em que se classificam problemas na verdade bastante diversos, casos especiais, instituições específicas, todo um pessoal qualificado (Assistentes “sociais”, trabalhadores “sociais”)”. O setor “social” foi se constituindo a partir dos séculos XVIII-XIX, articulando o setor judiciário, o setor econômico, inclusive inventando toda uma “economia social” e recorta a distinção entre o rico e o pobre em novas bases. O social se constitui em um “domínio híbrido, sobretudo nas relações entre o público e o privado” (DELEUZE, 2001, p. 01), produzindo, uma distribuição, um entrelaçamento original entre as intervenções do Estado e seus recuos, entre seus encargos e desencargos, compondo novos campos de forças que podem formar combinar “armadilhas e maquinações do social”.

Robert Castel (2013, p. 41), em *A Metamorfose da Questão Social* caracteriza a “questão social” como “uma inquietação quanto à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto”. Entre a grande lista de recortes das populações-alvo que se tornam ameaças à “coesão social”, Castel (1997, p. 21) inclui os “jovens dessocializados”, que passam a ser alvos de políticas específicas, “às quais atribuem-se meios específicos para protegê-las socialmente, ou seja, significa que para essas populações são mobilizados recursos, especialistas e instituições especiais para atender seus problemas particulares”.

A ascensão da juventude ao “mapa do social”, investe na distinção entre ricos e pobres pautados em uma “economia social”, entendida por Donzelot (2001, p. 22) como “todas as formas de direção da vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução, de obter um número desejável de trabalhadores com um mínimo de gastos públicos, em suma, o que se convencionou chamar de filantropia”. As tecnologias de

normalização formam um “Complexo Tutelar” descrito por Donzelot (2001), através de um processo híbrido de caridade, com filantropia e com a medicina-higienista que compreendem as políticas direcionadas às crianças e jovens no Brasil. Essa “economia social” a que os jovens são submetidos articulam diferentes instâncias do social, jurídico-penal, educacional, sexual na parceria público-privada, que a partir da analítica foucaultiana são atravessadas por relações de poder.

A partir de uma perspectiva histórico-social, a juventude será problematizada neste trabalho

[...] como experiência, isto é, como uma construção histórico-social que se materializa como expressão de relações sociais e políticas, no conjunto da sociedade, entendendo-a, certamente, como uma fase definida por difusos recortes etários e formas de inserção no processo produtivo, ao mesmo tempo que observando diferenças trazidas pela condição de classe (SCHEINVAR; CORDEIRO, 2007, p. 02).

Na contemporaneidade as políticas públicas de juventude tem se constituído em diferentes aspectos da vida dos jovens: em trabalho, saúde, renda, lazer, educação, gênero, sexualidade. Tais políticas de controle da população precisam ser analisadas como da ordem dos acontecimentos, dos processos e das práticas (FREZZA; MARASCHIN; SANTOS, 2009), pois não são meros reflexos de um tempo, mas dispositivos biopolíticos de governamentalidade da juventude, como empreendimento do Estado, em parceria com instituições privadas como no caso do Programa Vale Juventude.

A seguir faço alguns apontamentos sobre as políticas públicas que como foco a sexualidade da juventude.

2.3 A sexualidade da juventude em políticas públicas: alguns apontamentos

A sexualidade da juventude tornou-se tema corriqueiro, em discursos, instituições, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, constituindo um “dispositivo histórico” de “governamentalidade” de diferentes grupos sociais, de classe social, gênero, etnia, sexo, reação distintas à medida que esta se torna alvo de investimento político, social, educacional, religioso. No Brasil, a sexualidade de crianças e jovens tornou-se objeto de preocupação e intervenção política em várias instâncias, instituições, utilizando diferentes técnicas, estratégias, articulando diferentes saberes e

constituindo intrincadas relações de poder na produção de práticas de governamentalidade em todos os momentos da história do país .

A preocupação com a sexualidade juvenil ligada à educação emerge juntamente com a preocupação em higienizar a cidade constituída no Brasil a partir da vinda da família real portuguesa em 1808, período no qual a medicina social francesa, já instituída na Europa desde o século anterior, chega ao Brasil com o propósito de “modificar os padrões de convivência social, sexual e educacional que colaboravam para a propagação de doenças e todos os males oriundos desta falta de educação sanitária” (SILVA, 2002, p. 02).

Heloísa Heilborn (2006, p. 49), de um ponto de vista antropológico, afirma que a imagem que os portugueses criaram ao chegarem ao país e se depararem com a nudez indígena era do Brasil colônia como uma terra “sem rei e sem lei”, o que possibilitou a construção histórica do mito da sexualidade aberta e desinibida dos brasileiros, “como se o país fosse uma espécie de paraíso sexual”. Tal mito, segundo Heilborn (2006) ainda perdura na atualidade, deslocando a ideia de tolerância e de liberdade sexual, o que faria do Brasil “um paraíso gay”, o que não corresponde à realidade brasileira heterogênea.

A historiadora Margareth Rago (2006) no artigo *Sexualidade e identidade na historiografia brasileira* analisa o lugar conferido à sexualidade na interpretação da identidade brasileira partindo da análise de algumas obras pioneiras dos chamados “inventores do Brasil”: Retrato do Brasil. Ensaio sobre a Tristeza Brasileira (1928), de Paulo Prado, Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre (1933), Evolução Política do Brasil (1933), de Caio Prado, Raízes do Brasil (1936), de Sérgio Buarque de Holanda e do antropólogo norte-americano Richard Parker, trabalhada no livro *Corpos, Prazeres e Paixões* articulando à noção de “dispositivo da sexualidade” de Michel Foucault. Rago (2006) conclui que os/as brasileiros/as percebem sua identidade através da sexualidade, mas as ciências sociais tiveram dificuldades em trabalhar a questão, pois se privilegia a dicotomia teoria/prática e o foco nas questões estritamente políticas e econômicas.

No livro *Do cabaré ao lar – A utopia da cidade disciplinar* (Brasil – 1890/1930), Rago (1985) analisa a cultura operária e a disciplina industrial que constituem o Brasil como uma “vasta empresa de moralização”, em que mecanismos de controle vigilância atuam no interior da fábrica e na vida cotidiana dos trabalhadores, na rua, no bairro, na cidade, na família e na intimidade de mães, filhos, jovens, operários. Nesse processo de controle operário, a mulher se torna alvo da “utopia reformadora” que por meio dela visa promover a “desodorização do espaço”, investindo na constituição de novos papéis para as mulheres

“esposa-dona-de-casa-mãe-de-família” que se volta ao lar e aos filhos e no “sequestro da sexualidade insubmissa”, sobretudo das prostitutas consideradas uma ameaça a “decência da família” e a “salvação do casamento”.

No Livro *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial* José Gondra problematiza o processo de afirmação, institucionalização, popularização e legitimação do saber médico, ancorado na razão e ciência, que emergiu no Brasil entre os anos de 1822 e 1889, de modo que se constitui um saber médico-higiênico na esfera cultural/educacional do século XIX. Os saberes médicos com fortes apelos morais construídos pelos médicos deveriam ser assimilados pelas escolas, sobretudo a partir de questões como: as paixões; a associação entre moral e religião; a associação entre moral e sexualidade (onanismo, prostituição, celibato, pederastia, homossexualismo); moral e práticas escolares e ainda o controle disciplinar (castigos físicos, morais e estratégias de premiação).

Em *Danação da norma*, Machado, Loureiro, Luz, Muricy (1978) analisaram a emergência da medicina social e da psiquiatria no Brasil no século XIX que passa a intervir e medicalizar a sociedade, nas vidas dos indivíduos, aliando-se ao Estado e a diferentes instituições da sociedade brasileira para a partir da relação de saber-poder criar uma nova estratégia política de controle dos indivíduos e da população visando a patologização dos comportamentos, de forma que passa a atingir novas faixas da população, como crianças e jovens, diferenciando o “anormal” e do “normal”, desenvolvendo uma ação educativa a “favor” da civilização e do progresso, para combater a desordem social.

Jurandir Freire Costa, em *Ordem médica e norma familiar*, publicado em 1979 analisou as práticas de pedagogos e higienistas voltadas à higiene familiar no século XIX que defendiam a família como um aliado do Estado, para promover princípios cívicos e o pacto com a nação brasileira articulando saúde e educação como bandeira do movimento médico higienista. No ideário higienista, a população é considerada um bem nacional, um recurso humano, por isso deve seguir normas para a constituição de um corpo sadio: moral, física e socialmente (COSTA, 2004, p. 52).

Entre as instituições que desenvolvem essas técnicas normalizadoras está a escola, pois foi construído o “estigma da incompetência e do desconhecimento” dos pais em relação à saúde e higiene dos filhos o que permitiu aos higienistas a possibilidade de “criar um tipo de dominação sobre a família, análogo ao da relação de tutela, descrita por Castel, a respeito da apropriação médica da loucura” (p. 71). Os “colégios” promoveram a disciplina corporal,

física, intelectual e moral das crianças e jovens; a organização do tempo e do espaço; a regulação do sexo.

Essas breves apresentações de pesquisas que analisam a constituição do dispositivo da sexualidade no Brasil, a preocupação do Estado em promover o controle dos corpos e das populações utilizando várias estratégias de poder e valendo-se de diferentes saberes, nos possibilita problematizar as concepções de sexualidade veiculadas por vários campos científicos (Medicina, Psicologia, Educação, Sociologia etc.) ou institucionais (igreja, escola etc.) em seus sucessivos deslocamentos, continuidades e rupturas.

A preocupação do Estado brasileiro com as questões relacionadas à sexualidade das crianças e jovens em processos de escolarização não é recente, constituindo o que se convencionou chamar de “educação sexual”. Inicialmente a preocupação com a “educação sexual” partiu do exterior da escola, sobretudo a partir da emergência dos saberes médicos, religiosos, sociológicos, para em seguida ser assimilado por professores, pedagogos.

A historiografia da educação sexual no Brasil mostra que, desde as primeiras décadas do século XX, médicos, educadores e até sacerdotes dedicaram-se ao estudo e difusão, nos meios acadêmico e leigo, de obras sobre sexualidade, sexologia e educação sexual. A sexualidade “[...] aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população” (FOUCAULT, 1995b, p. 97).

A gestão da sexualidade institucionalizada nas políticas públicas de saúde, de justiça, demográficas e de educação, com vistas ao controle social dos corpos, em especial, das mulheres, dos jovens, das mães explicitado com a criação de diferentes órgãos, como, desde 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher que, atualmente, compõe a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a criação da Lei Maria da Penha, da inclusão da temática gênero e sexualidade no currículo escolar (SANTOS, 2006) e, na década de 1990, com a expansão dos movimentos sociais, que fomentaram a construção de um feminismo difuso, em que esta temática foram incluído em várias áreas e em instituições sociais e educativas.

Este estaria organizado em práticas de militância e de ativismo político em direitos, basicamente estruturado em uma oferta de serviços para diferentes tipos de mulheres: rurais, negras, prostitutas, portadoras de HIV, lésbicas etc. (SANTOS, 2006). Assim, as ONGs e as fundações se constituem como novas moradas para os movimentos feministas que

materializam em projetos e programas de “empoderamento” feminino e de orientação sexual, como um filtro de cooptação e deslocamento das lutas, em estratégias biopolíticas, ou seja, de gestão da vida de mulheres (LEMOS; SANTOS, 2012).

Práticas de movimentos feministas, dos movimentos sociais, das instituições educativas, em conjunto com saberes e políticas forjaram uma racionalidade de direitos de mulheres imanes com a criação de subjetividades empreendedoras neoliberais, ou seja, um cenário de direitos mercantilizados e propiciadores de um liberalismo econômico e político possibilitou a incorporação da perspectiva do objeto sexualidade em ações, programas e políticas públicas como uma tendência crescente no Brasil e na maioria dos países ocidentais, apesar de ainda recente.

A base legal destas práticas de inclusão do objeto sexualidade nas políticas públicas educacionais direcionadas às crianças e jovens está assentada na Constituição Federal (CF/1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), no Plano Nacional de Educação (PNE/2001) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), por meio do Tema Transversal Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, componente dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

O fato da incorporação do objeto sexualidade nas políticas públicas de educação no Brasil ser recente implica numa produção acadêmica em parte ainda um pouco tímida em termo de pressão social e difusão política, na esfera das relações de governamentalização do Estado democrático de direito. Todavia, o pano de fundo jurídico foi colocado e a judicialização adentrou nas escolas pelo currículo de certa maneira no âmbito da defesa dos direitos atrelada ao aumento de denúncias e notificações sobre violência contra a mulher, sobre homofobia, bem como no campo da educação em direitos articulada aos clamores por punição. Apesar da institucionalização em políticas públicas das questões relativas à sexualidade, a produção acadêmica sobre tal temática ainda é embrionária, pois “[...] começaram a aparecer em 1995, com acréscimo gradual das produções acadêmicas até 2009” (VIANNA, 2012, p. 128).

Considerando a necessidade de problematizar as políticas que articulam educação e sexualidade tendo como foco a juventude e valorizando a perspectiva histórico-genealógica de pensar a contemporaneidade analisando criticamente a constituição dos documentos e seus atravessamentos de saber-poder, nesta pesquisa optei em analisar os documentos que constitui o currículo do Programa Vale Juventude.

Considerando que o Programa Vale Juventude para instituir práticas de governamentalidade da sexualidade da juventude, construiu um currículo, a seguir faço uma breve discussão sobre a concepção de currículo que adotei nesta pesquisa.

2.4 Educação e currículo como práticas de controle

Problematizar as práticas educativas e curriculares na atualidade exige uma analítica das formas de governamentalidade estas constroem e que incidem no controle dos indivíduos e das populações exigindo a inquirição de algumas transformações nas maneiras de pensá-las, sobretudo, com a ampliação das relações entre educação, economia, sociedade civil, que a transformaram em “negócio social”.

Embora o pensamento de Foucault tenha sido transversal, como apontam Veiga-Neto e Gallo (2007), ele não se dedicou especificamente a pensar a educação, nem o currículo. Porém em algumas de suas pesquisas o filósofo produz inferências profícuas sobre a educação, assim como o uso de alguns de seus conceitos são úteis para (re) pensarmos a educação, como apontam Gallo (2004), Veiga-Neto, (2003) Fischer, (2003, 2004), Aquino (2011, 2014), Corazza (2003) entre outros. Ao analisar as instituições modernas, como as prisões, as fábricas, os manicômios, Foucault incluiu a escola, como instituição disciplinar e de forma indireta o currículo, ao falar da organização da escola, dos exames.

A analítica foucaultiana de poder é a que causou mais impacto na área da educação, pois esta que sempre sustentou uma aura de “pureza”, como se não tivesse envolvida em relações de poder. No curso “O Poder Psiquiátrico” ([1973-74] 2006) em que Foucault faz a história da instituição e da arquitetura hospitalares, no século XVIII paralela ao estudo da perícia médico-legal em matéria psiquiátrica, ele analisa o uso estratégico do “aparelho tecnológico de poder disciplinar” sobre a vida dos loucos e dos que dela se avizinha. Foucault (2006) ao apresentar algumas linhas de uma história da disciplina, analisa as comunidades religiosas, a partir das quais as disciplinas passam a generalizar-se para promover “a disciplinarização da juventude estudantil”, por meio de um trabalho ascético de “colonização pedagógica da juventude”.

Para Chaves (2010, p. 196), as práticas ascéticas dirigidas à juventude se “tornarão uma espécie de modelo, uma espécie de “forma coletiva”, a partir dos quais os “grandes esquemas da pedagogia” se constituem. Esses esquemas da pedagogia se organizam a partir de alguns pontos aglutinadores:

1) a relação entre processo de aprendizagem e determinadas etapas obrigatórias e necessárias, que vão do simples ao complexo, do particular ao geral, o que resultará na organização das séries e na distribuição por idade; 2) que essas etapas obedecem a certa concepção de temporalidade, o que demanda demarcar períodos, etapas, os quais, em geral, implicam afirmar a necessidade de um período mais longo para os estudos fundamentais e um mais curto para os estudos mais avançados (tal como, ainda hoje, a diferença temporal entre o ensino fundamental e o médio); 3) essa ordem do tempo corresponde à ideia de progresso, representado pela acumulação do conhecimento adquirido em cada uma das etapas (CHAVES, 2010, p. 196).

Os “dispositivos disciplinares” constitutivos dos “esquemas da pedagogia”, sobretudo referente à organização tempo-espço, em sua emergência nas comunidades religiosas ou leigas da Idade Média desempenhavam “um papel crítico, um papel de oposição e de inovação”, por meio de “ilhas disciplinares” que possibilitariam “certas formas de oposição social contra as hierarquias, contra o sistema de diferenciação dos dispositivos de soberania” (FOUCAULT, 2006, p. 80-81). Segundo Chaves (2010, p. 194) essa analítica de Foucault ainda nos mostra “em que medida os dispositivos disciplinares vão perder, paulatinamente, este caráter crítico, de oposição e inovação que ainda possuíam quando de seu surgimento, até se tornarem as “fórmulas gerais de dominação”, tal como podemos ler em *Vigiar e punir*”.

De tal modo, o curso “O poder psiquiátrico” que “nos auxilia a compreender a maturação, lenta e extremamente elaborada, da concepção de poder disciplinar, a qual ganhou uma sistematicidade no *Vigiar e punir*” (CHAVES, 2010, p. 199). Tais esquemas de organização das práticas pedagógicas são retomados em “*Vigiar e punir*” [1975], mas centrando-se na discussão sobre o “sistema punitivo-legal” a partir do qual problematiza as relações de poder nas instituições. Foucault (2005c) neste livro desenvolve uma analítica do poder disciplinar nas “práticas pedagógicas” de várias instituições ao destacar a organização da escola pelos jesuítas e sua “máquina de ensinar” com propósito “de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (FOUCAULT, 2005c, p. 126).

A tradução de *Vigiar e punir* no Brasil na década de 1980 impactou as pesquisas em educação, pois alguns trabalhos “privilegiavam sobretudo a questão do disciplinamento, buscando constatar nas escolas brasileiras as teses levantadas pelo filósofo francês sobre essa instituição moderna” (VEIGA-NETO; GALLO, 2007, p. 04-05), considerando que “as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação” (FOUCAULT, 2005c, p. 118).

Veiga-Neto e Gallo (2007, p. 05) destacam dois modos de “uso” do referencial foucaultiano nas pesquisas em educação: “No primeiro caso, costuma-se falar em aplicação da

analítica foucaultiana “sobre” temas educacionais; isso significa tomar aqueles conceitos desenvolvidos por Foucault como ferramentas para o trabalho investigativo”, tais como poder, disciplina, governamentalidade, discurso, dispositivo. “No segundo, fala-se em “repensar” a educação; isso significa tornar uma vez mais o pensamento possível em educação, mas agora a partir de outra perspectiva” (VEIGA-NETO; GALLO, 2007, p. 05). Essa segunda perspectiva de análise da educação a partir da utilização do pensamento foucaultiano, nos possibilita “Repensar a educação em seus domínios epistemológicos, políticos e ético-estéticos, possibilitando uma descolonização do pensamento” (VEIGA-NETO; GALLO, 2007, p. 11).

Para Noguera-Ramírez (2009) os estudos focalizando o poder disciplinar na escola, apesar de Foucault destacar o caráter “produtivo” das relações de poder, poucos apostam na transformação da escola e da pedagogia, como se existisse um poder fixo inerente ao estado ou a gestão da escola. Em vários de seus textos Foucault se refere a sua análise de poder que não se constitui uma teoria geral do poder.

No texto “O sujeito e o poder” Foucault (1995) estuda o poder por causa da questão do sujeito. Nesse sentido, ele afirma que teve como objetivo “[...] criar uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tomaram-se sujeitos” (p. 231). Os três modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos são segundo Foucault (1995, p. 231): as formas como estes se tornaram “sujeitos do discurso” na linguística, na economia e na biologia; as “práticas divisoras” que constituem os sujeitos em termos de identidades binárias implicadas em composições de forças; e “o modo pelo qual um ser humano torna-se ele próprio um sujeito”. Essas três formas de objetivação do sujeito exige uma análise em termos arqueológico, genealógico e ético.

A partir dessa tríplice forma de analisar a constituição do sujeito na qual é imanente às relações de poder podemos questionar a educação, perguntando com Foucault: “que tipo de sujeito a educação forma?” Tal questionamento nos remete para pensar a educação inicialmente a partir da produção discursiva.

Na Aula inaugural proferida por Foucault em 1970 no *Collège de France* nomeada “A ordem do discurso” ganha destaque os processos de produção discursiva construídos pela sociedade na qual estão implicados modos de controles e interdições dos discursos, entre eles a educação. Para Foucault (2004), a educação é atravessada por relações de saber-poder, que através dos discursos que distribui, constituem a civilização moderna. Nesse sentido,

[...] a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo

de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas posições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes que eles trazem consigo (FOUCAULT, 2004, p. 43-44).

Nesse quadro de “educação como direito”, os discursos por ela construídos não são da ordem da neutralidade, pois neles estão implicados mecanismos de controle e resistências engendrados pelas posições de sujeitos dos que “fazem” a educação e pelas lutas sociais em torno de sua construção, de sua definição, de seu planejamento enquanto política pública. Nesse sentido, por exemplo,

[...] o discurso do professor não constitui um projeto deliberado de um falante autônomo a partir de uma intenção comunicativa, mas sim que é assumido a partir de uma ordem, a partir de um sistema de produção do discurso, a partir de princípios de controle, seleção e exclusão que atuam sobre as (re) produções de significados e sobre suas práticas específicas (DÍAZ, 1999, p. 15).

A “ordem do discurso” educacional, curricular, docente, não se encontra fora de uma linha produtiva constitutiva de relações de poder, pois a produção do discurso na sociedade é ao mesmo tempo “controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2004, p. 43-44).

Ao atuar como produtora e distribuidora de discursos, a educação se constitui por saberes e poderes específicos, em que o sistema de ensino constitui os sujeitos que falam qualificando e fixando seus papéis na escola, no currículo, seja atuando como disciplinadora dos sujeitos ou reguladora das populações.

O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (FOUCAULT, 2004, p. 44-45).

Na atualidade, os sistemas de ensino atuam por meio das políticas educacionais, planejamento, do currículo na construção de “sistemas de exclusão”, apoiando-se numa base institucional (FOUCAULT, 2004) para distribuir discursos, que constituem os sujeitos articulando saber e poder, para exercer o domínio dos sujeitos, do tempo e do espaço. Esse processo se constitui por dois mecanismos analisados por Foucault, conforme Noguera-Ramirez (2010, p. 01), a expansão das disciplinas (no seu duplo sentido de saber e de poder) e

da governamentalidade entre os séculos XVII e XX, que “constituíram problematizações pedagógicas e educacionais que trouxeram implicações políticas, econômicas e sociais”.

Essa centralidade da educação e do currículo em termos disciplinares se expande para um aspecto administrativo em que este passa a assumir lugares estratégicos na governamentalização da vida e das populações. Em termos da analítica do poder, Foucault ressalva que não há substituição, mas “reposicionamentos” entre modos operadores de poder, como afirma Candioto (2010, p. 39) “Quando ele identificou a sociedade moderna como uma sociedade disciplinar, ele não afirmou o desaparecimento do *modus operandi* da soberania; igualmente, uma sociedade governamentalizada não vem substituir a sociedade disciplinar”.

No âmbito disciplinar, segundo Kroef (2001, p. 110), a moderna sociedade utiliza a educação “como um dos instrumentos para garantir a integração através da participação dos indivíduos iguais, em unidades pertencentes a uma totalidade”, visando “assegurar a cidadania, organizando uma espécie de programa, ordenado pelo currículo, que prepara para o exercício dos direitos e deveres”. Com este objetivo o currículo se constitui em base central do ensino, por isso ele se torna alvo de transformações e/ou reformas, reforçando-o enquanto objeto das ações pedagógicas e culturais articulado duplamente em torno das disciplinas: no sentido de saberes ordenados disciplinarmente e de relações de poder que visam a disciplinarização dos sujeitos individualmente.

Dentre todas as transformações por que passou o currículo desde a sua invenção no final do século XVI, estamos hoje vivendo as maiores e mais radicais mudanças nos quatro elementos constitutivos desse artefato escolar: o planejamento dos objetivos, a seleção de conteúdos, a colocação de tais conteúdos em ação na escola e a avaliação. Tais elementos encontram-se, de poucas décadas para cá, sob sucessivas saraivadas de novas análises e de novas propostas (VEIGA-NETO, 2008a).

O sistema de ensino e a escola utilizam diferentes meios – currículo, tempo, espaços, avaliação etc. - para distribuir esses discursos, que constituem os sujeitos articulando saber e poder, para exercer o domínio dos sujeitos, do tempo e do espaço. Os “sistemas de ensino, os ideais educativos e o modo como eles são vertidos em programas e reinterpretados pelos seus actores devem, portanto, ser colocados e discutidos como parte integrante da dinâmica social” (RAMOS DO Ó, 2003, p. 7).

O sistema de ensino e a escola utilizam o currículo para distribuir esses discursos, que constituem os sujeitos articulando saber e poder, para exercer o domínio dos sujeitos, do tempo e do espaço. A escola através do currículo

[...] assumiu uma posição ímpar na instauração de novas práticas cotidianas, de novas distribuições e novos significados espaciais e temporais. E, talvez o

mais importante: foi pelo currículo que a escola contribuiu decisivamente para a crescente abstração do tempo e do espaço e para o estabelecimento de novas articulações entre ambos. Isso foi tão mais decisivo na medida em que tanto a escola fez do currículo o seu eixo central quanto ela própria tomou a si a tarefa de educar setores cada vez mais amplos e numerosos da sociedade (VEIGA-NETO, 2002, p. 163).

No caso do Programa Vale Juventude, a Vale conseguiu efetivá-los nas escolas que fazem parte do território de abrangência da empresa, engendrando um currículo específico para tratar da questão de sexualidade da juventude, em que nas oficinas, parte fulcral do Programa o espaço e o tempo são muito bem delimitados no liame daquilo que o Programa propõe.

Para exercer o domínio do tempo, do espaço e dos sujeitos o currículo é permeado pelo poder, mas um poder que é capilar, que age sutilmente, de forma muito eficaz. Na perspectiva foucaultiana o poder é considerado descentralizado e difuso, contrapondo-se à noção moderna de poder, que em geral é representado como domínio, força, controle, contendo significados unicamente negativos. Mas, o poder “[...] não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso (FOUCAULT, 2006a, p. 8). Nessa concepção de poder não há lugar para a noção de um currículo essencializado, pois, no exercício do poder entram em jogo diferentes técnicas para controlar e dominar os sujeitos, mas que não são aceitas de forma passiva, pois são contestadas, resistidas, evidenciando que o poder é como “uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade” (FOUCAULT, 2006a, p. 29).

Em relação à sexualidade, as instituições pedagógicas são prolixas. Para Foucault (2005a, p. 31-32) a escola fala e faz falar sobre a sexualidade. Desde o século XVIII a instituição pedagógica

[...] concentrou as formas do discurso nesse tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Falar do sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos, os administradores e os pais. Ou então, falar do sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirigem a elas, ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa – tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso (FOUCAULT, 2005a, p. 31-32).

Essa proliferação de discursos sobre sexualidade no âmbito educacional, coloca a sexualidade da juventude como alvo de investimentos de controle via currículo. Aqui enfatizamos que o currículo “[...] envolve formas de conhecimento cujas funções consistem em regular e disciplinar o indivíduo” (POPKEWITZ, 2002, p. 186), através da seleção,

organização e imposição do conhecimento objetivando a regulação e o controle de si em dada sociedade. A própria seleção de conhecimento para compor o currículo se constitui uma operação de poder, pois alguns conhecimentos são considerados mais válidos, verdadeiros em detrimento de outros, sobretudo aqueles não validados pela ciência. Esses conhecimentos legitimados para fazer parte do currículo constituem as pessoas, moldam suas identidades e subjetividades.

As teorias do currículo deduzem o tipo de conhecimento considerado importante justamente a partir de descrições sobre o tipo de pessoas que elas consideram ideal. Qual o tipo de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade? [...] A cada um desses “modelos” de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo. No fundo das teorias de currículo está, uma questão de “identidade” ou “subjetividade” (SILVA, 2003, p. 15).

O currículo contribui substancialmente na constituição daquilo que somos, pois juntamente com os conhecimentos relativos às disciplinas escolares, o currículo fornece discursos sobre formas politicamente sancionadas de ser, de sentir, de pensar, de agir, de viver. Assim, disciplina, normatiza e controla os indivíduos, logo, é um dispositivo destinado à produção de sujeitos através de determinadas tecnologias de diferenciação e identificação (LARROSA, 2002).

Na medida em que está irremediavelmente atado aos regimes de poder, o currículo como forma de governo constrói e transmite discursos sobre experiências objetivas do mundo, estruturando um campo de ação, através de uma “política de verdade”. Esta se torna responsável em transmitir o conhecimento sobre certas noções particulares, entre as quais de gênero e sexualidade, mas também etnia e raça, nação e região, religião entre outras, que sancionadas, contam como verdade nas normas e práticas, com vista ao autodisciplinamento e à vigilância constante.

Ligados a uma cadeia sempre incompleta de significantes os currículos não se encerram naquilo que dizem, não possuem significação plena em si, mas apresentam ramificações de linguagem com outros aparatos discursivos que disputam a autoridade de definir o que é válido e verdadeiro para ser ensinado e para conformar determinados tipos de subjetividades através de determinados conhecimentos, informações, modos de raciocínios e disposições (MAUÉS, 2004, p. 06-07).

Nesse confronto para definir o conhecimento válido, o currículo utiliza diferentes técnicas de poder. Estas podem ser individualizantes, como a disciplina e técnicas coletivas, como a biopolítica da população, como a definição de um currículo nacional, que abrange o conjunto da população escolarizável, os estudantes.

O currículo assume um caráter duplamente disciplinador, pois adota a *disciplina* como forma de divisão dos campos dos saberes e como elemento de controle do modo de “estar no mundo”. Entretanto, de acordo com Veiga-Neto (2002) não há dicotomia entre as duas formas de disciplina no currículo, uma vez que “[...] a estrutura disciplinar do currículo, no eixo dos saberes, cria uma matriz de fundo para que pensemos e compreendamos também disciplinarmente nossas práticas no mundo” (VEIGA-NETO, 2002, p. 171). Dessa forma, tanto as práticas quanto o currículo se apóiam na disciplina.

A disciplina ‘fabrica’ indivíduos: ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante [...] é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. Humildes modalidades, procedimentos menores, se os compararmos aos rituais majestosos da soberania ou aos grandes aparelhos do estado (FOUCAULT, 2005c, p. 143).

No currículo, as técnicas disciplinares visam a docilização dos corpos, de modo que cada corpo assuma um lugar determinado no tempo “apropriado” e a organização dos saberes, para que a classificação, a distribuição e a administração dos saberes escolares sejam minimamente calculadas. A disciplina que fabrica “corpos dóceis” utiliza técnicas minuciosas e individualizantes. Esse investimento disciplinar no corpo individual emprega o “olhar hierárquico”, que esquadrinha o espaço escolar, controla a posição, a classificação, o ordenamento dos corpos. Esse mecanismo de coerção leve, mas constante, permite a internalização de normas e regras, de modo que se constitua um corpo escolarizado, produto de um currículo disciplinador.

[...] As pedagogias disciplinares fazem das instituições educativas instituições examinadoras, espaços de observação eminentemente normalizadores e normativos, já que o exame implica duas operações fundamentais: a vigilância hierárquica e a sanção normalizadora. Ambas coordenadas permitem decifrar, medir, comparar, hierarquizar e normalizar aos colegiais (VARELA, 2002, p. 85).

Através de um currículo normalizador e examinador, a escola converte cada estudante em sujeito individual, não somente para discipliná-lo, mas do mesmo modo para corrigi-lo, pois nessa correlação de forças há aceitação, mas também resistências, intensificando as relações de poder, o que demanda além de tecnologias de poder individualizantes, técnicas massificantes, coletivas de poder, que atingem todo o corpo social, ou seja, a população.

Em tempos de grande explosão demográfica e de crescimento do aparelho produtivo, a necessidade de controle do corpo social, do corpo-espécie aumenta. Deste modo, constitui-

se um polo de poder que Foucault (2005a) denominou de biopoder, um processo de normalização que instaura como técnica a biopolítica, a gerência das populações, ou seja, processos de regulação da vida das populações por meio de medidas maciças, estimativas estatísticas, intervenções que abrangem todo o corpo social. Dessa forma, em todos os âmbitos a população é alvo de investimentos biopolíticos: na saúde, na demografia, na educação, na moradia, no saneamento básico etc. A vida das populações é controlada, regulada por diferentes instituições: sociais, jurídicas, culturais, educacionais, médicas, psicológicas, ou seja, por

[...] mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação (FOUCAULT, 2005b, p. 294).

Ao estabelecer uma regulamentação da vida social dos indivíduos, a tecnologia biopolítica garante um domínio da população em colaboração ao controle individual exercido pelo poder disciplinar, uma vez que esses poderes se complementam, não sendo excludentes.

O currículo pode ser pensado como estratégia de poder que põe em funcionamento tanto o poder disciplinar quanto a biopolítica. De acordo com Silva (2003) a noção de currículo emergiu com o objetivo de racionalizar o processo de construção, desenvolvimento e testagem dos processos de ensino-aprendizagem, em conexão com o processo de industrialização e os movimentos migratórios que impulsionavam a massificação da educação. Sua própria constituição é decorrente de várias transformações na sociedade que exigiam um controle global da população: a formação de uma burocracia estatal; a educação como objeto de estudo científico; a ampliação da escolarização da população; as preocupações com a manutenção de uma identidade nacional, como resultado das sucessivas ondas de imigração; o processo de industrialização e urbanização.

Deste modo, com o objetivo de “[...] planejar “cientificamente” as atividades pedagógicas e controlá-las de modo a evitar que o comportamento e o pensamento do aluno se desviassem de metas e padrões pré-definidos” (MOREIRA; SILVA, 1994, p. 09), o currículo assume configurações de uma tecnologia biopolítica. Ao assumir uma preocupação com a organização e método, o currículo é pensado para o coletivo, de modo que Poe em funcionamento ações biopolíticas do Estado brasileiro, porque serve para controlar a população escolar a partir de objetivos específicos.

A configuração atual da sociedade contribui para que o currículo se reafirme como um artifício de ação biopolítica, um artefato de regulação coletiva, pois em tempos de

globalização os hábitos, as culturas, os povos e as línguas foram massificados numa tentativa de universalização de nossas sociedades, economias e compreensões de mundo e os currículos nacionais funcionam como uma tecnologia de poder que governa não só os saberes, mas também a conduta das pessoas em escala coletiva, atravessando as populações escolares.

No Brasil a definição em 1997 pelo Ministério da Educação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) como uma política educacional pode ser analisada como uma estratégia de biopoder, pois apresenta preocupações individualizantes e totalizantes em relação os sujeitos alvos da educação escolar, os estudantes, de um lado gerenciando a vida escolar de crianças e jovens e de outro disciplinando os corpos individuais. Com a justificativa de cumprir preceitos definidos pela Constituição de 1988, os PCN que determinam conteúdos mínimos para o ensino fundamental pretendem assegurar uma formação básica comum, promover o aumento da qualidade de ensino e contribuir com a reformulação curricular empreendida pelos estados e municípios (MOREIRA, 1996).

Entretanto, essa justificativa não coincide com os efeitos de verdade que os PCN construíram em torno de si mesmo, pois ao se colocarem como parâmetros, mas com orientações didáticas, avaliativas, metodológicas específicas, pretendiam garantir relações de dominação e efeitos de hegemonia dos saberes reduzidos à disciplina e considerados válidos e as formas sancionadas de agir e viver em sociedade. Dessa forma, os PCN colocaram em exercício ações biopolíticas do Estado brasileiro, ao definir saberes que atingiriam os estudantes em todo o território nacional. Tal reforma curricular se deu aos moldes das reformas curriculares implementadas em outros países, como Espanha, Argentina, Estados Unidos, Inglaterra, que seguem os princípios do neoliberalismo e dos organismos internacionais que financiam a educação mediante algumas condições (MOREIRA, 1996). Podemos até afirmar ainda que, a partir da globalização, se construiu uma estratégia de biopoder na educação que vai além dos Estados Nacionais, porque assume uma escala planetária, pois as reformas curriculares em sua maioria seguem as mesmas diretrizes do neoliberalismo e dos organismos internacionais⁴⁰.

Pensar o currículo como uma tecnologia de poder disciplinar e com dimensões biopolíticas permite problematizá-lo a partir das relações de forças que o constitui e que ele constitui ao formar pessoas, constituir sujeitos. Permite ainda compreender que o currículo “[...] é uma prática social, discursiva e não-discursiva, que se corporifica em instituições, saberes, normas, prescrições morais, regulamentos, programas, relações, valores, modos de

⁴⁰ Ver Nascimento da Biopolítica (1978/79) curso em que Foucault analisa a relação entre o neoliberalismo no qual o trabalho exige do indivíduo a formação de um Capital Humano (competências).

ser sujeito” (CORAZZA, 2001, p. 10). Como um dispositivo de saber-poder-verdade o currículo não pode ser visto como um artefato neutro, desinteressado, pois está implicado naquilo que nos tornamos, naquilo que somos. Ou seja, o que o sujeito é, aquilo que nós somos, é histórica e culturalmente contingente, pois não há natureza em um modo particular de ser já que este é determinado e constituído pelos discursos construídos em diferentes âmbitos, inclusive no currículo.

A partir dessas questões considero que o Programa Vale Juventude constituiu um currículo específico para trabalhar as questões relacionadas a sexualidade da juventude. Um currículo que carrega as marcas de um Programa de uma empresa privada que trata a sexualidade da juventude como “negócio do social”.

Esta imersão teórica nos eixos que sustentam o objeto de pesquisa, por mais isolada da analítica empírica que possa parecer, me fez refletir sobre seu caráter histórico do objeto de pesquisa, dos documentos selecionados, constitutivo de relações de saber-poder e que me apontaram algumas pistas para inquirir os documentos e problematizar o objeto de pesquisa em sua materialidade histórica e enunciativa.

Nos dois capítulos seguintes, por vezes, retomamos alguns desses conceitos para sustentar a análise, tentando não incorrer em repetições e redundâncias.

3. A EMPRESA VALE E SUA INSERÇÃO NA AMAZÔNIA: DOS GRANDES PROJETOS AOS MÚLTIPLOS IMPACTOS⁴¹

O Programa Vale Juventude é um programa da Empresa Vale e da Fundação Vale que atuam como “agentes sociais” se mostrando preocupados com a juventude e as questões relacionadas à sexualidade. Para analisar esse Programa busco fazer uma descrição da Empresa Vale e da Fundação Vale na perspectiva de mostrar algumas de suas condições históricas de surgimento do PVJ, configurando-se como um dos lugares institucionais do mesmo.

Falar sobre a Empresa Vale mesmo que sumariamente é um desafio. Trata-se de uma mega empresa de exploração mineral que se difundiu pelo Brasil, do Sudeste ao Norte-Nordeste, experimentando uma intensa expansão geográfica no território nacional e no exterior. “Entrar” na “ordem arriscada” da produção discursiva sobre a Empresa Vale, percorrendo sua história desde sua criação no período do desenvolvimentismo no Brasil, a expansão durante a ditadura civil-militar, a condição de empresa estatal na democratização à sua privatização no presente quadro historicamente constituído das demandas neoliberais e ainda os inúmeros impactos produzidos em vários âmbitos no Brasil, como o rompimento da Barragem de Fundão em Mariana pode se constituir em uma armadilha⁴².

Uma cilada que pode me levar a fazer um ajuizamento moral da empresa, pautada numa visão dualista de poder, seguindo a lógica da concepção estruturante de poder que o localiza no aparato do Estado ou em uma classe, inscrevendo-o na “teoria burguesa e jurídica de poder” e cair na imponderação de rotulá-la apenas como uma vilã. Por outro lado, pode me conduzir a assumir os discursos empresariais, políticos e econômicos de “desenvolvimento e progresso” que acompanham a empresa Vale desde a sua inauguração, como expressa sua missão: “Transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável”⁴³. Também é preciso escapar ao ímpeto de tratar a empresa, por ser uma mega corporação

⁴¹ Embora este capítulo pareça uma digressão, justificamos sua importância pensando nas condições de possibilidade do Programa Vale Juventude e as práticas de governamentalidade da sexualidade produzidas pelo referido Programa.

⁴² **Barragem de mineradora se rompe em MG e deixa 1 morto e desaparecidos.** O acidente ocorreu por volta das 15h30, em Bento Rodrigues, a 15 km do centro de Mariana. Matéria de 05/11/2015 18h31 Atualizado em 06/11/2015 às 13h34. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1702717-barragem-de-mineradora-se-rompe-no-interior-de-minas-gerais.shtml>

⁴³ <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/mission/Paginas/default.aspx> Acessado em 21/03/2016.

capitalista, como “execrável”, como um “mal” em si que deve ser odiada por todo “cidadão de bem”.

O escopo deste capítulo é fazer uma breve descrição histórica da Vale e da Fundação Vale, tentando fugir de uma narrativa linear que estaria sempre no limiar do progresso, num processo evolutivo contínuo, acentuando alguns aspectos que transformaram a Empresa Vale, a Fundação Vale e seus Programas sociais em diferentes formas de organização da vida social no Brasil e na Amazônia.

Não tenho a pretensão de fazer um estudo histórico-genealógico da Vale na perspectiva foucaultiana, mas apenas apontar alguns “eventos” dessa história, da Fundação e de seus programas como “marca institucional das contingências, dos cortes e dos limites, dos atravessamentos e dos encontros. [...] Uma história cujos códigos de inscrição dão vida e organização à vida social” (COSTA, 2008, p. 30), tentando manter uma distância do escopo das origens e das influências e sem buscar revelar segredos e essências. Paul Veyne ao definir que tudo é história, mas são histórias parciais afirma que “É impossível descrever uma totalidade e toda descrição é seletiva; o historiador nunca faz o levantamento do mapa factual, ele pode, no máximo, multiplicar as linhas que o atravessam” (VEYNE, 2008, p. 43-44). Desse modo, selecionei algumas linhas que constituem a história da Vale, a Fundação Vale e suas articulações com o Programa Vale Juventude que produzem estratégias de governamentalidade da sexualidade da juventude.

Conforme afirma Portocarrero (1994, p. 46), “Não se trata de uma história factual, linear e neutra, que obedeceria aos ideais de descrever os fatos com objetividade total, seguindo uma sequência causal e cronológica, mas uma história arqueológica e genealógica”, em que as tramas entre os saberes e as relações de poder estão sempre em atividade. “Tal história não obedece à noção de uma sucessão progressiva, linear e gradual, mas a continuidades e descontinuidades” (PORTOCARRERO, 1994, p. 46), de tal modo que é preciso reconhecer os limites dessa descrição histórica desse capítulo, face ao objeto de pesquisa da tese.

Por ser uma grande Empresa com mais de 70 anos no Brasil, com uma gigantesca expansão territorial em vários países e localmente, a produção acadêmica sobre a Vale é imensa, partindo de vários campos de saberes tais como a Economia, a Sociologia, a Antropologia, a Assistência Social, a Geografia, a História, o Direito, a Educação, a Psicologia, a Biologia, entre outros. Também vasta é a perspectiva teórico-metodológica de tais estudos, sobretudo aqueles ancorados no marxismo, que fazem uma ferrenha crítica ao

capitalismo e, por sua vez, a empresa como estratégia de propulsão das engrenagens capitalistas.

Além dessa intensa pesquisa acadêmica sobre a Vale, mineração, impactos da mineração, projetos econômicos, sociais, a produção jornalística e midiática tanto da chamada “grande mídia”, quanto daquelas percebidas como mídias alternativas, constituídas por organizações não-governamentais e dos movimentos sociais é ampla, em grande parte articuladas às pesquisas acadêmicas.

Desse modo, para os propósitos deste capítulo, apenas situo a Empresa Vale em diferentes dimensões espaciais, com ênfase na Amazônia cujas informações se referem ao objeto proposto para esta pesquisa, a produção de governamentalidade da sexualidade da juventude no currículo do Programa Vale Juventude. O que me interessa aqui é seguir algumas pistas do tipo de “racionalidade” política assumida pela Empresa Vale e os vínculos construídos historicamente entre estes que se conectam em Projetos voltados para à área social, em especial à educação de jovens.

3.1 Companhia Vale do Rio Doce (CVRD): de Itabira para o mundo

Em 70 anos, as moedas mudaram de nome, guerras começaram e acabaram, novas tecnologias apareceram e desapareceram, países surgiram e sumiram do mapa, o mundo se globalizou - e a antiga CVRD passou à iniciativa privada e agora se chama apenas Vale. Ao longo de sua história, a empresa aprendeu a enfrentar os desafios à sua frente. Afinal, tem como missão transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável, com uma mistura de conhecimento, inovação e arte - e assim seguir adiante (VALE, 2012, p. 392).

A gigantesca Empresa Vale atualmente está presente em vários países: América do Sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru), América do Norte e Central (Canadá, Estados Unidos) Europa (Áustria, Reino Unido, Suíça), África e Oriente Médio (Emirados Árabes, Malauí, Moçambique, Omã, Zâmbia), Ásia e Oceania (Austrália, China, Cingapura, Coreia do Sul, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, Nova Caledônia, Taiwan). No Brasil, a Vale está presente em 14 estados: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão,

Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe⁴⁴.

As áreas de atuação da Vale são abrangentes, incluindo: Ferrosos: Minério de ferro e pelotas, manganês e ferroligas; Metais básicos: Níquel, cobre, cobalto e PGMs; Carvão: Metalúrgico; Logística: Ferrovias e terminais portuários para dar suporte ao negócio de mineração; Fertilizantes: Potássio, fosfatados e nitrogenados⁴⁵.

A Empresa em seu site destaca alguns dos seus principais projetos na atualidade. O Projeto Carajás Serra Sul S11D localizado na serra sul de Carajás, no Pará. A mina de S11D dá nome ao maior projeto de minério de ferro da história da Vale, com capacidade de produção estimada de 90 milhões de toneladas por ano. O empreendimento, que entrará em operação no segundo semestre de 2016, conta com tecnologias inovadoras, como truckless e beneficiamento a seco, que vão permitir que a operação seja feita sem caminhão fora de estrada, reduzindo sensivelmente a emissão de gás carbônico. A tecnologia elimina a utilização de barragens de rejeito e permite reduzir em 93% o consumo de água. O Projeto “S11D é o maior projeto da história da Vale e também o maior da indústria de minério de ferro, constituindo-se na nossa principal alavanca de crescimento da capacidade de produção e da manutenção da liderança da Vale no mercado global em termos de volume, custo e qualidade”⁴⁶.

O Projeto CLN S11D possibilitará o aumento da capacidade logística do Sistema Norte para apoiar S11D, incluindo a duplicação de aproximadamente 570 km da estrada de ferro, a construção de um ramal ferroviário com 101 km, aquisição de vagões e locomotivas e expansões no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira (TMPM). Até o fim do primeiro semestre de 2016, a Vale vai concluir as etapas de expansão do TMPM.

Os Projetos Itabiritos consistem na construção de novas instalações e adequações de minas que vão permitir o aproveitamento de minérios mais pobres com até 40% de teor de ferro e alta presença de contaminantes (sílica e fósforo), os chamados itabiritos compactos, oriundos da área atual de lavra e de pilhas de estoque. Em resumo, o que era rejeito vai virar produto. O projeto vai aumentar a produção da Vale em 65 milhões de toneladas por ano. Os exemplos de projetos são as plantas de Conceição Itabiritos I, em funcionamento desde 2013, e Vargem Grande Itabiritos, cujo start up ocorreu em 2014. Há também o projeto Conceição

⁴⁴ <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/across-world/paginas/default.aspx>

⁴⁵ [http://saladeimprensa.vale.com/PublishingImages/Arquivos_links/Conhe%C3%A7a%20a%20Vale_v2%20\(2\).pdf](http://saladeimprensa.vale.com/PublishingImages/Arquivos_links/Conhe%C3%A7a%20a%20Vale_v2%20(2).pdf) Conheça a Vale. 2015.

⁴⁶ <https://valeinformar.valeglobal.net/PT/Paginas/retrospectiva---cln-s11d-vai-expandir-capacidade-logistica-de-carajas-para-230-milhoes-de-toneladas-por-ano.aspx>

Itabiritos II, que entrou em operação no primeiro semestre de 2015, e Cauê Itabiritos, cuja operação foi retomada no segundo semestre de 2015.

Moatize II é um Projeto de expansão da mina de carvão de Moatize, em Moçambique. Com o projeto, a capacidade de produção da mina alcançará 22 Mtpa. Moatize II está em comissionamento, com a finalização dos testes com carga esperada para março de 2016.

O Projeto Corredor Nacala concluído no final de 2015, o projeto consiste na melhoria da linha ferroviária existente e na construção de mais dois novos trechos, incluindo a linha final que conduz ao terminal marítimo de Nacala-à-Velha, em Nacala, Moçambique.

A configuração atual da Vale e de seus Projetos atuais são resultados de uma longa trajetória da Vale na exploração Mineral no Brasil e no Exterior. A epígrafe no início do tópico mostra as transformações da Empresa, os acontecimentos no Brasil e no mundo nos quais estava envolvida. A história da Vale é enunciada no Livro “Vale: nossa história” (2012) como “uma história de minério, de negócios, de sucessos e, sobretudo, de gente – é um pouco a história do Brasil nos últimos 70 anos. As mudanças políticas, as trocas de moedas, os sucessivos presidentes, a variação no preço do minério de ferro, a aventura de descobrir e redescobrir o país” (VALE, 2012, p. 13)⁴⁷. O Livro, que atualiza a publicação “Companhia Vale do Rio Doce: 50 anos de história” de 1992, é definido como “uma obra de referência baseada também em pesquisa iconográfica que ilustra a passagem do tempo e dá suporte a cada um desses acontecimentos” (VALE, 2012, p. 13).

Misturados à cronologia dos fatos estão detalhes, perfis dos presidentes da empresa, números, curiosidades, personagens, histórias que marcaram a trajetória da Vale. Um caminho que vai da pequena notícia que anunciava a sua criação às principais manchetes dos jornais; da condição de coadjuvante ao papel de protagonista na economia nacional. É o retrato de uma empresa global, viva, virtuosa, que se reinventa a cada momento. Uma Vale que fez e faz acontecer (VALE, 2012, p. 13).

Esse modo de “contar a história da Vale”, como é enfatizado no Livro, evidencia um modelo de fazer história baseado em grandes unidades ininterruptas correlatas a grandes períodos, na continuidade histórica, na possibilidade de uma história global (FOUCAULT, 2007a). Um modo de pensar a história impossibilita que as práticas da Empresa Vale sejam analisadas em suas multiplicidades, naquilo que produzem como a ampliação da “racionalidade do mercado” a domínios tidos até então como não-econômicos, o que possibilita, por exemplo, a emergência da teoria do “capital humano” (SENELLART, 2008, p.

⁴⁷ Livro “Vale: nossa história” (2012). <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-conta-sua-historia-em-livro.aspx>

527), como fundamento da “governamentalidade que busca programar estrategicamente as atividades e os comportamentos dos indivíduos” (COSTA, 2009, p. 178) enfatizado pela Fundação Vale na justificativa do Programa Vale Juventude.

A história da Vale é marcada pelo “acaso das lutas”, entre modelos de desenvolvimento planejados para o País, demandas internacionais e discursos de sustentabilidade⁴⁸. O discurso desenvolvimentista assumido pela Vale conforme Ianni (1981), foi adotado pelo Estado brasileiro durante uma ditadura que durou quinze anos; depois, atravessou um período chamado liberal, entre 1945 e 1964; em seguida, foi transformado por uma ditadura do grande capital a qual durou por mais de vinte.

A criação da Vale se dá após uma longa história de exploração de recursos naturais e minerais em Minas Gerais associada à história de colonização, escravidão, ocupação. Conforme Coelho (2009), em 1901 inicia a ocupação ao longo do canal principal da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e arredores, que se torna definitiva com a construção da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), após várias tentativas sem sucesso, via rio. Nessa época, o número total de municípios pertencentes à bacia era de apenas 26, com 22 destes localizados em Minas Gerais e 4 no estado do Espírito Santo, sendo apenas Linhares, situado às margens do canal principal do Rio Doce. No final da década de 1930 com a chegada da Ferrovia, no município mineiro de Itabira (sub-bacia do Piracicaba), ocorreu o processo de industrialização que na década seguinte, passa a escoar, regularmente, o minério em direção ao porto de Vitória (COELHO, 2009).

Essas condições possibilitaram a implantação de um polo siderúrgico conhecido, hoje, como, “Vale do Aço”, em 1937, com a instalação da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, situada às margens do rio Piracicaba e, em 1942, a criação da Companhia Vale do Rio Doce, em Itabira (COELHO, 2009).

A história da CVRD se constitui a partir de composições de forças que atravessavam os discursos da política econômica nacionalista, desenvolvimento industrial e planificação estatal, atravessados pelos ideários liberais em expansão no Brasil nos anos 1940. Ela foi criada num cenário nacional de disputas em torno dos discursos de crescimento da economia, do desenvolvimento do país. Em um contexto de conflito internacional caracterizado especialmente pela a 2ª Guerra Mundial que necessitava de matéria-prima para alimentar a indústria da guerra.

⁴⁸ No capítulo metodológico discuti sumariamente a concepção de história em Foucault para quem o acaso das lutas possibilita o deslocamento das fronteiras entre a filosofia e a história, ao possibilitar a aproximação entre história e verdade, esta última uma questão eminentemente filosófica (VEYNE, 1998).

A CVRD, como empresa mineradora, nasce em pleno contexto da Segunda Guerra Mundial por meio do chamado “Acordo de Washington”, celebrado entre os Estados Unidos, a Inglaterra e o Brasil, a 03 de março de 1942. Esse acordo é fruto dos interesses bélicos dos países “aliados” que, prevendo a continuação do conflito mundial, temiam a escassez de matérias primas para a indústria de armamento. Nele, cada um dos parceiros se compromete administrativa e politicamente (MINAYO, 2004, p. 57).

Nos termos desse acordo, à Inglaterra cabia devolver ao Brasil as jazidas de ferro de Minas Gerais; ao Brasil competia criar uma empresa para assumir a exploração das jazidas, edificar a infraestrutura como assumir a Estrada de Ferro Vitória-Minas, cuja maior acionista era a mesma *British Itabira Company*, prolongando essa ferrovia até Itabira, para suportar a exportação, com exclusividade, durante três anos, de 1.500.000 toneladas por ano, de minério de ferro, para a Inglaterra; e aos Estados Unidos coube o fornecimento de equipamentos e técnicos para garantir a infraestrutura, a mecanização da mina e a concessão de empréstimos através do *Eximbank* (MINAYO, 2004). Essa gestão conjunta gerou vários conflitos, até ser liquidado o empréstimo e ser criada em 02 de julho de 1942, oficialmente, a Companhia Vale do Rio Doce para viabilizar os referidos acordos de Washington.

A exaltação da criação da CVRD articula o discurso de nacionalização das reservas minerais do País com a criação de empresas públicas consideradas por Vargas como parte do processo de reformas políticas e econômicas em escala internacional que tem como premissa básica a intervenção do Estado na economia. As condições de emergência da CVRD são criadas pelos efeitos dessas regularidades do discurso liberal internacional que resultam no processo de industrialização do país no início do século XX como parte do movimento político nacionalista, mas articulado a interesses internacionais demarcados pelo “Acordo de Washington”, assinados por Estados Unidos, Inglaterra e Brasil, empenhados em garantir subsídios minerais para a indústria bélica no auge da 2ª Guerra Mundial (ADÃO, 2006). Esse cenário internacional mobiliza mais ainda as intervenções do Estado no controle da economia, no caso do Brasil entre outras táticas, por meio da criação da Vale, pois essa demanda de produção de minério de ferro alimenta a indústria bélica.

No início do século XX, na segunda república, o liberalismo no Brasil assume um patriotismo ou nacionalismo na defesa de uma reestruturação da sociedade rumo ao desenvolvimento e ao progresso. O liberalismo no Brasil “se filia ao liberalismo europeu, mas com a peculiaridade de ambientes e condições inteiramente diferentes do mundo europeu. Na Europa, os homens da época eram praticamente livres, as normas os reconheciam como iguais” (VENÂNCIO FILHO, 2007, p. 267). Quase em meados do século XX, quando a CVRD é criada, o liberalismo brasileiro ainda mantém significativa diferença em relação a

Europa e aos Estados Unidos, pois “Enquanto o liberalismo europeu se vê diante do socialismo, o liberalismo brasileiro de defronta com instituições arcaicas. Assim se apresenta a peculiaridade do liberalismo brasileiro, pretendendo elevar o país ao nível do ocidente” (VENÂNCIO FILHO, 2007, p. 267).

É no âmbito dessas correlações de forças entre vetores de forças liberais que a CRVD é organizada.

A criação da CVRD resulta, também do movimento político, do início do século XX, que propugnava pela industrialização do país através da implantação de indústrias siderúrgicas e da construção de ferrovias, ligando a cidade de Diamantina, em Minas Gerais, ao porto de Vitória, no Espírito Santo. Surge no âmbito da política nacionalista, integrando-se ao longo dos anos, em nível internacional, enquanto empresa de sucesso. Seu crescimento configurou-lhe um perfil de sistemas de operações estratégicas cuja função é de agente governamental de desenvolvimento da infra-estrutura para sustentação e crescimento da economia do Brasil, ultrapassando os limites empresariais (ADÃO, 2006, p. 12).

Ao ser criada com a função de ser o símbolo de crescimento econômico do País, a CVRD desperta o “sentimento” de integração nacional engendrada pela política econômica nacionalista, sem que sejam pensadas as correlações de forças construídas pelo liberalismo no Brasil. Para Foucault (2008), o liberalismo precisa ser problematizado não como uma teoria econômica ou uma ideologia, mas como uma prática, como forma de governo reguladora e contínua para alcançar seus objetivos. Os modos de racionalização das ações governamentais que caracterizam o liberalismo emergiram como táticas de governo do Estado, tanto interior quanto exterior a este.

Vivemos na era da governamentalidade, a que foi descoberta no século XVIII. [...] E se o estado é hoje o que é, é graças justamente a essa governamentalidade que é ao mesmo tempo interior e exterior ao estado, já que são as táticas de governo que permitem a cada instante definir o que deve ou não competir ao estado, o que é público e o que é privado, o que é ou não estatal. Portanto, em sua sobrevivência e em seus limites, o estado deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (FOUCAULT, 2002, p. 656).

Ao problematizar o liberalismo como prática de governamentalidade interior e exterior ao Estado, Foucault nos permite vislumbrar uma análise das táticas de governamentalidade empreendidas por Getúlio Vargas e que envolve a criação da CVRD. As empresas estatais e, mais especificamente, a Companhia Vale do Rio Doce, são utilizadas como táticas para legitimar os discursos do nacionalismo em que esta surge como a forma para solucionar os entraves da modernização industrial,

[...] devido ao fato de ela estar voltada predominantemente para o mercado internacional, portanto, sujeita aos princípios reguladores derivados desse

mercado; segundo, por atuar na área de extração e exportação de matérias-primas, o que lhe conferia um papel especial na estrutura institucional do estado, do ponto de vista do equilíbrio do balanço de pagamentos no contexto da industrialização por substituição de importações (SILVA, 2004, p. 191).

A autora destaca que a “estratégia dos dirigentes da empresa no sentido de consolidá-la como grande estatal, capaz de gerar divisas para a nação, conduziria a CVRD a realizar maciços investimentos integrados em infra-estrutura” (SILVA, 2004, pp. 191-192).

A partir dos anos 1950, as ideias de industrialização aceleradas para promover o desenvolvimento do país, ideias estas implementadas, principalmente, no governo Kubitschek (1956-1960), contribuíram para consolidar a trajetória de expansão, e conglomeração da CVRD. Silva (2004) identifica quatro etapas da expansão da empresa:

a) anos 1950: construção de infra-estrutura física e empresarial e consolidação no mercado mundial;

b) anos 1960: expansão, desenvolvimento tecnológico e afirmação de sua posição no mercado transoceânico;

c) anos 1970: diversificação para outras áreas de atividades e ampliação da tendência à conglomeração iniciada na fase anterior;

d) final de 1970 e anos 1980: aprofundamento da tendência à diversificação e conglomeração com abertura de novos horizontes no campo da mineração (implementação do projeto Ferro Carajás e o Complexo Produtor de Alumínio).

A CVRD se consolidou como uma empresa estatal moderna de sucesso na década de 1970, fase em que se fortaleceu, atravessando as adversidades enfrentadas nos anos 1980, como empresa lucrativa. “Nos anos 1990, a estatal superou as adversidades por estar na plenitude da conclusão do ciclo da reprodução do capital nela investido, mas logo depois foi privatizada” (ALMEIDA, 2009, p. 193).

A partir da década de 60, sendo presidida pelo Dr. Eliezer Batista da Silva, a Vale criou várias empresas que a auxiliaram no desempenho de seus negócios, tais como: a Rio Doce Geologia e Mineração - Docegeo, Celulose Nipo-Brasileira S. A. - Cenibra, Companhia Ítalo-Brasileira de Pelotização - Ítabrasco, Florestas Rio Doce S.A. - FRDSA, entre tantas outras (RUSSO, 2002, p. 42).

No fim da década de 1980 iniciou-se o processo de privatização da CVRD, durante o Governo Collor que se efetivou no Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1997 (ADÃO, 2006). Essa privatização foi muito controversa, por não terem levado em conta o valor potencial das reservas de ferro em posse da companhia na época, mas tão somente o

valor de sua infraestrutura, o que gerou exaustivos debates de confronto entre governo e sociedade. Assim, em 2007 um plebiscito foi realizado em todo o Brasil em defesa a anulação da venda da empresa.

Os discursos arrolados durante o processo de privatização foram de variadas ordens. De um lado, o governo e seus adeptos tendo de justificar a importância da privatização perante a sociedade, de outro lado, os inconformados (trabalhadores, empresários, jornalistas, economistas, políticos, militares) com as supostas perdas que essa privatização viria a ocasionar para a nação. Os discursos foram veiculados através de meios diversificados: jornais, revistas, livros, periódicos, panfletos, cartas abertas e outros, o que configurou um grande movimento de circulação de textos *contra* e a *favor* da privatização, levando a um *confronto discursivo*, constituindo, desse modo, dois conjuntos de enunciados, marcadamente, antagônicos (ADÃO, 2006, p. 13) (grifos da autora).

Ao analisar os discursos sobre a privatização da CVRD, Adão (2006) problematiza a confrontação de discursos contrários, enfatizando as relações de poder na disputa pela privatização ou não da CVRD. Esse evento paradoxal mereceria uma análise mais detida devido às correlações de forças produzidas antes, durante e após a privatização da referida empresa. Muito tem sido produzido sobre esse importante evento no Brasil, que apontam, sobretudo as questões econômicas, políticas e midiáticas envolvidas na operação de privatização de uma grande estatal, assim como ocorreu com outras empresas⁴⁹.

Minayo (2004), ao analisar as marcas do Estado empresário e as consequências da privatização, enfatiza que as subjetividades dos trabalhadores de Itabira e da população são transformadas a partir do momento em que “passaram a perceber com mais nitidez a dominação da empresa sobre a sua vida privada e sobre a sua vida social” (MINAYO, 2004, p. 43).

Para Carrara (2010, p. 97) a singularidade da Vale se “expressa na organização e desenvolvimento de seu processo de trabalho, nas condições de produção e em sua atuação “no social”, [...] as relações de produção e reprodução próprias do capitalismo em seu estágio contemporâneo”. O aspecto de ser um “agente social” que atua na formação de jovens e docentes em relação à temática da sexualidade, foi o que nos chamou à atenção em relação a essa transnacional.

A seguir apresento um relato sobre recente evento que marcou a Empresa Vale e as empresas associadas que causaram violentos acontecimentos que concretizam os impactos negativos da megamineração, como o “desastre tecnológico da Samarco/Vale/BHP”.

⁴⁹ Cf: Adão (2006), Almeida (2009), Carrara (2010), Pupim (2011), Ribas (2007), Roso (2011).

3.2 Vale. Não vale! O caso do “desastre tecnológico da Samarco/Vale/BHP” na região do vale do rio Doce⁵⁰

Imagina chegar aqui e ver aquela espécie de gel. A densidade é tão forte e está se depositando em todas as partes do rio. É chocante. Um rio onde aprendi a nadar, que minha mãe morria de medo que eu morresse afogado. Foi lá onde eu passei a maior parte da vida. O rio Doce é um grande pedaço de mim e imagina o que é ver o seu rio morrendo.

Sebastião Salgado⁵¹

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que nasceu em Itabira, região banhada pela Bacia do Rio Doce recebeu esse nome em homenagem à Bacia Hidrográfica do Rio Doce. Esta Bacia se localiza na Região Sudeste do Brasil entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e “possui uma extensão total de 853 km e uma área de drenagem com cerca de 83.465 km² (COELHO, 2007), dos quais 86% pertencem ao Estado de Minas Gerais e o restante (14%) ao Estado do Espírito Santo sendo, portanto, uma bacia de domínio federal” (COELHO, 2009, p. 133).

Após 10 anos de privatização, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) mudou de nome em 29 de novembro de 2007 passando a ser denominada apenas “Vale”, devido esta ganhar o mundo “desde 2006, quando adquiriu a canadense Inco” e também por manter uma referência nominal, por ser como a empresa era conhecida popularmente (VALE, 2012, p. 335). Para o então diretor-presidente Roger Agnelli que reuniu cerca de 500 empregados para anunciar uma das maiores mudanças da história da empresa, a mudança de nome foi uma das transformações mais significativas da empresa na década (VALE, 2012). Esse modo de ver esse evento minimiza o que foi a mudança mais impactante na Empresa: *a privatização*. Para Agnelli “as razões para a modificação poderiam estar resumidas em uma só palavra: globalização” (VALE, 2012).

⁵⁰ O Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) no relatório “Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)” (Mimeo, 2015), define o desastre como “desastre tecnológico da Samarco/Vale/BHP”. O PoEMAS tem sede na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) é formado por pesquisadores das áreas de ciências sociais, ciências humanas aplicadas e engenharias. Seus membros atuam em instituições de ensino superior no Rio de Janeiro (UFJF, UFRJ, UERJ, IFRJ), Goiás (UEG), e se propõem a debater e avaliar os efeitos sociais, ambientais e econômicos das atividades extrativas minerais nas esferas local e nacional.

⁵¹ Fotógrafo e idealizador do Instituto Terra em Aimorés, Minas Gerais na região do Rio Doce. Depoimento no **Texto Nascentes da Esperança** de Bárbara Ferreira, publicado pelo Jornal On line O tempo, produziu uma Reportagem publicado no Link: **Um adeus ao rio Doce**, com os itens: Rastro da morte; O rio da minha vida; Esperança; Dano histórico; E o aprendizado? E agora? Depoimentos. http://www.otempo.com.br/polopoly_fs/1.1180473.1449081357!/nascentes_esperanca.html

Com o novo nome a empresa Vale passa a ser reconhecida como “uma marca internacional”, com uma nova logomarca: “O desenho trazia a letra “V” estilizada e poderia representar tanto uma cava de mina quanto um coração. A fácil leitura visual reforçava a imagem da Vale como empresa global. Era o fim das diferentes marcas e imagens para suas diversas áreas. A Vale – moderna e plural – era única” (VALE, 2012, p. 335). A marca Vale se torna facilmente identificada pelo *nome* e pela *logomarca*, mas também, esses dois começam a ser utilizados para produzir resistências diante dos impactos negativos causados pela empresa no Brasil e no exterior.

A mudança de marca após dez anos de privatização segundo Costa (2007) é para “romper com os laços que ainda ligam a empresa à imagem de uma ex-estatal, além de reforçar a marca internacional, livrá-la do losango e das barras de seu logotipo atual, associadas de alguma forma à simbologia de patentes militares que ainda remetem à época da ditadura”⁵². A nova marca da Vale “consiste em uma imagem que lembra, como querem os diretores, ao mesmo tempo um coração com a letra V, e feita nas cores (verde e amarelo) da bandeira do Brasil” (COSTA, 2007).

O nome e a logomarca mostram como a empresa constrói uma imagem de si e se qualifica, evidenciando apenas os aspectos positivos, mostrando sua abrangência e suas técnicas de gestão consideradas eficazes, portanto são estratégias adotadas na operacionalização da imagem da “nova” empresa na perspectiva de se estabelecer “novas” relações sobre a produção, os produtos e as relações comerciais e sociais com as comunidades nas quais a empresa esteja inserida. Assim, a Empresa “Vale de 2011 era mais internacional, diversificada e voltada para as ações socioambientais. A empresa atingira um ponto em que já não bastava ser a *maior*; pretendia ser também a *melhor*” (VALE, 2012, p. 391 – grifos nossos).

Ao se qualificar como a *maior* e a *melhor*, a Vale buscar construir uma autoimagem confiável, afirmando ainda que “tem como missão transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável, com uma mistura de conhecimento, inovação e arte - e assim seguir adiante” (VALE, 2012, p. 392). Para Dornellas (2011, p. 23), a mudança de nome foi “uma jogada de *marketing* que procurou sinalizar a modernização e preparar a população para aceitar mais passivamente suas investidas nas áreas econômicas e sociais”, tanto que ao longo do ano 2000, na liderança no setor de mineração, a Empresa “Utilizando-se

⁵² Vale do Rio Doce vai mudar nome e marca em novembro. Sérgio Costa. Folha de S. Paulo, no Rio 08/10/2007. 08h50 <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2007/10/334706-vale-do-rio-doce-vai-mudar-nome-e-marca-em-novembro.shtml> Acesso em 27 de fevereiro de 2016.

do novo slogan **O Brasil que Vale!**, passou a ser reapresentada como de “interesse nacional”, apesar de seu caráter privado, destinado a atender os interesses de seus acionistas e controladores” (DORNELLAS, 2011, p. 23 – grifos da autora)⁵³. Ao se reportar ao País, a Vale assume um discurso desenvolvimentista que conforme Ianni (1981), foi adotado pelo Estado brasileiro durante uma ditadura que durou quinze anos; depois, atravessou um período chamado liberal, entre 1945 e 1964; em seguida, foi transformado por uma ditadura do grande capital de mais de vinte anos e que se tornou alvo de ferozes críticas pela mudança de seu caráter de empresa pública para empresa privada.

Entretanto, apesar de todo o jogo político, econômico e de *marketing* para enfatizar os impactos positivos na Empresa Vale, como marca de empresa plural e moderna, ao usar a palavra “vale” em sua positividade, passa a ser utilizada antecedida do “não”, para destacar os impactos negativos produzidos pela Empresa. As resistências de rua, dos Movimentos Sociais, de ONGs jogam com o vocábulo “vale” e ressaltam os problemas de diferentes ordens causados pela mineração da Empresa Vale.

A Rede Justiça nos Trilhos criada em 2007 que atua na defesa dos direitos das comunidades cortadas pelas ferrovias, a partir de “uma coalizão de organizações, movimentos sociais, pastorais, sindicatos e núcleos universitários que atuam em defesa dos direitos das comunidades que vivem nas áreas atravessadas pela Estrada de Ferro Carajás” (FAUSTINO; FURTADO, 2013, p. 13), edita a Revista “Não Vale”, para “revelar um outro lado da Vale, oferecendo a documentação básica para entender as contradições a partir do contexto do ‘sistema Norte’ da empresa (Pará e Maranhão), mas alcançando logo sua dimensão internacional”, pois tem como objetivo de “articular as comunidades e entidades em conflito com Vale, oferecendo a experiência de um grupo regional, que se identificou na campanha ‘Justiça nos Trilhos’” (NÃO VALE, 2010, p. 01)⁵⁴. Na primeira Edição da Revista “Não Vale” o editorial afirma que o “Objetivo dessa revista é também articular as comunidades e entidades em conflito com Vale, oferecendo a experiência de um grupo regional, que se identificou na campanha ‘Justiça nos Trilhos’” (2010, p. 01).

⁵³ No artigo “Propagandas institucionais televisivas e resistência” Adriane Roso, Rosinéia Luísa Gass, Moisés Romanini (2011, p. 79) analisam o “uso de propagandas institucionais televisivas e discursos na mídia de massa (formas simbólicas) mediadas por agentes do governo e por uma instituição privada em favor da privatização da Companhia Vale do Rio Doce”. As autoras destacam as diferentes estratégias usadas pela Vale, antes e após a privatização. “Nas propagandas em favor da privatização da Vale, os produtores escolheram um ator que recentemente tinha sido protagonista da novela Rei do Gado (Rede Globo, 1996-7). Esse mesmo ator foi apresentador de um programa chamado “Você decide”” (p. 83).

⁵⁴ Revista “Não Vale” 1ª Edição. http://www.justicanostrilhos.org/IMG/pdf/revista_ao_vale_1_edicao.pdf
Acessado em 26/02/2016.

O Greenpeace na matéria “Vale, ‘não vale’”, de 04 de maio de 2014 enfatiza que “Após três décadas do Programa Grande Carajás, ativistas protestam na Vale do Rio Doce e pedem a suspensão da duplicação da Estrada de Ferro Carajás” e utilizam cartazes fazendo esse jogo de palavras com o nome da Empresa: “Não vale desmatar”, “Não vale poluir” e “Não vale oprimir”⁵⁵.

Após o “desastre tecnológico da Samarco/Vale/BHP”⁵⁶ os Movimentos Sociais, mídias alternativas e pesquisadores/as fizeram novamente esse jogo discursivo com o nome e a logomarca da empresa para questionar os impactos causados pela empresa no Brasil e seus paradoxos sustentados pela racionalidade capitalista neoliberal, em especial para a Região do Vale do Rio Doce, duramente atingido pelo desastre. O fato ocorreu por volta das 15h30, em Bento Rodrigues, a 15 km do centro de Mariana⁵⁷ e marcou mais um capítulo dos impactos negativos causados pela mineração no Brasil e pela Empresa Vale e associadas⁵⁸. Este acontecimento trágico foi noticiado por vários canais de televisão, jornais, revistas, blogs etc. e logo foi alvo de inúmeras avaliações e críticas, sobretudo por parte de pesquisadores e movimentos sociais ligados às questões sociais, ambientais e econômicas das atividades extrativas minerais.

No relatório do PoEMAS, os pesquisadores destacam que para compreender esse episódio, “é fundamental enquadrar a ruptura da barragem do Fundão em uma trajetória de desastres de barragens no Brasil e sua relação com procedimentos de monitoramento precários” (p. 08-09), pois inúmeros desastres tem ocorrido na exploração mineral no Brasil ao longo dos séculos. De tal modo, “desde 1986 foram registrados apenas no estado de Minas Gerais, sete casos de rompimento de barragens de rejeito” (p. 09), pois este aumento do

⁵⁵ Vale, “não vale” <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/NaovalenaVale1/> Acessado em 14/03/2016.

⁵⁶ Os pesquisadores do PoEMAS (2015), esclarecem que “Nesse relatório, opta-se por utilizar as noções de desastre e “desastre tecnológico” (Zhourri & Laschefski, 2015) sempre acompanhadas do termo “da Samarco/Vale/BHP” de modo a expressar um entendimento da responsabilidade compartilhada da empresa e suas controladoras, assim como dos seus acionistas, pelo evento catastrófico por eles provocado em Mariana (MG) e na bacia do rio Doce”. Nota de rodapé 01 na página 05 do relatório. A primeira parte do Título do Relatório faz referência ao Poema de Carlos Drummond de Andrade: “Antes fosse mais leve a carga”

⁵⁷ Rompimento de barragens atinge dois distritos em Mariana (MG). 06/11/2015 05h55 Atualizado às 13h47. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1702906-rompimento-de-barragens-atinge-distritos-em-mariana-mg.shtml>

⁵⁸ Mariana pode virar desastre mais fatal da gigante BHP, que enfrenta outras polêmicas internacionais BBC Brasil. 11/11/2015. O trágico episódio em Mariana (MG) está longe de ser a primeira grande crise a manchar a imagem da anglo-australiana BHP Billiton - a maior mineradora do mundo em valor de mercado em 2014 e uma das sócias da Samarco junto com a Vale -, mas pode se tornar o episódio mais fatal em um empreendimento da empresa até hoje. De acordo com a BHP, o acidente com maior número de mortes em projetos da empresa havia sido em 1979, quando uma explosão de gás na mina de carvão Appin, na Austrália, matou 14 pessoas. Novas explosões de gás em minas de carvão na cidade australiana de Moura mataram 12 pessoas em 1986, e outras 11 em 1994. http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151111_mariana_desastre_bhp_jc_cc Acesso em 26/02/2016.

número de rompimentos “estaria associada ao fato das inovações em beneficiamento de minério terem avançado muito mais rapidamente do que aquelas voltadas para o tratamento dos mesmos” (p. 05) e também por que “existe um aumento do risco de acidentes graves e muito graves, uma vez que as barragens de rejeito vêm se tornando cada vez maiores” (p. 82). Os pesquisadores destacam ainda que “ambas as acionistas da Samarco, BHP Billinton e Vale, possuem um histórico de crimes ambientais e violações de direitos humanos no mundo” (PoEMAS, 2015, p. 40), o que colabora com o diagnóstico de vários pesquisadores e movimentos sociais e amplia a crítica social as mineradoras.

O relatório do PoEMAS faz uma análise interdisciplinar do “desastre tecnológico da Samarco/Vale/BHP”, articulando informações históricas sobre a Samarco, a Vale e a BHP e o investimento, financiamento e endividamento que envolvem as operações das empresas, as relações com os trabalhadores e com as comunidades, que constitui a licença social, reputação e dependência diante dos conflitos socioambientais. O relatório expõe ainda as relações das empresas com o Estado, sobretudo no que tange ao monitoramento de barragens em Minas Gerais, ao licenciamento da barragem do Fundão, aos possíveis impactos socioambientais, as injustiças e indícios de Racismo Ambiental e a atuação no atendimento às vítimas. O relatório avaliou as “opções técnicas disponíveis para a disposição de rejeitos de mineração” e apontou “o potencial destrutivo da opção preferencial por barragens no Brasil [que] assumiu contornos trágicos em Mariana e na bacia do rio Doce” (p. 75). Mas a adoção de soluções técnicas depende das práticas empresariais, que são consideradas inadequadas e de forte atuação do Estado e de seus órgãos, mas estes são vistos como incapazes de “garantir níveis mínimos de segurança das populações e ecossistemas a jusante das barragens de rejeito em operação no estado” (PoEMAS, 2015, p. 09).

O “desastre tecnológico da Samarco/Vale/BHP” aconteceu em meio às discussões a respeito do Novo Código Mineração e, no Estado de Minas Gerais, ao Projeto de Lei 2.946/2015, que altera o Sistema Estadual do Meio Ambiente aprovado, em 25 de novembro de 2015. A aprovação desse projeto de Lei e do PL 2946/2015, que altera o Sistema Estadual do Meio Ambiente em Minas Gerais escancara a escandalosa relação entre o Estado e as empresas mineradoras no Brasil, pois estas expõem um “movimento, por parte de grupos políticos, de restringir ainda mais o controle estatal e social sobre a atividade mineral e os impactos socioambientais no Brasil, [...] aumenta consideravelmente os riscos aos quais a população e o meio ambiente estarão expostos” (PoEMAS, 2015, p. 17).

Esta relação se tornou mais intrincada à medida que “a possibilidade do financiamento de campanha por empresas privadas tem criado uma série de distorções no sistema de democracia representativa, por meio da qual o poder econômico empresarial aprofunda assimetrias já existentes na representação política” (PoEMAS, 2015, p. 44). Ao financiar campanhas eleitorais, as empresas mineradoras acabam ditando as regras das relações com os representantes políticos, seguindo as orientações e atendendo aos interesses empresariais que querem manter o financiamento para garantir reeleição e assim intensificam “[...] a captura corporativa de mandatos políticos em diferentes níveis institucionais, restringindo a efetividade da participação de comunidades impactadas, trabalhadores, organizações sindicais e movimentos sociais nas políticas públicas minerais” (POeMAS, 2015, p. 44).

Desse modo, as atitudes políticas pró-mineração são garantidas, tanto que o relator do novo Código Mineral, Deputado Leonardo Quintão, foi do Partido Político que mais recebeu doação para financiamento de campanha, do “Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com R\$ 22,98 milhões” (p. 08). A Comissão Especial que recebeu o Projeto de Lei do Executivo, que propunha o novo Código Mineral, encaminhado à Câmara dos Deputados em 2013 era “formada por 27 titulares, dos quais 20 tiveram suas campanhas financiadas por empresas mineradoras”. O relator, Leonardo Quintão (PMDB/MG), “fez várias alterações que, no caso de aprovação do substitutivo, ampliarão consideravelmente a mineração em áreas vulneráveis e diminuirão o controle social e estatal sobre a atuação das empresas mineradoras” (PoEMAS, 2015, p. 85), o que pode contribuir com a ampliação da atividade mineradora e não exercer o controle que seria o papel do Estado e de suas instituições e legislações⁵⁹.

⁵⁹ A construção do novo Código Mineral foi alvo de inúmeras críticas de pesquisadores e dos Movimentos Sociais. Na reportagem “Teia de interesses liga políticos a mineradoras em debate sobre novo Código”, de autoria de Alceu Luís Castilho, publicada em 03 de outubro de 2013, destaca o financiamento de campanhas eleitorais por empresas de mineração, o que alavanca negócios bilionários, defendidos pela bancada da mineração e o risco para o futuro das reservas, do ambiente e de comunidades tradicionais. <http://apublica.org/2013/10/politicomineradorasdebatenovocodigomineracao/> A reportagem “Código Mineral: de costas para a sociedade” de 07 de novembro de 2013, destaca a “pesquisa de Clarissa Reis Oliveira, “Quem é quem nas discussões do novo código da mineração”, produzida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)”, que aponta as relações entre os parlamentares e as empresas <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/525445codigomineraldecostasparaasociedade>. A reportagem “Um novo código mineral para quê?” escrita por Julianna Malerba e Bruno Milanez (Respectivamente, coordenadora do Núcleo Justiça Ambiental e Direitos da Fase e professor da Universidade Federal de Juiz de Fora; ambos são membros do Grupo de Trabalho Articulação Mineração e Siderurgia da Rede Brasileira de Justiça Ambiental - GTAMS/RBJA), enfatizam que “Conceber um novo marco regulatório exclusivamente com base nas contribuições do setor empresarial aponta a fragilidade democrática sobre a qual se pretende reordenar as regras e o funcionamento de um setor tão estratégico para o país”. <http://diplomatie.org.br/artigo.php?id=1317>

O desastre tecnológico da Samarco/Vale/BHP explica como as práticas corporativas das empresas mineradoras adotam técnicas no Brasil com pouca regulação pelas agências estatais, seja por sua incapacidade financeira e operacional, seja por sua inação seletiva, que resultam na não “adoção e difusão de opções tecnológicas mais eficientes quanto à recuperação de rejeitos implicaria a adesão a formas de disposição caracterizadas por níveis de risco menos pronunciados” (PoEMAS, 2015, p. 80).

Na avaliação dos pesquisadores, o desastre da Samarco/Vale/BHP ainda pode ser enquadrado “na condição de racismo ambiental”, pois as áreas atingidas são formadas por “comunidades com população predominantemente negra”, que foram “as que mais sofreram com as perdas humanas e com os impactos materiais, simbólicos e psicológicos do evento” (PoEMAS, 2015, p. 10). Essa constatação explica o que o relatório aponta e outros pesquisadores e movimentos sociais também ao se reportarem ao descaso com a população atingida pelo desastre, assim como a desresponsabilização das empresas, inclusive por parte do Estado diante das necessidades básicas após o desastre como água potável. Entre os atingidos pelo desastre destaca-se:

[...] a presença de grupos étnicos politicamente minoritários e economicamente vulneráveis e, por isso, com pequenas possibilidades de fazer ouvir suas demandas por direitos na esfera pública, pode ser compreendida enquanto elemento central na localização das barragens de rejeitos, bem como em sua sobrecarga, a ausência de controle e de fiscalização estatal, no descaso com a implantação de alertas sonoros e planos de emergência e na forma como foi conduzido o atendimento às vítimas. Essa correspondência pode ser explicada pelas injustiças e indícios de racismo ambiental presentes nos processos de flexibilização do licenciamento ambiental (PoEMAS, 2015, p. 10).

O desastre da Samarco/Vale/BHP, assim como outros desastres de mineradoras atingem, sobretudo as populações pobres, negras, pescadores, ribeirinhos, agricultores, assentados da reforma agrária e populações tradicionais, como a tribo Krenak, na zona rural, e aos moradores das cidades ao longo dos rios atingidos que são os que mais sofreram com as perdas humanas e com os impactos materiais, simbólicos e psicológicos do desastre. Desse modo, não só a prevenção de desastres é precária, mas após estes ocorrerem o atendimento às vítimas não é garantido, o que resulta em mais pressão social e denúncias dos movimentos sociais.

O desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana e ao longo da bacia do rio Doce causou grande mobilização na sociedade brasileira. Talvez, a partir desse evento dramático, o Brasil passe a se perceber como um país de economia extrativista, no qual parcela importante da população sofre impactos negativos desproporcionais dessa atividade, principalmente os mais pobres, marginalizados, vulneráveis e racialmente discriminados, sendo

esses raramente beneficiados. Entretanto, nenhum desses cenários deve ser considerado dado, e cada um deles somente será conquistado a partir de batalhas específicas (PoEMAS, 2015, p. 85).

Esse relatório traz à tona resultados de pesquisas dos integrantes do PoEMAS os quais uma vasta produção sobre temas ligados a mineração, tais como: Modelos de desenvolvimento e inserção internacional; Políticas públicas e mineração; A Rede Global de Produção do Alumínio; A Rede Global de Produção do Minério de Ferro; A Rede Global de Produção do Ouro; Território e movimentos sociais. Porto e Milanez (2009), ao fazerem a “Tipologia de conflitos socioambientais no Brasil e exemplos de impactos”, para “retratar sua relação com os setores econômicos ou atividades geradoras de injustiça ambiental”, argumentam que a “Mineração e a produção industrial, em especial indústrias químicas e petroquímicas, e os ciclos de produção do aço e do alumínio” produzem inúmeros “Impactos ambientais e de saúde” (2009, p. 1988). Entretanto, os impactos negativos na maioria das vezes são minimizados, sobretudo por empresas e Estado o que se constitui em condição de possibilidade da construção de resistências.

Este relatório representa um importante instrumento de luta no exercício de poder que envolve as empresas mineradoras e os movimentos de resistências, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O MAB é um “movimento que, articulado nacionalmente a partir de 1989, busca representar e lutar pelos direitos daqueles que têm suas condições de vida afetadas pela construção de lagos artificiais utilizados para a geração de energia hidrelétrica” (GUEDES, 2006, p. 01). O posicionamento do MAB em relação ao “desastre tecnológico da Samarco/Vale/BHP” demonstra os paradoxos da mineração, assim com faz frente às tentativas de minimização dos impactos socioambientais do desastre na vida de milhares de pessoas.

Para isso, o Movimento dos Atingidos por Barragens criou um site chamado “Tragédia Anunciada - O crime no Rio Doce jamais será esquecido”, definido como um site “Produzido pelo Coletivo de Comunicação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)”, para “denunciar as contradições do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, mineradora controlada pela Vale e BHP Billiton, que se rompeu no dia 5 de novembro de 2015 em Mariana (MG)”. Além disso, “a plataforma se propõe a dar visibilidade à organização dos milhares de atingidos ao longo de toda a bacia do Rio Doce”⁶⁰. A página é atualizada diariamente com notícias, galeria de fotos e vídeos sobre a situação dos atingidos

⁶⁰ <http://tragedianunciada.mabnacional.org.br/>

nos estados nos estados de Minas Gerais, em Belo Horizonte; na Região de Colatina, no Espírito Santo, e nas Regiões de Governador Valadares e de Mariana, ambas em MG.

Ao evidenciar que se trata de uma tragédia anunciada e de um crime socioambiental, o MAB traz à tona várias questões envolvendo a Samarco/Vale/BHP. Em nota, o MAB enfatiza que:

[...] denuncia que as empresas Vale e BHP são responsáveis pelo rompimento. Há muitos anos, a comunidade vem alertando sobre os riscos. Ontem, na hora do almoço, trabalhadores ouviram estrondos, mas as atividades continuaram. Suspeitas de que um terremoto teria provocado o acidente não se sustenta visto que foi um tremor de baixíssimo impacto. Não havia nenhum mecanismo de aviso e socorro à população, como exigido em lei. Todo o processo de socorro aos desabrigados está sendo feito pela Prefeitura de Mariana. A negligência das empresas é total⁶¹.

As denúncias do MAB já foram realizadas em diferentes instâncias nacionais e internacionais. A reportagem “Representantes da ONU visitam o Brasil e MAB apresentará denúncia de violações de direitos dos atingidos” relata o objetivo da visita dos “membros do Grupo de Trabalho da ONU que discute Empresas e Direitos Humanos desembarcaram no Brasil para apurar denúncias de violação de direitos humanos; Mariana (MG) e Altamira (PA) fazem parte da rota de visitas”. Representados pelo Sr. Pavel Selvanathan e Sr. Dante Pesce, o grupo permanecerá no país entre os dias 7 e 16 de dezembro de 2015. O objetivo da visita é examinar os impactos negativos de atividades empresariais sobre os direitos humanos, sobretudo após o desastre da Samarco/Vale/BHP causado pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração do Fundão, no município de Mariana (MG), além de uma série de “grandes projetos” de desenvolvimento em fase de realização ou planejamento como, por exemplo, o caso da hidrelétrica de Belo Monte, localizado na cidade de Altamira (PA), e os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

No dia 25 de novembro de 2015, a ONU lançou um comunicado que qualifica as medidas do governo, Samarco, Vale e BHP Billinton como “claramente insuficientes” e “pediram ao governo brasileiro e às empresas envolvidas que tomem medidas imediatas para proteger o meio ambiente e a saúde das comunidades em risco de exposição a substâncias químicas tóxicas”.

O MAB acredita que essas empresas que historicamente têm violado os direitos humanos, vêm demonstrando que não contribuirão voluntariamente para a implementação desta cultura. Por isso, tem se articulado conjuntamente com outras organizações da sociedade civil na construção de

⁶¹<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/548795mabvaleebhpbillintoncontroladorasdasamarcosaoresponsaveispeloro mpimentodasbarragens>

um instrumento juridicamente vinculante para regular as atividades das empresas transnacionais (MAB, 2015).

O MAB se articula com diferentes movimentos sociais para atuar no enfrentamento aos impactos da construção de barragens⁶².

Os Cadernos IHU em Formação, do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, publicou o número 48, 2015, com o título “Mineração e o impulso à desigualdade: impactos ambientais e sociais” no qual enfatizam que “a tragédia ocorrida em Mariana, no estado de Minas Gerais, com o rompimento da barragem da Samarco reacende o debate em torno do neodesenvolvimentismo e neoextrativismo no Brasil” (p. 04)⁶³. Esse número dos Cadernos IHU, recupera várias entrevistas com pesquisadores e ativistas ambientais para o sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU e para a revista IHU On-Line sobre desastre da Samarco/Vale/BHP, somadas a edição número 451 da IHU On-Line, de agosto de 2014, *Mineração em debate*, com pesquisadores e ativistas ambientais.

No Livro “Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos” coordenado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e pelo Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), Eliane Rocha Araújo, Renata Damico Olivieri e Francisco Rego Chaves Fernandes destacam que “a indústria extrativa mineral está entre as atividades antrópicas que mais causam impactos socioeconômicos e ambientais negativos, afetando, portanto, o território onde se realiza a mineração” (2014, p. 02)⁶⁴.

O Jornal “A Verdade” na Reportagem de janeiro de 2016 “Vale e BHP provocam maior desastre ambiental do País” ressalta os paradoxos que envolvem a Empresa Vale e a extração mineral no Brasil⁶⁵. A reportagem enfatiza que o desastre causado foi “[...] um crime contra a vida de pessoas, ao meio-ambiente, à fauna e à flora”, embora “os donos da Samarco,

⁶² Outra frente importante que se posicionou diante do desastre tecnológico da Samarco/Vale/BHP é constituída pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA). A RBJA criada em 2001 é uma articulação que reúne movimentos sociais, entidades ambientalistas, ONGs, associações de moradores, sindicatos, pesquisadores universitários e núcleos de instituições de pesquisa/ensino que compartilham da perspectiva de que a destruição do meio ambiente e dos espaços coletivos de vida e trabalho acontecem predominantemente em locais onde vivem populações vulnerabilizadas pela desigualdade social e desenvolvem ações coletivas que buscam se contrapor a esse processo visando o fortalecimento da democracia e da construção de formas mais sustentáveis de apropriação do meio ambiente.

⁶³ Cadernos IHU em formação número 48, Mineração e o impulso à desigualdade: impactos ambientais e sociais. Ano 11, Nº 48, 2015.

⁶⁴ O impacto é compreendido como um “processo de mudança social e físicas que interferem em várias dimensões e escalas, espaciais e temporais” (VAINER, 2003, p. 05), desestruturando as relações sociais.

⁶⁵ Reportagem de Fernando Alves (Belo Horizonte), com a colaboração de Vinicius Chefe (Ouro Preto), de Alexandre Hudson (Mariana e Itabirito) e Cristiana Guimarães (Unidade Popular pelo Socialismo). Versão impressa. A Verdade. Brasil, dezembro/janeiro de 2016, Ano 16, nº 179. Versão digital pode ser acessada em <http://averdade.org.br/2016/01/vale-e-bhp-provocam-maior-desastre-ambiental-do-pais/>

empresa de propriedade da Vale e da anglo-australiana BHP Billiton, responsável por esse crime, tentem passar a ideia de que foi uma fatalidade, um acidente inesperado, uma casualidade”.

A reportagem destaca que se trata de um crime porque “a empresa sabia da gravidade e dos riscos de rompimento da barragem, e não tomou providências” não foi adotada nenhuma ação preventiva, “nem itens básicos para segurança foram garantidos. Não havia, por exemplo, sequer sirenes para avisar os moradores das cidades da região em caso de rompimento”, o que mostra um descaso com as vidas humanas e a destruição da natureza. “O presidente da Samarco, Ricardo Vescovi, pediu desculpas pelo “acidente” e anunciou que a “empresa também era uma das vítimas da tragédia”. Um deboche contra as dezenas de mortos”. Ainda é ressaltado que “Diante das evidências dos graves crimes cometidos pelas mineradoras, o governo de Fernando Pimentel também se omite e silencia”.

O rompimento da Barragem do Fundão despejou a lama tóxica composta por “dejetos e metais pesados (arsênio, chumbo, manganês, zinco)” que se espalhou como uma enxurrada em direção ao Rio Doce chegou à Barragem de Santarém, fazendo esta transbordar. “Em seguida, desceu violentamente em direção ao distrito de Bento Rodrigues, destruindo tudo que estava pela frente, soterrando dezenas de vidas humanas, animais, plantações, acabando com a história dos 612 moradores do pacato vilarejo” e deixando “13 mortos e 8 desaparecidos”, “dados [que] não correspondem à realidade”.

O desastre atingiu “diretamente a população de mais de 300 cidades até a pequena vila de pescadores de Regência (ES), na foz do Rio Doce, deixando para trás um rastro de destruição em importantes cidades, como Ipatinga e Governador Valadares, em Minas, Linhares e Colatina, no Espírito Santo”. Ao atingir os rios da região, deixou um lastro de peixes mortos, “as cidades às margens da bacia do Rio Doce estão afetadas pelo desabastecimento de água, causando desespero, tristeza e dor”.

Como um desastre de grande proporção, além de afetar as cidades e vilas, atingiu também de várias formas a aldeia de índios Krenak, onde 126 famílias no Município de Resplendor, Minas Gerais, como afirmou o cacique Leomir Cecílio de Souza, 30 anos, da tribo Atora: “Muitos acham que o rio é só água e peixe, mas, para nós, era a fonte de sobrevivência e uma questão de cultura. Desde o início dos nossos antepassados, o Rio Doce mantém nosso povo”.

Essa situação é observada na reportagem a partir de uma perspectiva centralista de poder, embora na mesma fique evidente às resistências do atingidos pelo desastre. No texto se

pergunta: “De onde vem o poder da Samarco e da Vale?”. Nesse aspecto, se evidencia que a conivência com o crime se deve ao fato de “Há muitos anos que as mineradoras atuam como verdadeiras donas das cidades, apropriando-se de tudo, desde a produção das riquezas econômicas, da vida cultural e social, dos destinos políticos”. Tal fato se justifica, pois “A Vale [...] financiou campanhas de presidente, de governador, senador e deputados por meio de seis empresas: Vale Energia, Vale Manganês, Vale Mina do Azul, Minerações Brasileiras Reunidas, Mineração Corumbaense Reunida e Salobo Metais”. O financiamento de campanhas de diversos partidos políticos (PMDB – R\$ 23,55 milhões, PT – R\$ 8,25 milhões, PSDB – R\$ 6,96 milhões, PSB – R\$ 3,5 milhões, PP – R\$ 1,5 milhões e PCdoB – R\$ 1,5 milhão), resultou a participação de “27 deputados da Comissão da Câmara responsável pela elaboração e relatoria do Novo Código de Mineração, 20 foram financiados pelas mineradoras”. A estratégia das grandes empresas para garantir apoio político para defender seus interesses por meio o financiamento de campanhas eleitorais não acaba com as possibilidades de resistências diante dos impactos da mineração, mas cria outras necessidades de enfrentamento nas composições de forças.

Os graves impactos criados pela exploração mineral às vezes são visibilizados quando se trata de grandes desastres, sobretudo em seu aspecto ambiental, mas pesquisas nas áreas de Ciências Humanas têm contribuído para uma análise mais complexa de tais impactos, nos aspectos sociais, políticos, econômicos, da saúde, culturais etc. Uma questão é a regularidade com que ocorrem esses impactos. Como a indústria de extração mineral funciona diariamente, os impactos são difusos, ocorrem cotidianamente nas “mais de 3 mil minas e das 9 mil mineradoras hoje em atividade no Brasil”, somados aos milhares de garimpeiros e “pequenos produtores informais de minerais para uso imediato na construção, aleatoriamente localizados no território brasileiro” (2014, p. 02). Tanto na dimensão da territorialidade quanto da temporalidade, os impactos se multiplicam, pois ainda existem as minas e garimpos inativos e abandonados, formando os passivos⁶⁶ ambientais gerados pela falta de aprimoramento técnico, organização e racionalização da atividade (FALEIRO; LOPES, 2010).

A seguir destaco alguns impactos socioambientais causados pelas atividades ligadas à mineração, embora já tenha trazido alguns elementos anteriormente sobre os problemas causados por tal atividade.

⁶⁶ Por passivo ambiental entende-se “Aquele que é gerado quando, no encerramento das atividades não foi executada nenhuma ação ou projeto no sentido de recuperação do meio ambiente, possibilitando o seu retorno às condições originais ou o restabelecimento das condições de equilíbrio”. http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir934/ApresentacaoMME_PassivosAmbientais.pdf

3.3 “O rio? É doce. A Vale? Amarga” alguns impactos da mineração

Lira Ibabirana

O rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.

Entre estatais
E multinacionais
Quantos ais!

A dívida interna.
A dívida externa.
A dívida eterna.

Quantas toneladas
exportamos
De ferro?

Quantas lágrimas
disfarçamos
Sem berro?

Carlos Drummond de Andrade, 1984.

“O rio? É doce. A Vale? Amarga.” Este é um trecho do Poema “Lira Ibabirana” de Carlos Drummond de Andrade de 1984 usado pelo Jornal “A Verdade” na manchete da Reportagem de janeiro de 2016 “Vale e BHP provocam maior desastre ambiental do País” em 05 de novembro de 2015 em Mariana, região central de Minas Gerais. O uso do poema mostra a regularidade histórica dessa iminência de desastres socioambientais ocasionados pela Vale entre as décadas de 1980-2010.

O poema de Drummond que faz a chamada da matéria exposta acima foi amplamente utilizado após a maior catástrofe socioambiental deste tipo no Brasil e “viralizou nas redes sociais e foi adjetivado como profético”⁶⁷ em algumas reportagens de jornais alternativos, blogs e sites, que não compõem a “grande mídia”. Ana Carolina Farias (2012) em Dissertação intitulada “Cartografias do Diário do Pará: um estudo genealógico do acontecimento homicídio contra jovens em um jornal impresso” afirma que “Os efeitos das novas

⁶⁷ http://www.gazetaonline.com.br/ conteudo/2015/11/eu_aqui/3914813-lira-itabirana-o-poema-profetico-de-carlos-drummond-viraliza-nas-redes-socias.html

configurações do capitalismo mundial sobre a comunicação, ligadas ao acirramento da globalização econômica e cultural e do desenvolvimento de novas tecnologias são vetores importantes que constroem o fluxo de informações” (p. 124). No caso brasileiro, as principais agências constroem matérias sensacionalistas transformando as informações e conhecimentos em mercadorias de entretenimento. Dessa forma, “Em um plano de acirrada disputa por mercado e por publicidade, os direitos à imagem e à dignidade das vítimas e de seus familiares são preteridos em detrimento do uso comercial do mesmo” (p. 124).

Com o desastre da Samarco/Vale/BHP os fluxos das informações foram diferenciados, uma vez que o tratamento da catástrofe pela chamada “grande mídia” foi amplamente questionado por pesquisadores e Movimentos Sociais em matérias, reportagens, textos reflexivos e acadêmicos que analisam de forma crítica o desastre, não só para denunciar, mas para suscitar exames cuidadosos das atividades que envolvem a mineração.

Ao utilizar esse poema, as reportagens afirmam que esse desastre fora antecipado por Drummond na década de 1980 ao questionar as práticas econômicas, políticas, sociais, culturais de Itabira, cidade envolvida desde sua criação com a mineração. Para vários Movimentos Sociais, como o MAB, e pesquisadores como Marcelo Firpo Porto e Bruno Milanez (2016), Ana Flávia Santos (2015), Ana Maria Fernández (2016) esse “acidente” como foi nomeado a tragédia pela Samarco/Vale/BHP se trata de “um crime”, um “desastre tecnológico da Samarco/Vale/BHP”, uma “tragédia anunciada”, “uma tragédia que não causa surpresa”, “os impactos da megamineração não são acidentes”.

Assim como Drummond, esses pesquisadores e movimentos sociais “anunciavam”, “previam” essa possibilidade devido a “Irresponsabilidade das empresas e omissão do Estado” como pontua Santos (2015)⁶⁸. Pesquisadora de conflitos ambientais causados por empreendimentos de mineração, Santos (2015) destaca que “Um ponto de partida para compreender o rompimento da barragem de Fundão é frisar que não foi um desastre natural”. Dois argumentos sustentam essa afirmativa: a “Samarco de fato aumentou o ritmo de deposição de resíduos nos últimos anos naquele complexo de barragens” e não tomou medidas relativas à segurança, e a “insuficiência da atuação do Estado, que não fiscaliza e não atua no processo de licenciamento ambiental como instância que exige que a legislação se cumpra e contemple substantivamente os aspectos apontados nos estudos ambientais”. Essas

⁶⁸ “Irresponsabilidade das empresas e omissão do Estado já anunciavam a tragédia em Mariana”. Entrevista especial com Ana Flávia Santos. Professora adjunta da UFMG e integra grupos de pesquisa e extensão sobre a temática de conflitos ambientais, entre esses os causados por empreendimentos de mineração. <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/550335-irresponsabilidade-das-empresas-e-omissao-do-estado-ja-anunciavam-a-tragedia-em-mariana-entrevista-especial-com-ana-flavia-santos>

duas questões acentuam o “grau de irresponsabilidade que demonstra, não só da empresa, como também do Estado, o qual deveria atuar para que as coisas fossem feitas de maneira a considerar as precauções de forma substantiva” (SANTOS, 2015).

Porto e Milanez (2016) destacam que o caso de Mariana se trata de “A tragédia anunciada da megamineração”⁶⁹, pois predominam “Lógicas de mercado em sociedades com déficit democrático, desigualdades e discriminações sociais, ambientais, étnicas e raciais possuem baixos padrões de segurança e proteção ambiental. Economicamente falando, o custo da destruição da vida e do meio ambiente é externalizado”. A sociedade é afetada do ponto de vista econômico, social, ambiental, cultural, humano, pois além dos rios as pessoas e seu modo de vida e trabalho sofrem com o rastro de destruição deixado pelo desastre.

O Poema de Drummond com uma linguagem poética problematiza e tece críticas às práticas econômicas, políticas, sociais, culturais de Itabira, cidade envolvida desde sua criação com a mineração. Nela foram produzidas as condições para a criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) que começaram a se constituir no século XIX, quando a indústria siderúrgica rudimentar de Itabira entra em crise com a abolição da escravidão, principal fonte de mão-de-obra para essa atividade econômica, sem prescindir do papel histórico da região na mineração em nosso país.

Em 1909 ocorreu a criação da empresa britânica *Brazilian Hematite Syndicate*, exploradora de minério de ferro em Minas Gerais e em 1911, a empresa foi rebatizada como *Itabira Iron Ore Company* e, “em 1941, foi dividida em duas empresas nacionais: a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia, e a Companhia Itabira de Mineração” (BOSSI et al, 2009, p. 161). De acordo com Minayo (2004, p. 47), “A decadência da indústria do ferro só vai ser superada com a implantação da CVRD em 1942”, sendo esta “forjada numa geografia referencial peculiarmente local e internacional” (p. 09), em que o produto explorado é local e o capital investido e o lucro é internacional.

Oliveira (2000, p. 20), destaca que “A história de ocupação do espaço de Itabira iniciou-se no século XVIII, após a descoberta do ouro por bandeirantes” e “Com o declínio da exploração do ouro no século XIX, foram instaladas forjas no município destinadas à fabricação de ferro e seus artefatos, o que propiciou uma nova perspectiva econômica para o município” (p. 21). No início do século XX, em Itabira “os habitantes da cidade passaram a

⁶⁹ Porto e Milanez são respectivamente, pesquisador da Fiocruz e coordenador do Grupo Saúde Coletiva, Ecologia Política, Justiça Ambiental e Promoção Emancipatória da Saúde e professor da UFJF e coordenador do PoEMAS. <http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3161&tipo=acervo>

dividir seu espaço com representantes de companhias internacionais. Os recursos minerais existentes em Itabira tornaram-se alvo de cobiça de empresas européias” (p. 24).

Sobre essa Itabira e sua relação com a extração mineral, que Carlos Drummond de Andrade, poeta brasileiro, nascido em Itabira, em 31 de outubro de 1902 (falecido no Rio de Janeiro, em 17 de agosto de 1987), produziu vários poemas, contos, textos jornalísticos, registros da memória sobre sua cidade natal. Para Candido (1999, p. 80), sua produção poética demonstra que “[...] a força poética vem das emoções represadas, que parecem a cada instante brotar como erva renitente por entre as frestas desse pedregoso universo”. Itabira é o “berço” da Empresa Vale, antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Em 1983, *O Cometa Itabirano* publicou o poema “Lira Itabirano” de Drummond. Para Rosa (2000), o Jornal surge em 1979 a partir do “processo de abertura “lenta, gradual e restrita” acontecia dentro dos moldes previstos pelos militares e pela elite tecnocrata que governava o país” (ROSA, 2000, p. 75) e este se constitui em “Um jornal de Itabiranos para Itabiranos”, “um jornal de política, idéia e cultura” (p. 77). Para Rosa (2000), Itabira é uma cidade “filha do capitalismo selvagem”, o que leva Drummond a manifestar “um sentimento de angústia, de abandono e de perda da cidade diante da política implantada ao longo do tempo pela Companhia Vale Rio do Doce” (p. 110).

O poema de Drummond sobre mineração em Itabira foi amplamente utilizado por apresentar de forma poética a indignação em relação à extração mineral, as relações de poder em exercício, assim como se questiona sobre às configurações de resistências em relação às diferentes formas de violência que a atividade mineradora produz em Itabira. O poema *Lira Itabirana* aponta múltiplas questões desde as econômicas até as políticas, sociais, ambientais, culturais envolvendo a Empresa Vale que autores como Minayo (2004), Oliveira (2008), Milanez (2015), Wanderley (2015), entre outros pesquisadores analisaram em seus estudos.

Na primeira estrofe do Poema, Drummond destaca o paradoxo entre a realidade do Rio Doce e da Vale, assim como a situação dos trabalhadores locais na extração mineral: “O rio? É doce/ A Vale? Amarga/ Ai, antes fosse/ Mais leve a carga”.

A partir de uma abordagem antropológica, Minayo (2004) destaca “as duras condições de trabalho” a que os trabalhadores eram submetidos no início da história da Vale denominado pelos trabalhadores como tempo de dureza de “trabalho braçal”, “época do muque”, da “unha”, do “braço”. Apesar das péssimas condições de trabalho, esse período é considerado melhor pelos trabalhadores, pois estes eram “fichados para quebrar pedra a muque” (p. 86), que se traduz em relações de trabalho regulamentadas por lei por meio de

carteira assinada, salário fixo, o que era considerado sinônimo de melhoria de vida e prestígio social. Entretanto, a autora evidencia que havia um discurso de discriminação de negros e analfabetos na empresa, que recrutava e selecionava os trabalhadores pelo “físico da pessoa”, pois era “[...] a condição essencial para escalar, para resistir às intempéries e à dura jornada e para manejar os pesados e rudes instrumentos de trabalho” (p. 101).

Minayo (2004) destaca que na “época do muque”, a organização hierárquica dos trabalhadores compreendia cinco escalões, sendo que o primeiro era dividido por turmas: turma da jazida, da carga e da descarga, da estrada, todas ligadas ao trabalho braçal. Minayo divide a extração do minério de ferro na CVRD em quatro fases: a primeira é caracterizada pela extração manual do minério; a segunda é constituída pela mecanização deste processo; na terceira surgem inovações tecnológicas e mudanças no gerenciamento, junto a uma maior hierarquização da divisão social do trabalho; e a última traz aprofundamento da automação e da flexibilização do trabalho. Essas fases constituem a reestruturação na organização do trabalho. A tese de Minayo (2004) é que essas transformações no modo de extração do minério de ferro possibilitaram aos trabalhadores da Vale se constituírem como “homens de ferro e flexíveis”, carregando marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária.

No início da década de 1980, Drummond evidencia a articulação entre Estado e multinacionais: “Entre estatais/ E multinacionais/ Quantos ais!”. Esse “entre” ratificava a crise do “projeto desenvolvimentismo” que se define como “Discurso de regulação integral”, no qual o Estado exerce um papel protagonista por meio de empresas estatais e com investimentos nacional e internacional. Conforme Ponte (2010, p. 99), “Na década de 60 o Brasil adotara o modelo desenvolvimentista que já vinha desde a Segunda Guerra Mundial, incorporando parte considerável da população aos meios de consumo”. Mas a partir da década de 1970 o modelo apresentava indicativos de colapso, exigindo sua reformulação para atender os interesses dos grandes grupos econômicos, fornecendo força de trabalho barata para a indústria pesada, que a partir de agora começa a ser transferida para regiões periféricas (PONTE, 2010). A crise do modelo desenvolvimentista acirra o problema das dívidas do Brasil que também é questionada no poema de Drummond.

Ao se referir às diversas dívidas do Brasil: “A dívida interna/ A dívida externa/ A dívida eterna”, Drummond faz uma referência à situação econômica do país mergulhado em endividamentos. Para Arend (2009, p. 173), “Ao final dos anos 1970, o Brasil possuía a maior dívida externa do mundo, considerando-se os países em desenvolvimento”. A década de 1980

vai ser marcada por essa crise, a partir da interrupção os fluxos de capitais estrangeiros que financiavam o crescimento anterior e quando “a matriz produtiva nacional depara-se com relativo atraso tecnológico, em razão da abrupta queda dos ingressos de investimentos estrangeiros diretos” (AREND, 2009, p. 173). Para Marques (2007, p. 195), “O endividamento é a marca decisiva e determinante na economia brasileira nos anos 1980”. Tais dívidas foram constituídas a partir das “[...] opções feitas pelos governos militares e o endividamento da economia nacional, associadas à crise internacional, [que] colocaram em questão o Estado desenvolvimentista substituidor de importações” (MARQUES, 2007, p. 290).

As soluções para a crise do endividamento foi a adoção de “Um conjunto de políticas de cunho liberal passou a ser aplicado, objetivando diminuir a presença do Estado na vida econômica e social e se adequar a maior mobilidade que o capital assumia no cenário internacional” (MARQUES, 2007, p. 290). Entre essas medidas, estava a privatização das empresas estatais, dentre elas um dos alvos preferenciais era a Companhia Vale do Rio Doce. Segundo Adão (2006, p. 11), o “processo de privatização da CVRD iniciou-se, durante o Governo Collor, no fim da década de 1980, e efetivou-se no Governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1997” como parte da reforma do Estado Brasileiro. Os efeitos do endividamento do Brasil e das propostas de sua superação são diversos, como o agravamento das desigualdades sociais com a intensificação da pobreza e a exploração.

Na última estrofe “Quantas toneladas exportamos/ De ferro?/ Quantas lágrimas disfarçamos/ Sem berro?” novamente Drummond ressalta os paradoxos entre o que é exportado e o que fica para o Itabiranos, as lágrimas diante de uma situação de exploração e submissão que não encontrava “berros” de resistências. Para Oliveira (2008, p. 37), nesse poema Drummond ressalta a impotência dos itabiranos “perante os desígnios do governo federal foram espoliados em sua riqueza e de um espaço representativo, e inertes assistiram à pulverização da montanha que era transportada por trem e navios, em forma de minério, para outros continentes”. Entretanto, concordo com Silva (2002, p. 34) quando afirma que o poeta itabirano já em 1983 “revelava sua indignação com as ações da CVRD no processo exploratório das riquezas da cidade e com a passividade do itabirano”, fazendo ecoar “berros” de resistências diante da multiplicidade de forças políticas, econômicas, sociais, mesmo em meio as lágrimas por perceberem as riquezas minerais sendo exportadas e a pobreza permanecendo na região. A autora complementa: “Pode-se dizer que, desde a presença da

mineradora na sua cidade natal, foi ele, o poeta, um dos poucos itabiranos a denunciar e interpelar as atitudes da empresa” (SILVA, 2002, p. 34).

Desastres similares ao que atingiu o Rio Doce em decorrência de atividades de mineração, também já ocorreram no Pará, ocasionados pela empresa Vale e empresas associadas após sua inserção na Amazônia paraense.

No que segue faço uma breve discussão sobre a Empresa Vale na Amazônia articuladas aos discursos de fronteira, integração e desenvolvimento.

3.4 A Empresa Vale na Amazônia: fronteira, integração e desenvolvimento

Preciso me afastar um pouco da Amazônia para
ganhar mais contacto com ela.

Dalcídio Jurandir

Quando falamos em Amazônia, pensamos imediatamente em uma noção do senso comum que aprendemos nas escassas passagens sobre a Amazônia no livro didático ou por meio da cultura popular que a define em termos ambientais se resumindo a questões de fauna e flora, sem considerar o ser humano ou ainda a restringe em termos imaginários a lendas, mitos, crenças... Como “ribeirinha” do Médio Rio Moju, a questão da Amazônia era uma questão dada, que não deveria ser pensada ou problematizada, por ser considerada por mim da ordem da natureza⁷⁰. Ao começar as incursões teóricas para entender a relação da Empresa Vale com a Amazônia Paraense, me deparei com a necessidade de fazer uma reflexão sobre a Amazônia, ou as Amazônias, como propõe Gonçalves (2001).

De uma perspectiva antropológica Relivaldo Oliveira (2011) ao se referir a Amazônia destaca as mudanças ameaçadoras que a região sofreu a partir da década de 1980, sobretudo a partir das intervenções no espaço distante do resto do país até a década de 1950. Essas intervenções também eram ameaçadoras a “constituição de uma existência ainda ligada a determinados aspectos de uma cultura dita propriamente amazônica, ligada às características

⁷⁰ Até o início da construção do Trabalho de Conclusão de Curso não tive nenhum acesso a debates sobre educação ribeirinha ou educação do campo, sendo esta identidade não reconhecida. Hoje percebo que essa denominação ribeirinha carrega um tom romântico, no diminutivo.

naturais e aos aspectos de uma região singular pela constituição de seu povo, de sua história e de seus costumes” (OLIVEIRA, 2011, p. 86).

Essa realidade, que permaneceria relativamente conservada até meados do século XX, começaria a sofrer modificações profundas nos diversos âmbitos, especialmente a partir da integração territorial da Amazônia através da Rodovia Belém-Brasília e principalmente da inclusão da região como novo destino de capital nacional e internacional que se apresentaria na forma de enclaves industriais, pecuária e agricultura extensiva, além dos suportes governamentais a essas iniciativas (OLIVEIRA, 2011, p. 86)⁷¹.

Essas intervenções externas na Amazônia começaram a ser questionadas a partir de uma perspectiva interdisciplinar, em que a própria tematização da Amazônia passa a ser analisada por amazônidas, tanto por acadêmicos-intelectuais como por artistas, jornalistas, militantes sociais entre outros. Para Relivaldo Oliveira (2011), um trabalho exemplar é de Armando Mendes, *A invenção da Amazônia*, de 1974.

Exemplar porque sintetiza não apenas os problemas que já vinham sendo enfrentados pela região, mas também faz dessa síntese uma verdadeira crítica às ações governamentais que até então vinham sendo desenvolvidas e à participação de um novo modo de intervenção, tanto do Estado, quanto da iniciativa privada - em grande parte essa última incentivada pelo primeiro - e propõe novos objetivos para aquele que se chamaria “o enigma amazônico” (OLIVEIRA, 2011, p. 86).

Esse novo modo de enfrentamento do projeto de desenvolvimento pensado externamente para a região utiliza as mesmas “armas” usadas pelos “estrangeiros” técnicos, políticos e burocratas para inventar uma Amazônia que precisa ser integrada e desenvolvida.

O conhecimento, a razão, o planejamento, eram as armas que os amazônidas, parte de sua intelectualidade, dispunham para enfrentar a ameaça de um desenvolvimento que se considerava estranho ao lugar, que considerava a Amazônia integrante ao resto do país, mas que não contemplava os interesses próprios da região, e nem levava em conta as características próprias do “enigma amazônico”, um desenvolvimento centralizador, advindo de fora, dos centros mais desenvolvidos da nação. Para essa nação, ou para seus técnicos, políticos e burocratas, a região deveria servir ao país como ocupação e fonte de riquezas a serem extraídas. O homem, a economia, a natureza, a cultura regional, apenas eram contemplados como objetos a serem “racionalizados” em prol de um desenvolvimento que, como já se observava, não chegava à sua fonte (OLIVEIRA, 2011, p. 86).

Tal modo de intervir na Amazônia se expressa nos planos governamentais conservadores materializando um tipo de racionalidade que não pensa “o homem da

⁷¹ “A noção de enclave, defendida por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970), funcionou e continua sendo aplicada como aporte teórico para justificar a situação de desenvolvimento dependente da América Latina. Na teoria do enclave, os países e regiões periféricas se incorporavam ao mercado mundial fornecendo matéria-prima, sempre sobre o controle e a ingerência direta de agentes externos” (WANDERLEY, 2015, p. 65).

Amazônia como sujeito, com valores próprios, e não como objeto apenas dotado de aptidões úteis ao resto do país” (MENDES, 1974, p. 23). E, “as formas e padrões da vida prevaletentes nas populações amazônicas, que defluem do seu relacionamento não apenas com o meio físico circundante, mas com a tecnologia disponível, as instituições estabelecidas, os mecanismos apontados, sua expressão política, etc..” (MENDES, 1974, p. 24).

Nahum (1999) destaca os trabalhos pioneiros de Gondin (1994), *A invenção da Amazônia* e Arnt & Schwartzman (1992), *Um Artifício Orgânico. Transição na Amazônia e Ambientalismo*, que de forma embrionária analisam o processo de construção de investigação das condições históricas da Amazônia possibilitando a emergência de sua singularidade. Gondin (1994) aponta os modos como o entendimento sobre a Amazônia foi construída, inventada pelos europeus. Conforme Nahum (1999, p. 15), a concepção de Amazônia inventada de Gondin se sustenta nos “elementos [que] remontam à tradição greco-romana, pensamento medieval, construção das Índias e reforçam-se com os peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes quando adentram na referida região”. Arnt & Schwartzman (1992) analisam como a Amazônia se constituiu no imaginário como “O Espaço Ideal”, favorecido pela natureza e no qual “Esse ideário de vida venturosa, abençoada pela natureza, é relatado pelos cronistas, exploradores e viajantes, quando falam da vida dos denominados “índios” e se tornam populares na Europa” (NAHUM, 1999, p. 16).

Esses modos de pensar a Amazônia são redimensionados com a instalação de “grandes projetos” econômicos na região. No caso da Empresa Vale, sua expansão territorial atinge à Amazônia dentro do processo histórico de sua “ocupação” impulsionado no período pós-1964 e culminando com “a recriação, pelos militares, da Amazônia como fronteira” (IANNI, 1981, p.141)⁷². Essa concepção de Amazônia como fronteira a ser “desbravada” pela humanidade trouxe consequências desastrosas para a região, pois este “se deu, em grande parte, como modo de descaracterização de uma região, que teria no ambiente natural um dos seus principais componentes” (OLIVEIRA, 2011, p. 131). Uma das implicações dos “processos de ocupação e desenvolvimento para os quais se destinou a Amazônia” foi a inversão de predominância populacional, pois “em 1940, a população urbana da região era estimada em mais de 27%, em 1980 ela já saltaria para mais de 50%” (OLIVEIRA, 2011, p.

⁷² Vários autores estudam a Amazônia a partir da perspectiva teórica da “fronteira” que segundo Martins (1996, p. 25) “é um tema recorrente na literatura brasileira de Ciências Sociais. Apesar das tentativas de alguns antropólogos de importar as idéias que F. Turner desenvolveu para explicar o deslocamento da fronteira nos Estados Unidos, e que tratam da influência da fronteira na formação do caráter nacional americano, essas idéias, a rigor, não se aplicam no caso brasileiro”. Assim, Martins (1996) afirma que “a fronteira é, simultaneamente, lugar da alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos”.

131). Esse processo de inversão pode ser considerado um acontecimento ligado a forma de pensar sobre a Amazônia, sobretudo pelo Estado que produz uma série de planos e projetos na perspectiva de planejamento

Essa concepção de fronteira constitui os Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDA's), como “gênero de política planejada, [em que] o discurso sobre a Amazônia vai se metamorfoseando, ainda que alguns temas, como por exemplo, *espaço, natureza, região e população*, ganhem destaque com maior ou menor intensidade” (NAHUM, 1999, p. 14 – grifos do autor). As concepções sobre a Amazônia que constituem os PDAs vão se transformando de acordo com os objetivos de cada um. Nos I PDA (1972-74), II PDA (1975-79), III PDA (1980-85) ganham destaque os temas de valorização e desenvolvimento da Amazônia, passando pelo PDA da Nova República (1986-89) e indo até o desenvolvimento sustentável PDA (1992-95), PDA (1994-97).

Ao se projetar uma “Amazônia desenvolvida” a constituição de Planos específicos para a região a coloca no centro de estratégias biopolíticas de gestão das populações. A partir desses Planos “a Amazônia tornou-se um objeto específico de políticas de planejamento”, “esta nova “ciência”, também nascida para gerir os movimentos das “populações”, cerne, como sabemos, do conceito foucaultiano de biopolítica” (CHAVES, 2000, p. 02). Essa biopolítica das populações no Estado brasileiro produz efeitos singulares na Amazônia na qual por meio dos PDAs entrecruza a administração das populações as questões relativas a *espaço, natureza, região* e favorece a instalação dos clamados “grandes projetos”, como o Projeto Grande Carajás, a ALBRÀS/Alunorte, Hidrelétrica de Tucuruí, mais recentemente Belo Monte.

Nos PDAs “O tema espaço é outro constante e vem freqüentemente acompanhado do adjetivo “vazio” ou da expressão a ser “ocupado e/ou integrado” ao conjunto do espaço nacional e mundial” (NAHUM, 1999, p. 26). Há uma relação entre espaço e demografia para promover a administração calculada da população, como na perspectiva foucaultiana em que “[...] a temática dos espaços leva em conta aspectos da demografia, da distribuição dos indivíduos dispostos de determinada maneira, uns em relação aos outros, para fins específicos” (TETI, PRADO FILHO, 2011, p. 123).

A questão do espaço se associa à região nos PDAs, pois esta se relaciona “[...] à “exploração dos recursos naturais” e à “ocupação de espaços vazios”. O desenvolvimento “racional” dessa exploração e ocupação imprimem à região um determinado papel dentro da divisão territorial e internacional do trabalho” (NAHUM, 1999, p. 26). Assim, a circulação da

população é regulada para atender a necessidade de ocupação dos espaços em que há recursos minerais a serem explorados, de modo que os “dispositivos de segurança” operam sobre a materialidade dos territórios para gerir os movimentos das populações.

As populações da Amazônia são tratadas como “mão-de-obra”, “pessoas”, “trabalhador rural”, “geralmente associado à idéia de “ocupação”, “colonização oficial ou espontânea”, “migrações”, enfim, é um homem que vem ser o “objeto” que vai ocupar o espaço, adjetivado de “vazio”, e explorar racionalmente os recursos naturais” (NAHUM, 1999, p. 26).

Deste modo, os PDA's articulam em torno da Amazônia um “saber político que colocaria no centro de suas preocupações a noção de população e os mecanismos suscetíveis de assegurar a sua regulação” (FOUCAULT, 1997, p. 81), entrecruzando “segurança, território e população”, utilizando técnicas que fazem a “[...] correlação entre os mecanismos jurídicos-legais, os mecanismos disciplinares e os mecanismos de segurança” (FOUCAULT, 2008, p. 11). Os PDAs se constituem como um meio, um campo de intervenção que atinge uma população ligada biologicamente à materialidade da pobreza e do deslocamento territorial no Brasil, o que se entrecruza com uma série de acontecimentos, como a exploração dos recursos minerais, o processo ocupação da Amazônia. Os PDAs podem ser pensados como dispositivos de segurança porque trabalham, criam, organizam, planejam a gestão da população, de modo a produzir um encadeamento circular dos efeitos e das causas de tal intervenção. Nos “[...] PDAs nos deparamos com uma intransigente vontade de ordenar o “mundo amazônico”, formatando-o num sumário esquemático que, com maior ou menor intensidade, tricotomiza-o em recursos naturais, aspectos humanos e aspectos econômicos” (NAHUM, 1999, p. 25).

As relações entre as populações e a natureza se constituem a partir da ideia de região que nos PDAs estão “diretamente relacionada à “exploração dos recursos naturais” e à “ocupação de espaços vazios”. O desenvolvimento “racional” dessa exploração e ocupação imprimem à região um determinado papel dentro da divisão territorial e internacional do trabalho” (NAHUM, 1999, p. 26). Desse modo, o tema natureza, nos PDAs tem uma materialidade física, pois “é a somatória das potencialidades encontradas no solo, subsolo, nos rios e florestas da Amazônia” (NAHUM, 1999, p. 32) e juntamente com a questão do espaço são destituídos de historicidade, tornam-se “desumanizados”.

Esse processo de “ocupação da Amazônia” pode ser pensado como um dispositivo com qualidades geopolíticas e biopolíticas, como um dispositivo de governamentalidade com técnicas específicas, tais como o modelo de planejamento estatal dos governos militares que

visava por meio da “Operação Amazônia” sob o signo da integração inaugurou “[...] uma nova política desenvolvimentista para a região, com a reformulação das estratégias até então adotadas e a reestruturação dos órgãos encarregados de sua execução” (LEAL, 1988, p. 54) com o objetivo de “integrar a Amazônia brasileira à divisão territorial do trabalho” e “integrar o espaço amazônico ao brasileiro”⁷³. Para tal desenvolveu políticas específicas para esse fim, a partir da criação da: SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) - Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966, alterada e inovada pela Lei 5.373 de 7 de dezembro de 1967; BASA (Banco da Amazônia) - Lei 5.122, de 28 de setembro de 1966; Zona Franca de Manaus - Lei 6.1244, de 28 de agosto de 1967, regulamentada pelo Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967; FIDAM (Fundo para Investimentos no Desenvolvimento da Amazônia); A legislação sobre concessão de incentivos fiscais - Lei 5.174, de 27 de outubro de 1966; A política de valorização da borracha; Os PDAs (NAHUM, 1999).

Ao associar interesses “geopolíticos com desenvolvimento extensivo do capitalismo na região” (IANNI, 1981, 141), esse modelo de utilização das riquezas naturais da Amazônia fez os “governos militares comprometerem profundamente o aparelho estatal com os interesses do capital monopolista estrangeiro e nacional” (IANNI, 1986, p. 16), de modo que Estado brasileiro demarca “direções geográficas” dos recursos da Amazônia criando condições normativas e técnicas para estender a esta parte do território nacional seu modelo de modernização (NAHUM, 1999). Assim, a SUDAM, o BASA, o FIDAM e a concessão de incentivos fiscais legislam sobre a Amazônia como região, “região que necessita ser integrada, ocupada, valorizada e desenvolvida economicamente”, mas os sujeitos são silenciados, pois nela temos o enunciado desenvolvimento como imperativo (NAHUM, 1999).

Conforme Nahum (1999), no II PDA (1975-79), a preocupação em conhecer e utilizar racionalmente os recursos naturais aparece quando ele apresenta os setores de ação do referido plano, onde se destacam os Programas Integrados, entre eles o do setor de recursos minerais, que como maior programa, o Programa Grande Carajás (PGC)⁷⁴. Ainda a partir do II PND (1975-79), Carvalho (2012, p. 92) afirma que este tinha como objetivos: sustentar o

⁷³ A Operação Amazônia também era justificada pelos conflitos rurais na luta pela terra, pelo aumento dos fluxos migratórios em direção ao sudeste que, por isso, estava aumentado à concorrência por emprego no polo industrial e acirrando as disputas regionais devido o risco de esvaziamento da mão-de-obra das regiões da periferia do “Ama Brasil”. Ver Oliveira (1977, p. 113-114).

⁷⁴ Os setores de ação abrangem: Programas Integrados; Madeireiros; Pecuários; Recursos Minerais; Agricultura, Abastecimento, Colonização e Extrativismo, Pesca, Indústria de Transformação; Energia; Transporte; Comunicações; Educação; Saúde e Saneamento; Habitação; Turismo; Desenvolvimento de Comunidade; Planejamento Urbano.

elevado o ritmo de crescimento do PIB do país; expandir o setor moderno da economia brasileira e administrar “a ocupação territorial da Amazônia por meio de projetos de colonização empresarial e apoio aos grandes projetos agropecuários e de mineração, no qual [...] vai se inserir a política de ocupação e desenvolvimento da Amazônia Legal”.

A geopolítica do governo federal tinha no crescimento econômico da região a estratégia adequada para transformar a Amazônia Legal uma região de fronteira de recursos naturais estratégicos. O papel reservado para a Amazônia, como uma nova fronteira tropical, se resumia a sua contribuição como geradora de divisas estrangeiras, resultantes das exportações de matérias-primas, para financiar as importações de bens de capital à indústria substitutiva de importações situada no Sudeste (CARVALHO, 2012, p. 92).

Entretanto, essas estratégias de ocupação e desenvolvimento para a Amazônia sofrem o impacto da crise financeira internacional dos anos 1976, que resulta “na saga da dívida externa e o crescente envolvimento do governo federal em ações domésticas com o setor privado para honrar a dívida externa num nítido processo chamado de estatização da dívida externa” (CARVALHO, 2012, p. 92).

A política nacional de desenvolvimento regional, como um dos capítulos constante do II PND, foi muito importante à Amazônia paraense. De fato, para a economia da Amazônia paraense, que se encontrava em dificuldades econômicas, com a longa estagnação e agora com o fim do novo ciclo da pecuária incentivada, a descoberta ocasional das grandes reservas minerais no seu subsolo e os pesados investimentos públicos levados a cabo pelo regime militar nos anos 70 – com investimentos em capital social básico em energia (a grande hidrelétrica de Tucuruí), transporte (a extensa Transamazônica e outras) e telecomunicação – criou as condições infraestruturais necessárias à instalação dos Grandes Projetos mínero-metalúrgicos (complexo Albrás-Alunorte produtor de alumínio metálico) e o mínero-siderúrgicos (Complexo Grande Carajás produtor de ferro-guza e aço) (CARVALHO, 2012, p. 92).

Os Grandes Projetos mínero-metalúrgicos na Amazônia assumem o discurso de integração e desenvolvimento da região que está atrelado ao projeto de planejamento do Estado conservador já apontado anteriormente. Especificamente no Estado do Pará a Vale tem concentrado vários projetos de exploração mineral.

Além de sua extensão territorial, o estado do Pará se destaca por ser o segundo estado minerador do Brasil e o primeiro em concentração mineral. Dos 144 (cento e quarenta e quatro) municípios paraenses, 23 (vinte e três) possuem minas em operação, tendo aumentado de 34 (trinta e quatro), em 2001, para 46 (quarenta e seis), em 2006, o número de minas em atividade. A produção mineral paraense centra-se em 04 (quatro) principais minérios: ferro, cobre, bauxita e manganês, que correspondem a 93% da produção mineral do estado (LEAL, 2013, p. 2609).

A ampliação da exploração mineral no Pará impacta o território, a população, o meio ambiente, as relações sociais, culturais... Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE (2010), a população do estado do Pará é de 7.477 (sete milhões, quatrocentos e setenta e sete) habitantes, sendo o segundo estado brasileiro em extensão territorial e o segundo estado minerador do Brasil, embora seja o primeiro em concentração mineral.

Corrêa (2011, p. 65) construiu um quadro dos empreendimentos em mineração, rodovias e unidades de conservação na Mesorregião Sudeste Paraense no período de 1960-2010, o que “gera uma situação de conflito na região por apresentar limites ao avanço da fronteira da exploração mineral na Amazônia”.

Entre os principais eventos e investimentos em infraestrutura para criar as condições favoráveis para a exploração mineral no Estado do Pará, estão: na década de 1960, a Rodovia Belém-Brasília (BR-010) e a Rodovia Transbrasiliana (BR-153). Na década de 1970 a Rodovia Transamazônica (BR-230), Rodovia Moju – Redenção (PA-150) e a Guerrilha do Araguaia (1972). Na década de 1980 a Ferrovia Norte-Sul da Companhia Vale do Rio Doce (1989), Rodovia Xinguara – São Félix Xingu (PA-279), FLONA de Tapirará - Aquiri (1989), APA do Igarapé Gelado, REBIO (Reserva Biológica) do Tapirará (1989). Na década de 1990, a APA (Área de Proteção Ambiental) São Geraldo do Araguaia (1996), PES Serra dos Martírios/Andorinhas (1996), FLONA (Florestas Nacionais) de Itacaiúnas (1998), FLONA de Carajás (1998). Nos anos 2000 destacam-se RDS Alcobaça (2002), APA Lago de Tucuruí (2002), RDS Pucuruí-Ararão (2002), ESEC Terra do Meio (2005), PARNA Serra do Pardo (2005), APA Triunfo do Xingu (2006) (CORRÊA, 2011).

Em relação aos eventos ligados à mineração se destacam: Projeto Araguaia (PROSPEC S.A., 1966); Fundada a DOCEGEO, subsidiária da Vale, com objetivo de criar pesquisas e lavras de minérios na região, Projeto Radam Brasil (BRASIL, 1975); Programa Grande Carajás (PGC): depósito de ferro na Serra de Carajás; fábricas de alumínio em Barcarena e São Luís; “Corrida pelo ouro” no garimpo de Serra Pelada, em Marabá (1980); O Governo Federal interditou o garimpo em Serra Pelada (1992), que volta a ser da CVRD; Projeto Sossego (CVRD) inaugura mina de cobre, em Canaã dos Carajás (2004); Parceiras COLOSSUS e COMIGASP possuem concessão para explorar Serra Pelada (2007); na década de 2010 Retomada da extração mecanizada do ouro de Serra Pelada, em Curionópolis (CORRÊA, 2011).

Edna Castro (2012) analisa as relações entre políticas desenvolvimentistas e as dinâmicas socioterritoriais na Amazônia têm se voltado para a dimensão nacional e ampliado o interesse pela exploração dos recursos naturais da Pan-Amazônia como um espaço central na geopolítica brasileira. Nesse sentido, ela mostra a associação entre as políticas nacionais brasileiras, como os Planos de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) e os projetos de intervenção da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA). Tais intervenções “assumem a mesma orientação de integração competitiva, adotando um modelo de modernização com base em megaprojetos de investimentos. Ambos estão articulados pela concepção de eixos de integração e desenvolvimento” (CASTRO, 2011, p. 46).

No capítulo 05 do Livro Vale Nossa História (2012), intitulado “A Maior Exportadora de Minério de Ferro no Mundo”, destaca-se o primeiro tópico “Uma aventura na Amazônia”, que a partir de um discurso de “desbravamentos”, aventuras e anedotas a CRVD chega à Amazônia e descobre Carajás a partir de 1984, que “resultaria na criação de uma nova etapa na história da Vale⁷⁵. O estopim foi Carajás”, que “após muita pesquisa, lutas judiciais, aventuras tecnológicas, heroísmo, batalhas políticas e empreendedorismo”, colocaria a “Vale na liderança mundial de minério de ferro” (VALE, 2012, p. 140-141)⁷⁶.

Para a Vale, Carajás “passaria a ser sinônimo de minério” a partir do dia 11 de julho de 1967, quando Breno dos Santos, um jovem geólogo de 27 anos, recém-saído da universidade e que aceitara – mais por falta de opção do que por idealismo – um emprego na Companhia Meridional de Mineração, que pesquisava manganês na Amazônia sobrevoou a área de Carajás. Nesta década “a região da Amazônia estava sendo mapeada por grandes empresas americanas em busca do manganês eletrolítico, essencial para a fabricação de pilhas e baterias” (p. 137).

Serra dos Carajás é um complexo de cristas e chapadas que se elevam de 300 a 400 metros acima do terreno, a uma altitude de cerca de 660 metros do

⁷⁵ Carajá ou Karajá é o nome do grupo indígena que ocupa a extensa faixa entre o vale do Rio Araguaia e a Ilha do Bananal, no atual Estado do Tocantins, próximo às fronteiras com Pará, Goiás e Mato Grosso. O termo karajá se aproxima, em tupi, do significado de “macaco grande”. Em sua língua própria, esse povo se chama iny (“nós”). A família Karajá pertence ao tronco linguístico Macro-Jê e se divide em três línguas: karajá, javaé e xambioá. (VALE, 2012, p. 137 - Nota de rodapé número 04)

⁷⁶ A equipe que descobriu Carajás foi organizada em quatro núcleos. O primeiro, da Meridional, era composto pelo geólogo-chefe Gene E. Tolbert, os geólogos E. C. Ferreira, G. C. Machamer, R. Strong e C. D. Reynolds. O segundo acompanhava as pesquisas no Rio de Janeiro: Francisco Sayão Lobato, engenheiro de minas e consultor, e Jean Robert Maligo, assessor administrativo. No terceiro, a equipe de campo: Breno A. dos Santos, geólogo e chefe de equipe; João E. Ritter, geólogo; Erasto B. de Almeida, geólogo; Noé D. dos Santos, administrador de campo; C. Marbus, desenhista; Feliciano T. Tenório, encarregado; Francisco Gadelha e Francisco Braga, capatazes, além de 10 outros empregados. Por fim, no apoio aéreo estavam Adão Coelho de Barros, piloto autônomo; e José M. de Aguiar, Carlos A. A. Ratto e Leno A. Compasso, pilotos de helicóptero (Helitec) (VALE, 2012, p. 140).

nível do mar. Localizada entre os rios Itacaiunas e Parauapebas, afluentes do Tocantins, é coberta por florestas equatoriais em quase toda a sua extensão. Na região do alto da serra são encontradas pequenas lagoas que, à primeira vista, poderiam indicar a presença de calcário, mas que na formação geológica do lugar estão ligadas a reservas de ferro. E ainda há manganês, cobre, ouro, níquel e muito mais (VALE, 2012, p. 160).

Com o slogan “Mais ferro para o mundo, mais progresso para o Brasil”, em 1980, a CVRD tornou público o documento “Amazônia Oriental – Plano Preliminar de Desenvolvimento”, o qual demonstrava que a operacionalização do “Projeto Ferro Carajás, já em andamento, ofereceria uma infraestrutura capaz de viabilizar outros projetos, voltados para um aproveitamento mais completo da região, tanto do ponto de vista minero-metalúrgico quanto florestal e pastoril” (VALE, 2012, p. 193). A criação do Programa Grande Carajás se deu a partir da aprovação desse plano pelo Governo Federal e seria gerenciado por um Conselho Interministerial ligado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan). “O Programa Grande Carajás seria a principal iniciativa tomada na década pelo governo brasileiro no setor de mineração” (VALE, 2012, p. 193), do qual decorreram os grandes projetos de investimento. Um panorama de Carajás é apresentado por Bunker, Coelho e Lopes:

O início dos trabalhos nas minas de Carajás, a construção da estrada e da ferrovia e os rumores em todo o país de que havia empregos e oportunidades econômicas a serem exploradas aceleraram o fluxo de migrantes para área onde a maior parte da terra disponível já havia sido objeto de disputas. Por volta de 1976, ocorreu o primeiro conflito direto entre os donos de castanhais e camponeses sem terra; rapidamente esses conflitos se tornaram violentos, pois sua proliferação encorajava novas invasões de terras por parte dos camponeses e uma resistência mais determinada por parte dos donos de terra. Os conflitos de terras intensificaram-se, pois Carajás atraía mais pessoas à procura de emprego em Marabá, ao mesmo tempo em que novas estradas que levavam a Carajás tornavam os velhos castanhais mais acessíveis, especialmente durante a estação da seca, quando os proprietários não tinham muitas razões para controlá-los (BUNKER; COELHO; LOPES, 2002, p. 25).

O Projeto Grande Carajás criou um novo modo de ordenamento territorial que impactou de diversas formas a vida de várias comunidades, municípios, toda uma região que se tornou segundo João Palheta da Silva (2013), “um corredor de problemas sociais”, espalhados pelos Estados do Pará e Maranhão, pois “a maioria dos municípios que se encontra no corredor da Estrada de Ferro Carajás encontra-se em situação de pobreza sem expectativa de crescimento econômico e sem conseguir resolver seus problemas urbanos e rurais” (p. 84). Para Leal (1986), Projeto Grande Carajás tinha o objetivo de industrializar grande porção da

Amazônia Oriental conglomerando uma área de cerca de 900.000 Km², com diretrizes voltadas para a exploração mineral, agrícola e criação de gado. Os eixos do projeto eram a construção de um depósito de ferro, duas fábricas de alumínio - uma em Barcarena no Pará e outra em São Luís no Maranhão -, e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

Conforme Silva (2003, p. 177), “a CVRD como ator hegemônico na região de Carajás organiza suas relações a partir de sua exploração mineral e de seus contratos econômicos com quem financia seus projetos”, o que implica uma transformação da organização territorial na região que se reflete na organização sócio-política-econômica. Para Faustino e Furtado (2013, p. 17), “Segundo a avaliação dos movimentos sociais locais, o Programa Grande Carajás foi implementado mediante o convencimento político da população sob o discurso do “desenvolvimento” e da produção verticalizada, que trariam emprego e “riqueza””.

Para Souza (2006), o Programa Grande Carajás nos anos 1980 tinha como meta a construção da ALBRAS/ALUNORTE cujas negociações que lhe deram origem nos começaram nos anos 1970. O complexo industrial Albrás/Alunorte “nasce a partir da existência material da descoberta de bauxita no rio Trombetas, no Baixo Amazonas em 1963 a 1967 e em Paragominas em 1970. Em 1967 é constituída a Mineração Rio do Norte S/A (MRN) para a exploração desse mineral” (BARROS, 2009, p. 64). O processo de implantação da Albrás/Alunorte em Barcarena inicia em pleno regime militar, cujo golpe ocorreu em 1964 como parte da “chamada “Operação Amazônia,” onde o governo brasileiro decide pela exploração material dos recursos naturais da Amazônia aliados a grupos internacionais” (BARROS, 2009, p. 64). A demora na efetivação do Projeto causou muitos problemas para o município:

A concretização do projeto ocorreu em dois momentos distintos, produzindo perturbações sobre as comunidades locais: primeiramente, a partir do final dos anos 70, foi concretizado o projeto ALBRÁS que ocasionou o deslocamento das várias famílias e a atração de enorme fluxo de migrantes, sendo que a ALUNORTE (que integra o sistema de produção de alumínio da Companhia Vale do Rio Doce no Pará) só foi inaugurada dez anos depois, fazendo emergir, principalmente, novas perturbações de ordem ambiental (SOUZA, 2006, p. 55).

O projeto Albrás/Alunorte além de produzir impactos no ordenamento territorial, causou inúmeros problemas ambientais, sociais, culturais desde a década de 1970 e se agravou nos anos 1990 e anos 2000, com a implantação de outras empresas na região. Além da Albrás/Alunorte em Barcarena, o município passou a sediar as empresas beneficiadoras de

caulim IMERYS Rio Capim Caulim e Pará Pigmentos, a VOTORANTIM na fabricação de cimento, a USIPAR na produção do ferro gusa, a ALUBAR na fabricação de cabos de alumínio, a BUNGE na fabricação de adubos, a BURUTIRAMA, na fabricação de lingotes de manganês, a TECOP, na produção de coque de petróleo e os mais recentes portos da TERFRON e da HIDROVIAS DO BRA-SIL para exportação de soja (NASCIMENTO; HAZEU, 2015).

Os problemas provocados pelos “grandes projetos” atingem diretamente, o município onde o projeto é construído e indiretamente a região, os municípios vizinhos, as pessoas habitantes do lugar e sua cultura.

Cardoso (1986) ao analisar as questões relacionadas à formação profissional no Curso de Magistério ressalta as rupturas das relações sociais tradicionais que ocorreram no município de Barcarena e afirma que

[...] ao considerar o processo histórico de Barcarena, constatou-se que a implantação desse projeto numa área de economia tradicional com traços caboclos fortemente impregnado de uma cultura indígena, trouxe impactos consideráveis, inicialmente, no que tange à questão fundiária (expropriação da terra, alterações na produção, proletarização, etc..) com sérias implicações sócio-econômicas-culturais e políticas na população nativa, e também em relação aos centros populacionais, não somente alterando a sua composição demográfica como introduzindo contradições típicas das médias e grandes cidades: alto índice de prostituição, delinquência e tóxicos, crescimento acelerado das demandas de serviços públicos, sem o correspondente atendimento por parte do Estado; introdução de costumes ‘modernos’ em termos de diversão (danceterias, jogos eletrônicos) e de serviços (supermercados, boutiques, salões de beleza, restaurante, ‘escola maternal’ e outros) e denominações de estabelecimentos comerciais: Magno’s, Tiago’s Hotel, Pop’s Lanche, Pupys Boutique (CARDOSO, 1986, p. 2-3).

Esse processo de transformação imposto à região apresenta agravantes para determinados grupos populacionais, tais como idosos, jovens, crianças, mulheres do campo e da cidade.

Bossi et al (2009, p. 162) ao analisar “a face agressiva da Vale” destaca os principais conflitos que vêm se desenrolando nos territórios de atuação da empresa, divididos em três grupos de impactos: sobre o meio ambiente, sobre a qualidade de vida das populações locais e sobre os trabalhadores, e acentua que “as atividades da Vale causam acentuados impactos sobre os territórios e as populações que os habitam, gerando altíssimos custos sociais e passivos ambientais que são raramente divulgados”.

Desmatamento, deslocamento de populações, destruição de modelos tradicionais de subsistência, poluição atmosférica, intervenções em mananciais de abastecimento público e contaminação de cursos d’água são

atividades que acompanham o percurso da Vale desde a exploração dos minérios, passando pela transformação e pelo transporte de seus produtos. Além de causar esses impactos diretamente, a infra-estrutura e o mercado criados pela Vale também permitem a expansão de atividades correlatas que amplificam ainda mais os efeitos negativos da empresa sobre populações e meio ambiente, como exploração de madeira, produção de carvão vegetal e ferro gusa. Esses impactos podem ser observados claramente ao longo da Estrada de Ferro de Carajás, no Pará e Maranhão (BOSSI, et al, 2009, p. 162).

Todos esses impactos na maioria das vezes são minimizados por laudos técnicos de caráter burocrático de órgãos governamentais e os impactos e custos sociais são ignorados e desconsiderados no discurso da empresa Vale, cujas práticas de exploração “confirmam e acentuam o modelo de desenvolvimento desigual e concentrador brasileiro pelo qual a população local é afetada negativamente” (BOSSI et al, 2009, p. 162).

Em relação à atuação da Vale no Pará, Bossi destaca:

No Pará, empresas subsidiárias da Vale, como a Albrás e a Alunorte, têm sido causadoras de diferentes acidentes ambientais. Um dos mais graves ocorreu em abril de 2009, quando houve o vazamento de milhares de litros de lama vermelha de uma das bacias de contenção da empresa. A lama vermelha é um subproduto extremamente cáustico da produção de alumínio e a contaminação que causou no rio Murucupi teve como consequência uma elevada mortalidade de peixes, e impactos diretos no modo de vida de populações tradicionais (BOSSI, et al, 2009, p. 165).

Os desastres socioambientais ocorridos em Barcarena, tal como o que atingiu a Cidade de Mariana, são ocasionados pela ineficiência do Estado no processo de fiscalização e as legislações “brandas” que permitem que órgãos ambientais emitam licenciamentos sem os devidos estudos técnicos necessários para “calcular” as possibilidades de impactos na região, na vida das pessoas, pois o abrandamento das legislações ambientais é uma das facetas da governamentalidade neoliberal.

Nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2016, ocorreu em Belém o “Seminário Desastres da Mineração: Pará e Minas” na Universidade Federal do Pará, que contou com a participação de pesquisadores e movimentos sociais. No evento foram discutidos os impactos socioambientais ligadas a mineração, sobretudo na região dos Estados do Pará e Minas Gerais.

Além das carências comuns à região (ausência e/ou precariedade dos serviços/equipamentos de saúde, educação, transporte, saneamento básico, etc.) as comunidades, como muitas outras no município de Barcarena, sofreram graves impactos sócio-ambientais com a implantação do complexo industrial Albrás/Alunorte (NASCIMENTO, 2006, p. 125).

Essa soma de fatores faz com que o município de Barcarena seja afetado com impactos de toda ordem.

Os impactos ambientais causados pela mineração podem ser assim elencados: contaminação das águas, rios e pântanos, mortalidade de peixes e fuga de animais silvestres, desflorestação e perda da biodiversidade, ruído, explosões, iluminação dos locais de exploração, contaminação do ar e do solo, erosão do solo, movimentação da terra. Em relação aos impactos socioculturais, estes podem ser listados como: colonização e abertura de estradas, movimentação de pessoas e chegada de muitas pessoas de “fora”, problemas de relacionamento dos trabalhadores da empresa, com as comunidades, em particular com as mulheres, divisões internas nas comunidades e organizações, “compra de consciências”, corrupção e abuso da autoridade, emprego temporário e mal pago. Deseje modo, a atuação da Vale na Amazônia tem sido desastrosa.

A seguir esboço algumas linhas para tratar da relação da empresa Vale com os jovens, uma relação incongruente, que de uma perspectiva social, cultural, econômica não é problematizada, mas os jovens são alvos de programas “formativos” por meio de sua Fundação, como o Programa Vale Juventude.

3.5 A Vale e sua relação com os jovens

A relação da Vale com os jovens nos territórios onde ela atua se constitui de forma paradoxal. Se por um lado os jovens veem na instalação de um polo da Vale na região como uma “oportunidade”, por outro lado, estes são afetados pelo modo de organização territorial, trabalhista, social constituído pela empresa.

Dário Bossi e Marcelo Carneiro (2015) analisam o “neodesenvolvimentismo ou neoextrativismo” implicado no novo código de mineração e em Projetos como Carajás. A ferrovia de Carajás também provocou muitos impactos, embora a operação tenha sido declarada ilegal em sentença da Justiça Federal do Maranhão, mas foi novamente autorizada pelo Tribunal Federal Regional por considerar que, “apesar dos impactos e de evidentes irregularidades no processo de licenciamento ambiental, se trata de um empreendimento “de interesse econômico e político nacional”” (BOSSI, CARNEIRO, 2015, p. 55).

Esse modo de pensar sobre os impactos das atividades da Vale, em que os interesses econômicos e políticos são mais importantes que a vida das populações, o ambiente, acabam invisibilizando problemas frequentes em áreas ligadas a mineração.

As obras da duplicação [da ferrovia de Carajás] estão amplificando os conflitos com dezenas de comunidades, que chegam a manifestar sua revolta

em mobilizações de protesto cada vez mais frequentes: existe o impacto das infraestruturas dos enormes canteiros de obras, das centenas de máquinas trafegando diariamente em frente às comunidades e tomando posse de seus territórios, bem como o *perigo de exploração sexual infanto-juvenil*, aumento da violência e da dependência alcoólica e química, em decorrência da chegada de centenas de operários homens em canteiros ao lado de povoados e bairros pobres (BOSSI, CARNEIRO, 2015, p. 55).

Entre esses problemas se destaca a “exploração sexual infanto-juvenil” que tem sido problematizada em pesquisas acadêmicas e denunciadas por diferentes movimentos sociais.

Guilherme Zagalo (2015, p. 67), ao discutir “os direitos humanos e trabalhistas soterrados pela informalidade da extração mineral” e na construção de grandes obras onde há uma pressão migratória das comunidades. Nesse processo migratório, ocorre pressão extrema por infraestrutura de serviços básicos, como educação, saúde, saneamento, etc. Um problema que afeta as relações socioculturais nas comunidades é o fato de haver “uma migração predominantemente masculina, que causa outros problemas, como aumento da prostituição, violência sexual, que já foi registrado em vários episódios que não estão restritos à mineração, mas também à construção de hidrelétricas na Amazônia” (ZAGALO, 2015, p. 67).

Na publicação “Mineração e Violações de Direitos: O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A.”, Cristiane Faustino e Fabrina Furtado (2013) analisam as violações de Direitos Humanos na ampliação do Projeto Ferro Carajás e aponta que desde 2011 a Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente vem recebendo denúncias, em especial da rede Justiça nos Trilhos e da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, em torno do complexo de extração, beneficiamento e escoamento de minério de ferro sob responsabilidade da Vale, principalmente dos projetos no Corredor Carajás. Entre as denúncias recebidas destacamos:

Riscos de agravos na vida das mulheres e da população jovem, acentuando desigualdades de gênero e problemas geracionais, tais como: precarização do acesso à maternidade segura e aos serviços de saúde; exploração sexual, abuso sexual, violência contra as mulheres, gravidez indesejada e elevação dos indicadores de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs); aumento das vulnerabilidades de crianças e idosos e da violência típica da urbanização forçada, por sua vez marcada pela segregação racial (FAUSTINO, FURTADO, 2013, p. 23).

Ao destacar os impactos das atividades mineradoras à população jovem, sobretudo em relação à problemas ligadas as questões de gênero, sexualidade e violência, a demanda criada é por saúde e educação, direitos básicos negados a esse contingente populacional.

No “apêndice” do desenvolvimento, contingentes de jovens e adolescentes são situados no mais desvalorizado lugar dos grandes complexos produtivos, que é a exploração e o comércio sexual. No submundo do desenvolvimento, a exploração da sexualidade das mulheres, a perversão e a prática da

pedofilia costumam estar associadas a outras ilicitudes, como o tráfico de drogas, de armas e de pessoas. Ali se constrói um mundo de desamparo e desumanização das relações na luta pela sobrevivência; onde a estigmatização, a discriminação e a morte física e simbólica são preocupações de, quase, ninguém (FAUSTINO, FURTADO, 2013, p. 113).

Em muitos relatórios e pesquisas, são apontados os problemas enfrentados pelos jovens nas regiões dos grandes complexos produtivos. Os Relatórios de Insustentabilidade da Vale (2012, 2015)⁷⁷ são construídos a partir do “acúmulo de experiências, relatos, denúncias e estudos que, através de alguns casos emblemáticos, mostram impactos socioambientais e as irregularidades cometidas nas suas operações. O documento é um trabalho coletivo que dá voz àqueles que são diretamente atingidos pela Vale” (2012, p. 03).

A Vale afirma ter comprometimento com a geração de um “legado positivo” para as comunidades onde atua. Entretanto, o legado gerado são os atropelamentos nas ferrovias, a restrição injusta ao direito de ir e vir das pessoas, a falta de diálogo e de informações sobre seus projetos, efeitos negativos na saúde das pessoas, barulho constante, rachaduras nas casas por conta da trepidação dos trens, inchaço das cidades, aumento da exploração sexual e do alcoolismo, contaminação dos mananciais e degradação ambiental, entre outros (Relatório de Insustentabilidade, 2015, p. 21).

A “situação” dos jovens nos territórios de atuação da Vale não são vistos na singularidade de sua produção, pois a empresa Vale e a Fundação Vale fazem uma generalização da “condição juvenil” no Brasil para justificar os programas que tem como foco a Juventude, como o Programa Vale Juventude. Desse modo, a relação compensatória do Programa em relação aos jovens, se constitui mais no quadro da “responsabilidade social” que a empresa diz assumir que para “aplacar” os problemas causados pela empresa.

⁷⁷ O Relatório de Insustentabilidade (2015) é produzido pela Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale

4. A FUNDAÇÃO VALE, PROGRAMA VALE JUVENTUDE E O “NEGÓCIO DO SOCIAL”: PRÁTICAS DE GOVERNAMENTALIDADE DA SEXUALIDADE DA JUVENTUDE

O objetivo deste capítulo é problematizar as práticas de governamentalidade da sexualidade da Juventude no Programa Vale Juventude, o qual ganha materialidade enunciativa nos documentos selecionados para a pesquisa. Inicialmente faço uma descrição da Fundação Vale, que trata a “questão social” como um negócio. Em seguida descrevo o Programa Vale Juventude e os investimentos que faz nos jovens e que estes fazem em si mesmo. Posteriormente examino as práticas de governamentalidade da sexualidade instituídas no Programa por meio da “educação afetivo-sexual”. Finalizo o capítulo analisando o currículo do Programa corporificado nas Oficinas Educativas II, sobretudo naquilo que propõe enquanto, “formação dos jovens”, “metodologia proativa”, “educação entre os pares” e na articulação realizada entre “Sexualidade, saúde e convivência”.

4.1 A Fundação Vale e o “negócio do social”

As transformações sociais, políticas, econômicas, ambientais assim como as práticas de resistências das comunidades diante dos impactos socioambientais impuseram às empresas a necessidade de se transformarem para atenderem as novas exigências. Segundo Chiappini (2008, p. 38), as empresas da “Era Pós-industrial, ou Era do Conhecimento, ou ainda, Nova Economia” se adaptaram “ao contexto de hiper-competição, maior exigência dos consumidores, grandes incertezas econômicas, políticas e sociais, engendrado pela sociedade do século XX e início do século XXI”. Entre esses modos de adaptação emergiu uma preocupação com a “questão social”, que engendrou o que se denomina no campo empresarial como “responsabilidade social”, “filantropia social”, materializada em organizações não-governamentais, Fundações, Institutos, entre outras formas organizativas das ações sociais.

A Empresa Vale também passou por várias mudanças na década de 1990, entre elas a criação da Fundação Vale para se adequar à emergência de novas formas de organização e gestão empresarial como a preocupação com a “questão social”. A Fundação Vale do Rio Doce (FVRD) foi criada em 1998, mas suas “raízes estavam na antiga Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social” (VALE, 2012, p. 263). Tal Fundação foi “criada em 1968 com o objetivo de executar a política habitacional da Vale, durante décadas a

instituição se dedicaria a realizar, para os empregados da CVRD, o sonho da maioria dos brasileiros: a conquista da casa própria” (VALE, 2012, p. 263). “Em 1998, a Fundação deixa de dedicar-se apenas à habitação e passa a focar-se no desenvolvimento social de forma integrada” (VALE, 2012, p. 263).

Essa redefinição da Fundação Vale do Rio Doce lhe possibilitou atuar no apoio às comunidades das quais a Companhia faz parte com ações em educação, saúde, infraestrutura (com financiamento para construção de casas, por exemplo), proteção à infância e à juventude, cultura, esporte e meio ambiente. Entre os projetos apoiados pela Fundação, destacam-se: em 1998, projeto Capacitação Solidária, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que qualificou 296 jovens vindos de famílias de baixa renda do Rio de Janeiro para o mercado de trabalho; em 1999, projeto Escola que Vale, cujo escopo era fomentar o Ensino Fundamental nos municípios em que a Companhia atua a partir de espaços como a Casa do Professor, direcionada à atualização permanente dos educadores. O projeto-piloto foi implantado em 25 escolas escolhidas em seis municípios dos Estados do Pará, do Maranhão, do Espírito Santo e de Minas Gerais; em 1999, a FVRD criaria o Vale Informática que até 2001, já tinha beneficiado mais de 9 mil alunos e professores da rede pública de ensino e moradores das cidades de Itabira, Governador Valadares e Cocais (MG), Vitória e Serra (ES) e São Luís (MA) (VALE, 2012).

Conforme Dornellas (2011), a Fundação Vale integra importantes redes empresariais, tais como: Instituto Ethos de Responsabilidade Social; Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável; Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE); Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS); *International Comitee for Mining e Metals* (ICMM). Tal alcance, a coloca em situação de destaque diante das demais instituições e nos territórios onde a Vale atua.

Até 2009, os principais Programas desenvolvidos pela FV na área de “desenvolvimento humano e social” foram: Rede que Vale, Vale Juventude, Vale Música, Brasil Vale Ouro, Museu Vale, Trem da Vale, Voluntários Vale. Na área de “Gestão Pública”, os Programas destacaram-se: Vale Alfabetizar, Ação Saúde, Novas Alianças, Ação Educação, Escola que Vale.

No que tange ao Programa Escola que Vale, gostaria de destacar duas pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal do Pará: Martins (2010) analisa a questão do público-não estatal a partir da implementação do Programa Escola que Vale na gestão educacional do município de Barcarena, no período de

2000 a 2008, revelando a interferência da Fundação Vale, uma entidade privada, na gestão pública o que fragilizaria a autonomia municipal. Na mesma direção, Bryto (2011) investiga a relação público-privado na Educação Básica no município de Barcarena por meio do Programa Escola que Vale destacando que o Programa não se mostrou como canal condutor de eficiência educacional, apresentando fracos indicadores de qualidade na gestão educacional.

O modo de operacionalização desses projetos se inclui na lógica das parcerias público-privadas (PPP), analisadas por Peroni (2012) como conexões criadas no contexto neoliberal, incorporado pela Terceira Via, o qual propõe o deslocamento da execução das políticas sociais do Estado para a sociedade e o que fica como propriedade do Estado adquire a orientação do mercado, considerado parâmetro de eficiência.

As Fundações constituem-se em um modelo de organização do Terceiro Setor e atuam na prestação de serviços à sociedade. De caráter público ou privado, as mesmas possuem suas próprias legislações e classificações e atuam na tentativa de privatizar e filantropizar o que antes era objeto de políticas públicas realizadas pelo Estado. Algumas Fundações, como a Fundação Vale, são vinculadas a grandes corporações econômicas internacionais. No âmbito jurídico, no Brasil, em estudo intitulado “As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), foram identificadas mais de 500 mil instituições no Terceiro Setor (IBGE, 2004).

De um modo geral, a partir de uma perspectiva marxista esse modelo de parceria é criticado por ser gerencial (ALVES, 2015), pautada na “cultura de resultados” (POJO, 2014), burocrática (SOUSA, 2013), entre outros modos de interpretação. Para imprimir uma nova roupagem nas parcerias estabelecidas, a Fundação Vale promoveu, em 2012, mudanças em seu escopo de trabalho e revisaram seus programas e frentes de atuação, redefinindo o modelo de atuação, agora pautada na Parceria Social Público-Privada, um novo “conceito” criado pela Fundação Vale que enfatiza a questão “social”.

A Fundação, em conjunto com outros parceiros, desenvolveu o conceito de Parceria Social Público Privada - PSPP, uma estratégia para a construção de uma aliança intersetorial visando à promoção do desenvolvimento sustentável de territórios onde se realizam empreendimentos de grande porte (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA FV, 2012, p. 06).

Esse conceito foi criado em 2012, quando “a Fundação formou um Grupo de Trabalho para embasar sua atuação e seus investimentos em conceitos sólidos e de fundo técnico, bem como para democratizar e dar transparência ao conceito de PSPP” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA FV, 2012, p. 07). O grupo foi formado por organizações e especialistas considerados com vasta experiência nas áreas de desenvolvimento sustentável, planejamento urbano, investimento social corporativo e relação com o poder público: Accenture, FOMIN (Fundo Multilateral de Investimentos, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID), IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal) e IBRAD (Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento), além de Eupólis Lombardia, da Unesco, especialista em monitoramento de projetos sociais, que fez carreira no BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e é Professor Associado da Fundação Dom Cabral (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA FV, 2012, p. 07).

Como resultado da atuação do grupo, foi construído em conjunto um Documento de Referência sobre *Parceria Social Público-Privada* denominado “Parcerias intersetoriais: Perspectivas e desafios”, publicado em 2013, no qual Isis Pagy, Diretora-Presidente da Fundação Vale, destaca na apresentação que a publicação traz “referências práticas de como governos, empresas, instituições e fundações têm lidado com a questão da intersetorialidade, [...] algumas experiências [e][...] depoimentos que traçam um importante painel sobre as principais oportunidades e desafios da articulação intersetorial na atualidade” (FUNDAÇÃO VALE, 2013, p. 03).

A inclusão do termo “social” entre *parceria público-privada* pretende destacar uma suposta acentuada preocupação com a “questão social”, que no Brasil, segundo Badaró (2013, p. 168) apresenta expressões que “repercutem de diferentes formas na vida da população, em especial da infanto-juvenil, principalmente por causa das desigualdades sociais existentes e devido à ineficiência da rede pública de educação, saúde e proteção social”. Entretanto, a perspectiva de “social” enfatizada pela Fundação Vale, o coloca no campo da Responsabilidade Social Corporativa (RSC), como uma das novas formas de gestão que funcionam como “estratégias empresariais para assegurar e incrementar a rentabilidade das empresas, cujo foco está assentado no marketing social de elevação da credibilidade social da corporação transnacional em âmbito internacional” (MATHIS, MATHIS, 2012, p. 133).

Tal perspectiva não problematiza a questão social no limiar da forma como Robert Castell (1998) a analisa situando-a sua constituição em torno das transformações econômicas,

políticas e sociais ocorridas a partir da industrialização, sendo expressão das desigualdades e lutas sociais em suas múltiplas manifestações e todos os segmentos sociais envolvidos.

A lógica das PSPP é produzida por uma “aliança intersetorial” entre Poder Público, Sociedade Civil e Setor Privado, tendo como centro a construção de uma “agenda social” tecida paradoxalmente entre a “democracia” na figura do Estado e as redes de capturas representadas pelas empresas privadas de modo que contribua para: 1) a promoção da qualidade de vida e do desenvolvimento humano; 2) o fortalecimento da intersetorialidade e das políticas públicas; 3) a ampliação da participação democrática na perspectiva da inclusão cidadã; 4) a efetividade dos investimentos sociais do setor privado; 5) a construção coletiva e a figura do cidadão enquanto beneficiário e co-partícipe do processo de desenvolvimento territorial simultaneamente (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA FV, 2012, p. 07).

Essa centralidade das PSPP criada pela Fundação Vale para tratar da “questão social” pode ser pensada conforme Garcia (2004), como “um negócio do social”, em que as ações propostas são voltadas para a “reforma social e moral baseada na prevenção, contenção e assistência” (GARCIA, 2004, p. 12) aos indivíduos e às populações. O “social” se transforma em um “negócio” que passa a ser incorporado, controlado e gerenciado visando o aumento da lucratividade à medida que trabalha com as ideias de prevenção de riscos, de assistência.

Carrara (2010, p. 61) afirma que esse modelo de atuação frente à questão social, de incorporação, é assumido “com vistas a legitimar o capital, esvaziar e cobrir o conflito [e que] vão se fazer não somente pelo discurso *político-burguês*, de integração social, como também pela atitude paternalista do Estado, pela via da tutela da *outorga*, e com a conciliação pacificadora”. Essa perspectiva de tratamento da questão social, estabelece novas relações entre o público e o privado, entre o Estado e as empresas e a sociedade propostas pela Fundação Vale que se organizam em práticas de governamentalidade, ao serem formadas por um “conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população” (FOUCAULT, 2006a, p. 291).

Esse campo de governamentalidade pensado por Foucault é explicitado por Castelo Branco (2013, p. 78), como o resultado de um “complexo processo de transformações políticas que ocorreram nos últimos quatro séculos [que] corresponde à aparição e desenvolvimento de uma intrincada rede de instituições públicas e privadas que passaram a ter por meta a gestão política dos agentes econômicos e sociais, assim como a gestão da população”. Nesse sentido, é possível inferir que a Fundação Vale ao articular a noção de

PSPP tem como meta a constituição de uma rede de poder que “gerenciando o social”, administrando as populações e controlando os indivíduos e seus corpos.

No Programa Vale Juventude, um dos programas da Fundação Vale, a questão social focalizada diz respeito a vida dos jovens, a sua condição juvenil, a partir do qual é chamado a ser protagonista, como analiso no tópico seguinte.

4.2 Programa Vale Juventude: jovens como objeto de investimentos e como investidores

Ao instituir um Programa direcionado aos jovens, a Fundação Vale coloca a juventude no centro das questões sociais transformando-a em alvo de investimentos por parte da Empresa Vale, da Fundação Vale e de outras instituições parceiras. Para a Empresa Vale os jovens serão seus futuros funcionários, pois “Pelo quinto ano consecutivo, a Vale foi apontada, em tradicional pesquisa na área de carreira, como uma das 10 primeiras empresas dos sonhos dos jovens entre 17 e 26 anos”⁷⁸. Os jovens que “sonham” em fazer parte de seu quadro funcional são oriundos dos territórios onde a Vale atua, que em sua maioria são espaços marcados pela pobreza, desigualdades, exploração, miséria, devido os grandes impactos socioambientais causados pelos empreendimentos da empresa. Conforme Rodrigues (2012, p. 84), “Atualmente são os jovens pobres os maiores alvos das políticas tidas como públicas que atrelam o Estado, ONG’s e parcerias público-privadas, consideradas como ações de ‘caridade e solidariedade’ de empresas e pessoas mais abastadas financeiramente”.

Por causa dessa prospecção da Empresa Vale, a juventude passa a ser alvo de investimentos sociais, políticos, econômicos, educacionais para que o futuro da Empresa não seja ameaçado por jovens que não se enquadrem no perfil desejado de futuro “colaborador” e “parceiro” da empresa⁷⁹. Como um grupo populacional com características e demandas sociais, educativas, políticas, econômicas, culturais próprias, a juventude torna-se alvo de um Programa específico: o Programa Vale Juventude (PVJ).

⁷⁸ Vale está mais uma vez entre as empresas dos sonhos dos jovens. <http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/vale-esta-mais-uma-vez-entre-empresas-sonhos-jovens.aspx> Acesso em 29/09/2014.

⁷⁹ Carrara (2010) enfatiza que na contemporaneidade estrategicamente as empresas passam a designar o trabalhador como “colaborador”, “parceiro” para ficar em sintonia com as novas necessidades de desenvolver valores e condutas condizentes com “uma democracia nas relações entre capital e trabalho” e ainda apaziguar as resistências.

Enquanto população a ser governada, o PVJ dirige à juventude táticas e técnicas que visam geri-la, controlá-la para “melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc.” (FOUCAULT, 2006a, p. 289). Assim, as intervenções e controles se efetivam por meio de uma “arte de governo” que toma a população jovem como o “fim e instrumento de governo”, revelando-a como “sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo” (FOUCAULT, 2006a, p. 289).

O principal antecedente histórico do Programa Vale Juventude foi o Programa de Educação Afetivo-Sexual (PEAS), criado na década de 1990 pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e pela Fundação Odebrecht e depois colocado em prática em outros municípios do Estado, como em Juiz de Fora. Castro (2009, p. 83) ressalta que o PEAS tem como objetivo principal “formar adolescentes preocupados com sua saúde sexual e reprodutiva, com as relações estabelecidas com os outros, sendo capazes de tomar decisões de forma autônoma e responsável, construindo seus projetos de vida”.

Em 2001 a Fundação Vale inicia o PEAS Vale em Mariana (MG) e, de 2005 a 2007, desenvolveu o Programa PEAS Vale em 10 municípios de Minas Gerais. Em 2006 a Fundação Vale fez um levantamento preliminar em 04 municípios no Pará (Abaetetuba, Barcarena, Marabá e Parauapebas). Em 2007 houve a implantação do Programa Vale Juventude no Pará a partir do “alinhamento entre o PEAS Vale e o Vale juventude”, sendo que a transição completa se deu em 2008. No caso do Pará, o Programa Vale Juventude teve início em 2007, nos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Marabá e Parauapebas, tendo como público prioritário pré-adolescentes, adolescentes e jovens de 10 a 20 anos (PEREIRA, 2009)⁸⁰.

O objetivo do Programa Vale Juventude é apresentado junto com a missão da Fundação Vale, pois eles se interconectam. Esta tem como missão “Contribuir para o desenvolvimento integrado - econômico, social e ambiental - dos territórios onde a Vale atua, articulando e potencializando os investimentos sociais, fortalecendo o capital humano nas comunidades e respeitando as identidades culturais locais” (PEREIRA, 2009).

A Fundação Vale emerge no contexto social, político e econômico no qual às políticas públicas são deslocadas da ação do Estado, pois elas “não só vazaram para organizações da sociedade civil, como se firmaram a partir de uma dupla articulação por meio

⁸⁰ Slides de Apresentação do Programa Vale Juventude elaborado por Vanda Eliza Pereira da Martins Pereira Consultoria Educacional. Este foi o primeiro material sobre o PVJ acessado e impresso em 31 de outubro de 2010. Não anotei o link de acesso.

de Organizações Não-Governamentais (ONGs), Parcerias Privado-Públicas (PPPs) e Organizações da Sociedade Civil com Interesse Público (OSCIPs)” (PASSETTI, 2007, p. 16).

Nesse contexto, “a juventude, considerada aqui como objeto de políticas públicas, é traçada em um campo de forças em que saberes formulam uma maneira de encarar a problemática da ação política voltada aos jovens, pautando condutas e maneiras de se vivenciar a experiência juvenil” (GOULART, SANTOS, 2014, p. 128). A Fundação Vale desenvolve ações que almejam regular as condutas e vivências, pautando políticas para a juventude. Tais políticas públicas em sentido literal, “deixaram de ser obrigação de Estado e passaram a ser compartilhadas com a sociedade civil organizada, engendrando novas relações internacionalistas entre empresas e instituições de assistência, com base nas isenções fiscais, uma nova filantropia” (PASSETTI, 2007, p. 16)⁸¹.

Como política direcionada aos jovens, o Programa Vale Juventude tem como objetivo “Fortalecer o desenvolvimento pessoal, social e produtivo de jovens, enquanto sujeitos de direitos” (PEREIRA, 2009). Ao evidenciar o desenvolvimento dos jovens nesses âmbitos, o PVJ propaga uma concepção de desenvolvimento juvenil em que se articulam a ideia de qualificação, que na sociedade contemporânea se faz sob a égide do investimento em capital humano, e empreendedorismo no horizonte de práticas de governamentalidade (GADELHA, 2009).

A governamentalidade enquanto uma tecnologia de poder usada na organização, disposição e controle dos indivíduos e da população se transforma em chave para análise política. Castelo Branco (2013) destaca a contribuição de Michel Foucault à análise política, sobretudo a partir da ideia de governamentalidade que “[...]inaugura um tipo de Estado que é fundamentalmente gestor. Governar, gerir, planificar, administrar, realizar programas de governo, regular eventuais conflitos e descaminhos do mercado, tudo isto é parte do amplo campo da governamentalidade” (CASTELO BRANCO, 2012, p. 77-78).

As fundações privadas se caracterizam como agentes sociais de gestão dos grupos populacionais, entre eles a juventude, ampliando o leque de instituições que produzem práticas de governamentalidade dirigidas aos jovens. Tais práticas “[...] têm na população seu objeto, na economia seu saber mais importante e nos dispositivos de segurança seus mecanismos básicos” (MACHADO, 2006b, p. XXIII). Desse modo, o objetivo do PVJ articula os três elementos da gestão governamental. “Tendo na economia e no mercado sua

⁸¹ Scheinvar e Cordeiro (2007) discutem as políticas públicas dirigidas aos jovens, apontando os dilemas e perspectivas que consideram a juventude como “risco social”. Frezza, Maraschin e Santos (2009) analisam a “Juventude como problema de políticas públicas”.

chave de decifração, seu princípio de inteligibilidade, trata-se de uma governamentalidade que busca programar estrategicamente as atividades e os comportamentos dos indivíduos” (COSTA, 2009, p. 177-178).

Para legitimar a governamentalidade da juventude, o PVJ aciona a concepção de capital humano como competência a ser adquirida pelos jovens. A teoria do Capital Humano, criada por Theodore Schultz, e desenvolvida por ele e outros colegas economistas da Escola de Chicago, como Becker e Stigler, não só serviu de matriz teórica para definir o estatuto do novo *homo oeconomicus*, como também influenciou no tipo de *política de sociedade*, que passou a ter vigência no neoliberalismo (GADELHA, 2013).

Foucault (2008b) ressalta que a partir da mudança do liberalismo para o neoliberalismo, que acirra a concorrência das relações humanas, ocorre a substituição do *homo oeconomicus* da troca pelo *homo oeconomicus* empresário de si mesmo. A composição da clássica concepção do *homo oeconomicus* com a chamada teoria do capital humano visa estimular o empresariamento da vida e, a educação formal ou não-formal, passa a ser direcionada pelas orientações do mercado.

O novo empreendedor, escreve Gadelha (2009, p. 156), “já não pode ser caracterizado como um passivo na contabilidade das grandes empresas; na verdade, há quem diga que ele já não é nem mesmo um ativo, senão um investidor, uma espécie de sócio que investe o seu capital humano na empresa em que trabalha, um investimento/investidor”.

Essa cultura empreendedora vem sendo disseminada em conexão com a educação, com as escolas, com a formação técnico-profissional, com os projetos assistenciais e esportivos. Isso porque tal cultura aparece associada a “tudo o que seria ‘decisivo’ e ‘bom’ não só para o sucesso dos indivíduos em particular, mas também para o progresso, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de toda a sociedade” (GADELHA, 2009, p. 157).

Tais perspectivas constituem regularidades discursivas na justificativa do Programa Vale Juventude para *investir na juventude* o que tem sido um imperativo urgente no campo das políticas sociais na atualidade. A juventude se tornou objeto de investimento e o jovem foi transformado em investidor, construindo um espaço de entre-dois em que várias técnicas de saber e procedimentos de poder são inventados, organizadas, para operar práticas de governamentalidade da juventude e de sua sexualidade.

No Programa Vale Juventude o *investimento* na juventude é justificado a partir de 03 eixos: “importância demográfica, importância estratégica e vulnerabilidade pessoal, social e institucional” (PEREIRA, 2009).

Esses eixos que justificam porque o Programa Vale Juventude investe na juventude ancorados em “marcos de referência” nacionais e internacionais que pautam as políticas públicas para a juventude.

- Declaração Universal dos Direitos Humanos
- Paradigma do Desenvolvimento Humano Sustentável (ONU)
- Parâmetros Curriculares Nacionais
- Sistema Único de Saúde (SUS) - Marco Legal de Atenção ao Adolescente
- Quatro Pilares da Educação (Educação para o século XXI - UNESCO)
- ECA e o Estatuto da Juventude
- Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
- Plano Nacional / Estadual / Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual

contra Crianças e Adolescente (PEREIRA, 2009).

Primeiro pela *importância demográfica* da juventude: 20% da população brasileira tem entre 15 a 24 anos e permanecerá sendo o grupo etário predominante até 2035 (BANCO MUNDIAL, IBGE, 2007) e nos municípios do Vale Juventude, a faixa entre 10 e 19 representa cerca de 25% da população (PEREIRA, 2009).

Essa justificativa da Empresa Vale e da Fundação Vale para investir na juventude a transforma em um fenômeno populacional e em um campo de inteligibilidade de linhas de governamentalidade que se refere “às deliberações, às estratégias, às táticas, aos dispositivos de cálculo e de supervisão empregues pelas autoridades no sentido de *governar sempre sem governar*” (RAMOS DO Ó, 2009, p. 113 – grifos do autor).

Assim, a administração social da população jovem nos territórios em que a Vale atua se efetiva por meio do Programa Vale Juventude, que produz técnicas e princípios que se ligam a escolhas reguladas e executadas por agentes sociais que agem em parcerias com outras instituições privadas, ONG’s e o Estado.

A importância demográfica da juventude se constitui quando esta se transforma em categoria estatística, a qual possibilita a constituição de saberes que permitem a governamentalidade desse grupo, pois a estatísticas se torna

[...] uma das ferramentas necessárias para conhecer qualquer população pois ela propicia que as regularidades populacionais tornem-se “visíveis”, “palpáveis”, “pensáveis” e potencialmente “previsíveis”, possibilitando a elaboração de projetos e programas que interfiram de forma direta os índices apresentados (FRÖHLICH, 2012, p. 47).

O conhecimento de um determinado grupo por meio da informação estatística permite planejar o tipo de investimento nessa população, de modo que sejam construídas boas práticas de governo, investimentos políticos sobre a população jovem. Para Foucault (2008c), a estatística constitui conhecimentos técnicos do Estado sobre suas populações, que são os novos alvos de controle e não mais os territórios.

[...] a estatística é o conhecimento do Estado, o conhecimento das forças e dos recursos que caracterizam um Estado num momento dado. Por exemplo: conhecimento da população, medida da sua quantidade, medida da sua mortalidade, da sua natalidade, estimativa das diferentes categorias de indivíduos num Estado e da sua riqueza, estimativa das riquezas virtuais de que um estado dispõe: minas, florestas, etc., estimativa das riquezas produzidas, estimativa das riquezas que circulam, estimativa da balança comercial, medida dos efeitos das taxas e dos impostos – são todos esses dados e muitos outros que vão constituir agora o conteúdo essencial do saber do soberano. Não mais, portanto, *corpus* de leis ou habilidade em aplicá-las quando necessário, mas conjunto de conhecimentos técnicos que caracterizam a realidade do próprio Estado (FOUCAULT, 2008c, p. 365).

O mapeamento estatístico da população jovem define a modalidade de investimentos sociais direcionados à juventude pelo Estado ou outras instituições, como nesse caso, a Fundação Vale, assim como transforma os próprios jovens em investidores, ou seja, como sujeitos que precisam investir em si, na sua “melhoria” de posição, de formação, de participação, de capacitação. A visibilidade demográfica e estatística da juventude possibilita que os

números, medidas, índices e taxas adquirem importância nas ações governamentais, seja no âmbito político, econômico, social, educacional, é para que os mesmos sejam utilizados na invenção de normas, de estratégias e de ações no intuito de dirigir, de administrar e de otimizar condutas individuais e coletivas em todos esses aspectos (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 149).

Ações como as desenvolvidas pelo Programa Vale Juventude, além de considerar a questão demográfica da juventude para investir nesse grupo, ressalta também seu valor estratégico.

O segundo eixo de justificativa do Programa Vale Juventude é a *importância estratégica* da juventude para o País, pois a partir de Relatórios do Banco Mundial (2007) e do UNICEF é destacado que “desde 1995, o futuro da América Latina, destacando-se o Brasil, nunca esteve tão fortemente dependente de uma única geração” (PEREIRA, 2009).

Investir na juventude como estratégia, tendo como finalidade o “desenvolvimento” na nação. Para Foucault (1995), a palavra *estratégia* pode ser utilizada em três sentidos:

Primeiramente, para designar a escolha dos meios empregados para se chegar a um fim; trata-se da racionalidade empregada para atingirmos um *objetivo*. Para designar a maneira pela qual um parceiro, num jogo dado, age em função daquilo que ele pensa dever ser a ação dos outros e daquilo que ele acredita que os outros pensarão ser a sua; em suma, a maneira pela qual tentamos ter uma *vantagem sobre o outro*. Enfim, para designar o conjunto dos procedimentos utilizados num confronto a fim de privar o adversário dos seus meios de combate e reduzi-lo à renúncia de luta; trata-se, então, dos meios destinados a obter a *vitória* (FOUCAULT, 1995, p. 293 – grifos do autor).

Essa concepção de estratégia define bem como a juventude é vista pelo Programa Vale Juventude, ou seja, a juventude como estratégia para chegar a um fim. Investir na juventude como “geração” responsável com o desenvolvimento do País serve ao interesse de construir práticas de governamentalidade da juventude utilizando ideias como as de protagonismo juvenil, empoderamento e empreendedorismo.

A importância estratégica da juventude para o País faz parte do discurso de protagonismo juvenil constitutivo das políticas voltadas para juventude e que opera práticas de governamentalidade ao indicar modos de ser jovem e modos de fazer próprios da juventude. O discurso de protagonismo juvenil se articula à ideia de participação social e ativismo da juventude diante dos desafios da sociedade.

O protagonismo juvenil remete a um conceito que vem sendo veiculado como palavra de ordem dentro de um discurso pautado pela participação social. Como efeito, produz a demanda de uma população juvenil com a condição de que esta se posicione frente às questões sociais, sendo protagonistas na solução de desafios reais da sociedade. Esse discurso do protagonismo é articulado ao discurso da inserção dos jovens nos processos sociais, o qual intenta demarcar e posicionar sujeitos jovens no campo das Políticas Públicas e sociais (GONZALES, 2007, p. 32).

Estrategicamente, investir na população jovem nos termos do protagonismo juvenil inscreve o jovem atendido pelo Programa Vale Juventude como definidor dos rumos da nação, inserindo-o nas tramas do poder “aproveitando suas potencialidades [...] utilizando um sistema de aperfeiçoamento gradual e contínuo de suas capacidades” (MACHADO, 2006b, p. XVI), na lógica do capital humano e do empreendedorismo como descrito no próprio programa.

A prescrição do protagonismo juvenil nas políticas sociais dirigidas à juventude compartilha a responsabilidade com o “desenvolvimento e formação da juventude” entre o Estado e instituições privadas e os próprios jovens que, nessa lógica, assumem a participação, em que o jovem desempenha um papel ativo na comunidade (SOUZA, 2006). O

protagonismo juvenil funcionaria como um modo de ação sobre outros e sobre si mesmo, ou seja, como uma prática de governamentalidade constituindo investimentos em capital humano e empreendedorismo.

O protagonismo juvenil, portanto, formaria um tipo de juventude a partir de uma noção de sociedade. De outro modo, as habilidades para lidar com o mundo do trabalho criam um ideal de jovem trabalhador a partir da formação de um capital humano, baseado na capacidade do jovem de empresariar a si mesmo (GOULART, SANTOS, 2014, p. 132).

Nos fluxos de demandas para a juventude na lógica da racionalidade protagonista, a ideia de empoderamento (“empowerment”) dos jovens ganha destaque. A ideia de empoderamento emergiu no campo das políticas públicas, no Brasil, na década de 1990, e esta “Tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social)” (GOHN, 2004, p. 23).

Tal diretriz presente no Programa Vale Juventude tem implicações econômicas ao objetivar constituir jovens emponderados, protagonistas, empreendedores de si, que investem em capital humano, pois conforme Costa (2009),

[...] determinados valores econômicos, à medida que migraram da economia para outros domínios da vida social, disseminando-se socialmente, ganharam um forte poder normativo, instituindo processos e políticas de subjetivação que vêm transformando sujeitos de direitos em indivíduos-microempresas – empreendedores (COSTA, 2009, p. 172).

Nessa perspectiva, os jovens são sujeitados aos interesses econômicos, pois o investimento em capital humano possibilita o desenvolvimento e crescimento da sociedade capitalista, o que necessariamente não configura em interesses singular de cada jovem.

A atualização permanente do capital humano, a condução de si mesmo no competitivo mercado de trabalho e de capitais, estimulou uma nova forma de subjetivação sujeitada, pela qual o indivíduo não passa de agente econômico. Ao constituir-se em referência quase exclusiva, o mercado produz individualizações vulneráveis e suscetíveis a seus apelos e estímulos incessantes (CANDIOTTO, 2010B, p. 42).

O mercado competitivo estimula a ideia de necessidade de investimento em capital humano dos jovens, para que estes possam competir com possibilidades de vantagens. Desse modo, o Programa Vale Juventude, como estratégia no âmbito da economia neoliberal, visa

investir e formar nos jovens um capital humano para o mercado de trabalho. Na perspectiva de Foucault,

[...] um capital humano no curso da vida dos indivíduos, que se colocam todos os problemas e que novos tipos de análise são apresentados pelos neoliberais. Formar capital humano, formar, portanto essas espécies de competência-máquina que vão produzir renda, ou melhor, que vão ser remuneradas por renda, quer dizer o quê? Quer dizer, é claro, fazer o que se chama de investimentos educacionais (FOUCAULT, 2008B, p. 315).

Seguir as expectativas de mercado como regulador social permite que Programas, como o Vale Juventude, sigam essa tendência das políticas voltadas para a juventude, em que esse investimento se justifique pela sua importância estratégica no quadro do neoliberalismo brasileiro.

O terceiro eixo que justifica o Programa Vale Juventude se refere a *vulnerabilidade pessoal, social e institucional* a que os jovens estão sujeitos, sintetizado em 05 itens:

1. Contingente populacional mais atingido pelas distintas formas de violência no Brasil (como vítimas e/ou como agentes);
2. Grande dificuldade de ingresso e permanência no mercado de trabalho;
3. Impedimentos no acesso a bens culturais e oportunidades de lazer educativo;
4. Não têm assegurado o direito a uma educação de qualidade;
5. Faixa populacional mais atingida por agravos da saúde como: uso indevido de drogas, DST, Aids, gravidez não planejada e aborto (PEREIRA, 2009).

Em publicação da UNESCO (2002, p. 10) sobre “Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina” o Representante do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Brasil e o Diretor da UNESCO no Brasil afirma na apresentação que “é preciso investir na juventude, combatendo a vulnerabilidade social pelo aumento do capital social e cultural que poderá proporcionar a substituição do clima de descrença reinante por um sentimento de confiança no futuro”.

O Programa Vale Juventude se efetiva adotando e atualizando essa diretriz sugerida para as políticas sociais dirigidas à juventude. Para Rodrigues (2012, p. 49) “é através da noção de vulnerabilidade de determinadas populações e seus territórios que toda uma lógica de intervenção opera”. Como população vulnerável, a juventude é alvo de uma política de governo pautado na ideia de que a população jovem se encontra suscetível a vários tipos de vulnerabilidade, ou seja, vivem processos de exclusão de políticas de saúde, emprego,

educação, renda, lazer, cultura e por isso determinadas ações, além de prevenir o risco, corrigiriam essas distorções, “incluindo” os jovens.

O Programa Vale Juventude, ao considerar os jovens como vulneráveis, constrói uma justificativa plausível aos olhos da sociedade para desenvolver uma lógica operante da governamentalidade, ou seja, uma técnica de poder que “tem por alvo principal, a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2006A, p. 291-2). Os mecanismos de segurança triangulam as formas de governo.

Do mesmo modo, o corpus disciplinar também é amplamente ativado e fecundado pelo estabelecimento desses mecanismos de segurança. Porque, afinal de contas, para de fato garantir essa segurança é preciso apelar, por exemplo, e é apenas um exemplo, para toda uma série de técnicas de vigilância, de vigilância dos indivíduos, de diagnóstico do que eles são, de classificação de sua estrutura mental, da sua patologia própria, etc., todo um conjunto disciplinar que viceja sob os mecanismos de segurança para fazê-los funcionar (FOUCAULT, 2008C, p. 11).

Ao submeter os jovens a essas técnicas de poder, os mecanismos de segurança funcionam pautados em racionalidades empresariais do neoliberalismo, em termos de economia política. O dispositivo de segurança operado pelo Programa Vale Juventude visa controlar os riscos definindo como padrão a norma.

Os dispositivos de segurança, conforme descritos por Foucault, engendram os cálculos nos mecanismos de poder e essa preocupação ganha relevo principalmente em relação aos acontecimentos e à noção de risco. Os cálculos dos riscos mostram logo que eles não são os mesmos para todos os indivíduos, nem para todas as idades, em todas as condições, em todos os lugares e meios. Assim, há riscos diferenciais que revelam, de certo modo, zonas de mais alto risco e, ao contrário, de risco menos elevado (RODRIGUES, 2012, p. 108).

A noção de risco se refere ao social, pois é, ao mesmo tempo, calculável e coletivo. Risco é entendido “como uma regra produzida pela aplicação do cálculo das probabilidades à estatística, uma regra que não reenvia a uma natureza [...] ou a uma moral [...] permite um juízo sempre atual (e positivo) do grupo sobre si mesmo” (EWALD, 2000, p. 96, grifos do autor). Para prevenir os riscos é criado um

[...] conjunto de aparatos reúne os fatores responsáveis pela produção do risco antes da ocorrência de seus efeitos, possibilitando, desse modo, planejar ações a fim de administrá-lo e preveni-lo. Números, cálculos e estatísticas produzem informações que, combinadas de diferentes maneiras, formam determinados espaços como de risco social (LUNARDI, 2006, p. 180).

A Fundação Vale, ao justificar a necessidade do Programa Vale Juventude pelas preocupações com as vulnerabilidades a que os jovens estão suscetíveis, o transforma numa política preventiva de controle do risco, considerado como “uma regra que permite ao mesmo tempo unificar uma população e identificar os indivíduos que a compõem segundo um mecanismo de auto referência” (EWALD, 2000, p. 97).

Como sujeito concreto de intervenção, o jovem passa a ser um *dado* no grupo populacional, tanto nas estatísticas relacionadas à violência, saúde, educação, seguridade quanto nos mecanismos de controle. Esse dado é utilizado para promover formas de intervenção para garantir a segurança via normalidade, operada por mecanismos biopolíticos que, ao administrar a população, maximizando a vida dos jovens nos termos de vidas governáveis, ou como aponta Rodrigues (2012), transformando a “juventude em capital”, produzindo investimentos para proteger a população jovem.

As políticas direcionadas aos jovens por ONG’s e fundações privadas, como a Fundação Vale, têm sido efetivadas por meio de Programas ou Projetos. Essa modalidade de investimento na juventude idealiza estratégias de governamentalidade.

Trata-se de uma governamentalidade que busca programar estrategicamente as atividades e os comportamentos dos indivíduos; em última instância, um tipo de governamentalidade que busca programá-los e controlá-los em suas formas de agir, sentir, pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação (RODRIGUES, 2012, p. 44).

O Programa Vale Juventude considera a juventude como uma espécie de entre-dois. De um lado, os jovens recebem investimentos da Empresa e da Fundação Vale, visando “fortalecer seu desenvolvimento pessoal, social e produtivo de jovens, enquanto sujeitos de direitos” (PEREIRA, 2009). Por outro lado os jovens são convocados a se tornarem investidores em seu próprio “capital humano” e protagonistas de sua história, a se emponderarem, a empreenderem em sua formação e em sua vida tendo em vista garantir a segurança pessoal, social e institucional.

A cultura empreendedora que fundamenta as estratégias de governamentalidade do Programa Vale Juventude, de acordo com Gadelha (2009), estaria associada a potencialmente a tudo o que constituiria determinante e apropriado para os indivíduos e para a sociedade, incluindo sua progressão, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar de toda sociedade.

Empreender significa se corresponsabilizar por sua formação, sua atuação, sua “progressão”, redenção.

Entre as dimensões da vida dos jovens que passam a ser alvo de investimentos pelo Programa Vale Juventude, destaco a seguir a sexualidade, pois o Programa efetiva ações voltadas para a *educação afetivo-sexual*, a qual é trabalhada em vários eixos.

4.3. A *educação afetivo-sexual* no Programa Vale Juventude: práticas de governamentalidade da sexualidade juvenil

A sexualidade está na ordem do dia nos debates nas mais diferentes áreas de conhecimento, nas instituições, no cotidiano, desafiando as hipóteses repressivas que ainda são evocadas, mesmo já tendo sido refutadas por autores como Michel Foucault. Colocada na “ordem do discurso”, a sexualidade se transforma em preocupação de instituições públicas e privadas que investem na Juventude. A sexualidade constitui na atualidade paradoxos presentes no dispositivo que a constitui: o encontro entre o virtual e o real, o público e o privado, a interioridade e a exterioridade, o conhecido e o desconhecido. Tais questões põem em movimento os modos como o dispositivo de sexualidade põe em funcionamento práticas de governamentalidade da sexualidade.

A sexualidade da juventude tem sido alvo de inúmeros programas, planos, projetos, ações que visam promover a “educação afetivo-sexual”, constituindo práticas de governamentalidade do dispositivo da sexualidade como elemento estratégico de governo da juventude na contemporaneidade, a partir da articulação às mais variadas táticas entre o público e o privado diagramados no Programa Vale Juventude (PVJ)⁸².

As formas pelas quais a sexualidade se constitui na atualidade, “bem como seus efeitos para as esferas da existência individual e da vivência coletiva, impõem-se, por isso mesmo, como campos de investigação dos quais as ciências da cultura, as ciências da vida e a filosofia não podem passar ao largo” (FONSECA, 2009, p. 07). Essa inegável centralidade da sexualidade na existência dos sujeitos possibilita que instituições como a Empresa Vale e a Fundação Vale atuem como “agentes sociais” que produzem estratégias de

⁸² Maria Rita de Assis César, em “A Invenção da “Adolescência” no Discurso Psicopedagógico” (1998), analisa a emergência da preocupação com a sexualidade dos adolescentes e jovens, marcando as diferenças entre eles e o caráter higienista e regulador dessa preocupação.

governamentalidade da juventude em programas sociais, como o Programa Vale Juventude. Tal realidade nos mobiliza a problematizar a constituição do dispositivo da sexualidade no currículo do PVJ e da própria juventude permeadas pelas relações saber-poder-subjetividade.

O Programa Vale Juventude tem como principal eixo de atuação o trabalho de *educação afetivo-sexual*. Desse modo, a primeira questão que me inquietou nesse eixo foi: O que fez com que uma empresa privada, por meio de sua fundação corporativa, se preocupasse com a *educação afetivo-sexual* da juventude e que discursos a empresa mobiliza para trabalhar tal questão?

A primeira linha analítica que traço liga a sexualidade como dispositivo histórico de saber-poder (FOUCAULT, 2005a) à economia e à sociedade, relação que Rago (2006) aponta ao analisar a “sexualidade e identidade na historiografia brasileira”⁸³. CandiOTTO (2007), citando Michel Foucault, esclarece que o filósofo ao realizar a história da sexualidade difere sexo de sexualidade.

Inicialmente, o discurso da sexualidade não se aplicava ao sexo, mas “ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, às relações interindividuais...” (FOUCAULT, 1994c, p. 313). A transformação ocorre a partir do final do século XVIII, quando a sexualidade torna-se “dispositivo” de verdade, regime de saber-poder que toma o sexo como objeto privilegiado. A sexualidade deixa de referir-se à organização fisiológica do corpo ou ao comportamento sexual, constituindo-se no prolongamento do modo pelo qual o poder investe aspectos fundamentais da vida dos indivíduos por meio de discursos e práticas (CANDIOTTO, 2007, p. 09-10).

Essa diferença entre sexo e sexualidade possibilita problematizar o dispositivo de sexualidade como um mecanismo de poder cujo efeito é a constituição da verdade do sexo.

Foucault (2005a), ao pensar a sexualidade como um “dispositivo histórico” e não um “referente biológico”, em suas estratégias de regulamentação da população, o articulam à governamentalidade neoliberal, à naturalização das práticas de governo e ao empresariamento da sociedade (FOUCAULT, 2008a), aos dispositivos de segurança, à polícia discursiva e ao racismo de Estado (FOUCAULT, 2010d). Como dispositivo histórico, a sexualidade se refere “à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder” (p.116-117). Essas estratégias de saber-poder põem a sexualidade “exatamente na

⁸³ Para Rago (2006, p. 28), Caio Prado Jr, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), já apontava “a sexualidade está na base da economia e da sociedade, já que é da fusão sexual produzida pela mistura das raças que nasce o povo brasileiro”.

encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação” biopolítica (FOUCAULT, 2005b, p. 300).

A se localizar no cruzamento do corpo e da população a sexualidade se torna alvo de uma “educação sexual”, pois como ressalta Adverse (2010, p. 19), ao analisar o processo de redimensionamento da política, “uma série de elementos que antes permaneciam fora da política, ou nela eram incluídos de modo acidental, (a vida familiar, a sexualidade, a higiene pública, etc.), agora são considerados problemas de ordem pública”, o que exige “uma tecnologia que permita colocá-los sob controle: os mais diversos níveis da existência humana se tornam politicamente relevantes” (ADVERSE, 2010, p. 19). Ao se tornar uma questão pública, a sexualidade, as experiências afetivas e sexuais muito particulares, passam a ser controladas e geridas pelo que vários programas e projetos chamam de *educação afetivo-sexual*.

Os regimes de saber-poder que constituem o dispositivo de sexualidade no Programa Vale Juventude investem sobre a vida dos indivíduos, tanto na perspectiva de constituir uma anátomo-política do corpo humano, com práticas individualizantes que visam a disciplina do corpo e sobre a vida da população, da juventude, exercendo uma biopolítica da população, produzindo regulações ao nível do corpo-espécie, por seu caráter biológico-especificante (FOUCAULT, 2005a). Assim, o Programa Vale Juventude investe na sexualidade da juventude práticas de saber-poder que visam transformar os jovens em população governável, regulamentável, calculável e em indivíduos a serem disciplinados ao nível do corpo, visando a mudança de comportamento de cada jovem.

Desenvolvido em 16 cidades do Espírito Santo, Pará e Minas Gerais. A parceria da Fundação Vale com o Instituto Aliança, a Martins Pereira Consultoria Educacional, prefeituras e ONGs locais possibilitou, em 2012, que o programa beneficiasse 2.898 profissionais e 48.877 jovens das cidades de Vitória (ES); Abaetetuba, Barcarena, Marabá, Parauapebas (área urbana e área rural – Vilas Sanção e Paulo Fonteles) (PA); Barão de Cocais, Belo Vale, Brumadinho, Catas Altas, Congonhas, Governador Valadares, Itabira, Ouro Preto, Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo e Sarzedo (MG) (RELATÓRIO DE ATIVIDADE, FUNDAÇÃO VALE, 2012, p. 15).

De 2007 a agosto de 2010, o Vale Juventude formou 585 profissionais de 134 instituições locais entre Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente e ONG locais. Esses profissionais já realizaram ações e oficinas sobre os

temas do programa atendendo outros 4.488 profissionais e 12.949 adolescentes e jovens⁸⁴.

As ações sistemáticas sobre adolescência e sexualidade, elaboração de projetos de vida, prevenção ao uso indevido de drogas, prevenção a gravidez não planejada, entre outras, fizeram os adolescentes/jovens sentirem-se mais preparados para o enfrentamento de suas vulnerabilidades e para o exercício da cidadania, segundo *depoimentos* deles próprios (RELATÓRIO ANUAL, INSTITUTO ALIANÇA, 2009, p. 13).

De um ponto de vista teórico-metodológico, reconheço a limitação dos documentos por mim selecionados, recortados e analisados, pois estes não me possibilitaram acessar as vozes dos jovens, incorrendo na indignidade, como aponta Foucault, em “Os intelectuais e o poder” de usar a fala de adultos sobre os jovens. Ou seja, tais falas foram selecionadas a partir de uma operação de poder que marca o que é considerado válido pelos técnicos para fazer parte dos relatórios oficiais da Fundação Vale e da Vale. Desse modo, não consegui delinear as linhas de fuga, as sedições que se emaranham junto com as capturas da governamentalidade da sexualidade da juventude no processo de *educação afetivo-sexual* empreendida pelo Programa Vale Juventude⁸⁵.

As estratégias do Programa Vale Juventude se expandem do investimento na sexualidade da juventude pelos problemas relacionados à sexualidade que atingem à população jovem, tais como: gravidez na adolescência ou não planejada, uso indevido de drogas, DST, AIDS ao investimento na individualização pelo poder, produzindo a verdade do sexo, por meio de exames, entrevistas, inquéritos, realizando uma “anatomia do detalhe”.

A Empresa Vale e a Fundação Vale se assemelham a outras empresas e fundações, ONGs e outras instituições que realizam um superinvestimento na *educação afetivo-sexual* da juventude, articulando as dimensões “da governamentalidade [...] compreendido tanto como o conjunto das instituições, procedimentos, cálculos e quanto um tipo de poder governamental, com seus aparelhos e saberes que investem sobre a dimensão da população” (SOUZA, 2011, p. 212).

A governamentalidade, engendrada sob o novo espírito do capitalismo, guarda especificidades em seu princípio de visibilidade e estratégias.

Tendo na economia e no mercado sua chave de decifração, seu princípio de inteligibilidade, trata-se de uma governamentalidade que busca programar

⁸⁴ Fundação Vale: Conquistas. www.fundacaovale.org/pt-br/educacao/vale-juventude/conquistas/paginas/default.aspx Acesso em 28/06/2013.

⁸⁵ Uma das possibilidades que me ocorreu para perseguir essas linhas de fugas era acessar os vídeos disponibilizados no site da Fundação Vale e da Empresa Vale, mas eles também foram editados antes de serem publicados. Na impossibilidade de fazer entrevistas narrativas com os jovens, fica essa lacuna na tese.

estrategicamente as atividades e os comportamentos dos indivíduos; trata-se, em última instância, de um tipo de governamentalidade que busca programá-los e controlá-los em suas formas de agir, de sentir, de pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação: novas tecnologias gerenciais no campo da administração (*management*), práticas e saberes psicológicos voltados à dinâmica e à gestão de grupos e das organizações, propaganda, publicidade, marketing, branding, literatura de autoajuda etc. (COSTA, 2009, p. 177-178).

De uma perspectiva de uma governamentalidade programática, a dimensão *afetivo-sexual* é inserida pelo Programa Vale Juventude em um arranjo econômico para que a educação/formação dos jovens seja economicamente vantajosa e politicamente útil para a empresa Vale, a Fundação Vale, o Instituto Aliança, as Prefeituras e suas secretarias e demais órgãos parceiros no desenvolvimento do Programa, pois a governamentalidade desbloqueou a noção de população e de economia como governo.

A emergência a partir do século XVIII da “população”, como problema econômico e político: população-riqueza, população mão-de-obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe” (FOUCAULT, 2005a, p. 27). A Fundação Vale explicita as bases para investir na juventude. A importância demográfica e estratégica da juventude justifica o investimento em capital humano, protagonismo juvenil, parceria, empoderamento, empresariamento, empreendedorismo da juventude e é avaliado como objetivo alcançado: “O que já pode ser notado também é o maior reconhecimento do potencial dos jovens por parte dos adultos e o aumento das oportunidades de atuação produtiva dos jovens em suas comunidades”⁸⁶. A Fundação Vale ao apontar essas “conquistas” do Programa reafirmam as estratégias de governamentalidade da juventude por meio de programas de formação que acionam aspectos de “segurança, território e população”.

Na sociedade neoliberal têm sido estabelecidas virtuais conexões entre governamentalidade neoliberal e educação, em várias instituições, Programas e Projetos o discurso do Capital Humano (Escola de Chicago) em currículo, práticas, saberes e estratégias, através da cultura do empreendedorismo, diretamente relacionada a uma redução e a um empobrecimento de nossas relações de sociabilidade e dos processos de ensino e aprendizagem (COSTA, 2009).

Por sua vez, a Fundação Vale propaga em sua missão esses valores de uma governamentalidade neoliberal ao investir na juventude e considerar os jovens como

⁸⁶ Fundação Vale – Conquistas. www.fundacaovale.org/pt-br/educacao/vale-juventude/conquistas/paginas/default.aspx. Acesso em 28/06/2013.

investidores, tornando-os objetos de investimentos e parceiros no investimento. Nesse novo regime de investimento social na juventude, a rentabilidade é calculável no tipo de sujeito que a Fundação Vale deseja formar: “O Programa Vale Juventude foi idealizado pela Fundação Vale com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens, por meio do incentivo à participação juvenil, reforço da cidadania e educação afetivo-sexual” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES FUNDAÇÃO VALE, 2012, p. 14).

Para o neoliberalismo, o Estado e a sociedade seguem os moldes da economia de mercado, ampliando o espectro de alcance do campo econômico sobre áreas consideradas não econômicas, pois ocorre uma generalização da “forma política do mercado para todo o corpo social, de modo que funcionará como um princípio de inteligibilidade das relações sociais e dos comportamentos individuais” (FONSECA, 2008, p. 160).

As tecnologias de poder acionadas pelo Programa Vale Juventude para operar práticas de governamentalidade se traduzem em uma preocupação com a sexualidade da juventude como mecanismo de segurança no qual são pautadas ações de prevenção, controle, cuidado.

O Vale Juventude tem como prioridades a implantação de ações de educação sexual, de prevenção ao uso indevido de drogas e de promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva. As escolas, as unidades de saúde e de assistência social, bem como as ONGs participantes realizam ações sistemáticas que propiciam o desenvolvimento de atitudes e comportamentos positivos nos adolescentes e jovens, em relação à vivência da sua sexualidade, à equidade de gênero, à saúde e à convivência familiar, tendo como marcos referenciais os Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, os Direitos Sexuais e Reprodutivos, o Plano Nacional de Juventude, entre outros (RELATÓRIO NARRATIVO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2008, p. 10).

A sexualidade dos jovens pode ser considerada no Programa Vale Juventude como um dispositivo, o qual se configura por ter “uma natureza essencialmente estratégica, o que supõe que se trata no caso de uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las, etc.” (FOUCAULT, 2006a, p. 246). Pensada a partir dessa perspectiva, a sexualidade da juventude sofre uma intervenção racionalizada em determinada direção, a partir de relações de forças que a capturam, mas que as deixam escapar também, pois onde há poder, há resistências, as estratégias de governamentalidade se efetivam num espaço cambiante de forças múltiplas, que

como já explicitado anteriormente, não conseguir captar as disjunções nos documentos selecionados.

A sexualidade como dispositivo compõe relações de forças, que no Programa Vale Juventude se correlacionam entre a Fundação Vale, o Instituto Aliança e as instituições parceiras: escolas, as unidades de saúde e de assistência social e os sujeitos envolvidos no Programa. Esse outro arranjo nas composições das forças, possibilita que as oficinas que serão descritas a seguir sejam colocadas em prática tangenciando outras composições, fazendo aparecer as resistências imanentes a todas as relações de poder.

No Relatório de Sustentabilidade da Vale (2007, p. 63) é destacado, entre os programas desenvolvidos pela Vale, “o programa de educação afetivo-sexual (Vale Juventude - desenvolvido pela Fundação Vale), voltado para jovens das comunidades próximas, a fim de orientar a vida sexual e combater a ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis”.

“Orientar a vida sexual e combater a ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis” se constitui em práticas de governo dos jovens, operando e sendo operadas por mecanismos de normalização dos corpos e da sociedade e de regulação constantes. A noção de governo deve ser entendida, explica Foucault, no sentido amplo de “técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens. Governo das crianças, governo das almas ou das consciências, governo de uma casa, de um Estado ou de si mesmo” (FOUCAULT, 1997, p. 101). De uma perspectiva biopolítica, o Programa investe na população jovem como grupo governável no nível da vida, vida do corpo e vida da população.

E, para gerir essa população, é preciso, entre outras coisas, uma política de saúde que seja suscetível a diminuir a mortalidade infantil, prevenir epidemias e fazer baixar as taxas de endemia, intervir nas condições de vida, para modificá-las e impor-lhes normas (quer se trate da alimentação, do habitat ou da organização das cidades) e assegurar os equipamentos médicos suficientes (FOUCAULT, 1997, p. 85-86).

Para promover a “educação afetivo-sexual” da juventude, o Programa Vale Juventude, como um investimento de uma empresa privada, coloca a sexualidade em discurso, constituindo saberes capazes de gerir a vida da população, impondo por meio da biopolítica normas, intervenções e controles reguladores.

O que caracteriza a biopolítica das populações, o biopoder, é a crescente importância da norma, que distribui os vivos num campo de valor e utilidade. A própria lei funciona como norma devido a suas funções reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de técnicas de poder centradas na vida. A principal característica das técnicas de

normalização consiste no fato de integrarem no corpo social a criação, a classificação e o controle sistemático das anormalidades (PORTOCARRERO, 2004, p. 176).

O Programa Vale Juventude, ao definir que os “marcos referenciais” de suas ações são os Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, os Direitos Sexuais e Reprodutivos, o Plano Nacional de Juventude, segue suas determinações, pois são documentos que podem ser caracterizados como “documentos doutrinários”, definidos como “aqueles em que se identificarão a presença de discursos conceituais” (WEBER, 2005, p. 77), que neste caso sobre juventude e sexualidade se tornam fundamentos efetivos na definição, estruturação e execução de política pública que tematizam a juventude e sexualidade.

Ao acolher os discursos desses documentos como referências, o Programa Vale Juventude participa de uma “política geral da verdade” na sociedade neoliberal, produzindo efeitos de verdade nas relações de poder em exercício no Programa.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2006a, p. 12).

Ao participar de uma luta social em torno da definição do que conta como “verdadeiro” para promover a *educação afetivo-sexual* dos jovens, o PVJ participa de uma “economia política de verdade” sobre sexualidade, cujas características descritas por Foucault (2006a, p. 12) podem ser localizadas no Programa.

1. Para promover a *educação afetivo-sexual* dos jovens “a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem” (FOUCAULT, 2006a, p. 12): Fundação Vale, Instituto Aliança, Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente e ONG locais. No panorama histórico das parcerias público-privado, podemos afirmar que há uma convergência de múltiplos “discursos normativos” que engendram saberes sobre a sexualidade da juventude no PVJ, sobretudo aqueles do campo da saúde, da educação, da assistência social e do direito. A *educação afetivo-sexual* no entrecruzamento desses discursos e saberes posiciona a sexualidade na “política geral da verdade”, produzindo “efeitos de verdades”, que são

assimilados ou resistidos nos complexos jogos de poder que se estabelecem na experiência do PVJ.

2. A *educação afetivo-sexual* dos jovens no PVJ “Está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político)” (FOUCAULT, 2006a, p. 12), uma vez que a justificativa do Programa para investir na juventude se fundamenta em princípios da sociedade neoliberal ao destacar como objetivo: “O Programa Vale Juventude tem como objetivo promover o desenvolvimento pessoal, social e produtivo de jovens entre 10 e 20 anos, como sujeitos de direito” (RELATÓRIO NARRATIVO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2008, p. 10). Ao ser instigada verdade política e econômica da *educação afetivo-sexual* dos jovens no PVJ, esta é alçada ao domínio público e social, projetando nela as possibilidades de protagonismo social da juventude.

3. A *educação afetivo-sexual* produz um “efeito de verdade” ao ser “objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas)” (FOUCAULT, 2006a, p. 12): Para participar da “economia política” de verdade sobre juventude e sexualidade, o PVJ é desenvolvido nos territórios de atuação da Vale como ações articuladas, sobretudo nas áreas de educação, saúde e assistência social.

O Programa Vale Juventude (PVJ) - Pará tem como objetivo promover o desenvolvimento pessoal, social e produtivo de jovens entre 10 e 20 anos, enquanto sujeitos de direitos. É fruto de uma parceria da Fundação Vale do Rio Doce, com 04 Prefeituras no Estado do Pará: Abaetetuba, Barcarena, Marabá, Parauapebas e Tomé Açu. Participam também Organizações Não Governamentais locais, além dos Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente (RELATÓRIO NARRATIVO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2009, p. 12).

Essa abrangência do PVJ busca apresentar uma verdade sobre *educação afetivo-sexual* para ser consumida de várias formas e ser propagada pelas instituições que compõem as parcerias público-privadas.

4. O “efeito de verdade” engendrado pela *educação afetivo-sexual* “É produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação)”: O PVJ é um dos Programas mantidos pela Empresa Vale e pela Fundação Vale em parceria com o Instituto Aliança e outras instituições. As instituições envolvidas na efetivação do PVJ difundem todas as informações e resultados sobre o Programa, utilizando-se ainda da mídia

hegemônica para divulgar os “efeitos de verdades” produzidos pelo programa, que são apresentados após serem selecionados, recortados, controlados para tal. Os materiais produzidos pelo programa, os relatórios, os documentos são cuidadosamente produzidos pelas instituições parceiras para que a *educação afetivo-sexual* proposta pelo PVJ produza discursos que sejam acolhidos como verdadeiros, que nos jogos de poder como outros discursos e saberes sejam sancionados como verdadeiros.

5. A *educação afetivo-sexual* ao participar de uma “economia política de verdade” “é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’)”, pois o PVJ entra no embate político e social para se impor como um Programa que produz “verdades” sobre a sexualidade da juventude. Nesse confronto, a sexualidade ao integrar a “economia política da verdade” é produzida a partir de práticas de saber e relações de poder que constituem o PVJ e engendram práticas de governamentalidade da sexualidade da juventude.

A governamentalidade [...] se tornou o terreno comum de todas as nossas formas modernas de racionalidade política, na medida em que elas constroem as tarefas dos governantes em termos de supervisão e maximização calculadas das forças da sociedade. A governamentalidade é o ‘conjunto formado pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas, que permitem o exercício dessa forma muito específica, embora complexa, de poder e que tem como seu alvo a população’ (ROSE, 1999, pp. 35-36).

Na governamentalidade, o debate político e o confronto social em relação à sexualidade da juventude emergem entre os diferentes discursos e saberes sobre a sexualidade que se choca com aqueles produzidos pelos materiais produzidos pelo PVJ e passam a serem geridas por estratégias, táticas na confluência público-privadas para racionalizar práticas de governo, tendo como alvo os jovens, conduzindo à questão do governo da juventude em sua relação entre segurança, população e governo (FOUCAULT, 2006a).

Como “a governamentalidade refere-se às deliberações, às estratégias, às táticas, aos dispositivos de cálculo e de supervisão empregues pelas autoridades no sentido de *governar sempre sem governar*” (RAMOS DO Ó, 2009, p. 113 - grifos do autor), o PVJ ao colocar a sexualidade na “economia política de verdade” na atualidade, constitui, intensifica, repagina, programa novas práticas de governo da sexualidade da juventude no âmbito do neoliberalismo brasileiro. Tal faceta é marcada por nuances liberais, patrimonialistas, coronelistas que incidem nas estratégias de controle, regulação dos comportamentos dos indivíduos e grupos. A sexualidade é objetivada como elemento constitutivo do capital humano que cada jovem deve construir e que deve ser investido na juventude enquanto população. A vida dos jovens e

suas experiências são capitalizadas no dispositivo de sexualidade em práticas de saber e relações de poder múltiplas, mas não irredutíveis às resistências.

É preciso deixar claro que na governamentalidade, no governo das condutas, não há só capturas, pois onde há relações de poder, há fugas, movimentos de resistências e contracondutas, há confrontos entre as táticas de governo. É nesse jogo produtivo de fabricação de regimes de verdade sobre a *educação afetivo-sexual* da juventude que se constitui o dispositivo da sexualidade da juventude no PVJ.

4.4. Oficinas educativas “programando” a vida dos jovens: “sexualidade, saúde e convivência”

O Programa Vale Juventude, para empreender o investimento na *educação afetivo-sexual* da juventude, constitui um currículo para desenvolver o que no Programa é denominado “itinerário educativo” que orienta as Oficinas Educativas II “Sexualidade, saúde e convivência” construídas para serem as bases das práticas pedagógicas do PVJ e se constituem como parte operativa do Programa.

O Programa Vale Juventude demonstra um duplo interesse pela formação, tanto dos professores, quanto dos jovens. As Oficinas Educativas são “endereçoadas” aos docentes, como material pedagógico de formação e por outro lado tais oficinas são dirigidas aos jovens, à intervenção social na vida dos jovens e à sua formação ao que a empresa Vale e à Fundação Vale querem que eles se tornem. A noção de “modo de endereçamento”, segundo Elizabeth Ellsworth (2001), emerge na teoria cinematográfica crítica com a preocupação inicial de compreender as relações estabelecidas entre o texto de um filme e a experiência de seus espectadores, podendo ser expressa pela seguinte pergunta: *quem este filme pensa que você é?* Considerando esta noção de “modo de endereçamento”, podemos questionar a relação entre as Oficinas Educativas e os professores e jovens do ponto de vista da formação. Assim, considerando essa perspectiva de “modo de endereçamento” é possível perguntar: *Quem as Oficinas Educativas do PVJ pensam que são os professores e os jovens alvos do Programa?*

Na perspectiva do currículo e da formação docente, o PVJ produz as Oficinas Educativas e “forma” os professores para trabalhar as oficinas com os jovens. Veiga-Neto (2008) assinala que na atualidade o currículo passa por “inovações”, que desde a sua invenção no final do século XVI, são as “maiores e mais radicais mudanças nos quatro elementos

constitutivos desse artefato escolar: o *planejamento* dos objetivos, a *seleção de conteúdos*, a colocação de tais conteúdos em *ação* na escola e a *avaliação*” (p. 141 – grifos do autor).

Constituindo um currículo para trabalhar a sexualidade da juventude, o Programa Vale Juventude planeja as Oficinas Educativas como principal material de trabalho com os jovens, visando alcançar os objetivos do PVJ: “promover o desenvolvimento pessoal, social e produtivo dos/as jovens enquanto sujeitos de direitos, contribuindo para que a atuação juvenil seja na direção positiva, isto é, da construção de um presente e de um futuro melhores para si e para as pessoas de sua comunidade” (Oficinas Educativas, II, 2009, p. 09).

A construção do Caderno de Oficinas Educativas II endereçado aos jovens nos municípios do estado do Pará teve a participação de uma Equipe Responsável pela elaboração e organização do Caderno formada por profissionais do Instituto Aliança e de profissionais que participaram dos Encontros de Formação Continuada do Programa no estado do Pará, os quais são nominados na apresentação técnica do Caderno. No total participaram 107 profissionais, sendo: do Município de Abaetetuba participaram 19 profissionais, de Barcarena, 26, Marabá, 20, Parauapebas, 18 e Tomé-Açu 24 profissionais. Para a construção das Oficinas, os docentes passaram por uma formação técnico-docente oferecida pela Fundação Vale e Instituto Aliança, para posteriormente participarem do exercício de construção de oficinas.

A construção do Caderno, por meio dessa “parceria” com profissionais do Pará, pressuporia um “currículo-programação” (VEIGA-NETO, 2012) que transversalizasse a singularidade da região Amazônica e da juventude no Pará, mas os 18 temas das Oficinas propostas são apresentadas de forma generalista, em que as especificidades são dissolvidas na generalidade das propostas apresentadas.

Márcia Campos, do Instituto Aliança, Coordenadora-Geral da Equipe Responsável pela elaboração e organização do Caderno, ao prefaciar o Caderno de Oficinas II, explicita o processo de construção das oficinas:

Este Caderno visa apoiar e fortalecer a atuação junto aos jovens, dos profissionais formados pelo Programa Vale Juventude, contribuindo para a efetiva implantação de ações sistemáticas em suas respectivas instituições. É fruto de um trabalho de equipe que percorreu diversas fases até sua elaboração final (CAMPOS, Caderno de Oficinas II, 2009, p. 07).

O Caderno de Oficinas explicita o modelo de currículo e de formação pensados tanto para os profissionais que atuam no Programa quanto para os jovens, em que as atividades

foram planejadas, desde a formação até a finalização das oficinas selecionadas e organizadas obedecendo a lógica que garante o alcance do objetivo do Programa.

Inicialmente, durante os Encontros de Formação Continuada do Programa no Estado do Pará, os/as profissionais foram preparados e incentivados a fazer o exercício de criar oficinas educativas sobre os diversos temas abordados, seguindo a metodologia adotada no Programa. Em seguida, as oficinas criadas foram revisadas pela equipe técnica do Instituto Aliança e novas oficinas foram elaboradas para subsidiar o trabalho, com temas considerados básicos para o desenvolvimento pessoal, social e produtivo dos/as jovens como sujeitos de direitos, objetivo central do Vale Juventude (CAMPOS, Caderno de Oficinas II, 2009, p. 07).

Tendo os Parâmetros Curriculares Nacionais como um dos marcos de referência do Programa Vale Juventude, o “currículo-programação” constituído pelo Programa está fundamentado na ideia de um suposto “parâmetro”, mas que define todos os passos do que nas Oficinas é chamado de “itinerário educativo”, orientações que visam facilitar o trabalho dos/as profissionais que participam do PVJ. As Oficinas Educativas são organizadas a partir dos seguintes eixos: *Tema, objetivos, abertura e integração, tempo, materiais, desenvolvimento do trabalho, avaliação e sugestões de leituras para preparar a oficina* (leia-se colocar em prática). Tais elementos são descritos, detalhados, ilustrados, com a pretensa ideia de que as Oficinas do Caderno apenas “representam um importante recurso didático para que os objetivos de todos/as que participam do Programa sejam alcançados. [...] visando facilitar o trabalho dos/as profissionais” (CADERNO DE OFICINAS II, 2009, p. 09).

O trabalho com oficinas como forma de organizar o currículo educacional do PVJ é da ordem do “currículo-programação”, que segundo Veiga-Neto (2012) ao ser articulado à racionalidade neoliberal, mesmo na escola evidencia “a face individual do currículo”, emplacada em investimentos em capital humano, empreendedorismo e protagonismo.

As oficinas foram construídas tendo como Marcos de Referência do Programa Vale Juventude composto por documentos nacionais e internacionais que orientam as políticas da juventude, os Direitos Humanos, as políticas de saúde, sexualidade, educação. O Programa Vale Juventude, ao orientar suas ações a partir desses Marcos de Referências, busca “formar” os jovens considerando as perspectivas conceituais que pautam tais referências.

Os/as jovens participantes do Vale Juventude são incentivados e preparados para atuarem na busca de soluções como agentes de mudanças em suas instituições, em seus bairros e em suas comunidades, elaborando e realizando ações e projetos junto a outros jovens, e participando diretamente no enfrentamento de suas vulnerabilidades (Caderno de Oficinas II, 2009, p. 09).

Resultados qualitativos: Participação de adolescentes e profissionais formados pelo Programa como multiplicadores de ações educativas sobre uso indevido de drogas, prevenção das DST/Aids, divulgação dos direitos sexuais e reprodutivos, enfrentamento da violência sexual, respeito à diversidade, entre outros, em eventos da comunidade (RELATÓRIO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2010, p. 17).

Ao tratar os jovens como “agentes multiplicadores”, o PVJ aposta numa metodologia ativa, em que estes formam e são formados, estando num espaço entre-dois, que podem operar por continuidades e rupturas no interior do Programa.

Noguera-Ramírez (2011), ao realizar uma analítica arqueogenealógica de perspectiva foucaultiana do que denominou “sociedade educativa” constituída na Modernidade, enfatiza as transformações culturais, econômicas, sociais e políticas que criaram condições para a emergência do “ensino” como central nas práticas pedagógicas nos séculos XVII e XVIII deslocado para a centralização da “aprendizagem” a partir do século XIX. A partir da lógica atual das políticas educacionais e das políticas para a juventude, a ênfase à necessidade de formação de capital humano e o deslocamento do ensino para a aprendizagem o Programa Vale Juventude assume essa perspectiva.

Creio que a teoria do Capital Humano e a cultura do empreendedorismo não estão desvinculadas, por outro lado, da crescente atenção e valorização que se vem dando, de duas décadas para cá, e hoje mais do que nunca, à questão das *competências* - na formação do professor, nos processos de aprendizagem dos alunos (*aprender a aprender*), na montagem dos programas curriculares, nas formas de avaliação e na educação, tomada num sentido amplo (COSTA, 2009, p. 182).

A construção das oficinas segue uma programação curricular que pretende formar determinado tipo de jovem para certo tipo de sociedade e seguindo princípios previamente definidos. Os princípios que orientaram a elaboração das oficinas foram (Caderno de Oficinas II, 2009, p. 07):

1. Compreensão da juventude como TEMPO PRESENTE e não apenas como preparação para o futuro;
2. Reconhecimento dos jovens como atores sociais, sujeitos de direitos e potenciais promotores de desenvolvimento;
3. Reconhecimento do direito de TODAS as pessoas desenvolverem e viverem sua sexualidade de forma saudável;
4. Promoção da Educação Sexual, da Saúde Sexual e Reprodutiva e da Equidade de Gênero como fatores determinantes da qualidade de vida individual e coletiva;

5. PARTICIPAÇÃO como essência da vida democrática;
6. PARTICIPAÇÃO JUVENIL como fator fundamental no equacionamento e solução de suas vulnerabilidades;
7. Valorização da diversidade humana: respeito pelas diferenças étnicas, socioculturais, de orientação sexual, estéticas, geracionais, religiosas e de gênero;
8. Respeito e valorização da cultura local;
9. O Ser Humano como fim último do desenvolvimento.

Esses princípios orientadores das Oficinas engendram ações e práticas da ordem de uma governamentalidade neoliberal que, ao tomar a população jovem de alguns municípios paraenses como alvo de investimento, elabora uma programação educativa-curricular que

[...] cria condições de que resulta a fabricação de determinadas subjetividades. Nos nossos dias de hoje, tais condições são justamente as condições da governamentalidade neoliberal, com todos os componentes biopolíticos e de controle que conhecemos, sem que tenham desaparecido completamente o disciplinamento e a normalização. É nesses cenários sociais, culturais e educacionais que se fabricam os sujeitos neoliberais: flexíveis, performáticos, competitivos, empreendedores, autorresponsáveis (VEIGA-NETO, 2013, p. 10).

Os jovens são formados nessa lógica, a partir de uma formação prática, sem reflexão ético-filosófica capaz de promover uma problematização crítica do tempo presente. A organização do Programa por meio de Oficinas agiliza a operacionalização das atividades do PVJ, além de evidenciar o imediatismo da formação, que nas adjacências do currículo oficial escolar é colocado em ação, produzindo efeitos de verdade sobre a sexualidade da juventude, por meio do que chama *educação afetivo-sexual*.

O jovem programado pelo Programa Vale Juventude se aproxima do sujeito ideal do neoliberalismo, que, segundo Veiga-Neto (2000, p. 183), “é aquele que é capaz de participar competindo livremente e que é suficientemente competente para competir melhor, fazendo suas próprias escolhas e aquisições”.

As 18 oficinas do Caderno II articulam temáticas do tema geral do Caderno: “Sexualidade, saúde e convivência”. Tais temáticas se desdobram em 34 oficinas. Os temas são:

1. Conhecendo os jovens e suas famílias
2. Identidade e subjetividade
3. Comunicação e tipos de comunicação

4. Relacionamento interpessoal
5. Valores e atitudes
6. Corpo e autonomia
7. Sexualidade humana
8. Relações de gênero
9. Direitos sexuais e direitos reprodutivos
10. Vulnerabilidade/empoderamento/tomada de decisão
11. Prevenção às DST/HIV – Aids
12. Gravidez na adolescência
13. Uso indevido de drogas
14. Violências
15. Juventude e território
16. Adolescentes e jovens como sujeitos de direitos
17. Participação juvenil e cidadania
18. Projeto de vida.

As Oficinas Educativas do PVJ articulam os princípios expostos anteriormente, tentando subjetivar os jovens a pensarem que “cada um é livre para *programar* onde, como e o quanto investirá em si mesmo, isso é, na sua própria formação” (VEIGA-NETO, 2012, p. 14). Programar a vida e a sexualidade dos jovens é proposto por meio de intervenções centralizadoras nos currículos, em que vários elementos são redefinidos, por meio de oficinas, de práticas que produzem efeitos na ordem do controle do corpo individual e coletivo.

[...] cada vez mais proliferam os discursos sobre ensino-aprendizagem, inventam-se metodologias de ensino, mudam-se os focos daquilo que pode ser mais importante na educação escolar, multiplicam-se processos de avaliação, classificam-se e ranqueiam-se instituições e pessoas. Tais proliferações e invenções, por sua vez, alimentam-se dos sistemas de controle [...]. Forma-se, assim, uma estrutura coesa e em constante movimento; uma estrutura em rede, da qual, presas compulsórias, ninguém escapa - alunos, professores, gestores (VEIGA-NETO, 2008, p. 147).

As Oficinas Educativas podem ser pensadas como ações pautadas no “praticismo pedagógico” a partir do emprego de procedimentos de ensino supostamente mais adequados e eficazes (AQUINO, RIBEIRO, 2009), compatibilizando em práticas de governo “dois níveis paralelos e complementares de gestão social da vida: o anátomo-político, por meio do

disciplinamento do corpo-máquina, e o biopolítico, por meio da regulamentação do corpo-espécie (previsões, estatísticas, medições globais etc.)” (AQUINO, RIBEIRO, 2009, p. 61).

Os contornos da governamentalidade programático-curricular da juventude e sua sexualidade no Programa Vale Juventude pode ser assim sintetizada, em verbos no infinitivo que dimensionam um campo de ação sobre os outros:

Ensinar aos alunos. Disciplinar os alunos. Avaliar os alunos. Formar homens. Conhecer a alma dos futuros homens. Ensinar aos formadores. Disciplinar os formadores. Avaliar os formadores. Formar homens que formam os futuros homens. Conhecer a alma dos formadores. Governamentalizar (AQUINO, RIBEIRO, 2009, p. 65).

Essas transformações são experimentadas nas oficinas educativas ao proporem “novas metodologias de ensino” para serem seguidas linearmente pautadas na ideia de “educação entre pares”, de “autoformação”, de “aprender a aprender” para desenvolver habilidades e competências no intuito de formar o capital humano dos jovens. Essa metodologia é adotada tanto nos Encontros de Formação Continuada do Programa realizado com os profissionais quanto nas Oficinas Educativas a serem trabalhadas com os jovens-alunos.

Considerando que as oficinas iniciais propõem uma sondagem dos interesses e motivações de cada turma de jovens assim como um encontro com seus familiares, espera-se que possam surgir diversas combinações de abordagens dos temas, ou seja, novos itinerários educativos de acordo com o perfil e as necessidades de cada grupo (CADERNO DE OFICINAS II, 2009, p. 10).

O Programa Vale Juventude cobre o campo de formação/atuação dos profissionais e jovens (formadores/facilitadores/aprendizes/parceiros), desencadeando um “efeito cascata” de disseminação de um modelo educativo-curricular pautado em uma normatividade econômico-empresarial.

De todo modo, os indivíduos e as coletividades são cada vez mais investidos por novas tecnologias e mecanismos de governo que fazem de sua formação e de sua educação, num sentido amplo, uma espécie de competição desenfreada, cujo progresso se mede pelo acúmulo de pontos, como num esquema de milhagem, traduzidos como índices de produtividade. E são avaliados de acordo com os investimentos que são permanentemente induzidos a fazer para valorizarem-se como microempresas num mercado cada vez mais competitivo. O novo empreendedor já não pode mais ser caracterizado com um passivo na contabilidade das grandes empresas e corporações; na verdade, há quem diga ele já não é mais nem mesmo um ativo, senão um investidor, uma espécie de sócio que investe na empresa em que trabalha o seu capital humano (COSTA, 2009, p. 180-181).

A lógica do investimento formativo conjugado (direcionado aos profissionais e aos jovens) se pauta na ideia de “capitalizadores” de saberes e informações e “multiplicadores” em que as competências, habilidades e aptidões deverão ser desenvolvidas pelos profissionais/formadores, pelos jovens e pelos seus familiares, abrangendo não só a população jovem, mas também outros grupos populacionais dos territórios onde a Vale atua e que se relacionam e atuam diretamente com os jovens.

O modelo de oficina proposto neste Caderno é fruto da metodologia adotada no Programa Vale Juventude e da validação ocorrida durante as Formações Continuadas com os/as profissionais em formação no Pará. As técnicas utilizadas buscam favorecer a educação integrada do sentir, do pensar e do agir por meio do trabalho com as dimensões vivencial, reflexiva, cognitiva e proativa (CADERNO DE OFICINAS II, 2009, p. 10).

O imperativo formativo assumido na metodologia das Oficinas trabalha com base em uma lógica que transforma os sujeitos em capital, responsáveis por investir na própria formação e na formação dos outros com quem se relacionam, empresariando a formação, “multiplicando” o alcance dos temas trabalhados e do modelo metodológico utilizados nas oficinas

[...] as competências, as habilidades e as aptidões de um indivíduo qualquer constituem, elas mesmas, pelo menos virtualmente e relativamente independente da classe social a que ele pertence, seu capital; mais do que isso, é esse mesmo indivíduo que se vê induzido, sob essa lógica, a tomar a si mesmo como um capital, a entreter consigo (e com os outros) uma relação na qual ele se reconhece (e aos outros) como uma microempresa; e, portanto, nessa condição, a ver-se como entidade que funciona sob o imperativo permanente de fazer investimentos em si mesmo (COSTA, 2009, p. 177).

Tal perspectiva de formação transforma o sujeito formador (profissional/jovem) em “referência”, em modelo para os outros, de modo que todos são considerados corresponsáveis pela formação uns dos outros, em que as atividades são desenvolvidas “de jovem para jovem” como informa o relato abaixo.

Durante as oficinas os alunos também identificaram muitas estratégias para enfrentar a exploração sexual de adolescentes na Vila Sanção, como a organização de campeonatos esportivos e cursos profissionalizantes, criação de espaços de debates sobre a questão na comunidade e a formação de um grupo de adolescentes “referência”, que possa desenvolver atividades “de jovem para jovem”. “Se todos se reunissem, mostrassem como fazer e o que fazer para tirar as pessoas dessa situação, as coisas seriam resolvidas”, disse uma das adolescentes participantes (BOLETIM INSTITUTO ALIANÇA, Julho de 2011, p. 02).

O Programa nos ajudou a saber mais sobre nossos direitos e mostrou também que devemos buscar as nossas responsabilidades sociais Adolescente (RELATÓRIO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2010, p. 17).

Os problemas sociais dos territórios onde a Vale atua passam a ser considerados como de responsabilidade da comunidade, que por meio de parcerias com empresas, fundações e outras instituições públicas e privadas. Assim, são incitados os indivíduos a autogerir sua vida e os problemas e a manter sua “comunidade autossustentável”, administrando a vida em suas virtualidades.

Produtividade, competitividade, empreendedorismo e criatividade têm sido constituídos como imperativos mercadológicos tão relevantes nas sociedades atuais que demandam continuamente uma ortopedia moral, mediante contínuas avaliações de desempenho, investimento infundável em capital humano, cumprimento irretocável de todas as regras organizacionais de acordo com códigos de deontologia específicos, e, principalmente, mensuração da qualidade do comportamento e da conduta pelos resultados práticos – econômicos – a serem alcançados (CANDIOTTO, 2010, p. 11).

Esses “imperativos mercadológicos” que sustentam as propostas educativas das Oficinas do Programa Vale Juventude inserem a vida dos jovens e sua sexualidade em um campo de administração, que transforma sexualidade em questão “social”, em questão pública, porém privada, nos mesmos moldes das parcerias público-privadas entre a empresa Vale e as instituições públicas, prefeituras, secretarias e escolas. A sexualidade da juventude no PVJ passa a ser governamentalizada por uma “ortopedia moral”, seguindo as regras expostas acima.

Conforme Alvarez (2010, p. 15), “O sexo é um poder político porque as tecnologias de poder transformaram o exercício da sexualidade numa questão política. Por isso, comportamentos que antes estavam restritos à vida privada são hoje publicamente discutidos e politizados”. A sexualidade desse modo está enredada em relações de saber-poder e práticas de subjetivação que atravessa os âmbitos público e privados da sexualidade.

A sexualidade da juventude é exposta e é abandonada, ao passo que o que se sobrepõe nas Oficinas Educativas são os aspectos de “saúde e convivência” relacionadas à sexualidade dos jovens, os seja, a sexualidade é tratada como “negócio do social” que, governamentalizada, materializa preocupações na administração de aspectos biológicos da vida individual e coletiva dos jovens ligados à saúde e convivência. A privatização e a publicização da intimidade e da sexualidade da juventude são aspectos paradoxais que se

constituem no Programa Vale Juventude ao atrelar a possibilidade de constituir “jovens produtivos” à “boa” administração de sua sexualidade.

Tal conflito remeteria a uma tensão paradoxal, de acordo com a qual as demandas da vida pública e da vida privada concorreriam de forma inevitável, sendo necessário postular a irrevogabilidade da privacidade como condição de humanização e, ao mesmo tempo, princípio de arbitragem frente aos dilemas do mundo público (AQUINO, RIBEIRO, 2009, p. 63).

Vivemos a “era da governamentalidade” (FOUCAULT, 2006a), em que táticas contemporâneas de governo são utilizadas para “conduzir as condutas” dos sujeitos individuais e coletivos, nesse caso, de jovens em processo de escolarização. No processo de governamentalização da sexualidade da juventude a utilização da *confissão* como uma prática generalizada exerce um poder produtivo individualizante ao incitar o indivíduo a produzir um discurso sobre si, capaz de ter efeitos de verdade sobre si mesmo. Entretanto, para os propósitos desta tese não acessamos os discursos que falam de si dos próprios jovens, por meio de suas narrativas, apenas os documentos oficiais do Programa Vale Juventude em que a fala dos jovens já fora recortada, selecionada, organizada... De tal modo, apontamos a confissão, mas não analisamos com os modos de subjetivação por ela produzidos.

A sexualidade da juventude, pensada nesses termos, em que são articulados aspectos públicos e privados, encontra na “confissão” a técnica “perfeita” de constituição e extração da verdade sobre a sexualidade dos jovens condizentes com “metodologias ativas”, “colaborativas”, “dialógicas”, “reflexivas”. “A sexualidade só é decisiva para nossa cultura se falada e à medida que é falada” (FOUCAULT, 2006e, p. 45), à medida que é absorvida pela linguagem. “Recomece e diga a verdade” (FOUCAULT, 2005a, p. 60) é o imperativo da “ciência-confissão” para extorquir as “verdades da sexualidade” dos jovens.

[...] a confissão passou a ser, no Ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizada para produzir a verdade. Desde então nos tornamos uma sociedade singularmente confessanda. A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se – ou se é forçado a confessar quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo [...] O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente (FOUCAULT, 2005a, p. 59).

A confissão foi generalizada em diferentes âmbitos da vida social. Na atualidade a confissão “espontânea” nas redes sociais transforma a sexualidade e a intimidade em uma dimensão publicizada, em diferentes espaços e tempos, “rituais probatórios”, utilizando diversos suportes, antigos ou informacionais, como diários, *blogs*, *sites*, instagram, relatórios, prontuários, livros de ocorrência, boletins, fichas, cartas, constituindo o que Artierès (1998) chama de “arquivos” pessoais, íntimos, de uma vida.

No plano das práticas, a confissão difunde seus efeitos e modalidades às diferentes esferas da vida social: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares e amorosas, na esfera do cotidiano, dos ritos solenes etc. No plano dos saberes, está presente nos domínios da literatura e da filosofia. Na literatura, mediante a tarefa infundável de procurar no fundo de si mesmo, entre as palavras, uma verdade que a confissão mostra como o inacessível (CANDIOTTO, 2007, p. 16).

Disseminada na vida social, a confissão se deslocou para outros propósitos, se tornando mecanismo de comprovação, prova ou testemunho de uma prática ou a avaliação ou garantia da “eficiência” de uma atividade, produzindo verdade, “inteiramente infiltrada pelas relações de poder” (FOUCAULT, 2005a, p. 59).

Emmily de Paula Ferreira não tinha o perfil de aluna dedicada. Entre os livros e as brincadeiras, preferia sempre a segunda opção. Essa rotina só mudou depois que ela conheceu o Vale Juventude. No programa, adolescentes trocam experiências em assuntos considerados delicados, como sexo e drogas. Emmily foi *treinada e formada* para falar a adolescentes como ela sobre, por exemplo, os *riscos* de uma gravidez prematura. Nesta experiência, ela começou a perceber a importância de ler e estudar para se informar ainda mais. Seu esforço foi recompensado quando conquistou uma bolsa para cursar a faculdade de direito⁸⁷.

Esse relato mostra as várias estratégias de governamentalidade do Programa, primeiro governando a conduta da jovem enquanto estudante, que precisa estudar, não para problematizar seu presente e sua história, mas para se informar, para ser treinada e formada para multiplicar as informações, o que exige protagonismo, iniciativa, esforço pessoal, dedicação. Tais questões seguem a lógica da racionalidade neoliberal. Em relação à sexualidade, drogas e o risco de gravidez prematura o relato afirma se tratar de assuntos delicados, sem explorar mais a questão.

Os depoimentos, nos relatórios da Fundação Vale e do Instituto Aliança ou dos Boletins Informativos do Instituto Aliança, pretendem “revelar” a efetividade do Programa

⁸⁷ Vale Juventude - Barcarena/PA www.fundacaovale.org/pt-br/educacao/vale-juventude/multimedia/Paginas/vale-juventude-emmily-paula-ferreira.asp. Acesso em 28/06/2013.

Vale Juventude, as transformações individuais dos jovens, “dão testemunhos” públicos das transformações em suas vidas privadas, publicizadas em diferentes suportes, com linguagem verbal e imagens.

Costumamos nos “confessar” o tempo todo: fazemos provas, exames, temos que dar satisfação sobre o que fizemos, e com quem, onde estávamos. Isso acontece no trabalho, na escola, na família. Na sociedade em que vivemos, que é de controle e vigilância contínuos, estamos nos confessando 24 horas por dia. O que é esse confessar? É se penalizar, se culpabilizar, porque iremos nos olhar com o olhar do outro, que nos enxerga negativamente e tem um padrão de moralidade que pode ser o nosso, ou não (RAGO, 2010, p. 10).

Se mostrar aos olhos dos outros para ser “modelo de comportamento” constitui uma forma de responder as demandas de controle e regulação da sexualidade, de “prestar contas” da formação que participa no Programa Vale Juventude. “Falar em público” se constitui em um aprendizado para se tornar um “sujeito de direito”, um “jovem emponderado”, “ativo” mas também para estabelecer um “clima” de confiança para falar com outros jovens sobre “esses temas”.

Perdi o medo de falar em público. As informações dentro do Programa Vale Juventude me deram segurança para discutir os assuntos. Acho hoje os projetos mais fáceis de criar e desenvolver na escola. Sempre respeitei minha mãe, mas agora é diferente. Na escola melhorei muito, me sinto respeitada. Adolescente de 13 anos, aluna da Escola Wandick Gutierrez, de Barcarena. (RELATÓRIO DE ATIVIDADE, FUNDAÇÃO VALE, 2012, p. 15).

Me sinto mais à vontade agora para abordar sobre sexualidade com os meninos e eles comigo (Técnica da Educação) (RELATÓRIO NARRATIVO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2008, p. 12).

As oficinas são boas. Desde que nós começamos o índice de gravidez entre as meninas diminuiu muito (Educadora, Parauapebas, PA) (RELATÓRIO NARRATIVO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2009, p. 14).

Atrair a formação de “jovens produtivos” à “vivência da sexualidade” implica tratar a sexualidade como questão pública, como “uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se” (FOUCAULT, 2005a, p. 27).

A sexualidade dos jovens é submetida a “procedimentos de gestão governamental” por meio de parceria público-privada tanto no planejamento, elaboração, desenvolvimento e avaliação das Oficinas Educativas do Programa Vale Juventude, mas também a sexualidade é dimensionada paradoxalmente no cruzamento público-privado, sobretudo articulada à questão

da “sexualidade saudável”, que precisa ser exposta para ser “confiável”, deve desviar dos “riscos” e assumir a “segurança” como pressuposto da experiência sexual.

O comportamento do meu namorado mudou depois da oficina. Hoje, ele já entende minha preocupação com a camisinha. Na próxima, eu quero participar (jovem) (RELATÓRIO NARRATIVO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2008, p. 12).

Essa formação mostrou que é possível “olhar” diferente para o adolescente e para nós mesmos. Não só para a sexualidade, mas para a vida, buscando qualidade em todos os aspectos (Enfermeiro do Programa Saúde da Família, Parauapebas, PA) (RELATÓRIO NARRATIVO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2009, p. 14).

Resultados qualitativos: Aumento na oferta de orientação e de método contraceptivos nas unidades e programas de saúde nos municípios de Marabá e Parauapebas (RELATÓRIO NARRATIVO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2008, p. 12).

Nas práticas pedagógico-curriculares do Programa Vale Juventude, os sujeitos situam-se em posições de sujeitos confessantes de sua sexualidade, de seu protagonismo, acentuando a preocupação com a “prevenção/controle de riscos”, item no qual o Programa Vale Juventude é incluído nos relatórios de sustentabilidade da empresa Vale⁸⁸.

Esses depoimentos de confissão que constam nos documentos oficiais do PVJ não me permitiram analisar as relações de poder em exercício, articulando liberdade e resistência, fazendo aparecer as linhas de fuga, escapando do escopo de capturas até mesmo dos depoimentos de confissão presente nos documentos em análise, pois estes apresentam uma materialidade enunciativa condicionada aos objetivos do Programa.

Os depoimentos mostram que há uma preocupação maior em controlar, corrigir e adequar os comportamentos dos jovens que problematizar as tensões, as injustiças, os moralismos, as explorações, a falta de acesso aos serviços na sociedade da qual fazem parte.

Por meio de um duplo investimento na sexualidade da juventude, através de técnicas de poder individualizantes e biopolíticas, o Programa Vale Juventude promove uma *educação afetivo-sexual* seguindo Marcos de Referências das políticas para a juventude e educação sexual, mas negligenciando os problemas sociais, econômicos, ambientais, de saúde e educação causados pelas operações da mineradora Vale nos territórios em que atua.

O Programa Vale Juventude se pauta em uma concepção de sexualidade, que governamentalizada por meio de “dispositivos de segurança” e “técnicas de regulamentação”,

⁸⁸ Trata-se dos Relatórios de Sustentabilidade dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011.

tem na saúde sua ancoragem principal buscando prevenir riscos e controlar vulnerabilidades e, na convivência, o princípio formativo do currículo proposto por meio de Oficinas Educativas. A sexualidade no Programa Vale Juventude não é pensada como experiência que constitui os sujeitos, em suas dimensões ética, estética e política, para que seja possível pensar e estar no mundo de outro modo.

INTERROMPENDO O PERCURSO: “A VIDA NÃO CABE EM UM PROGRAMA”⁸⁹

A preocupação em pesquisas com as questões relativas à sexualidade e educação me é cara. Sempre me instigou a forma como a sexualidade aparece numa espécie de entre-dois, entre o “velado e o aparente”, o “permitido e o proibido”, o “público e o privado”, outros binarismos construídos na escola e no âmbito social mais amplo, como se a sexualidade ocupasse um não-lugar na escola e em outras instituições.

Nesta pesquisa o objeto de investigação foi circunscrito na produção de governamentalidade da sexualidade da juventude no currículo do Programa Vale Juventude (PVJ) e para sua análise adotei algumas “precauções metodológicas” de Michel Foucault para tratar o material empírico formado documentos da Fundação Vale e do Programa Vale Juventude.

Para dar contas dessas questões, organizei o texto em 04 capítulos, para tentar circunscrever o objeto de pesquisa de modo que pudesse desencadear uma problematização do objeto operando teórica e empiricamente com alguns conceitos do filósofo francês Michel Foucault. Nessa organização residiram alguns impasses devido à dificuldade de operar mais com os conceitos foucaultianos que descrevê-los e explicá-los, o que se configura em um dos principais problemas encarados na pesquisa, a saber: separação da teoria e empiria.

Conceitos como “condições de possibilidade” e “história” em Foucault foram acionados para tentar circunscrever o objeto, ao fazer uma história da Vale, da Fundação e do Programa Vale Juventude. Tratar os documentos como monumentos, decompondo-os, analisando seus detalhes, as práticas de saber-poder que os constituem se tornou um desafio frente às concepções de poder estruturantes que nos assombram, que assolam nossas escritas eivadas de dualismos, de tentativas de buscar “algo por trás das coisas”.

A opção pela análise de documentos da Vale, Fundação Vale e do Instituto Aliança, entre outros trouxeram uma limitação a analítica da Tese, sobretudo no que tange a resistências e contracondutas engendradas pela governamentalidade, uma vez que não podemos prescindir na analítica foucaultiana das relações de poder, de analisar as práticas de liberdade e resistências, as rupturas e disjunções produzidas pelos jovens diante das práticas normativas engendradas pelo Programa Vale Juventude.

⁸⁹ Não me lembro de onde retirei essa expressão, registrada em um dos cadernos de anotações do percurso de doutorado.

Em sua analítica sobre as relações de poder Foucault postula que “Lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo), esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (FOUCAULT, 2005a, p. 91), pois a resistência não é o outro do poder, não está em oposição à ele, mas é imanente ao exercício das relações de poder. Problematizar as relações de poder como “exercício de governo” implica pensar em liberdade, pois “O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, enquanto “livres” – entendendo-se por isto sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (FOUCAULT, 2010, p. 289). A liberdade é condição para o exercício de poder entre os indivíduos ou entre os grupos, pois poder e liberdade não se excluem, mas forma “[...] um jogo muito mais complexo: neste jogo, a liberdade aparecerá como condição de existência do poder” (FOUCAULT, 2010, p. 289).

A inseparabilidade entre poder e liberdade são postuladas por Foucault, pois “No centro da relação de poder, ‘provocando-a’ incessantemente, encontra-se a recalcitrância do querer e a intransigência da liberdade” (FOUCAULT, 2010, p. 289). A liberdade é condição para que o poder seja relacional, deixe margens para a criação de estratégias de lutas.

Virtualmente em todas as relações de poder se forma vários pontos de resistências, mas estas não se confundem, pois mantem sua singularidade, seja imbricado nas práticas de poder disciplinar ou práticas biopolíticas.

Em “A Ética do cuidado de si como Prática da Liberdade”, Foucault afirma que para que se constituam relações de poder é necessária a existência de sujeitos livres, para que no âmbito da lógica relacional se tenha espaço para as resistências, (FOUCAULT, 2006b), constituindo jogos de poder por meio de dinâmicas que se articulam entre liberdades, em que há o confronto entre as estratégias de governo das condutas de outros como forma de respostas as esforços de capturas.

A capilaridade das relações de poder implica também na capilaridade das formas de resistências. As resistências se formam em tempos e espaços múltiplos, pois as relações de poder abrem espaços reais para lutas constantes, “da mesma forma que as redes das relações de poder acabam formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais” (FOUCAULT, 2005a, p. 92).

Pensar as redes de relações de poder e de resistências como imanentes às relações entre os sujeitos, coletivo e individual, nos possibilita escapar de um determinismo que nos

deixaria sem saída, inertes. Tais resistências podem ser múltiplas, produzidas nas lutas de transformação do mundo social e político do qual fazemos parte em micro relações de poder das quais participamos cotidianamente.

Esse movimento das relações de poder, das lutas e resistências não conseguiu mapear nos documentos do Programa Vale Juventude.

As Oficinas Educativas do Programa Vale Juventude apresentam limites no tratamento das questões relativas à sexualidade da juventude e mesmo que eu tenha conjugado a análise do Caderno de Oficinas com os Relatórios da Fundação Vale e do Instituto Aliança, ainda assim não há garantias de sucesso total do Programa, ou seja, de que a governamentalidade da sexualidade da juventude tenha se efetivado no currículo do Programa sem resistências, sem linhas de fugas, sem paradoxos, sem as intensidades da vida dos jovens e de sua sexualidade.

A analítica “concluída” teve como proposta de tese a ideia de que a Empresa Vale e a Fundação Vale atuam como “agentes sociais” voltados para a juventude como “problema”, transformando-a em alvo de governamentalidades, interesse e regulação por meio do Programa Vale Juventude. Este Programa atua na constituição do dispositivo de sexualidade da juventude, permeadas pelas relações saber-poder-subjetividade em que há um governo das condutas e que essa governamentalidade é da ordem de um “negócio social”, na história do presente da Amazônia paraense.

“Programar” a vida dos jovens e de sua sexualidade é o que propõe o currículo do Programa Vale Juventude o qual opera na lógica da governamentalidade neoliberal, dando ênfase à formação de capital humano da juventude para que se transforme em “sujeitos de direitos”, sejam protagonistas, empreendedores, para o que a sexualidade “administrada a nível individual e coletivo” colabore transformando-o em “jovens saudáveis”, que “convivem” bem com a comunidade, assumindo suas responsabilidades sociais com a sociedade e consigo mesmos. Assim, os jovens têm suas vidas programadas, transformando-os a si mesmos e sua sexualidade em “negócio do social” em que são alvo de múltiplos investimentos.

Embora o Programa Vale Juventude tente “enquadrar” a vida dos jovens no Programa, normalizando sua sexualidade, a “vida não cabe em um programa”, ou seja, há sempre a possibilidade de lutas, assim como a capilaridade do poder e o movimento das práticas de resistências, lembrando que na perspectiva do filósofo francês, “O exercício de resistência que é lugar de confluência da ética, da política e da estética” (CASTELO

BRANCO, 2008, p. 11). Deste modo, é preciso no exercício da resistência que se invente estratégias transitórias que se deslocam assim como os diferentes modos de práticas de poder nas relações. Resistir é, portanto, da ordem da ação, da criação, o que implica “riscos” e “coragem” para inventar novos modos de vida, para nas fissuras criadas pelas composições de forças que operam nas relações de poder criar espaços de liberdade.

“(Des) programar”, “(re) programar”, “heteretopizar” as formas como “investimos” na juventude e na sua sexualidade é que nos falta, tanto nas práticas escolares/educativas/curriculares, quanto nas práticas de pesquisas. Estas são algumas perspectivas de pesquisas futuras, desafios ao campo curricular.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.5-6, p.25-36, 1997.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete da (Orgs.). **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO, MEC, Coordenação Nacional de SDT/Aids, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Instituto Airton Senna, 2004.
- ADÃO, Sônia Maria. Os discursos confrontados no processo de privatização: o caso Companhia Vale do Rio Doce. **Tese** (doutorado) Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 2006.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- _____. A história em jogo: a atuação de Michel Foucault no campo da historiografia. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.79-100, jan./dez. 2004.
- ALTMANN, Helena. **Verdades e pedagogias na educação sexual em uma escola**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2005.
- _____. Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, p. 575-585, 2001.
- AMARAL, Marina. **Por que a Vale foi eleita a pior empresa do mundo?** Disponível em: <http://www.apublica.org/amazoniapublica/corrida-do-ferro/por-que-a-vale-foi-eleita-a-pior-empresa-do-mundo/> Acesso em 26 de fevereiro de 2016.
- AQUINO, Julio Groppa, RIBEIRO, Cintya Regina. Processos de Governamentalização e a Atualidade Educacional: a liberdade como eixo problematizador. **Educação e Realidade**, 34(2):57-71, mai/ago 2009.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: FGV, (21), 1998.
- BATISTA, Vera Malaguti. Governamentalização da juventude: policizando o social. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro, Vol. 3, ano: 1, jan-jun, 2012.
- BENTES, Rosineide. **Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos**. In: Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais. Belém: Secretaria de Estado de Educação/CEJUP, p. 89-114, 1992.
- BORGES, Jorge Luís. **Ficções**. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.
- BOSSI, Dário el all (Gustavo Gazzinelli, Karina Kato, Bruno Milanez). A face agressiva da Vale. **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**.

Organização: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung... et al. --1.ed. São Paulo Expressão Popular, 2009.

BRASIL. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2002**. IBGE, IPEA, 2004.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. v.1.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, 1997. v.10.

BRÍCIO, Vilma N. de. Entre o controle e a transgressão: a construção escolar das diferenças entre os gêneros. **Margens** - Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós-Graduação do Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins/UFGPA, v. 01, n. 04, p. 125-134, Belém: Paka Tatu, 2007.

_____. **Coordenação pedagógica: construindo uma política de significados de gênero**. 2005. Monografia (Especialização em Coordenação e Organização do Trabalho Pedagógico) – Campus Universitário do Baixo Tocantins, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2005.

_____. **Gênero e educação: um estudo sobre as relações de gênero na sala de aula no município Moju**. 2001 (Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia). – Campus Universitário do Baixo Tocantins, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba, 2001.

BRITZMAN, Deborah P. O que é essa coisa chamada amor. Identidade homossexual, educação e currículo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jul. 1996.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 64, p. 04-13, fev. 1988.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUNKER, Stephen G; COELHO, Maria Célia N; LOPES, Adáise G. Ferro, Castanha-do-Pará e a Luta pela Terra: o em torno de um projeto de mineração na Amazônia. In: PALHETA DA SILVA, João; SILVEIRA, M. R (Orgs.). **Geografia Econômica do Brasil: temas regionais**. Presidente Prudente: UNESP, 2002. p.15-40.

CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes**. 3. ed. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 1999.

CANDIOTTO, Cesar. A subjetivação ética como desgoverno biopolítico da vida humana. São Leopoldo, **Revista IHU On-Line**, 21 de setembro de 2010.

_____. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos** 11(1):33-43, jan/abr 2010b.

_____. Verdade, confissão e desejo em Foucault. **Revista Observaciones Filosóficas**, nº 4, 2007.

_____. Governo e direção de consciência em Foucault. **Natureza Humana**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 89-114, jul.-dez. 2008.

CARDOSO, Maria da paz Araújo et alli. **Magistério de 1ª a 4ª série numa área de ruptura das relações sociais tradicionais: a questão da formação profissional**. Belém: INEP/FADESP/UFGA, 1986.

CARMO, Eunápio Dutra do. O Território Educa e Politiza na(s) Amazônia(s): os processos sócio-culturais da Comunidade Nova Vida e as dinâmicas de expansão industrial em Barcarena. **Tese** (Doutorado). Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

CARRANO, P. C.; SPOSITO, M. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: LEÓN, O. D. (Ed.). **Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales**. Viña del Mar: CIDPA, 2003.

CARRARA, Virgínia Alves. Responsabilidade social empresarial: Intervenção social e conflito. **Tese** (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2010.

CARVALHO, Waldênia Leão de. Notas para pensar a educação a partir de Michel Foucault: do humanismo ao cuidado de si. **Tese** (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2012.

CARVALHO, André Cutrim. Expansão da fronteira agropecuária e a dinâmica do desmatamento na Amazônia Paraense. **Tese** (doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2012.

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

CASTELO BRANCO, Guilherme. A seguridade social em Michel Foucault. **Ecopolítica**, 5, jan-abr, 2013.

CASTRO, Mary Garcia, ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma do fazer políticas-políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.2, jul./dez. 2002.

CASTRO, Celso. Os cientistas e seus arquivos. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. 2013, vol.20, n.3, pp. 1079-1080.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração Sul-Americana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, Jan./Abr. 2012.

_____. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da Globalização e da Integração de Mercados. In: COELHO, M. C. N. et al. Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional. Belém: CEJUP: UFGA/NAEA, 2001, p. 7-32.

CASTRO, Mary G., ABRAMOVAY, Míriam e SILVA, Lorena B. da. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO; MEC; Coordenação Nacional de DST/AIDS; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Instituto Airton Senna, 2004.

CASTRO, Roney. Sujeitos-professores no contexto do Programa de Educação Afetivo-Sexual (PEAS): pensando sobre a formação docente e educação sexual na escola. **Instrumento**: R. Est. Pesq. Educ. Juiz de Fora, v. 11, n. 2, jul./dez. 2009.

CESAR, Maria Rita de Assis. A Invenção da “Adolescência” no Discurso Psicopedagógico. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação, 1998.

CHIAPPINI, Pedro. Cartografias da empresa: práticas empresariais e produção de subjetividade. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia, 2008.

COELHO, André Luiz Nascentes. Bacia Hidrográfica do Rio Doce (MG/ES): uma análise socioambiental integrada. **Geografares**, nº 7, 2009.

COIMBRA, Cecília, BOCCO, Fernanda, NASCIMENTO, Maria Lívia. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, UFRJ, vol. 57, no 1, 2005.

CORRÊA, Vinícius Moreno de Sousa. Fronteira da exploração mineral na Amazônia: O setor mineral e a dinâmica demográfica da mesorregião sudeste paraense. **Dissertação** (Mestrado em Demografia). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2011.

CORAZZA, Sandra. **O que quer um currículo?** Pesquisas pós-críticas em educação. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Diferença pura de um pós-curriculo. In: LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth (org.). **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002, p.103-113.

_____. Manual infame... mas útil, para escrever uma boa proposta de tese ou dissertação. In: BRITO, M. R.; GONÇALVES, J.G.; OLIVEIRA, D.B (orgs). **Filosofia, educação e formação: apontamentos e perspectivas**. Belém: UFPA, 2008. p. 361-375.

COSTA, Mariza Vorraber. Velhos temas, novos problemas – a arte de perguntar em tempos pós-modernos. In: COSTA, Mariza Vorraber; BUJES, M^a Isabel Edelweiss (orgs). **Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. P. 199-214.

COSTA, Kátia C. da. **Discursos sobre corpo e sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física e de orientação sexual**. 2008. **Dissertação** (Mestrado e Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

COSTA, Gilcilene D. da. **Entre a política e a poética do texto cultural** - a produção da diferença na Revista Nova Escola. 2003. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação e Realidade**, 34(2):171-186, mai/ago 2009.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **Conversações 1972-1990**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2008.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.

DORNELLAS, Liege Coutinho Goulart. O projeto educativo da Fundação Vale: uma investigação sobre o Programa Escola que Vale. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault e seus contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

EWALD, François. **Foucault, a norma e o direito**. 2. ed. Lisboa: Vega, 2000.

FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 18, n. 2 (53), p. 77-87, maio/ago. 2007.

FERNANDES, Danilo Araújo. A questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia. **Tese** (Doutorado). Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2011.

FISCHER, Rosa M. B. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? IN: **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 02, p. 371-389, jul./dez. 2003.

_____. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 127-223, nov. 2001.

_____. **Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade**. 1996. Tese (Doutorado em Educação) - Faced/PPGEDU/UFRGS, Porto Alegre, 1996.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. Os bancos de dados, os arquivos digitais e o papel do historiador. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 237-248, jul./dez. 2015.

FOUCAULT, Michel. O filósofo mascarado. **Arqueologia das Ciências e Histórias dos Sistemas de Pensamento** (Ditos e Escritos, vol. II). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2008a.

_____. Sobre as maneiras de escrever a história. In: _____. **Ditos e escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b. p. 72-77.

- _____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.
- _____. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 2007b.
- _____. **História da sexualidade III: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 2007c.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006a.
- _____. Poder e saber. In: _____. **Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b. p. 223-240.
- _____. Sexualidade e Solidão. In: _____. **Ditos e escritos V: Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c. p. 92-103.
- _____. “*Omnes et singulatim*”: para uma crítica da razão política. In: _____. **Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d. p. 355-385.
- _____. Prefácio à transgressão. In: _____. **Ditos e escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008e. p. 28-46.
- _____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2005a.
- _____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.
- _____. **Vigiar e punir – história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2005c.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas**. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- _____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995. p. 231-249.
- _____. Ariana se enforcou. **Revista de Comunicação e Linguagens**, n. 19, 1993, p. 237-239.
- FONSECA, Márcio Alves da. Para pensar o público e o privado: Foucault e o tema das artes de governar. In: RAGO, Margareth, VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- _____. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

_____. Corpo, sexualidade, gênero e biopolítica. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa, SILVA, Méri Rosane Santos da, GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente**. Rio Grande: Editora da FURG, 2009.

FREZZA, Marcia, MARASCHIN, Cleci, SANTOS, Nair Silveira dos. Juventude como problema de políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**; 21 (3), 2009.

FRÖHLICH, Raquel. Governamentalidade e estatística na formação docente: implicações sobre a Prova Nacional de Concurso para o Ingresso na Carreira Docente. **Form. Doc.**, Belo Horizonte, v. 04, n. 06, p. 44-55, jan./jul. 2012.

FURLANI, Jimena. **O bicho vai pegar!** – um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GADELHA, Sylvio. GADELHA, Sylvio. Empresariamento da sociedade e governo da infância pobre. **Revista Colombiana de Educación**, N.º 65. Bogotá, Colombia, 2013.

_____. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GALLO, Silvio D.; VEIGA-NETO, Alfredo. Ensaio para uma Filosofia da Educação. **Educação**. São Paulo: Segmento. n. 3 (Especial Foucault Pensa a Educação), mar., 2007. p. 16-25.

GARCIA, Joana. **O Negócio do Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

GARCIA, Maria Manuela A. Didática e trabalho ético na formação docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 225-242, jan./abr. 2009.

_____. **Pedagogias críticas e subjetivação**: Uma perspectiva foucaultiana. Petrópolis: Vozes, 2002a.

_____. O intelectual educacional e o professor críticos: o pastorado das consciências. **Currículo sem Fronteiras**. v. 2, n. 2, p. 53-78, jul./dez. 2002b.

GENTILI, Pablo & SILVA, Tomaz Tadeu da. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas públicas. **Saúde e Sociedade**. 13 (2), maio-ago, 2004.

GONÇALVES, Jadson F. G. **Práticas discursivas e subjetivação docente**: uma análise do discurso pedagógico sobre formação de professores no curso de pedagogia da UFPA. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

GONZALES, Zuleika Köhler. Protagonismo: Formas de Governo da População Juvenil. **Dissertação** (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

GOULART, Marcos Vinicius da Silva, SANTOS, Nair Iracema Silveira dos. Protagonismo juvenil e capital humano: uma análise da participação política da juventude no Brasil. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 50, N. 2, p. 127-136, mai/ago 2014.

GREEN, Bill; BIGUM, Chris. Alienígenas na sala de aula. In: SILVA, Tomás Tadeu da (org.). **Alienígenas em sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis RJ: Vozes, 1995.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude: ensaios sobre a sociologia e a história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GUEDES, André Dumans. Projeto identitário, discurso e pedagogia na constituição de um sujeito coletivo: o caso dos atingidos por barragens. **Dissertação** (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GUIMARÃES, Maria Stella Faciola Pessôa; CASTRO, Edna Maria Ramos de. Benedito Nunes e reflexões sobre a Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 2, p. 409-424, maio-ago. 2011.

HEILBORN, Maria Luiza. Entre as tramas da sexualidade brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(1): 43-59, janeiro-abril/2006.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **A Ditadura do Grande Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. **Ditadura e Agricultura**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KENSKI, Vani Moreira. Memória, vivências e tecnologias: novos lugares de formação. In: In BONIN, Iara (Org.). **Trajetórias e processos de ensinar e aprender: políticas e tecnologias**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008, vol. 4, p. 245-259.

KLEIN, Rejane R. **Educação e voluntariado: uma parceria produtiva**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

KROEF, Ada Beatriz Gallicchio. Interceptando currículos: produzindo novas subjetividades. **Educação e Realidade**, 26 (1), jan/jul, 2001.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 35-86.

LEAL, Aluísio. **O Impacto da Modernização Econômica sobre uma área de economia tradicional de subsistência: O caso do complexo industrial de Barcarena**. Belém: UFPA/FADESP, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 535-553.

LEMOS, Flávia C. S.; Crianças e adolescentes entre a norma e a lei: uma análise foucaultiana. **Tese (Doutorado em História Cultural)**. Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis/SP, 2007.

_____; SANTOS, Daniele V. Alguns percursos históricos entre o higienismo e a medicalização na atenção à infância e às famílias. **Revista Artíficos**, v. 2, n. 4, 2012. pp. 01-20.

_____ et al. A análise documental como instrumento estratégico para Michel Foucault. In: PIMENTEL, Adelma et al. (Orgs). **Itinerários de pesquisas em Psicologia**. Belém: Amazônia Editora, 2010. p. 95-118.

_____; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. A genealogia em Foucault: uma trajetória. In: **Psicologia & Sociedade**; 21 (3), 2009. pp. 353-357.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão escolar: currículo, diferença e identidade. In: LOPES, Maura Corcini; DAL'IGNA, Maria Claudia (Org.). **In/Exclusão: nas tramas da escola**. Canoas: Editora da Ulbra, 2007. p. 11-33.

LOURO, Guacira L. Foucault e os estudos *queer*. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs). **Por uma vida não-facista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 135-142.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2 (56), p. 17-23, maio/ago. 2008.

_____. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201- 218, dez. 2007.

_____. **Um corpo estranho** – ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. Currículo, gênero e sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira L. et al. (orgs). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 85-104.

_____. Teoria *queer* - uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, p. 541-553, 2 Sem. 2001.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, jul./dez. 1995.

LUNARDI, Márcia Lise. Gerenciar o risco, garantir a segurança e a normalidade: tríade da Educação Especial. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. Especial. p. 177-193. jul./dez. 2006.

MACEDO, Elizabeth F. Parâmetros Curriculares Nacionais: a falácia de seus temas transversais. In: MOREIRA, Antônio F. B. (org.) **Currículo: políticas e práticas**. Campinas: Papirus, 1999. p. 43-58.

MACHADO, Roberto. Nota de apresentação. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. **Foucault, a ciência e saber**. 3. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006a.

_____. Introdução: Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006b. p. VII-XXIII.

MAUÉS, Josenilda. Currículo: composições temáticas e referenciais. In: CORRÊA, Paulo S. A. (org.). **A educação, o currículo e a formação de professores**. Belém: EDUFPA, 2006.

_____. Currículo sob a cunha da diferença. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27. **Programa e resumos ...** p. 177. 2004.

MAUÉS, Marilene S. **A temática gênero nas produções provenientes dos grupos de pesquisa da Universidade Federal do Pará**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

_____; SANTOS, Shyrley P. F. dos; SILVA, Josenilda M. M. da. Formação de professoras em escola confessional em Abaetetuba-PA nos anos 50 e 60. In: ANAIS DA REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 57. Fortaleza, 2005, jul./2005.

MEYER, Dagmar E. E.; RIBEIRO, Cláudia; RIBEIRO, Paulo. R. M. Gênero, sexualidade e educação. “Olhares” sobre algumas das perspectivas teórico-metodológicas que instituem um novo G. E. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27, Caxambu, 2004.

_____; SOARES, Rosângela. Corpo, gênero e sexualidade nas práticas escolares: um início de reflexão. In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 5-16.

_____; KLEIN, Carin; ANDRADE, Sandra dos S. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46. p. 219-239, dez. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **De ferro e flexíveis: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. In: **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**. N.1 - 2009 - pp.125-157.

MONTAÑO, C. Novas configurações do público e do privado no contexto capitalista atual: O papel político-ideológico do “Terceiro setor”. In: ADRIÃO, T e PERONI, V (Orgs). **Público e privado na Educação: novos elementos para o debate**. São Paulo: Xamã, 2008.

MOREIRA, Antonio Flávio B.; SILVA, Tomaz T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antônio Flávio B.; SILVA, Tomaz T. da. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 39-58.

_____. Os Parâmetros Curriculares Nacionais em questão. In: **Educação & Realidade**. v.21, n.1, jan-jun. Porto Alegre: UFRGS, 1996. p. 09-22.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma compreensão da “questão social” na região. **Tese** (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro Centro de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, 2006.

NOGUERA-RAMÍREZ, Carlos. Foucault professor. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 31., 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, 2008. <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT17-4152--Int.pdf> **Acesso 10 de novembro de 2008.**

_____. Governamentalidade e educação: a modernidade como uma sociedade educativa. **Anais** do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. São Leopoldo: Casa Leiria, 2010. **Acesso 22 de setembro de 2010.**

OLIVEIRA, Cecília Maria Viana Camilo de. **O espaço urbano itabirano: práticas sócio-culturais e identidade, no contexto da implantação da Companhia Vale do Rio Doce (1930-1965)**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. Entre a complexidade e o reducionismo: para onde vão as ONGs da democratização? In: HADDAD, Sérgio. **ONGs e universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. Petrópolis: Abong, 2002.

O'BRIEN, P. “A história da cultura de Michel Foucault”. In: HUNT, L. (org.) **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1993.

_____. A construção sociológica da juventude: Alguns Atributos. **Análise Social**, vol. 25, n, p. 139-165, 1990.

_____. Grupos juvenis: condutas e imagens. In: PAIS, José Machado; CABRAL, Manuel Villaverde (Orgs.). **Condutas de risco, práticas culturais e atitudes perante o corpo**. Oeiras: Celta, 2003.

PASSETTI, Edson. Poder e anarquia. Apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado. **Verve**, 12, 11-43, 2007.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital** – ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012.

PETERS, Michael. Governamentalidade Neoliberal e educação. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POJO, Oneide Campos. A parceria público-privada do Instituto Ayrton Senna e a Prefeitura Municipal de Benevides-PA: entre os desafios (pro)postos e os limites da realidade. **Tese** (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2015.

POPKEWITZ, Thomas S. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 173-210.

PORTOCARRERO, Vera (org). Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem. **Educação e Realidade**, 29(1):169-185 jan/jun 2004.

_____. **Filosofia, história e sociologia das ciências I: abordagens contemporâneas** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana**. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/cecen/04porto.pdf>. Acesso em 12/04/2009.

_____. O complexo de violência e devastação da Amazônia Brasileira. Proposta-**Revista Trimestral de Debate da Fase**, Rio de Janeiro, ano 31, n. 114, out/dez, p. 25-32, 2004.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

PORTO, Marcelo Firpo; MILANEZ, Bruno. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(6), 1983-1994, 2009.

PRADO FILHO, Kleber; LOBO, Lilia Ferreira; LEMOS, Flávia Cristina Silveira. A história do presente em Foucault e as lutas atuais. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 26 – n. 1, p. 29-42, Jan./Abr. 2014.

_____; LEMOS, Flávia. Foucault hoje: algumas linhas a respeito. **Polis e Psique**, Vol. 2, n. 1, 2012.

_____. Controle social x subjetividade na genealogia do poder de Michel Foucault. **Plural. Sociologia**, USP, São Paulo, 2: 18-36, 1 sem. 1995.

RAMOS DO Ó, Jorge. A governamentalidade e a História da Escola Moderna: outras conexões investigativas. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 97-117 maio/ago. 2009.

RAGO, Margareth. “O natural não é ser homem ou mulher”. A dissolução da identidade. **Revista IHU On-Line**, 2010.

_____. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. **Revista Aulas**, N. 2 – outubro/novembro 2006.

_____. O gênero entre a História e a Psicologia. **Anais das Terças Transdisciplinares**. Rio de Janeiro: Departamento de Extensão, Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2001, p. 85-96.

_____. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 67-82, outubro de 1995.

_____. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. **Resgate**, Campinas, nº 5, Centro de Memória da UNICAMP, 1993.

RIBEIRO, Joyce. Discurso e Poder: o currículo na constituição do masculino e do feminino. In: BRITO, Maria dos Remédios de; OLIVEIRA, Damião Bezerra de; GONÇALVES, Jadson Fernandes Garcia (Orgs.). **Filosofia, formação e educação: apontamentos e perspectivas**. Belém: UFPA, 2008. p. 319-334.

_____. Os significados de gênero e seus reflexos na docência. **Margens**. Revista Interdisciplinar do Núcleo de Pesquisa do CUBT, v. 01, n. 04, p. 109-124, Belém: Paka Tatu, 2007.

RIBEIRO, Paula R. C. **Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar**. Caderno Pedagógico Anos Iniciais. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

_____. **Inscrevendo a sexualidade: discursos e práticas de professoras das séries iniciais do ensino fundamental**. 2002. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

RODRIGUES, Rafael Coelho. Juventude como capital. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2012.

_____. O estado penal e a sociedade de controle: o Programa Delegacia Legal como dispositivo de análise. **Dissertação** (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 2008.

ROSA, Angela Maria Vaz Sampaio Rosa. Palavra e terra de Carlos Drummond de Andrade em O Cometa Itabirano. **Dissertação** (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras. Belo Horizonte, 2000.

ROSE, Nicolas. Inventando nossos eus. In: SILVA, Tomaz T. da. **Nunca fomos humanos: nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 137-204.

_____. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). **Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 30 - 45.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação e Gênero no Brasil. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, v. 11, p. 7-18, 1994.

SANTOS, Daniele V. **Documentos de subjetivação**: um estudo sobre o currículo em um programa de formação em gênero. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul/dez, 1995.

_____. Prefácio a *gender and politics of history*. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, v. 3, p. 11-27, 1994.

SCHEINVAR, Estela, CORDEIRO, Denise. Juventude em “risco social”? Dilemas e perspectivas por entre as pedras das políticas públicas dirigidas aos jovens. **ANAIS**. IV Seminário Internacional as redes de conhecimentos e a tecnologia: práticas educativas, cotidiano e cultura. 11 a 14 de junho de 2007

SERRA, Maurício; FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004.

SILVA, João Marcio Palheta da. Poder, governo e território em Carajás. **Tese** (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente, 2004.

SILVA, Maria das Graças Souza e. A Terceira Itabira - Os Espaços Político, Econômico, Sócio-espacial e a Questão Ambiental. Dissertação (Mestrado) Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. 229 f.

SILVA, Oscarina Maria da. **Origens da educação (sexual) brasileira e sua trajetória**. http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.13/GT13_4_2002.pdf

SILVA, Tomaz T. (org.). **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 2002a.

_____. Mapeando a [complexa] produção teórica educacional – Entrevista com Tomaz Tadeu da Silva. **Currículo sem Fronteiras**. v.2, n.1, p. 5-14, jan./jun. 2002b.

_____. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Os novos mapas culturais e o lugar do currículo numa paisagem pós-moderna. In: SILVA, Tomaz T. da; MOREIRA, Antonio F. **Territórios contestados**: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 184-202.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Disciplina, biopoder e governo: contribuições de Michel Foucault para uma analítica da modernidade. In: SOUZA, Luís Antônio Francisco de, SABATINE, Thiago Teixeira, MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Orgs). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

SOUZA, Revan Araújo de; SILVA, Janilma Barros da. O Programa Vale Juventude (PVJ) em Barcarena, Pará. **Anais On-Line** do V JUBRA - Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira. Relato de Experiência. 2012. http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/Trabalho_2070004395_1.pdf.

SOUZA, Walter Lopes. O Programa gestão nota 10 do Instituto Ayrton Senna e a educação em Santarém-PA. **Tese** (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2013.

SOUZA, Wellington Cezar de Andrade. Vinte e cinco anos depois. Efeitos Sociais do Projeto ALBRAS/ALUNORTE em São Lourenço (Barcarena – Pará). Belém, 2006. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SPARGO, Tamsim. **Foucault e a teoria queer**. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

VARELA, Julia. O estatuto do saber pedagógico. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 87-96.

VEIGA-NETO, Alfredo. Estudos de Biopolítica e Educação na América Latina: avaliação e perspectivas. **IV CLAB - Colóquio Latinoamericano de Biopolítica, II CIBE - Colóquio Internacional de Biopolítica y Educación**. Bogotá, Colombia, 3 al 6 septiembre, 2013.

_____. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (Orgs.). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000. p. 179-217.

_____. Espaços, tempos e disciplinas: as crianças ainda devem ir à escola? In: CANDAU, Vera Maria. **Linguagens, espaços e tempos no ensinar e no aprender**. Rio de Janeiro: DP & A, 2001. p. 09-20.

_____. De geometrias, currículo e diferenças. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 163-86, ago. 2002.

_____. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

_____. Currículo: um desvio à direita ou Delírios avaliatórios. **X Colóquio sobre Questões Curriculares, VI Colóquio Luso-Brasileiro de Currículo**, UFMG, Belo Horizonte, 2012.

_____. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle. **Sísifo Revista de Ciências da Educação**, n.º 7, set/dez, 2008.

VEYNE, P. Foucault revoluciona a história. In: _____. **Como se escreve a história**. 4. ed. Brasília: UNB, 2008. p. 237-285.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004a.

_____; UNBEHAUM, S. Gênero e políticas educacionais: impasses e desafios para a legislação brasileira In: Gênero e educação: educar para a igualdade. São Paulo: CEM, SME/SP, 2004b. p. 1-160.

WANDERLEY, Luiz Jardim. Movimentos sociais em área de mineração na Amazônia Brasileira. In: FERNANDES, Lúcia; BARCA, Stefania (Orgs.). **Desigualdades ambientais: conflitos, discursos e movimentos**. Centro de Estudos Sociais, Universidade Coimbra, 2012.

WEBER, César Augusto Trinta. Programa de Saúde da Família: educação e controle da população. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil, 2005.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira L. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 35-82.